

LUÍS AUGUSTO SEVERO SOARES

Do cacau ao turismo:
A ideologia e o mito do desenvolvimento de Ilhéus - Ba

Mestrado em Ciências Sociais

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
São Paulo, 2008.**

LUÍS AUGUSTO SEVERO SOARES

Do cacau ao turismo:

A ideologia e o mito do desenvolvimento de Ilhéus - Ba

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Professora Doutora Matilde Maria Almeida Melo.

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
São Paulo, Fevereiro/ 2008.**

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Dedicatória

A Margareth, a outra parte do lego.

Agradecimentos

Agradeço a

Matilde, por sempre apontar e não impor trajetórias, por ensinar e instigar a busca por novas discussões e possibilidades, por ser parte vital na construção do sentido de meu aprendizado. Pela sincera clareza de seus argumentos e pelas tardes de conversas despretensiosas que depois dormiram comigo e acordaram convertidas em formas de pensar e agir.

Margarida pelos apontamentos e palavras que desde a qualificação se intensificam em minhas descobertas.

Carmen pelas idéias e histórias, saberes contínuos que não interromperam a construção do trabalho. Pela construção “do óbvio e do surpreendente” que levarei a outros estudos e lugares.

Naira e Alan, companheiros de debate e estudo, por compartilhar descobertas e dúvidas que nos instigam a fazer de nossa área de estudo um mundo de novas “possíveis” lógicas ainda tidas como “impossíveis”.

Guilherme pelos cafés e conversas pacientes, por ouvir e incentivar todas as linhas desse estudo.

Ivan, sempre presente, pelas risadas acompanhadas da pergunta: como vai o trabalho?

Paulo e Elisa, pelo suporte e pela presença necessária da família que me forneceu a segurança para caminhar entre as diferentes etapas desse longo trabalho.

Raquel, por ser o que é e por orientar o sorriso contínuo em forma de amor que nunca cessa.

Dona Marta, Luciana, Neide, Ângela, Rita, Sueli, Márcia, Paula, Ricardo, Marianne, Glória e Fábio, pelo apoio, fornecido de diferentes formas.

Resumo

Esta dissertação tem como tema central o desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus (Bahia), sendo a análise da ideologia — “discurso institucional” — e do mito — “discurso não-institucional” — do desenvolvimento associado ao turismo no município baiano, o principal objetivo desse estudo. Para tanto, em um primeiro momento, o estudo discute a idéia de progresso, relacionando os principais alicerces da noção que considera o progresso como um sinônimo do “desenvolvimento do tipo econômico”, um processo que expressa a busca pela constante elevação da produção, da racionalidade e do contínuo adentrar na modernidade. Da mesma forma, problematiza as atuais concepções de turismo, para posteriormente demonstrar como a idéia do “desenvolvimento do tipo econômico” é incorporada ao discurso governamental e mercadológico que define o turismo como um meio para alcançá-la. Em um segundo momento, o estudo analisa a transformação de Ilhéus em um “promissor” pólo turístico e examina, a partir da apresentação das diversas políticas estaduais e municipais de incentivo ao turismo, seu atual quadro socioeconômico. Assim, se destaca como o crescimento da produção e da competição visada por Ilhéus redundaram em um cenário de riqueza/pobreza que, contraditoriamente, manteve a cidade entre o passado iluminado pela tentativa de reverter os males que outrora não foram alcançados com a produção cacaueteira e o futuro mantido pela idéia de que o crescimento do turismo levará ao progresso. Posteriormente, são analisadas as características do trabalho gerado nos meios de hospedagem de Ilhéus e o relato das experiências dos trabalhadores do turismo local, a fim de apreender o principal argumento usado para ilustrar o desenvolvimento gerado pelo turismo. Esse conjunto de análises permitirá demonstrar como o desenvolvimento de Ilhéus está restrito à ideologia e ao mito do desenvolvimento, que leva a cidade a acreditar em um futuro promissor e obscurece a percepção das contradições inerentes ao próprio crescimento da atividade.

Palavras-chave: turismo; desenvolvimento; mito, ideologia, Ilhéus – Ba.

Abstract

The main theme of the present dissertation is the development generated by the tourism action in Ilhéus (Bahia - Brazil). Its main objective is the analysis of the ideology “institutional discourse” and the myth “non-institutional discourse” of the development associated to the tourism in the city of Ilhéus. At first, the study discusses the idea of progress, linking the main cornerstones of a conception that considers the progress a synonym to “the development of economy kind”, a process which expresses the search for the constant increase of production, rationality and updating process. At the same way, it questions the current ideas of tourism, to later points out the concept of “development of economy kind” is incorporated to the governmental and market discourse, which defines the tourism as a mean to reach it. In a second thought, this study analysis how Ilhéus may turn into a “prospect” tourist area, and examines, from the presentation of several state and municipal policies to increase the tourism, its current socioeconomic situation. The emphasis is on the way the production and competition increase, intended by the city of Ilhéus, has brought a wealthy/poverty scenario. This, in contrast, has maintained the city between a past in which the cocoa production could not reach their ideals and a future in which the ideal of tourism growth will lead to progress. After that, the features of the work generated by means of accommodation in Ilhéus and the reports on the workers’ experiences in local tourism are analyzed, aiming to understand the main reason used to show the development generated by tourism. These analyses in conjunction will allow the demonstration of development in Ilhéus, which is strictly reduced to the ideology and the myth of development, leading the city to believe in a promising future and hiding the perception of intrinsic contradictions to the increase of the activity.

Key-words: tourism, development, myth, ideology, Ilhéus – Ba.

Relação de Figuras (Mapas)

Figura 01: <i>Localização geográfica do município de Ilhéus – Ba</i>	67
Figura 02: <i>Mapa geral de Ilhéus - Ba (Zonas urbanas)</i>	68
Figura 03: <i>Mapa parcial de Ilhéus – Bairro do Pontal e Centro</i>	73
Figura 04: <i>Mapa parcial de Ilhéus – Centro e Norte</i>	76
Figura 05: <i>Mapa parcial de Ilhéus – Expansão urbana da zona Litorânea Sul</i>	84
Figura 06: <i>Mapa parcial de Ilhéus – Expansão urbana da zona Litorânea Norte</i>	88
Figura 07: <i>Mapa de Ilhéus – Principais ocupações residenciais populares em áreas de encosta e manguezais</i>	108

Relação de Fotos

Foto 01: <i>Antigo Porto de Ilhéus (Baía do Pontal)</i>	74
Foto 02: <i>Vista aérea Centro e Ponte Lomato Júnior (Bahia do Pontal)</i>	74
Foto 03: <i>Vista aérea Bairro do Pontal</i>	74
Foto 04: <i>Vista parcial do Porto do Malhado</i>	75
Foto 05: <i>Vista aérea Região Norte</i>	75
Foto 06: <i>Bairro Teotônio Vilela</i>	106
Foto 07: <i>Bairro de São Domingos</i>	106
Foto 08: <i>Praia dos Milionários (Zona Sul de Ilhéus)</i>	107
Foto 09: <i>Bairro Nossa Senhora da Vitória</i>	107
Foto 10: <i>Padrão de ocupação de baixa renda (Bairro Teotônio Vilela)</i>	109
Foto 11: <i>Padrão de ocupação de baixa renda (Bairro São Domingos)</i>	109
Foto 12: <i>Padrão de ocupação de alta renda (Bairro do Malhado)</i>	109

Relação de Gráficos

Gráfico 01: <i>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal — Contribuição para o crescimento do IDH</i>	100
Gráfico 02: <i>Percentual de Renda apropriada por segmentos de população</i>	102
Gráfico 03: <i>Produto Interno Bruto Municipal — principais segmentos econômicos</i>	104
Gráfico 04: <i>Pessoal ocupado nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus nos períodos de alta e baixa temporada</i>	115
Gráfico 05: <i>Tipos de ocupação presentes nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus do tipo resort</i>	116
Gráfico 06: <i>Salários e outras remunerações presentes nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus</i>	117
Gráfico 7: <i>Níveis de rotatividade nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus</i>	119
Gráfico 8: <i>Área de atuação dos ocupados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus</i>	122
Gráfico 9: <i>Nível de Instrução dos ocupados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus</i>	125
Gráfico 10: <i>Ocupação anterior dos ocupados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus</i>	140

Sumário

Introdução: <i>sobre o caminho percorrido e o que falta a percorrer</i>	12
Capítulo 1: <i>Turismo e o desenvolvimento: uma mesma estação, um mesmo destino</i>	31
1.1 Idéias e valores do progresso: a construção do desenvolvimento	33
1.2 As balizas para o encontro entre o turismo e desenvolvimento	47
1.3 O desenvolvimento gerado pelo turismo: a idéia incorporada ao discurso	56
Capítulo 2: <i>Ilhéus: do cacau ao turismo.</i>	65
2.1 “Pobre região rica”?	67
2.2 O novo destino da esperança: Planos e ações de incentivo ao turismo	79
2.3 Ilhéus: entre o passado e o futuro	93
Capítulo 3: <i>Trajetórias de trabalho e vida: os descaminhos do turismo e do desenvolvimento</i>	112
3.1 A insegurança que o turista não vê	114
3.2 A diferenciação e a negação do passado do trabalho	132
3.3 O envolvimento e a experiência individual no trabalho	143

Capítulo 4: Ideologia e mito: o (des) envolvimento de Ilhéus	156
4.1 O discurso institucional do desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus	157
4.2 A equação do mito: os resultados do turismo e a esperança de reversão dos resultados pelo turismo	171
4.3 O escuro iluminado do desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus	188
Conclusão: perguntas para traçar os itinerários e para evitar a conclusão	200
Referências Bibliográficas	207
Anexo 01: Modelo de formulário aplicado na pesquisa de campo	221
Anexo 02: Lista dos empreendimentos hoteleiros componentes do universo de pesquisa	224
Anexo 03: Roteiro de entrevistas	228

Introdução: *sobre o caminho percorrido e o que falta a percorrer*



“Nunca a questão do olhar esteve tão no centro do debate da cultura e das sociedades contemporâneas. Um mundo onde tudo é produzido para ser visto, onde tudo se mostra ao olhar, coloca necessariamente o ver como um problema”.

Nelson Brissac Peixoto (1988, p. 361).

Férias de dezembro, o tempo para o encontro com o novo e com o incomum, o momento de selecionar desencontros, dias para separar-se do cotidiano e acalmar a alma tomada pelo trabalho. Já de início devemos dizer: Ilhéus se apresentou a nosso olhar em uma das tantas férias de dezembro. Dias depois da escolha, a imagem de uma cidade “comprida” se formava sob os pés que naquele momento não caminhavam. Víamos um corpo esguio e curvilíneo, coberto de ocupações urbanas interligadas e loteamentos recortados. Um tecido único molhado de mar e rios, uma cena “turística”.

O encontro viria com o calor sufocante das ruas que levavam aos atrativos. Caminhos que desembocavam no centro da “terra do fruto de ouro” (Amado, 1978), no lugar dos prédios antigos, das casas que ocultam a história de riqueza e pobreza do cacau e das construções que tanto pelo abandono, como pelo excesso de “requalificações” que lhes concede valor de “troca”, não contavam a história. Assim nos encontramos com a “Princesa do Sul”, uma cidade que intercala o trabalho e o lazer do turismo em seu tecido.

Do centro, suas ruas, ao menos para os turistas, partiam para o Norte ou para o Sul. Em ambas as direções o encontro estaria mediado pelos espaços e pelas imagens do turismo, em ambos os sentidos as pousadas, as cabanas de praia e as casas de veraneio seriam os sinais de que as férias de dezembro estavam em seu destino. Não muito tempo depois, quando a apresentação inicial já estava consumada, quando uma parte do percurso já estava cumprida, nos deparamos com as primeiras perguntas: O que existe além do Norte e do Sul? Que cenas estão guardadas nesses cantos não apresentados? Porém, essas perguntas só valeram pela ameaça feita às férias de dezembro, pois sem lhes dar atenção, aceitaríamos que o encontro se mantivesse na direção do turismo, para o Norte ou para Sul do olhar que não pergunta, apenas transforma as cenas em lembranças do descanso e da diversão. Com o passar dos dias, a aproximação com Ilhéus se tornaria maior e as conversas com alguns trabalhadores que se

ofereciam como informantes, as caminhadas de fim de tarde na praia e as idas e vindas ao centro trariam de volta as perguntas antes deixadas de lado.

Assim, os olhos começariam a reparar em outras cores e imagens e se tornaria possível distinguir outros matizes da cidade que insistia em se revelar “turística”. O que antes era apenas um caminho que levava ao centro se converteria no ponto de divisão do olhar. À direita da Rodovia Ilhéus - Olivença, para quem segue para o centro, estava o loteamento Jardim Atlântico I, com casas de veraneio e quilômetros de praia como quintal. À esquerda, poucas ruas se alongavam, dentre as quais uma ou outra sumia atrás do relevo que escondia seu fim. Paulatinamente as perguntas que outrora fizemos tomavam força e o que antes parecia um corpo único, começa a revelar-se fragmentado.

Nesse momento, o caminho percorrido até Ilhéus indicava um ponto de reinício. Diante dele, contrariamente ao que imaginávamos, abriam-se duas extensões de percurso. Prolongamentos que dividiam o olhar e fortaleciam as perguntas que antes fizemos e, ao mesmo tempo, nos ofereciam outras questões: Qual Ilhéus imaginamos conhecer? Qual Ilhéus queremos percorrer? Qual Ilhéus o turismo permite decifrar? Dessa forma, as férias de dezembro se tornariam o momento de partida para um percurso a recorrer, sem deixarem de ser o momento de chegada do percurso inicial.

O trajeto recorrido nos havia levado ao lugar do turismo que, como mencionamos, proporcionava o encontro com o incomum, com o lugar onde é possível se separar do cotidiano e acalmar a alma tomada pelo trabalho. Esse mesmo trajeto nos levou a uma série de perguntas, nos fez despertar com a vontade de olhar para o que não se olha nas férias e decifrar o que não se decifra nos folhetos e nos convites ilustrados entregues aos turistas. Em outras palavras, as férias de dezembro intermediariam o encontro com a ex-capital do cacau que agora respirava o turismo e se alimentava dos dias de liberdade dos viajantes para tentar se desenvolver.

É preciso reconhecer que essa percepção não seria imediata. Ainda seria necessário visitar o Mercado de abastecimento de Ilhéus que se escondia distante do Norte e do Sul turísticos. Cravado no centro do bairro do Malhado, em uma

região tomada por ruas tortas e casas simples, o mercado nos revelaria novas imagens. “Cuidado, lá é perigoso, não é lugar para turistas” nos disse o jovem garçom da pousada. Ainda assim o encontramos e não há como negar, o mercado era um local vivo que se movia por ruelas coloridas pelas pimentas, queijos coalho, coentros, aguardentes amarelas em garrafas transparentes, cajás, umbus e cocos verdes, frutos do mar e azeites de dendê. Entretanto, essa mesma vivacidade nos revelaria um contorno oposto àquele que a cidade do turismo possuía e, em parte, justificaria o alerta feito pelo garçom. No mercado encontraríamos a pobreza escondida de Ilhéus, veríamos um lugar distinto daquele escolhido para as férias de dezembro e, finalmente, nos tornaríamos estranhos entre os moradores que, separados das praias, dos atrativos e da história, viviam em uma parte da cidade que não via os turistas como visitantes freqüentes.

No dia seguinte, na rodovia tomada por ônibus e *vans* de turismo que leva a Itacaré, veríamos outro fragmento da cidade. Novamente, tal qual no trecho que leva a Olivença, nosso olhar se dividiu entre os cenários das fotos promocionais do turismo — as orlas urbanizadas do Norte de Ilhéus, suas casas, pousadas, areias e sombras cercadas pelo sol — e as imagens “não-turísticas”. Como na região Sul, a rodovia era a separação entre o lugar de viver e o lugar de entreter. Respectivamente, o lugar das casas simples, das ruas estreitas e dos pontos de ônibus, e o lugar das casas amplas, das ruas largas e dos estacionamentos. O caminho a Itacaré nos faria passar por bairros que, semelhantemente àqueles que cercavam o mercado, eram a antítese do que o turismo vendia.

Em direção oposta, quando seguíamos para Canavieiras, o mesmo ocorreu. Nesse trajeto, as imagens da pobreza da cidade de Una e do vilarejo que repousa ao lado da Ilha de Comandatuba (onde está instalado o *resort* Transamérica desde meados da década de 1990) nos levariam a perguntar: E o desenvolvimento gerado pelo turismo? E os empregos, a renda derivada dos gastos realizados pelos turistas? Essas perguntas tentavam rebater as cenas de pobreza: pessoas sentadas nas ruas, lixo espalhado, bares e lojas vazias, crianças vendendo frutas em panelas que provavelmente não tinham outro uso,

entre outras. Um quadro que não compunha o cenário turístico destacado nos *folders*, e tampouco expressava a força do desenvolvimento, que tão bem ocupa espaço nas obras acadêmicas dedicadas ao turismo.

Nos dias seguintes, quando os dias das férias de dezembro já terminavam, as perguntas se tornariam mais vivas. Auxiliadas por curtas e rápidas conversas com o jovem garçom da pousada (o mesmo que antes nos alertara sobre o mercado no bairro do Malhado) as perguntas ficavam mais fortes. Ouvíamos o garçom dizer que ganhava pouco, que não podia ficar com seu filho devido às longas jornadas impostas e que sua esposa, que era camareira, estava desempregada em plena alta temporada, o melhor período, segundo ele, para conseguir trabalho.

No último dia das férias de dezembro, entre a última conversa de fim de tarde propiciada pela chuva que nos convidava a não sair da pousada, o jovem garçom nos revelou estar preocupado, pois quando chovia muito em seu bairro (Nossa Senhora da Vitória) os deslizamentos de terra eram freqüentes e, muitas vezes, o acesso ao local se tornava difícil. Assim, nos revelaria o que havia atrás do relevo que escondia o fim das poucas ruas que escapavam pela margem esquerda da Rodovia Ilhéus – Olivença. Descreveu bairros pobres e sem infra-estrutura, lugares opostos àqueles onde nós, visitantes em férias, estávamos. Com efeito, todas as perguntas que pouco a pouco havíamos elaborado podiam ser resumidas em uma única questão: O desenvolvimento decorrente do crescimento do turismo em Ilhéus é real?

Evidentemente, não seria possível responder a essa questão tão prontamente, sequer seria possível afirmar que essa pergunta se tornaria um *souvenir* tão importante para nosso percurso. No entanto, quando as férias de dezembro já era apenas uma referência a ser retomada no fim do ano que se abria, percebemos que estávamos diante de um novo trecho a percorrer. Assim, a visita “turística” a Ilhéus se tornaria a separação entre o ponto que fechava o percurso inicial e o ponto que abria o momento de imaginar a importância de um percurso seguinte. Seria o momento de decidir olhar para Ilhéus sem ser turista.

De posse de nossas perguntas e da investigação posterior à visita a Ilhéus, já podíamos traçar os primeiros passos para o novo percurso, o que tornaria a pergunta (O desenvolvimento decorrente do crescimento do turismo em Ilhéus é real?) mais pertinente. Além das perguntas nascidas no encontro com Ilhéus, nos valíamos de um “incômodo” que continuamente nos acompanhava: a idéia de que o turismo é um meio inequívoco para o desenvolvimento das localidades que o oferecem, principalmente pelos empregos que gera. Uma interpretação constantemente apresentada na literatura da área que freqüentemente reafirma os impactos positivos da atividade turística mundial¹ e destaca os 250 milhões de empregos diretos e indiretos (Organização Mundial do Turismo - OMT, 2003) criados em sua extensa cadeia produtiva².

Essa é uma idéia também presente nos projetos governamentais, que sugerem que o turismo é um meio de desenvolvimento, desde que se criem estratégias para o crescimento do mercado e se estruture um “sistema” (Beni, 2001; Sessa, 1983), que, em equilíbrio, permitirá que os “desdobramentos econômicos” alcancem a população. Em outras palavras, um “potencial” setor capaz de reduzir a desigualdade social e econômica, “[...] o ‘último milagre’ do capitalismo” que os políticos e acadêmicos “não se cansam de mostrar [...], espalhando aos quatro ventos que ‘é hoje a segunda’ (ou ‘terceira’, dependendo do texto ou documento oficial) fonte de renda mundial. Muitos chegam a afirmar que se trata do grande ‘empregador’ do mundo!” (Ouriques, 2003, p. 136).

¹ As receitas mundiais geradas pelo turismo e os fluxos de demanda são citados em inúmeros estudos e textos dedicados ao turismo, neles são destacados os US\$ 514 bilhões gerados pela atividade e o fluxo internacional de 692 milhões de turistas (OMT, 2003).

² A OMT desenvolveu a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (*Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas* – CIUAT) compatível com a terceira revisão da *International Standard Industrial Classification* – ISIC, elaborada pelas Nações Unidas. Segundo a CIUAT (OMT, 2002), o turismo possui 50 atividades econômicas. Dentre as quais se destacam 12 grupos principais (Atividades Características do Turismo – ACT) responsáveis pela produção de bens e serviços definidos como característicos do setor turístico, a saber: Hotéis e similares; Restaurantes e similares; Serviços de transporte ferroviário, rodoviário, marítimo e aéreo de passageiros; Serviços anexos ao transporte de passageiros; Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros; Agências de viagens e similares; Serviços culturais e Serviços desportivos e de outros serviços de lazer.

Tal discurso permanente considera que o crescimento da “produção turística”, a inversão de capitais nos núcleos receptivos (Rabahy, 1990) e a expansão do mercado de trabalho (Lage e Milone, 2000) são os indicadores do desenvolvimento proporcionado pelo turismo. Uma idéia “incômoda”, que defende as oportunidades de “desenvolvimento local” frente aos desafios da economia informacional (Castells, 1999). Um caminho, como alerta o governo federal, que obriga as cidades que pretendam ser turísticas a adquirir maior competitividade, o que proporcionaria maior inclusão social, pois é preciso se “[...] preparar o futuro, olhar para frente e construir o que deverá ser esta atividade nos anos vindouros”. (BRASIL, 2003, p. 07).

O crescimento econômico, a competitividade empresarial e a diversificação produtiva do turismo tornam-se, assim, os principais resultados da fórmula turística para a reversão das desigualdades. Em outras palavras, o único meio para melhorar as condições de vida da população nos lugares onde “[...] não haja nada mais a vender, senão o sol, a paisagem, a neve ou o mar” (Krippendorf, 2000, p. 73). Uma idéia que nos mantém afastados das perguntas antes apresentadas para nos acercar da aceitação do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento:

“Visto pelo lado dos países em desenvolvimento, a oportunidade turística é menos freqüentemente ocultada nas estratégias de desenvolvimento, sobretudo porque ela representa, geralmente, uma alternativa decisiva, um último recurso ante as desilusões encontradas em outros setores econômicos”. (Cazes, 1999, p. 80).

Diante desse panorama, nossas perguntas tomavam forma, pois o encontro com Ilhéus, na melhor das hipóteses, nos permitia duvidar desse discurso. Com efeito, no questionamento a essa idéia formaríamos a base da justificativa de nosso estudo e da escolha de nosso objeto. Além disso, a escolha de Ilhéus se fez por outros três fatores. Primeiramente, o município é, entre os municípios baianos,

o que mais recebeu os investimentos do Prodetur-NE I³ (Programa de desenvolvimento do Turismo no Nordeste) que notadamente define o turismo como um meio de desenvolvimento (Benevides, 1998). Esse primeiro fator é determinante para verificar a idéia presente nos projetos governamentais de incentivo ao turismo na cidade, que, hoje, após duas décadas, pode ser confrontado com maior segurança.

O segundo fator é que a substituição da produção cacaujeira pelo turismo gerou diversas modificações na estrutura urbana, populacional⁴ e econômica de Ilhéus. Essa condição permite o exame das ações municipais, que, à semelhança das políticas estaduais, incentivaram o turismo como um meio para o desenvolvimento (Cintra, 2002). O terceiro fator se deve à localização da cidade, pois a Região Nordeste é dada como principal exemplo das disparidades socioeconômicas do país, uma condição histórica que ampara o discurso que valida o turismo como uma alternativa de desenvolvimento (Queiroz, 2001; Fontes, 2001; Junior, 2001). Assim, o turismo representa uma tentativa de modernizar a economia, um caminho para o desenvolvimento.

Com efeito, esses três fatores nos favoreceriam a escolher o percurso que nos levaria de volta a Ilhéus. Um momento para a necessária modificação dos objetivos de viagem, agora acompanhados por novas percepções. Dessa forma, para o trecho a percorrer traçaríamos novos objetivos, a saber: problematizar o turismo e o desenvolvimento, bem como parte dos argumentos governamentais,

³ O PRODETUR NE I foi realizado entre os anos de 1995 e 2002. No Estado da Bahia foi iniciado pelo programa estadual de desenvolvimento do turismo em 1991. Os investimentos privados realizados no período de 1991-2001 no setor turístico do Pólo Litoral Sul (região que compreende a Costa do Cacau: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia, Canavieiras e a Costa do Dendê: Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú) em execução ou em projeto totalizam US\$ 380 milhões. BAHIA. GOVERNO DO ESTADO/ Secretaria da Cultura e do Turismo (SCT)/ Superintendência de Investimentos Turísticos (SUINVEST)/ Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Litoral Sul*. 2004. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/prodetur3_2.asp> Acesso: maio, 2007.

⁴ Em 1980 a população era de 80.831 habitantes na área urbana e 50.625 na área rural, um total de 131.456 habitantes, já no ano 2000 era de 162.125 na área urbana e 60.002 na área rural, totalizando 222.127 habitantes (IBGE, 2000).

mercadológicos e acadêmicos que sustentam e incentivam a idéia do desenvolvimento gerado pelo turismo; analisar as principais transformações sociais, econômicas e políticas de Ilhéus com destaque para aquelas decorrentes da substituição da produção cacaueteira pelo turismo; analisar as ações municipais e estaduais de incentivo ao turismo em Ilhéus e; analisar o trabalho gerado no principal segmento mercadológico do turismo de Ilhéus (meios de hospedagem), bem como examinar a vida dos trabalhadores envolvidos no turismo local.

Assim, ao cumprir com cada objetivo alcançaríamos, nossa principal meta de viagem: analisar a ideologia — “discurso institucional” — e o mito — “discurso não-institucional” — (Lefebvre, 2004) do desenvolvimento associado ao turismo em Ilhéus. Após traçarmos as metas, definiríamos o percurso a seguir. Evidentemente que sabíamos qual era nosso destino e nossos objetivos, entretanto, para alcançá-los era necessário definir as vias e os pontos de paragem. Distante e próximos de Ilhéus, iniciamos nosso trajeto, o percurso a recorrer. Um intrincado caminho de perguntas iluminadas pela certeza que ofuscava nosso olhar, um trecho que nos levará de volta a Ilhéus. O caminho a percorrer, como se verá ao final deste estudo, está ainda incompleto, entretanto, para apresentá-lo relacionaremos as quatro paragens que levarão ao destino, onde rerepresentamos as perguntas que nos guiarão por esse mesmo caminho.

Na primeira paragem, discutiremos a idéia de progresso, destacando os principais alicerces de sustentação que, juntamente com os valores da modernidade, a converteriam em um sinônimo do “desenvolvimento do tipo econômico”⁵. Observaremos como as transformações sofridas por alguns desses fundamentos levaram à construção e à aceitação da concepção de desenvolvimento contemporânea, que, aprisionada pelos economistas, passou a expressar a busca pela constante elevação da produção, da racionalidade e do contínuo adentrar na modernidade.

Num segundo momento, problematizaremos a formação do turismo, contrariando alguns dos argumentos dados para definir sua origem. Assim,

⁵ Vale destacar que para a discussão proposta nos apoiaremos nas reflexões realizadas por Edgar Morin, Celso Furtado, Ignacy Sachs, Cristovam Buarque, Gilberto Dupas, entre outros.

destacaremos a dialética do trabalho/lazer como seu elemento fundante e demonstraremos o momento de formação da “indústria do turismo”, que, posteriormente, com o fim da próspera *era de Ouro* (Hobsbawm, 1995) sustentada pela “condição fordista-keynesiana” (Harvey, 1999), se associaria à idéia do desenvolvimento.

Por fim, ainda na primeira paragem, demonstraremos como a idéia de progresso (desenvolvimento do tipo econômico) foi incorporada ao discurso governamental e mercadológico que define o turismo como um meio para alcançá-la. Para tanto, apresentaremos os argumentos que permitem questionar o consenso que converte o turismo em uma promessa de desenvolvimento e de modernidade.

Na seqüência de nosso trajeto chegaremos a Ilhéus dividindo nossa visita em três momentos. Inicialmente, o olhar se direcionará para a fase em que Ilhéus — a capital da Região Cacaueira — observou a expansão contínua de sua esperança de riqueza apoiada no crescimento da produção cacaueira (Asmar, 1983; Couto, 2000; Carzola, 1982). Posteriormente, nos voltaremos para a fase de substituição da produção cacaueira pelo turismo, momento em que o mesmo assume lugar de destaque na política local que o coloca como principal setor econômico de Ilhéus. Frente a esse quadro serão destacadas as diversas políticas estaduais (Queiroz, 2001) e municipais de incentivo ao turismo que, devidamente acompanhadas pela idéia que associa o crescimento da atividade turística ao desenvolvimento do tipo econômico, ilustram a ascensão do turismo ao posto de setor prioritário para o desenvolvimento do município.

Por fim, analisaremos o atual panorama do turismo e os atuais indicadores sociais e econômicos de Ilhéus. Assim, destacaremos como o crescimento da produção e a competição visada por Ilhéus redundaram em um cenário de riqueza pobreza, que, contraditoriamente, manteve a cidade entre o passado e o futuro. Um passado representado pela manutenção da desigualdade social, da concentração de renda, da dependência da demanda etc; iluminado pela tentativa de reverter os males que outrora não foram alcançados com a produção cacaueira. Um futuro mantido pela idéia de que o crescimento do turismo levará

ao progresso. Assim, nos encontraremos com o presente da cidade que mantém em um só momento a riqueza/pobreza da “produção” do turismo e do cacau e as causas/conseqüências da idéia de desenvolvimento que ilumina o turismo, tal qual iluminou o cacau.

A terceira etapa nos servirá para analisar os resultados do “desenvolvimento gerado pelo turismo” em Ilhéus. Para tanto, apresentaremos as histórias e as descontínuas experiências narradas pelos trabalhadores do turismo. Igualmente observaremos, a partir dos resultados obtidos na pesquisa realizada nos empreendimentos locais, quais são as principais características do trabalho gerado nos meios de hospedagem (mais importante setor do turismo de Ilhéus), para assim problematizarmos o principal argumento usado para ilustrar o desenvolvimento gerado pelo turismo.

Desse modo, percorreremos a insegurança vivida pelo trabalhador, o (des)envolvimento do mesmo com seu trabalho, muitas vezes, escondido entre as esperanças de progresso que ele alimenta. Percorreremos também os reflexos da flexibilidade, da precariedade e da polivalência sobre a vida dos trabalhadores, indicando como os mesmos diferenciam o trabalho “bom” e o trabalho “ruim”, ou como negam o passado do campo e das ocupações tradicionais em nome de um futuro, ainda distante, no turismo. Dessa forma, na terceira paragem, se dará o encontro do trabalhador com seu discurso, com a idéia do desenvolvimento que se alimenta da esperança nesse mesmo inseguro, contraditório e desigual desenvolvimento.

No quarto ponto de paragem retomaremos as imagens da cidade e de seus trabalhadores, as idéias que negam o consenso do desenvolvimento do tipo econômico, as percepções contrárias quanto à concepção de turismo e de progresso e até mesmo as perguntas feitas quando realizávamos o primeiro percurso, ainda com um olhar de turista. No quarto ponto, no suposto final, virá a pergunta: O que Ilhéus (governos, moradores, trabalhadores e empresários do turismo) não vê quando olha para o presente que vive?

Diante disso, apresentaremos o “mito” e a “ideologia” (Lefebvre, 2004), os discursos que tomam o lugar de verdade, que obscurecem o olhar e revelam que

o olhar de Ilhéus “não se vê”. Assim, amparados nas análises propostas por Henry Lefebvre buscaremos os matizes da ideologia e do mito do desenvolvimento que, expressados nas ações governamentais, no discurso dos empresários e nas esperanças dos trabalhadores, fazem Ilhéus enxergar o futuro a partir da expansão econômica e produtiva do turismo, ou seja, matizes que revelam o “campo cego” presente em seu olhar.

Ao fim — o “início” de um percurso a percorrer — nos deteremos em nossas perguntas, reconhecendo nelas a motivação para a busca de respostas distintas àquelas que Ilhéus ouviu e falou para validar seu desenvolvimento. Frente a esse breve relato *sobre o caminho percorrido e o que falta percorrer* seguiremos nosso estudo: o mais simples dos trechos a realizar, uma de muitas outras etapas que nos propomos a realizar. Um caminho que nos levará ao abismo do desenvolvimento para diante de seu escuro, hoje iluminado por luzes que ofuscam o olhar e dificultam o conflito, deixarmos nossas perguntas.

Procedimentos de pesquisa

Para atender ao objetivo deste estudo, os procedimentos de pesquisa enfocaram os seguintes eixos:

- A. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA e PESQUISA DOCUMENTAL;
- B. PESQUISA DE CAMPO – aplicação de formulários realizada junto aos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus;
- C. PESQUISA DE CAMPO – realização de entrevistas com trabalhadores (cargos gerenciais e operacionais, com e sem vínculo empregatício, trabalhadores por conta própria e proprietários) atuantes no turismo ilheense;

Segue o detalhamento dos três eixos de pesquisa, assim como a exposição das ações realizadas.

A. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA e DOCUMENTAL:

Constitui a leitura, sistematização e análise das principais obras que debatem o desenvolvimento, o turismo e os resultados do desenvolvimento gerado pelo mesmo, principalmente aqueles relacionados ao Estado da Bahia e a cidade de Ilhéus. Nesta etapa se realizou o levantamento de dados relacionados às transformações sociais e econômicas da cidade de Ilhéus, bem como as principais propostas apresentadas nos estudos e projetos publicados pela Prefeitura Municipal de Ilhéus e pelos órgãos estaduais responsáveis pelo turismo no Estado da Bahia.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo a busca em bases de dados das bibliografias pertinentes às áreas de interesse desse estudo, a exemplo dos diversos textos que debatem sobre a questão do turismo, do trabalho, do desenvolvimento e da organização do turismo. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica direcionou-se a sistematização e a análise de tais conteúdos com o objetivo de enriquecer a leitura crítica sobre os temas relacionados e favorecer a problematização a respeito dos mesmos. Dentre as principais referências destacam-se as obras de Bauman; Benevides; Buarque; Dupas; Furtado; Harvey; Krippendorf; Lefebvre; Martins; Melo; Morin; Oliveira; Sachs e Sennett, que mesmo não estando diretamente ligadas a discussão do turismo ou a realidade de Ilhéus, nos permitiram problematizar as concepções de turismo e de desenvolvimento comumente apresentadas na literatura da área e nos projetos elaborados pelos órgãos governamentais e institucionais do turismo. Dentre as principais obras específicas do turismo consultadas destacamos as discussões apresentadas por Barreto; Beni; Lage e Milone; Molina e Sessa.

Por fim, a Pesquisa Bibliográfica se estendeu, juntamente com a Pesquisa Documental realizada em Ilhéus, a sistematização e leitura das obras e documentos referentes às transformações promovidas pelo turismo em Ilhéus (aspectos sociais, econômicos, políticos, entre outros). Para melhor ilustrar os procedimentos realizados, destacam-se na seqüência os locais de pesquisa e as principais referências consultadas:

- *Visita a Secretaria Municipal de Turismo de Ilhéus* (Dia 05 de Janeiro de 2007): No local foram acessados os documentos relacionados às ações de incentivo ao turismo. Dentre os quais, destacam-se os boletins informativos da Prefeitura Municipal de Ilhéus, as leis, os planos e os projetos ligados ao turismo no município de Ilhéus.
- *Visita a Biblioteca Pública Municipal Adonias Filho e ao Arquivo Público Municipal João Mangabeira* – situada no município de Ilhéus (Dias 06, 10 e 11 de Janeiro de 2007): Na biblioteca foram encontradas obras que destacam a relação entre a produção cacaueteira e a expansão urbana, econômica e populacional de Ilhéus, bem como obras que relatavam as diversas transformações sofridas no período posterior a última crise do cacau. Com a pesquisa examinou-se parte das mudanças relacionadas ao turismo, bem como as causas e as conseqüências do processo de transição da produção cacaueteira para o turismo. Dentre as obras pesquisadas destacam-se as discussões apresentadas por Andrade; Barbosa; Brandão, Rosário; Heine; Macedo, Ribeiro; Sales; Soub e Vinhães.
- *Visita a Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus (UESC)* (Dias 15, 18 e 19 de Janeiro de Janeiro): A visita à biblioteca da UESC possibilitou que as investigações iniciadas na Biblioteca Municipal fossem aprofundadas. Na ocasião foi possível acessar diversos artigos publicados nos periódicos Bahia Análise & Dados, Conjuntura & Planejamento, Cadernos de Análise Regional e Revista de Desenvolvimento Econômico; trabalhos acadêmicos (Teses e Dissertações, com destaque para os estudos de Cintra; Queiroz; Gasparetto; Moreira e Suarez), relatórios governamentais, a exemplo dos estudos da Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa) e obras que tratam do turismo baiano e ilheense.

B. PESQUISA DE CAMPO – aplicação de formulários nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus;

O principal objetivo da pesquisa realizada nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus foi o levantamento dos dados quantitativos a respeito do trabalho gerado no setor hoteleiro de Ilhéus. A definição desse recorte de pesquisa se deve, primeiramente, ao fato de ser este o segmento mais incentivado pelas ações municipais voltadas ao turismo, condição que possibilitou a instalação de diversos empreendimentos hoteleiros no município de Ilhéus que conta, segundo a Prefeitura Municipal, com 144 empreendimentos que concentram 35% dos gastos realizados pelos turistas no município. Num segundo momento, se deve a constante indicação, apresentada nos estudos do turismo, da destacada capacidade de geração de trabalho e renda pelo setor. Esse procedimento de pesquisa constitui o levantamento de informações sobre o trabalho gerado no setor, que serviram de subsídio para a análise o desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus.

Para a realização desta pesquisa foram enviados formulários para os empreendimentos de hospedagem do município com objetivo de levantar as seguintes variáveis: Dimensionamento da mão-de-obra (Volume de pessoal ocupado e especificação de sua composição); Tipo de vínculo existente entre a empresa e o trabalhador ocupado; Características gerais da mão-de-obra ocupada (Perfil profissional, Qualificações, Nível de Ensino, Origem ocupacional, entre outros); Salário e outras remunerações; Níveis de Rotatividade do pessoal ocupado (interferência da sazonalidade); Tamanho (número de unidades habitacionais) e localização da unidade pesquisada⁶.

Para a composição da amostra de pesquisa foi considerado um universo de 144 empreendimentos hoteleiros, que conforme a Deliberação Normativa nº. 397 do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), se subdivide em três universos de pesquisa: 23 *Hotéis* (estabelecimento comercial de hospedagem que oferece

⁶ O modelo de formulário aplicado na pesquisa de campo é apresentado em anexo - Anexo 01.

apresentados para ocupação temporária, serviço completo de alimentação, e, obrigatoriamente, banheiro privativo, normalmente, possui partido arquitetônico vertical); 03 Hotéis-Lazer (resorts) (estabelecimento enquadrado na categoria hotel e que, possui os serviços e equipamentos de lazer e repouso adequados a sua especial localização fora do centro urbano); e 118 Pousadas (estabelecimento comercial de hospedagem, instalado total ou parcialmente em edifício localizado em ponto de atração turística e que ofereça hospitalidade e ambientação simples e integrada à região, normalmente, possui partido arquitetônico horizontal) ⁷.

Quanto à amostragem optou-se por uma amostragem probabilística aleatória simples, evitando qualquer tipo de escolha e seleção de meio de hospedagem e consequentemente evitando qualquer direcionamento dos resultados da pesquisa. Para o cálculo da amostra estabeleceu-se:

$$n = \frac{o^2 * p * q * N}{e^2 * (N - 1) + (o^2 * p * q)}$$

Onde: n = tamanho da amostra; o² = nível de confiança escolhido, expresso em n°. de desvios-padrão; p = percentagem com a qual o fenômeno se verifica; q = percentagem complementar (100 – p); e = erro máximo permitido e N = tamanho da população.

Assim, para obter uma margem de confiança de 95% (erro máximo de 5%) constituiu-se a amostra de: 12 hotéis; 01 resort e 39 pousadas. Entre os meses de novembro e dezembro de 2006 os formulários foram enviados via e-mail e no mês de janeiro de 2007 deu-se a entrega de formulários nos empreendimentos totalizando 57 empreendimentos pesquisados (13 hotéis, 01 resort e 43 pousadas)⁸, conforme previa a amostra.

⁷ A lista dos empreendimentos hoteleiros componentes do universo de pesquisa é apresentada em anexo – Anexo 02.

⁸ Cabe ressaltar que com a entrega dos formulários foi possível coletar informações dos empreendimentos hoteleiros localizados nas diferentes regiões da cidade (nas áreas próximas ao centro, aos bairros Pontal e Jardim Atlântico I e nas áreas a partir do km 04 da BA-001 (Zona Sul do município) e nos empreendimentos localizados na Zona Norte ao longo da rodovia Ilhéus – Olivença).

A partir do levantamento e análise dos dados pesquisados foi possível apontar as características do trabalho gerado no setor, o que permitiu o exame do principal argumento apresentado nas obras e estudos que correlacionam o desenvolvimento gerado pelo turismo ao crescimento do trabalho e da renda nos núcleos receptivos.

C. PESQUISA DE CAMPO – realização de entrevistas com trabalhadores (cargos gerenciais e operacionais, com e sem vínculo empregatício, trabalhadores por conta própria e proprietários) atuantes no turismo ilheense;

Neste procedimento de pesquisa foram entrevistados⁹, no mês de janeiro de 2007, 17 trabalhadores e profissionais atuantes em diferentes atividades turísticas de Ilhéus, abaixo relacionados:

1. Entrevista com R. (08 de Janeiro de 2007): Guia Local (trabalhador por conta própria);
2. Entrevista com J; W; L; e J. (08 de Janeiro de 2007): Guias Mirins Locais (trabalhador por conta própria);
3. Entrevista com M. (08 de Janeiro de 2007): Proprietária de Loja de Artesanato;
4. Entrevista com R. (09 de Janeiro de 2007): Agente de Viagens e Guia de turismo local (trabalhador com vínculo empregatício – cargo operacional em Agência de Viagem);
5. Entrevista com N. (10 de Janeiro de 2007): Recepcionista (trabalhador com vínculo empregatício – cargo operacional em Pousada);
6. Entrevista com N. (12 de Janeiro de 2007): Proprietário de *Resort*;
7. Entrevista com C. (12 de Janeiro de 2007): Gerente de Manutenção (trabalhador com vínculo empregatício – cargo gerencial em *Resort*).
8. Entrevista com D. (12 de Janeiro de 2007): Proprietária de hotel;
9. Entrevista com C. (12 de Janeiro de 2007): Garçom (trabalhador sem vínculo empregatício – cargo operacional em Restaurante);

⁹ As entrevistas realizadas se pautaram pelo roteiro apresentado em anexo – Anexo 03.

10. Entrevista com PC. (12 de Janeiro de 2007): Mensageiro (trabalhador com vínculo empregatício – cargo gerencial em Hotel);
11. Entrevista com A. (12 de Janeiro de 2007): Ambulante (trabalhador por conta própria);
12. Entrevista com E. (15 de Janeiro de 2007): Ambulante (trabalhador por conta própria) e Garçom (trabalhador sem vínculo empregatício – cargo operacional em Restaurante);
13. Entrevista com C. (16 de Janeiro de 2007): Proprietário de loja no Mercado de Artesanato;
14. Entrevista com E. (16 de Janeiro de 2007): Prestador de serviços de lazer (trabalhador sem vínculo empregatício em *Resort*);
15. Entrevista com W. (17 de Janeiro de 2007): Chefe de Recepção (trabalhador com vínculo empregatício – cargo operacional em *Resort*);
16. Entrevista com G. (17 de Janeiro de 2007): Governanta (trabalhador com vínculo empregatício – cargo operacional em hotel);
17. Entrevista com M. (18 de Janeiro de 2007): Camareira (trabalhador com vínculo empregatício – cargo operacional em Pousada);

Tendo como principal objetivo investigar as formas de trabalho, as mudanças proporcionadas pelo turismo e as expectativas com relação ao desenvolvimento gerado pela atividade, o procedimento de pesquisa possibilitou a verificação de como os entrevistados entendem, a partir de suas experiências e expectativas, o desenvolvimento gerado pelo turismo.

Todos os entrevistados são apresentados pela letra inicial de seus nomes. No entanto suas histórias, experiências e falas foram transcritas respeitando o sentido e as idéias expostas no momento de cada entrevista. Assim, deve-se destacar a importância das palavras de cada entrevistado, pois nelas encontramos os que vivem Ilhéus e em Ilhéus, trabalham o turismo e no turismo e transitam entre a esperança e a desesperança do desenvolvimento. Homens e mulheres que, independentemente de seus sonhos e opiniões, foram essenciais para a realização dos percursos e das paragens por nós propostas, sem que fosse necessário nos desviarmos da tarefa de perguntar e depois ouvir e interpretar, as

falas dos reais “personagens” de Ilhéus, para ao fim, ainda que diante de nossas limitações, apresentarmos novas perguntas e novas reflexões.

Capítulo 1: Turismo e o desenvolvimento: uma mesma estação, um mesmo destino



“Certeza é, paradoxalmente, uma idéia pessimista, já que ela (que faz o determinismo) transforma o mundo numa geografia atemporal. A complexidade permite antever um caminho estreito entre duas concepções alienantes do universo – uma determinista e outra cética”.

Ilya Prigogine (1996, p. 229).

Podemos nos referir ao desenvolvimento de diversas formas, muitas das quais estão restritas às nossas próprias limitações conceituais, culturais e ideológicas. Essa primeira observação, ao contrário do que possa parecer, nos leva a enxergar o desenvolvimento como um abismo que oferece a possibilidade de nos negarmos a investigá-lo. Nesse sentido, quando nos referimos ao desenvolvimento, nos posicionamos frente a um abismo e, em muitos casos, não nos interessamos em olhar para o escuro que oculta seu desenho. Sem olhar para ele seguimos pela margem acreditando que mais à frente alcançaremos um solo seguro e o deixaremos para trás com seu escuro insignificante. Quando não, o iluminamos com uma forte fonte de luz e sem atentarmos para as sombras produzidas acreditamos que já não é necessário olhar para esse abismo.

Assim sendo, entendemos que pensar no desenvolvimento nos conduz a um abismo e nos proporciona um exercício de perguntas, de questionamentos e de exposição de conflitos. Uma ação necessária para compreendermos, ou ao menos tentarmos compreender, quais são os sentidos do desenvolvimento, em outras palavras, o que há nesse abismo que mistura a clareza e a obscuridade de nossas idéias. Através desse exercício, refletiremos sobre o caminho a ser seguido, admitindo que, diante do abismo, a ação mais importante é confrontar-se com nossas convicções e certezas mais seguras.

A breve imagem apresentada nos permite indicar o primeiro e, provavelmente, o principal objetivo deste estudo: parar diante do abismo para observar a clareza (e as sombras) gerada pelas luzes que o iluminam. Não quer dizer que pretendamos iluminá-lo com outra luz, apenas propomos uma pausa diante do duplo escuro do turismo e do desenvolvimento.

Para a realização dessa discussão, dividiremos o capítulo inicial em três etapas: na primeira, discutiremos a idéia de progresso, destacando seus principais fundamentos, como também argumentaremos a respeito da transformação (aproximação e distanciamento) que alguns desses fundamentos sofreram na construção e na aceitação da concepção de desenvolvimento contemporânea. Na

segunda etapa direcionaremos a discussão para a concepção de turismo, hoje notadamente associada a uma série de valores que retratam a idéia de desenvolvimento. Na parte final, apresentaremos como o turismo é associado ao desenvolvimento e como alguns dos autores da área apresentam tal associação incorporando a idéia moderna de desenvolvimento ao discurso que defende o turismo como um meio para esse mesmo desenvolvimento.

1.1 Idéias e valores do progresso: a construção do desenvolvimento

O progresso é um conceito dotado de impressionante valor para o homem que, periodicamente, como confirma a história de diversos povos e civilizações, se valeu de sua força para justificar o caminho que julgava correto para o futuro (Wright, 2007). Assim, ancorado em variados valores e perspectivas, o progresso participa da história humana e, em diversos casos, se apresenta como um personagem capaz de promover mudanças na própria história, assumindo diversas interpretações e, conseqüentemente, formas de incentivar sua realização. Nesse sentido, pode ser considerado como uma experiência humana promovida a partir de suas próprias realizações que, permeadas por distintos valores morais, religiosos, culturais e éticos, impulsiona transformações positivas e negativas ao longo da história da humanidade (Wright, 2007). Uma experiência preciosa e precária que aproxima as inovações futuras e, ao mesmo tempo, distancia os suportes anteriores.

A idéia de progresso pode ser encontrada em distintos momentos da história humana, presente desde as civilizações antigas, como destaca Wright (2007) em seu *Uma breve história do progresso*¹⁰. Ou ainda como propõe Nisbet (1985) em seu *História da Idéia de progresso*, identificando o pensamento clássico grego como o momento originário da idéia de progresso na história da humanidade.

¹⁰ Wright lança olhar sobre diferentes civilizações antigas (maias, persas, romanos entre outros) que, antes mesmo da tradição cultural ocidental, revelavam uma forte sedução pela idéia do progresso.

Nisbet aponta que a preocupação com o futuro e a percepção da história como um movimento progressivo já estava presente entre os gregos, sendo este o elemento essencial para a compreensão da idéia grega de progresso. Assim, ainda que reconheça, como Sheldrake (1995), “o mito do declínio em relação à idade de ouro”, subjacente à idéia de progresso entre os gregos, para Nisbet, a busca do homem pelo conhecimento e pelo futuro (que os deuses ainda não haviam revelado) indica, sem que deixe de reconhecer a presença de teorias cíclicas de tempo que consideravam o progresso como um fim em si mesmo (um futuro de decadência e distanciamento do ideal em relação à idade de ouro grega), a percepção da história como um movimento progressivo, sendo este o primeiro elemento a ser identificado na idéia de progresso.

Tal consideração deve ser vista com cautela, afinal, como o próprio autor lembra, não se pode por ela associar a idéia de progresso presente no pensamento clássico grego à que atualmente se vale da percepção do tempo como uma tendência linear direcionada ao futuro. Entretanto, seu argumento se sustenta no ideal do sentido do progresso, ou seja, na percepção de que o homem pode, conforme seu conhecimento, orientar-se para a perfeição da natureza humana¹¹.

A idéia de progresso, conforme destaca Nisbet, é também encontrada entre os sofistas, que defendiam que os frutos do progresso, graças ao uso da razão e do conhecimento, seriam vistos através dos tempos com a melhoria da condição do homem para a posteridade. Platão, por sua vez, reforçaria o papel do homem no progresso, considerando o conhecimento humano, em primeira instância, um presente dos deuses, entretanto, a responsabilidade pelo avanço cultural e pela

¹¹ Nisbet defende sua idéia apontando o Mito do Prometeu de Hesíodo. Nele, Hesíodo ilustraria, pela primeira vez entre os gregos, a tentativa do homem ir além do que os deuses revelavam, trazendo luz ao que estava escondido. De forma semelhante, na narrativa do Prometeu Acorrentado de Ésquilo, se destacaria como a busca pela grandiosa libertação da ignorância e do medo levaria à realização da civilização material e espiritual pregada pelos atenienses. O Prometeu não só fez com que os homens se empossassem de sua inteligência, mas também os estimulou a descobrir, por eles mesmos, as formas e os recursos que os levariam a um futuro melhor. Assim, Nisbet (1985, p. 33) mostra como, já em Ésquilo, se apresenta a convicção “[...] de que o passado remoto não tinha sido uma idade de ouro, que o presente era superior ao passado, e que a esperança no futuro era bem real”.

continuidade do progresso nas artes e nos ofícios pertenceria unicamente ao homem.

No período helenístico (323 a.C. a 30 a.C.), embora a descrença em relação às conquistas da razão humana seja notória, a idéia de progresso se manteve associada à capacidade humana de direcionar-se ao futuro, o interesse pelas ciências físicas e naturais e pelas invenções mecânicas que alteram o cotidiano tomaram maior proporção, reforçando a “[...] fé no conhecimento, na sabedoria, e na capacidade do homem de melhorar a si mesmo e a sociedade” (Nisbet, 1985, p. 49), o que permitira a emergência do homem de sua condição primitiva.

Em suma, as considerações de Nisbet (1985) indicam que a idéia do progresso tem seu alicerce na valorização do conhecimento humano como principal meio para a construção de um futuro ideal. Porém, como sugere Dupas (2006), essa perspectiva de análise não dá a devida atenção ao principal valor da idéia de progresso entre os gregos:

“[...] o ponto de partida da civilização teria sido uma era dourada de perfeição e simplicidade depois da qual os homens decaíram; os pensadores gregos formulavam, com base nesse declínio, a doutrina de uma seqüência gradual de melhorias sociais e materiais. Eles viam a história como uma sucessão de grandes ciclos em que um período dourado era seguido de uma fase de decadência, evoluindo novamente para um período de esplendor; e assim por diante”. (Dupas, 2006, p. 31-2).

Portanto, sem desconsiderar as palavras de Nisbet, entende-se que a idéia de progresso entre os gregos concebia a valorização do conhecimento humano como elemento necessário para o progresso, entretanto, essa valorização era realizada frente a uma sucessão de ciclos que, ao contrário de apontar o avanço ao longo do tempo acumulativo e linear, indicava para o aperfeiçoamento cultural do homem. Assim, a idéia de progresso rumou ao período cristão e posteriormente à Idade Média mantendo o ideal grego, para depois, enriquecê-lo com novos atributos que lhe concediam força espiritual. Nesse transcorrer, a idéia de progresso passaria a considerar a unidade de todo gênero humano para traçar seu destino, não mais se referindo a um povo ou a uma civilização em particular.

Igualmente conceberia o fluir do tempo unificado, transpondo a concepção cíclica presente em parte do pensamento grego.

Com efeito, a idéia de progresso, antes permeada pelas orientações de cada povo ou civilização, se aproximaria de uma única idéia de progresso da humanidade que avançaria por estágios sucessivos e emergentes de tempo. Como nos lembra Nisbet (1985, p. 89), as correntes medievais apontariam um sentido revigorado da idéia de progresso, nela “[...] a consciência de um avanço persistente e acumulativo da cultura desde um passado remoto até um futuro distante” somado a “[...] fé numa idade de ouro de moralidade e de espiritualidade que se localiza no futuro e neste mundo” se tornariam as principais referências para a concepção do progresso humano.

A partir desse ponto, a idéia do progresso não seria somente amparada pela crença no conhecimento humano, mas também pela crença na continuidade do presente em um futuro, reforçando ainda mais a capacidade do homem, frente ao tempo linear e contínuo, para construir seu caminho. Com isso, a idéia de progresso reformaria o tempo, racionalizando-o conforme as aspirações humanas direcionadas ao futuro da humanidade. Noção esta que tem a continuidade histórica (projeção linear dirigida ao futuro) como elemento fundamental, pois sem a aceitação de um passado, concebido a partir de uma interpretação cultural comum, não se pode buscar o progresso que está por vir e que será melhor que o passado.

Durante o Renascimento, no século XV, como destaca Rossi (2000), novas interpretações surgiriam. Por um lado, a idéia de progresso se separaria da razão humana e não deveria ser concebida como um processo acumulativo e linear, abrindo espaço para o irracional, para o ocultismo e para o subjetivo (ênfase no que reside no interior humano em detrimento das realizações exteriores). Por outro, emergiria, a partir de Bacon e Descartes¹², a idéia de que era preciso reconhecer a falsa credibilidade de tudo o que foi dito do passado, pois a falta de

¹² Aqui nos referimos à ordem lógica do conhecimento proposta por Descartes, bem como às concepções de Bacon a respeito da utilidade do conhecimento para a melhoria da vida. (Dupas, 2006; Nisbet, 2005; Rossi, 2000).

método científico (observação empírica e experimentação) tornava esse conhecimento estéril e falso.

Tal fato aproximaria ainda mais a idéia de progresso à ciência e, posteriormente, com a renovação da fé cristã na Europa, recuperaria a crença no progresso linear da história. A razão e a pesquisa, juntamente com a crença de que qualquer concepção elaborada no passado deveria ser devidamente estudada para direcionar o homem ao futuro fariam a idéia de progresso assumir um novo e reforçado lugar na sociedade européia (Dupas, 2006).

Diante dessa condição, é possível reconhecer, como sugere Dupas (2006) e Nisbet (1985), que o século XVII nos forneceu, não sem conflitos e debates, parte importante da idéia de progresso que hoje nos orienta. O progresso visto como uma invenção cultural que permite ao homem se ver como um agente transformador do mundo, interagindo com o meio no empenho de efetivar suas potencialidades, conforme salienta Furtado (2000). Entretanto, podemos perguntar: se a idéia contemporânea de progresso está, em parte, na fé na racionalidade humana e na concepção de continuidade histórica, acumulativa e progressiva, por quais elementos ela se completa?

É importante ressaltar essa questão, pois se até o século XVII a idéia de progresso iluminava e impulsionava o homem para o futuro, no século XVIII essa idéia inspiraria mais que um fim, tornando-se também um meio. Em outras palavras, o homem passaria a ver o progresso como necessário e natural, dedicando-se igualmente à demonstração das leis e dos princípios que o tornam necessário e natural. Assim, o século XVIII acompanharia em seu transcurso, sobretudo em suas últimas décadas, transformações profundas na estrutura política, social e econômica até então estabelecida. Deu-se, então, um conjunto de transformações motivadas pela idéia de progresso que apontavam para a necessidade de transpor o atraso feudal reforçando as liberdades humanas e a ordem, por que não dizer, progredindo com a liberdade econômica individual.

“No século XVIII, o Iluminismo desafiou a posição teológica de que o céu estava longe da terra. A Revolução Industrial parecia tornar possível o paraíso, e sua imagem era confundida com a das capitais

européias se transformando em brilhantes espetáculos [...] Mas progresso também foi nessa fase, muitas vezes, associado a crescimento econômico. [...] Com a idéia de liberdade também já consagrada entre os pensadores dessa época, a crença era que o progresso conduziria necessariamente à liberdade: mais livres as pessoas, mais progresso haveria”. (Dupas, 2006, p. 43-4)

A Revolução Industrial que, paulatinamente, implodira na Inglaterra do século XVIII, e a Revolução Francesa que, guiada pelo desejo de reverter às ordens sociais e econômicas, alimentava novos valores e virtudes políticas (Hobsbawm, 2005), dariam ao progresso novo sentido. O século XIX se iniciaria com o progresso, um meio e também um fim, um traçado para caminhar no tempo linear e acumulativo, um caminho para a liberdade do homem que, pela razão e pelo conhecimento, rumava para o futuro.

Nesse sentido, a idéia de progresso se completaria na imagem da modernidade e da produção capitalista, sustentando novas regras e princípios para o avanço do homem e da sociedade, sustentados na ampliação econômica e produtiva. Não se pode esquecer que nesse período a idéia de progresso, conforme viam os empolgados pensadores ocidentais, era mais que uma aspiração, pois o potencial das máquinas e o desejo de modificar as estruturas do passado eram também as demonstrações de que, de fato, ele existia. Buarque (1993) relaciona essa mudança a um processo de legitimação pública da idéia de progresso. A aceitação e a demonstração de suas vantagens apontavam, conforme as mãos do homem industrial modificavam o passado e tornavam a produção mais efetiva, que o progresso, aos olhos de todos, era uma “verdade universal e irrefutável”.

“Nesse processo, a idéia que tinha surgido dos gregos como sinônimo de aperfeiçoamento cultural foi aprisionada e reformulada como um conceito específico da economia, e dos pensadores que [...] já começavam a receber o nome de economistas”. (Buarque, 1993, p. 49)

Mantendo parte de seus valores (a fé na racionalidade humana e a concepção de continuidade histórica linear e acumulativa), o progresso se tornaria

um fato de comprovação econômica. Por conseqüência, como menciona Buarque (1993, p. 49), os economistas se tornariam “donos” de seu conceito e concentrariam a “idéia de progresso no seu sentido material”, esquecendo “outros valores maiores do homem, vistos agora como secundários ou decorrentes”. Por fim, passariam “também a acreditar em uma tendência irreversível do tempo e do progresso que eles idealizavam”. Assim ditariam o itinerário do progresso, cujo sentido está limitado a seu valor instrumental e estratégico, um meio iluminado pelo itinerário econômico que sugere que o fim do progresso, a saber, o crescimento econômico, era o caminho a ser percorrido para solucionar todo e qualquer problema humano (Morin, 2002).

Aprisionada pelos economistas, a idéia de progresso se consolidaria como o progresso econômico e, à medida que seus valores eram universalmente propagados, todas as diferentes sociedades passariam a se esforçar para obter esse mesmo progresso econômico. Para medir o progresso, as sociedades deveriam verificar a constante elevação da produção e o crescente aumento da oferta de bens econômicos à disposição da população. Ademais, entendiam-no como o reflexo de uma ação mais sutil e valiosa: o adentrar na modernidade ocidental, um ininterrupto movimento de descarte das antigas idéias do mundo e de desenvolvimento — o sinônimo de progresso.

Percepção semelhante permite a Furtado (2000) considerar que a noção de desenvolvimento, tal qual a conhecemos, tem suas raízes na idéia de progresso apresentada, a partir do século XVIII, em três idéias do pensamento europeu que concebem a história como um movimento “progressivo para o racional”, para a “acumulação da riqueza” e para a aceitação do modelo europeu capitalista e industrial como “o acesso a uma forma superior de civilização”.

Enraizada nessa visão otimista da história, a idéia de progresso se converteu na possibilidade de antever um futuro possível sob a forma da sociedade guiada pela racionalidade, pela produtividade e pela promessa de um maior bem-estar para o homem. Assim, envolvida pelas orientações da economia e da modernidade, a noção de progresso se tornou uma idéia dominante. Um sinônimo de desenvolvimento associado à aceitação de um modelo econômico que tinha na

produção industrial, na técnica e na razão econômica sua principal sustentação. A idéia de desenvolvimento se ligava à construção de uma “sociedade mais produtiva”, portanto, refletia a idéia de que a acumulação de riquezas e o avanço das técnicas produtivas levariam à evolução do sistema social de produção e à satisfação das necessidades elementares da população e dos grupos que competem pela utilização dos recursos de produção industrial. Articulando-se “[...] numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra, com o de riqueza” (Furtado, 2000, p. 41).

A lógica apresentada está no centro do paradigma formado pela sociedade industrial. Nela, o desenvolvimento é descrito como um processo evolutivo, no qual a eficiência da produção possibilita a ampliação da riqueza, contemplando, por sua vez, as necessidades da população e dos produtores. Representa, portanto, a conjunção dos progressos das técnicas, das ciências, da economia, da urbanização e da industrialização, direcionados à elevação produção e do bem-estar social (Morin; Naïr, 1997). Essa perspectiva nos coloca diante do paradigma industrial do desenvolvimento: concepção de que a industrialização — principal motor da produção capitalista — levará ao desenvolvimento ilimitado da sociedade (Morin; Kern, 1995).

Desse modo, o desenvolvimento se conecta ao avanço das novas técnicas, da produção, da urbanização e da lógica da competição para transformar-se na causa e na conseqüência do progresso da sociedade (Morin; Naïr, 1997). Portanto, emerge, ao longo dos séculos XIX e XX, como um movimento natural e contínuo, induzido pelos paradigmas da sociedade industrial, ao mesmo tempo em que converte esses mesmos paradigmas no movimento necessário para o desenvolvimento. Na base da idéia-chave de:

“[...] desenvolvimento estava o grande paradigma do humanismo ocidental: o desenvolvimento socioeconômico alimentado pelo desenvolvimento científicotécnico, garante só por si o desabrochar e o progresso das virtualidades humanas, das liberdades e dos poderes do homem”. (Morin, 1984, p. 346).

Junto à modernidade, a idéia de progresso abria espaço para a construção de um mundo livre do passado e de qualquer medo ou desordem que dele proviesse. O progresso tinha à sua frente um vasto território para dominar, para reconstruir e para marcar com símbolos de modernidade. Nesse contexto, o mesmo se converteria em uma marcha para a modernidade, construindo e repondo peças, planejando formas de compor, decompor e recompor a produção e o homem, destruindo para construir ou construindo para destruir. Não havia mais lugar para o passado ou para o futuro decadente, não havia, por fim, espaço para manter as estruturas em movimento paulatino, muito menos cíclico, como outrora propuseram os gregos. Como lembra Berman (2007), o homem moderno — o “fomentador fáustico” frente a seu imenso canteiro de obras — já podia admirar, diante da rapidez de suas ações, a dissolução do passado que impacientemente se converteria em um breve e provisório futuro para novamente tornar-se obsoleto.

Sob os valores da economia e da modernidade, o progresso seria o personagem mais citado nas narrativas da ocidentalização do mundo e da mundialização das idéias e da produção, que, amparadas pelo formidável desenvolvimento do imperialismo europeu, generalizam seus princípios políticos, produtivos e humanos (Morin; Kern, 1995). O progresso se tornaria a grande promessa, a ação necessária para a construção da sociedade moderna e industrial que comporta todo o gênero humano, afastando-o do passado, cujo único significado concreto era o atraso. Com efeito, os padrões de consumo, os benefícios da tecnologia, os valores culturais e a estética industrial e urbana dos países industrializados embalavam o desejo daqueles que ainda, e somente ainda, não haviam alcançado o desenvolvimento.

Nos anos do pós-guerra essa idéia se aproximaria ainda mais dos enunciados da economia prevendo que o desenvolvimento do homem e da sociedade ocorreria com a “[...] consolidação de um ciclo de crescimento econômico baseado no fordismo e taylorismo como processo de produção” (Dupas, 2006, p. 138) que pressupunha o crescimento do consumo, apoiado pela intervenção seletiva do Estado. Em torno dessa idéia, o Estado deveria alimentar

o ciclo virtuoso do desenvolvimento da produção e do consumo com investimentos em infra-estrutura e com o oferecimento de benefícios sociais à população.

“O objetivo dessa estratégia era gerar desenvolvimento, tendo como base a manutenção constante de demanda. A procura por novos produtos incentivaria as empresas a investir crescentemente na produção, seja para o aumento de escala, seja para a renovação tecnológica. O papel da ciência seria suprir o sistema de produção com intensa inventividade; a produção de novos produtos para o mercado traria boa remuneração do capital, pleno emprego e benefícios sociais garantidos pelo Estado. Esses eram os argumentos centrais de Keynes [...]”. (Dupas, 2006, p. 138).

Nesse processo, a inovação tecnológica e produtiva se tornaria um importante sinônimo do progresso. Sua função era realimentar os hábitos, as vontades e as necessidades de consumo, mais precisamente, alimentar a produção com o consumo. Novamente a modernidade oferecia sua face, renovando os valores e empurrando a sociedade para o progresso.

Acreditamos que essa condição aproxima ainda mais a idéia do progresso à economia e ao espírito da modernidade, afinal, a produção tinha um fim claro: desenvolver a sociedade que, por sua vez, deveria consumir para ampliar a produção. O ciclo virtuoso do desenvolvimento a partir da produção e do consumo a que se refere Dupas (2006) e outros como Morin e Kern (1995) e Furtado (2000), sedimenta a idéia do progresso junto à modernidade. Este, para manter-se na direção do futuro, dissolve seus próprios avanços, realimentando a busca por mais desenvolvimento. Berman (2007) nos mostra como esse quadro une a inquietação do desenvolvimento fáustico à modernidade:

“Nos países mais industrialmente avançados do mundo, o desenvolvimento seguiu de maneira mais autêntica as formas fáusticas. Tornou-se claro — e Goethe podia tê-lo antecipado — que sob as pressões econômicas do mundo moderno o desenvolvimento precisa ele próprio caminhar no sentido do eterno desenvolvimento. Onde quer que o processo ocorra, todas as pessoas, coisas, instituições e ambientes que formam inovadores e de vanguarda em um dado momento histórico se tornarão a retaguarda e a obsolescência no momento seguinte. Mesmo nas partes mais

altamente desenvolvidas do mundo, todos os indivíduos, grupos e comunidades enfrentam uma terrível e constante pressão no sentido de se reconstruírem, interminavelmente; se pararem para descansar, para ser o que são, serão descartados”. (Berman, 2007, p. 98).

Essa condição completa a idéia de progresso como hoje conhecemos. Um conceito que tem no ideal do desenvolvimento econômico e da modernidade seu principal pilar, produzido em material rígido/flexível — sua rigidez não permite que o progresso se oriente por valores distintos aos pregados pela economia; sua flexibilidade permite a renovação de seus próprios indicadores e a manutenção da idéia de desenvolvimento. Assim, renovar, competir, avançar e evoluir se tornam as ações mais seguras do progresso, cuja base é a produção material e a crença na razão humana que promoverá o contínuo e acumulativo avançar do tempo, bem como conduzirá ao enriquecimento e à espontânea melhoria dos padrões sociais. Diante disso, podemos considerar que a modernidade nos ofereceu, não sem destituir a fé na razão humana e na visão do tempo linear, os principais valores do progresso que hoje defendemos. Em torno de seus fundamentos, o crescimento econômico tornou-se o alicerce, acompanhado pela idéia de que esse mesmo crescimento, desde que constantemente renovado, é o caminho para o bem-estar humano.

Assim entendida, a idéia de desenvolvimento inspirou renovadas teorias ao longo do século XX, na maioria das vezes, elaboradas para indicar meios comprovados de progredir por meio do desenvolvimento econômico¹³. Como ressaltam Arbix e Zilbovicius (2001, p. 57), praticamente todos os economistas do início do século XX “sugeriram os caminhos da indústria pesada para encontrar o crescimento econômico, único setor capaz de puxar o conjunto da economia” e,

¹³ Furtado (2000, p. 25) igualmente observa que a reflexão sobre o desenvolvimento, no pós-guerra, causada pela tomada de consciência do atraso econômico da maioria da humanidade, contribuiu para a ampliação da idéia de progresso atrelada ao crescimento econômico e industrial, promovendo o uso de indicadores específicos de desenvolvimento (mortalidade infantil, grau de alfabetização, entre outros), entretanto, justamente por empregá-los a partir da idéia de que tais indicadores só se tornariam positivos quando cada sociedade se desenvolvesse economicamente, isso também contribuiu “para amalgamar as idéias de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim, tudo que sugeria acesso às formas de vida criadas pela civilização industrial”.

conseqüentemente, gerar o desenvolvimento da sociedade. Exemplo disso são as visões presentes na literatura econômica que aferem o desenvolvimento por meio de indicadores como a relação PIB (Produto Interno Bruto) e renda *per capita* ou PIB e produtividade do trabalho (Arbix; Zilbovicius, 2001), quando não, arbitram a favor da observação dos níveis de produtividade social.

O debate em torno dos indicadores do desenvolvimento proposto, maiormente entre os teóricos da economia, incluía ainda a percepção de que era um equívoco considerar que o desenvolvimento seria medido pelo aumento da renda *per capita*, sendo a combinação do crescimento econômico com a distribuição de renda o reflexo real do desenvolvimento que, para tanto, teria a expansão industrial como principal meta¹⁴. Assim, o desenvolvimento ficaria reduzido a alguns componentes econômicos, promovendo a idéia de que seu constante aumento quantitativo representa o progresso para o homem e para a sociedade, sem se analisar os antagonismos sociais ou o perfil da acumulação (Furtado, 2000).

Essas visões reforçariam, nos anos de esplendor econômico do fordismo-keynesianismo — *a era de Ouro* (Hobsbawm, 1995) — a expressão de que o progresso econômico e produtivo era o meio para o progresso social e, igualmente, reforçariam o espírito moderno do trabalho, do consumo, da ação social e da crença no modelo que defendiam os economistas. Dessa forma, não podemos deixar de considerar que a noção de desenvolvimento defendida nos anos do pós-guerra culminaria na construção social da esperança no desenvolvimento a partir do crescimento das forças produtivas¹⁵.

¹⁴ Como destacam Arbix e Zilbovicius (2001), essa linha de compreensão considerava que a desigualdade de renda tendia a aumentar na etapa inicial da industrialização de um país, invertendo posteriormente, quando esse país estivesse industrializado. Essa base científica insistia na necessidade de que primeiro o bolo crescesse para que depois fosse repartido.

¹⁵ Exemplo disso é o debate proposto pelas escolas da economia em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ainda que separadas por uma grande linha divisória — da dependência e da modernização — as escolas eram concordantes em validar a idéia de que desenvolver-se era industrializar-se, demonstrando que a maioria dos profissionais aceitava “[...] como verdadeiro que desenvolvimento e industrialização são a mesmíssima coisa” (Arrighi, 1997, p. 208).

Após a *era de Ouro*, a idéia do desenvolvimento se mantém atrelada ao avanço produtivo e, mesmo depois das reflexões promovidas para combater a intervenção estatal keynesiana que atacavam o Estado de bem-estar (Dupas, 2006) e dos debates promovidos, a partir da década de 1970, para a conceituação do desenvolvimento sustentável (Sachs, 2004; Montiberller Filho, 2004), o desenvolvimento continuou a ser definido pelo paradigma industrial e sua análise se manteve concentrada na verificação do crescimento econômico, do processo acumulativo das forças produtivas do capitalismo e na expansão do sistema industrial (Rattner, 2005).

Esse quadro, a nosso ver, pouco se modificou, e apesar das análises contrárias a sua idéia dominante¹⁶, o desenvolvimento manteve as noções que o definem e, talvez ainda mais preocupante, em torno deste, manteve-se a esperança do homem (Nisbet, 1985). Em outras palavras, a idéia do progresso atravessou parte de nossa história sem que parte de suas premissas, atualmente interpretadas pela “moderna” linguagem da economia, da produção, da inovação, da competição e do mercado, fosse modificada. É fundamental ressaltar que a idéia de desenvolvimento sofreu considerável avanço ao incluir os aspectos sociais da vida humana como referências para medi-lo. Esta mudança vem apoiada, em grande medida, nas proposições de Sen (2000), que considera que o objetivo básico do desenvolvimento é expandir a liberdade e as capacidades humanas, ampliando as escolhas que as pessoas têm para viver. Essa contribuição também está associada ao emprego do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) calculado com base em três elementos centrais (educação, longevidade e renda), portanto, a despeito das críticas, um

¹⁶ Promovidas por Morin (1984), Furtado (2000; 1996), Sachs (2004; 2002), Dupas (2006), Rivero (2006), entre outros diversos estudiosos que contrapuseram a noção dominante de progresso a reflexões e análises que mostraram que o desenvolvimento associado à dimensão econômica e à acumulação de capital não reverteu os males que prometia resolver. É válido lembrar que além da crítica explícita à idéia dominante do desenvolvimento, os mesmos destacam que sua valorização é igualmente um dos fatores para o atual quadro de desigualdade, pobreza, degradação ambiental etc. da sociedade moderna. Em outras palavras, a idéia inspiradora das ações de desenvolvimento não só é fantasiosa e ideológica, como também é produtora de inúmeras contradições presentes em nossa sociedade.

contraponto à incipiente verificação da renda e da produção como indicadores de desenvolvimento.

Provavelmente, apesar dos atuais debates e avanços, o desenvolvimento ainda seja um abismo que gera pouco interesse ao olhar, pois nos limitamos a crer que mais à frente existe um solo mais seguro ou nos asseguramos de que, antes de deixá-lo, basta iluminar seu escuro para encontramos respostas que tranqüilizem nossos conflitos e rapidamente nos impulsionem de volta ao caminho do progresso sem ver as sombras deixadas por nossas próprias luzes.

Nesse sentido, o desenvolvimento é ainda hoje traduzido, conforme propõe Arrighi (1997), como um processo de avanço progressivo e acumulativo da produção, um movimento linear de ampliação da produção material, uma ordenação capaz de intervir sobre qualquer realidade social, cujo principal destino, desejado para as almas que a alimentam, é acreditar que quanto mais a sociedade produzir, precisamente, quanto mais a sociedade se organizar para produzir e inovar, maior será a eficiência social de seus resultados. Assim, sobre o signo da inevitabilidade “se ha impuesto [...] que el crecimiento máximo – y, por lo tanto, la productividad y la competitividad – es el fin último y único de las acciones humanas; o que es imposible resistir a las fuerzas económicas” (Bourdieu, 2003, p. 45).

Apesar dessa certeza, atualmente defendida por inúmeros estudiosos, o desenvolvimento é um abismo que oculta incertezas sobre os caminhos escolhidos pela sociedade e, assim, esconde as contradições e os antagonismos gerados para validar a segurança do progresso da razão e da produção. Oculta entre as fissuras de sua sólida e acidentada parede, as contradições das inquietantes transformações modernas que desmancham o passado em nome do futuro, que logo terá o mesmo destino. Reduzido à luz econômica que defende mais inovação, mais produção e mais competição, o desenvolvimento rejeita o avanço das artes e das ciências ou as reflexões filosóficas, nega também a possibilidade de pensar e de agir a partir de outras compreensões de desenvolvimento. Nesse escuro iluminado, até Fausto com seu ímpeto “fomentador”, para novamente usar as palavras de Berman (2007), se tornaria

obsoleto, como de fato ocorreu, pois progredir ou desenvolver é marchar em direção ao futuro desconhecido que deve ser constantemente reconstruído pela razão, pela ação e pela produção material do homem.

1.2 As balizas para o encontro entre turismo e desenvolvimento

Neste momento, interessa-nos compreender o significado do turismo na sociedade moderna, como também quais são os caminhos que levam a maior parte dos estudiosos da área a defendê-lo como um meio para o desenvolvimento da sociedade. Para tanto, analisaremos seu conceito, observando como o mesmo se transformou ao longo do tempo.

Qual é o elemento fundamental para a definição do turismo? Quando e a partir de quais práticas sociais pode-se identificar seu surgimento? Partiremos desses questionamentos com o objetivo de problematizar os argumentos empregados, nas diversas obras da área, que associam o turismo a um movimento natural do homem que hoje, em sua forma “moderna”, caracteriza um setor econômico capaz de promover o desenvolvimento da sociedade.

Para muitos estudiosos, os deslocamentos humanos, ocorridos em diferentes períodos históricos, são os elementos fundamentais para indicar o surgimento do turismo¹⁷. Apoiados nessa compreensão, argumentam que os “antecedentes das viagens e do turismo” (Yasoshima; Oliveira, 2002), também chamados de “antecedentes remotos do turismo” (Acerenza, 1991), referenciados pelas viagens dos Sumérios (4.000 a. C.) (Goeldner; Ritchie e McIntosh, 2002), pelos êxodos humanos ou pelas viagens para explorar e conquistar territórios, são os elementos determinantes de sua origem, bem como são as comprovações de que o turismo

¹⁷ Os autores fazem referência à variedade de deslocamentos humanos — nômades; povos fugitivos em busca de terras; Moisés e o povo de Israel a caminho da terra prometida, entre outros — para compor a história do turismo (Acerenza, 1991; Yasoshima; Oliveira, 2002; Goeldner; Ritchie e McIntosh, 2002; Barbosa, 2002, entre outros).

representa um movimento natural do homem. Contudo, acreditamos que tais argumentos são imprecisos, pois confundem a prática social do turismo com a prática social da viagem e do deslocamento humano e nos deixam à sorte de infundáveis argumentos históricos¹⁸, sem que se possa apontar, entre tais práticas, nenhum elemento para distingui-las.

Diferentemente das obras mencionadas, Boyer (2003) indica o fim do século XVII e início do XVIII, com o surgimento do *Tour* e dos movimentos ostentatórios da aristocracia (sobretudo inglesa) como o marco inicial do turismo. Sua característica principal nesse momento seriam as “viagens de distinção”. Nessa visão, o elemento fundamental para definir o turismo não é o deslocamento humano, mas sim o deslocamento promovido para a “distinção” social. Entretanto, não encontramos nessa diferenciação nenhuma noção que delimite o turismo. Ainda que Boyer consiga discernir o motivo do deslocamento, continua a caracterizar o turismo como deslocamento humano, ou seja, uma ação que define sua realização, diante da qual não se pode observar algum valor que indique o surgimento do turismo.

Com efeito, entendemos que a posição apresentada pelos autores não alcança a análise do surgimento do turismo, já que deixa de examinar a prática social que define sua origem: a dialética do trabalho/lazer derivada das transformações promovidas pela Revolução Industrial. A análise proposta pelos autores não observa tal transformação e, conseqüentemente, se distancia da percepção da dialética do trabalho/lazer como um movimento primordial para a discussão do turismo, limitando a compreensão deste, como já dissemos, a um deslocamento humano que atualmente assume valor importante para a economia.

Por essa razão, nos permitimos discordar das idéias apresentadas, acreditando que tais formas de compreender o surgimento do turismo não destacam como o mesmo está fixado a um paradigma e a um conjunto de análises que ocultam várias observações necessárias a sua problematização. Em outras palavras, compreender o surgimento do turismo sem considerar a dialética do

¹⁸ A história das viagens nos oferece um amplo campo de análise, sobretudo, quando observamos a riqueza dos relatos de viagens que podem favorecer o apontamento de um ou outro período como o de origem do turismo (Carneiro, 2001).

trabalho/lazer é uma leitura que o transforma em um movimento natural da sociedade que, em sua forma “moderna” e “avançada”, se converte em um promissor mundo de viagens que impulsiona efeitos econômicos ainda mais promissores. Diante disso, observaremos a partir do que entendemos ser o ponto de partida da idéia de modernidade, como surge o turismo, bem como indicaremos como o mesmo, após sua difusão como prática social, associa-se ao moderno conceito de desenvolvimento validado a partir desse mesmo período.

Hobsbawm (2005) destaca a Revolução Industrial Inglesa (1780) e a Revolução Francesa (1789) como a “dupla revolução” que permitiu a ascensão do capitalismo e de novos valores políticos, sociais, culturais e econômicos para a sociedade. Mudanças capazes de influenciar todas as formas de organização da vida e de impulsionar um modo de produção que não pode existir “[...] sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto de relações sociais” (Marx; Engels, 1988, p. 69).

Dessa forma, a condição que origina o turismo não é o deslocamento, mas sim a modificação das formas de trabalho observadas nas sociedades pré-capitalistas (Marx, 1991) que, a partir da noção de “trabalho produtivo”¹⁹, seguida pelo utilitarismo da economia política clássica²⁰, solidificariam a separação entre o

¹⁹ Formulada por Adam Smith em seu *A Riqueza das Nações*, editada primeiramente em 1776. Vale destacar que o termo “trabalho produtivo” era pauta comum nos debates da economia política do século XVIII, era tratado como suporte da idéia de riqueza, elemento decisivo para explicar as causas do enriquecimento, bem como para articular as políticas intervencionistas de desenvolvimento econômico. O debate incluía a noção de trabalho improdutivo (útil). Dele proviam defesas à idéia de que os estágios avançados das sociedades humanas estavam ligados ao processo de divisão do trabalho e, portanto, também se vinculavam à proliferação de ocupações improdutivas (governo, militares, artistas, professores, etc.). Assim, se formava sobre a noção de trabalho produtivo (não sem debates entre mercantilistas e fisiocratas) a base da sociedade do trabalho, o que permitira tanto a reformulação do conceito de trabalho, como a determinação do tempo de não-trabalho (Díez, 2001a).

²⁰ Economistas como Jeremy Bentham e John Stuart Mill, concediam corpo teórico à corrente filosófica do utilitarismo que, conforme destaca Paulani (2005, p. 38), com “[...] o racionalismo de base subjetiva, que conforma, por assim dizer, a ‘filosofia de trabalho’ da Modernidade” transforma, guiada pela mão invisível de Smith, sem necessariamente eliminar os efeitos do trabalho produtivo e da ação coletiva para o bem comum, o trabalho e o indivíduo.

tempo de trabalho e o de lazer. As conseqüências dessa transformação apontam para o surgimento e para a definição do turismo, sendo a dialética do trabalho/lazer a mais marcante, pois se antes o deslocamento humano e as viagens ocorriam fora da esfera do trabalho, após as influências decorrentes da Revolução Industrial, essas mesmas práticas passariam a acontecer no tempo de não-trabalho.

Com efeito, o surgimento do turismo está diretamente envolvido na racionalização do tempo criada na sociedade capitalista, uma mudança que gerou “[...] uma separação entre lazer e trabalho que o *grand tourist* desconhecia, até porque não trabalhava, mas que o indivíduo moderno passaria a viver como um dado quase natural do seu mundo” (Salgueiro, 2002, p. 308). Assim, a prática humana do deslocamento, motivada pelas conquistas ou pela busca de melhores lugares para viver e a prática das “viagens de distinção” mantidas pela ostentação “improdutiva” são distintas à prática do turismo, já que não se realizam no tempo de lazer, cujo sentido está condicionado à noção de trabalho produtivo resultante do modo de produção capitalista, ou seja, do trabalho abstrato que valoriza o capital, “o que produz mais-valia”, como menciona Antunes (2004). Nesse sentido, o trabalho produtivo não podia ser concebido como uma atividade cujo valor está no próprio agir e na realização do homem, mas sim no valor de uso do que produz, tornando o tempo de não-trabalho, tão somente, um tempo para a valorização do trabalho.

Não podemos, diante de nosso objetivo, discutir sobre os sentidos adquiridos pelo trabalho após a Revolução Industrial, contudo, nos valem da percepção de que a ampliação da divisão do trabalho e a racionalização do tempo de trabalho, promovidas a partir da Revolução Industrial, são os elementos necessários para o surgimento do tempo de não-trabalho. Tempo esse, distinto a qualquer concepção presente nas sociedades pré-capitalistas, quando a concepção de tempo e de trabalho não era mediada pela subordinação do lazer ao trabalho.

Como destaca Díez (2001b, p. 135), não podemos confundir a *ociosidad nobiliaria* que deixava todo o tempo para o luxo, com a *laboriosidad burguesa* que reservava “tan sólo el tiempo de descanso, de reparación de la fatiga, de la

domesticidad y la sociabilidad a tiempo limitado, del *no trabajo*". Com efeito, mesmo que o mais simples dos homens se aventurasse numa viagem em busca de terras desconhecidas, descansasse em um recanto de inverno ou ainda se deliciasse com os esportes dos nobres e dos aristocratas, não teria esse homem o sentido da liberdade de não estar trabalhando, o sentido do lazer que se formava em torno do trabalho da sociedade industrial.

Portanto, tanto as causas como as conseqüências da Revolução Industrial²¹ não só modificaram o conceito de trabalho, como também originaram o turismo — o deslocamento realizado no momento de lazer. O reconhecimento dessa condição, tanto permite questionar o surgimento do turismo, referenciado pelas obras anteriormente citadas, como também contrariar a compreensão comumente dada à noção de "turismo moderno" (Barreto, 2002), surgido no século XIX como uma conseqüência da intermediação e do avanço dos transportes para turistas²². Não se trata de analisar as formas de organização do deslocamento humano ou da viagem (assim, compartilharíamos com Molina (2003) a fantasia do "pós-turismo" ou continuaríamos definindo o turismo como um deslocamento que em sua fase moderna torna-se organizado e assume valor mercadológico). A questão central é a dialética do trabalho/lazer que define o tempo para a realização do turismo e não a forma como essa realização ocorre.

²¹ É importante notar que não entendemos a Revolução Industrial como uma explosão momentânea e isolada que transformou por si só as práticas sociais e econômicas. Portanto, a entendemos (embora existam elementos que a delimitem historicamente) como um processo formado juntamente com o declínio do sistema feudal, com a ascensão do capitalismo mercantil, com as aspirações da aristocracia mercantil da crescente burguesia, entre outros. Nossas orientações são concordantes com as argumentações de Hobsbawm (2000) quando aponta o conjunto de características que precederam e favoreceram a Revolução Industrial (na Inglaterra) antes da década de 80 do século XVIII. Ver HOBBSAWM, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (especialmente os dois primeiros capítulos, respectivamente, A Grã-Bretanha em 1750 e A origem da Revolução Industrial).

²² É comum encontrar nas obras que discutem o turismo referências a Tomas Cook e a Henry Wells. Atribui-se a ambos a organização das primeiras viagens para grupos, tornando conseqüentemente essa prática o marco definidor do turismo moderno. "Todos los estudiosos do fenómeno coinciden en afirmar que el año más memorable en la historia del turismo es 1841, en el que, por rara coincidencia, comienzan sus actividades en este campo Thomas Cook y Henry Wells". (Acerenza, 1991, p. 63).

Como destacamos, não há na literatura da área a análise dessa questão, por conseqüência, o turismo quando submetido a um olhar histórico, fica restrito à interpretação que o define pela existência dos deslocamentos humanos e as formas de organização das viagens. Nesses casos, sugere-se que o deslocamento humano é o elemento definidor do mesmo e que sua organização é o pressuposto para sua condição moderna. Quando não, é o indicador de seu próprio desenvolvimento e de sua capacidade de desenvolver — quanto mais organizado (planificado para a demanda de trabalhadores em lazer) for o turismo, maior será a possibilidade de gerar desenvolvimento, bem como maior a possibilidade de apontar seu próprio avanço.

Diante disso, podemos questionar: como se difundiu a prática do turismo na sociedade? Como essa prática assume o papel de protagonista no desenvolvimento social e econômico da sociedade moderna? Responder a essas perguntas é essencial, tanto para demonstrarmos como a discussão do turismo se afasta da problematização de seu elemento fundamental — a dialética do trabalho/lazer — como para destacarmos como sua discussão se aproxima da noção que entende o turismo como uma indústria moderna que a partir de sua própria evolução se torna capaz de promover o desenvolvimento.

A difusão do turismo como prática social somente ocorre no primeiro quarto do século XX, quando o turismo, em decorrência das transformações socioeconômicas introduzidas pelo fordismo, passaria de uma prática social restrita a pequenos grupos para um mundo de viagens, esperanças, consumos e direitos. A racionalização da tecnologia, o detalhamento da divisão do trabalho e o reconhecimento de que a produção de massa significava o consumo de massa promoveriam novos modos de regulação da produção e da vida e levariam a um novo tipo de homem e de trabalhador. Um mundo em que os novos métodos de trabalho se tornam inseparáveis do “modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (Harvey, 1999, p. 121). Nele, o trabalho daria ainda mais sentido ao consumo do tempo do não-trabalho.

No universo fordista, o trabalhador deveria, primeiramente, adquirir a disciplina para atuar na linha de montagem, para posteriormente obter a renda e o

tempo e gastá-los de forma “racional” (Harvey, 1999), o que, por consequência, geraria o despertar do lazer e do turismo. Como lembra Mascarenhas (2005), frente às novas necessidades da produção e da vida decorrentes do fordismo, os trabalhadores deveriam adquirir estabilidade e homogeneidade, necessitavam disciplinar-se para se transformarem em “engrenagens” da produção e para consumir o que era produzido. Para tanto, os mesmos assumiriam o tempo de não-trabalho como uma consequência direta e imediata do trabalho, solidificando-o, ainda mais, como um tempo para recuperar-se da rotina e do desgaste físico do trabalho, sedimentando-o, por consequência, como um momento para gastar racionalmente o dinheiro de seu trabalho.

Nesse processo, outras mudanças, a exemplo da legislação das férias, corroborariam para difundir a prática do turismo. Entre 1901 e 1919, como destaca Boyer (2003, p. 101), o mundo capitalista europeu observou uma “[...] marcha rumo às folgas e às férias”. Fato relacionado à criação da legislação de férias, já que antes de 1901 nenhum país possuía “[...] uma legislação global sobre a duração do trabalho semanal ou sobre as férias remuneradas”²³.

Assim, a institucionalização das férias, apoiada em um modo de regulação social com normas e instituições direcionadas ao controle dos interesses capitalistas e dos conflitos entre o capital e o trabalho, possibilitaria a emergência dos “direitos do lazer” (Dumazedier, 1999). Paralelamente, o trabalho fordista e o novo sistema de regulação social e político (Harvey, 1999), consoantes com a produção e o consumo em massa, se tornariam decisivos para difundir o turismo, incentivando-o racionalmente como uma realização decorrente do trabalho.

²³ “As férias remuneradas foram um objetivo essencial do Bureau Internacional do Trabalho, o BIT, órgão mais eficaz surgido da Sociedade das Nações. Os sindicalistas viram imediatamente o poder dessa alavanca e a comparação dos Estados entre si foi um meio de acelerar os retardatários. A questão da duração do trabalho estava na ordem do dia da primeira conferência realizada em Washington em 1919”. “A URSS, em 1922, inscreveu o direito às férias remuneradas em seu Código do Trabalho [...] a Itália fascista fez o mesmo em 1927 [...] a República Espanhola, em 1931, votou uma lei sobre as férias remuneradas”. “Em 1934 [...] 14 países tinham leis gerais referindo-se à limitação do tempo de trabalho e às férias anuais, o BIT votou resoluções para reivindicar leis em todos os países”. “[...] Entre 1935 a 1939 [...] França, países da Europa Central, Escandinávia, Portugal, Brasil, Chile e Venezuela concederam férias pagas” (Boyer, 2003, p. 105).

A partir de então, a “condição fordista-keynesiana” (1945 – 1973) (Harvey, 1999) favoreceu ainda mais a difusão do turismo como uma prática social. De um lado o trabalho fordista, necessário para a indicação do lazer como um tempo social de consumo e de recuperação da rotina; de outro, a legislação de férias e as ações do Estado, necessários para o estabelecimento do direito à liberdade. Realizar o lazer e o turismo permitia o acesso aos direitos do trabalhador, um “sinônimo de cidadania” (Fortuna, 1995). Com efeito, o turismo se transforma no momento mais desejado de uma sociedade de trabalhadores devidamente apoiada no crescimento da produção, da renda e das possibilidades de viajar. Um período em que, como menciona Urry (1996 p. 47), as férias haviam se tornado “um direito ao prazer” e todo trabalhador “se tornava autorizado a gozar dos prazeres do ‘olhar do turista’”.

Durante as décadas da *era de Ouro* (1845 a 1975) (Hobsbawm, 1995), ocorreria o que Boyer (2003) chamou de “o prodigioso ‘boom’ do lazer e das viagens”. Resguardado pelo aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, pelas conquistas sociais e pelo crescimento do consumo, esse “boom” transformaria o turismo, no último quarto do século XX, em uma prática social amparada por ideologias e imaginários²⁴, e, sobretudo, pela idéia de liberdade do trabalho. Da mesma forma, o expressivo crescimento do fluxo de viagens e de novos negócios turísticos²⁵, bem como de ações dos órgãos governamentais de apoio a atividade turística²⁶, favoreceria a noção de que o turismo era um setor econômico capaz de

²⁴ Boyer (2003) descreve como a sociedade europeia do pós-guerra revivia os hábitos da aristocracia, bem como as idéias das viagens como meio para explorar a natureza, para descansar junto às águas e aos bons ares do campo, revivia a nostálgica paisagem rural subtraída das cidades desde a expansão industrial e do crescimento urbano.

²⁵ É comum encontrar na bibliografia da área dados referentes ao crescimento quantitativo de viagens e de empresas turísticas desde a década de 60. Boyer (2003) destaca esse crescimento na França, Rabahy (1990) aponta análise semelhante com relação ao Brasil. Sancho (1998), por sua vez, apresenta estatísticas mundiais com o mesmo enfoque.

²⁶ Fazemos referência às ações realizadas pelos governos europeus (Itália, Espanha, França, Alemanha, entre outros) que incentivavam o turismo como estratégia para atrair renda e propagar “boa imagem” aos estrangeiros (Boyer, 2003).

beneficiar social e economicamente os que recebem, ao mesmo tempo em que proporciona liberdade aos que são recebidos.

Nos anos iniciais de 1970, o turismo assumiria, para alguns países europeus, a condição de “indústria”. Essa posição era defendida pela Organização para Cooperação Econômica Européia (OCEE), que o entendia como uma das atividades vinculadas ao processo de desenvolvimento das economias européias que, após a longa prosperidade da *era de Ouro* (Hobsbawm, 1995), necessitavam expandir-se (Lickorish e Jenkins, 2000). Juntamente com o novo consenso político e econômico²⁷, o turismo se tornaria uma alternativa “moderna” para desenvolver os países que o promovessem, sem para isso deixar de ser um sinônimo de liberdade e de cidadania.

Nesse contexto, o turismo passaria a ser denominado de “indústria sem chaminés” ou de “indústria turística”. Uma denominação diretamente relacionada à tentativa de reverter a imagem negativa do “turismo fordista” (Urry, 1996): impulsionador de práticas que degradavam o meio ambiente e simplificavam a cultura dos “visitados”. Contudo, como destaca Davidson (2001), o principal fator para correlacionar o turismo à indústria não era a tentativa de modificar o turismo, tampouco de refletir sobre a submissão do lazer ao trabalho ou rever os efeitos culturais negativos dos visitantes sobre os visitados, mas sim mostrar que seu lado negativo era compensado por um positivo: o desenvolvimento econômico e social por ele proporcionado.

“Como conseqüência, todos os que se dedicavam ao turismo como atividade econômica passaram a se preocupar em conquistar o respeito do mercado definindo o turismo como um setor e avaliando seu impacto econômico segundo padrões comparáveis aos utilizados em outros setores. ‘Setor’ era um termo positivo que

²⁷ Anderson (1995, p. 9-10) destaca o consenso neoliberal como o elemento de sustentação da ideologia dominante do modelo econômico que sucede a condição fordista-keynesiana, após a crise de 1973, quando a combinação de baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação permitiu a ascensão do novo consenso político e econômico. Para o autor, o propósito dos “adversários” do Estado de bem-estar europeu (Hayek, Friedman, Popper, Polanyi, entre outros — Sociedade de Mont Pèlerin) era “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”.

tinha conotação de trabalho, produtividade, emprego, faturamento, vigor econômico — atributos aos quais o turismo aspirava, mas não tinha”. (Davidson, 2001, p. 46).

A partir desse quadro, o ideário do desenvolvimento econômico se associaria ao turismo e a despeito do abandono conceitual da noção que opõe o turismo às viagens motivadas por atividades profissionais²⁸, seu conceito não foi modificado, aproximando-se ainda mais da idéia que o identifica como uma atividade econômica moderna que possibilita o desenvolvimento social e econômico. Por conseqüência, o estudo do turismo se distanciaria ainda mais da problematização de seu elemento fundamental — a dialética do trabalho/lazer e incorporaria às linhas de seu discurso a idéia de desenvolvimento²⁹.

1.3 O desenvolvimento gerado pelo turismo: a idéia incorporada ao discurso

Diante dos argumentos apresentados, entende-se que o turismo, tal qual o conhecemos, está sustentado sobre três idéias. Primeiramente, na idéia de desenvolvimento do próprio turismo — uma evolução iniciada com os deslocamentos humanos que atualmente formam uma rede de bens e serviços voltados para o turista. Posteriormente, na idéia de que sua própria evolução resulta do progresso da sociedade moderna — a liberdade e a cidadania do lazer, os direitos do trabalhador, os avanços tecnológicos, entre outros resultados

²⁸ Atualmente inúmeras obras já não diferenciam o motivo da viagem ao conceituar o turismo, assim como a definição de turismo utilizada pela OMT: o conjunto de “[...] atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros”.

²⁹ Um exemplo é a elaboração das Contas Satélites de Turismo, utilizadas inicialmente na década de 1970 pelos franceses para mensurar os resultados econômicos do turismo não identificados no Sistema de Contas Nacionais. Em 1982, a OMT elabora o documento que define os padrões para caracterizar e mensurar o desenvolvimento gerado pelo turismo. Ver ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Cuenta satélite del turismo: cuadro conceptual*. Madrid: OMT, 1999.

tornaram os transportes mais rápidos e seguros. E, por fim, na idéia de que o turismo é um meio para o desenvolvimento — “a moderna indústria” capaz de beneficiar economicamente os núcleos receptivos.

Com efeito, o turismo não só ilustra a idéia de desenvolvimento como atualmente compreendemos, mas também se vale dela para defender os resultados, sobretudo os econômicos, por ele gerados. Por essa razão, torna-se importante analisar como a idéia do desenvolvimento é incorporada ao discurso que o defende como um meio de desenvolvimento. Um discurso que, por um lado, afasta o debate sobre a origem e a difusão dessa prática social e, por outro, afasta a possibilidade de pensar o desenvolvimento além do econômico. Um discurso que igualmente utiliza o pilar rígido/flexível para construir a ponte que nos leva para longe do abismo ou que nos permite observá-lo de cima, como um cenário iluminado por nossas próprias esperanças.

A idéia do desenvolvimento gerado pelo turismo surge, como mencionamos, a partir da década de 1980, quando o turismo passa a ser associado ao desenvolvimento, devidamente sustentado nas premissas da economia. A partir de então, os “desdobramentos econômicos” da atividade turística, as novas modalidades de viagem orientadas para a “segmentação de mercado” e as medidas de crescimento associadas ao mercado assumem lugar de destaque nas produções acadêmicas da área, solidificando a concepção de setor econômico capaz de gerar desenvolvimento.

Como destaca Lemos (2002), essa orientação teve origem em quatro “correntes de pensamento” que se alinham à idéia econômica do turismo: a “corrente do utilitarismo”, que analisa o turismo como uma rede de negócios que intermedeiam a compra e a venda de bens e serviços turísticos³⁰; a “corrente do deslocamento”, que o define como uma atividade que promove o deslocamento do consumo da demanda³¹; “a corrente do desenvolvimento industrial do turismo”,

³⁰ Donald Lundberg (*Tourism economics* – 1995) e Adrian Bull (*La economia del sector turístico* – 1994) são os principais autores da corrente do utilitarismo.

³¹ Licínio Cunha (*Economia e política do turismo* – 1990) é o principal autor a discutir o turismo sob essa perspectiva.

que o associa a um processo de transformação de matérias-primas para a elaboração de produtos que são comercializados no mercado³²; e a "corrente das belezas naturais e do desenvolvimento auto-sustentável", que o conceitua como uma atividade composta pela oferta de recursos naturais³³.

As correntes citadas por Lemos (2002) entendem o turismo como um setor econômico que, independentemente das interpretações que as diferenciam, têm como principal fim o equilíbrio entre oferta e demanda turística. Essa perspectiva é igualmente adotada por estudos que definem o turismo como um sistema condicionado à realização de trocas entre seus elementos para competir e gerar riquezas³⁴, interpretando-o como um sistema aberto que, para se equilibrar, necessita da articulação entre os produtos e serviços turísticos de uma dada cidade/região e o seu território, o que favorece a interpretação de que dificilmente se obterá produtos e serviços turísticos competitivos de forma isolada. Em outras palavras, é preciso adaptar as características ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas — "os subsistemas do turismo" na linguagem empregada por Beni (2001) — de cada destino turístico às demandas mercadológicas, evitando que cada localidade busque seu próprio caminho frente ao "potencial do mercado turístico global".

Desse modo, acreditamos que o turismo esteja cercado por noções que o compreendem e o incentivam como uma atividade econômica capaz de gerar desenvolvimento. Mais precisamente, restrito a um olhar que não permite que o turismo seja visto além dos valores presentes na idéia de desenvolvimento atualmente empregada. Talvez ainda mais preocupante, o turismo é reduzido à interpretação que expressa a idéia do progresso moderno e industrial, a exemplo da afirmação realizada por Sessa (1983, p. 40-1) quando sugere "a similaridade entre a instalação de um pólo de desenvolvimento turístico e um pólo de

³² Seu principal autor é Alberto Sessa (*Turismo e política de desenvolvimento* – 1983).

³³ Muitos autores podem ser enquadrados nesse grupo. No Brasil, por exemplo, podemos citar Doris Ruschmann (*Turismo e planejamento sustentável* – 2001).

³⁴ No Brasil, o principal autor a tratar o turismo pela perspectiva sistêmica (holística) é Mário Beni, cuja principal obra — *Análise Sistêmica do Turismo* (2001) — apresenta o Sistema Turístico (SISTUR) e seus elementos componentes.

desenvolvimento industrial”. Seu argumento é que em ambos os casos o crescimento dos fluxos monetários incrementa “uma série de dinamismos de expansão, sobretudo mediante os efeitos de aglomeração e de conjugação, tendendo a estender estes efeitos de expansão em ondas concêntricas, além da própria localidade”.

Esse mesmo argumento pode ser encontrado quando verificamos a idéia de desenvolvimento incorporada ao discurso dos “intermediários”³⁵ e dos empresários atuantes no turismo, que associam o crescimento da renda empresarial e da oferta de negócios ao desenvolvimento social e econômico das localidades receptoras. Nesse sentido, segundo os “mercadores” da atividade, o desenvolvimento deve ser mensurado por meio da quantificação dos “efeitos multiplicadores” — os efeitos de aglomeração e de conjugação a que refere Sesa (1983) — decorrentes do crescimento dos negócios turísticos³⁶, especialmente a geração de trabalho e de renda nas áreas receptoras.

O conceito de “*tourism multiplier*” (efeito multiplicador turístico) é definido como a taxa calculada entre as variáveis de produção (renda, emprego, receitas de governo) e os gastos turísticos, de modo que qualquer variação no gasto dos turistas afetará o nível de produção da economia local, elevará a taxa de desemprego e reduzirá a renda local (Fletcher e Archer, 1991). Nesses termos, o aumento da produtividade e do faturamento das empresas turísticas é fator-chave para o desenvolvimento.

³⁵ Krippendorf (2000, p. 150) assim denomina o grupo “[...] das empresas e das instituições que intervêm ativamente no sistema turístico e têm um interesse de caráter profissional no mesmo. Trata-se da [...] indústria de construção de hotéis e restaurantes e agências de viagem. Enfim os empreendedores, cujos lucros não pertencem à região turística”.

³⁶ A literatura do turismo apresenta inúmeros tipos de multiplicadores que geram distintos efeitos econômicos. Por exemplo: efeitos na balança de pagamentos: gastos dos turistas e redistribuição de renda (o excedente de renda se transfere de um local para outro); efeitos macroeconômicos: desenvolvimento da economia local - capacidade de financiamento e de redução à dependência das economias locais devido ao estímulo de investimentos no setor imobiliário e no comércio; efeitos produtivos: aumento da produção e do emprego; efeitos no setor público: receitas tributárias e transferência de impostos. Ver TRIBE, J. *Economía del ocio y el turismo*. Madrid: Síntesis, 1999.

A partir dessa interpretação, as intervenções públicas na forma de investimentos para a instalação de infra-estrutura e para a qualificação da mão-de-obra nos locais receptivos assumem papel central no discurso do desenvolvimento. Assim, assume-se a necessidade de políticas de incentivo que induzam as comunidades a organizar a oferta com a realização de “arranjos produtivos locais”³⁷ qualificando o “produto turístico” para promover o “desenvolvimento regional” (Azzoni, 1993). Tais políticas, de acordo com o mesmo discurso, devem ainda reduzir cargas tributárias para promover o crescimento da oferta e da rentabilidade dos negócios proporcionando aos municípios um aumento significativo na arrecadação tributária (Bezerra, 2005; Solha, 2004) que, por sua vez, gerará benefícios sociais, comprovando a eficiência do desenvolvimento gerado pela atividade. Como destaca Coriolano (2005), esse argumento corrobora a compreensão de que o desenvolvimento mercadológico (crescimento da receita empresarial) representa o desenvolvimento do município ou da região que incentive a atividade.

Assim, a exemplo dos argumentos de Sessa (1983), Bull (1994), Tribe (1999), Beni (2001) e Boullón (1985), o desenvolvimento social e econômico das localidades turísticas depende diretamente da indução de forças “exógenas”: investimentos privados e públicos externos destinados à instalação de infra-estrutura (aeroportos, rodovias, equipamentos urbanos de lazer, áreas urbanizadas para instalações de hotéis, centros de eventos, entre outros), a criação de programas de qualificação de mão-de-obra (centros de treinamento entre outros) e a parcerias externas (principalmente com grandes canais de distribuição) voltadas à distribuição em larga escala de seus produtos e serviços. E da indução de forças “endógenas”: políticas locais de incentivo e realização dos

³⁷ Arranjos produtivos locais são aglomerados de atividades produtivas que possuem afinidade econômica e se localizam em um mesmo espaço geográfico. Sua elaboração depende da formação de alianças entre diferentes empresas, sustentadas pela instalação ações endógenas e exógenas. Assim organizado, o turismo se torna um importante meio para o desenvolvimento regional, capacitando seu setor produtivo a competir (Silva, 2004).

arranjos produtivos³⁸. Dessa forma, o crescimento econômico é tanto a causa, como a consequência do turismo. Por um lado deve-se buscar o desenvolvimento, justificando-o pelos benefícios econômicos que serão gerados, por outro, somente haverá desenvolvimento quando crescerem os indicadores econômicos. Em última análise, a via do desenvolvimento econômico é a via para alcançar o desenvolvimento gerado pelo turismo nas comunidades que se preparem para obtê-lo.

Diante disso, observa-se como o discurso do desenvolvimento gerado pelo turismo incorpora a mesma idéia de desenvolvimento econômico destacada na parte inicial do capítulo. Aposta, não sem estudar e avaliar os dados e as estatísticas, que a expansão quantitativa das “receitas turísticas” é o principal reflexo do desenvolvimento. Nessa interpretação, a “moderna indústria” do turismo incorpora o desenvolvimento econômico à sua lista de benefícios interpretando-o como um processo de avanço progressivo e acumulativo da produção material.

O governo, por sua vez, age como mediador entre os interesses do mercado e os da população das áreas receptoras. Em seu discurso associa o crescimento mercadológico ao desenvolvimento social e econômico, utilizando a análise das “matrizes de *input-output*” (Bull, 1994; Cunha, 1996) que apresentam dados referentes ao crescimento dos investimentos privados, aos gastos promovidos pelos turistas e aos postos de trabalho para apontar o desenvolvimento. A partir desses dados o governo aponta que o crescimento do turismo possibilitará a entrada de divisas provenientes de áreas mais ricas (Coriolano, 2006). Conseqüentemente, entende que a expansão da atividade reverterá a desigualdade social, o desemprego e o baixo índice de arrecadação dos

³⁸ Essa mesma referência é empregada no Programa Nacional de Municipalização Turística (PNMT) implantado em 1995 pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) com a finalidade de promover o turismo por meio da participação ativa da comunidade e dos governos municipais no processo de gestão da atividade turística. No programa a EMBRATUR destaca que o crescimento do turismo e de seus efeitos positivos, principalmente a geração de emprego e renda, depende do estímulo e da capacitação dos agentes de desenvolvimento que compõem a estrutura do município, a saber, as políticas locais de incentivo, os recursos financeiros disponíveis e a criação de parcerias entre as empresas e a comunidade (BRASIL, 1997).

municípios mais pobres que possuam “potencial” turístico. Em outras palavras, o avanço econômico é o alicerce do desenvolvimento³⁹, portanto, quanto maior for o crescimento da produção da “indústria” do turismo, maior será o desenvolvimento.

Essa condição fica clara quando verificamos algumas orientações governamentais. Um exemplo do que defende o Ministério do Turismo no Brasil, encontra-se em seu *Plano Nacional de Turismo 2003-2007* (2003, p. 04), que entende que o turismo “[...] pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados”. Assim, o plano destaca que as cidades — “novos protagonistas da nossa época” (Castells; Borja, 1996) — devem concentrar-se na definição de um planejamento que promova o turismo como um meio para o “desenvolvimento local”: uma resposta “mais rápida” e “completa” aos desafios colocados.

A partir dessa leitura, o governo orienta o desenvolvimento por meio de ações que favoreçam a instalação de empresas em núcleos turísticos integrados — “pólos ou *clusters* turísticos” (Beni, 2003). As ações governamentais brasileiras, particularmente as “políticas de mega-projetos”⁴⁰ implantadas no Brasil entre os anos de 1980 e de 1990 e as recentes políticas de incentivo ao turismo no Nordeste brasileiro são exemplos dessa orientação, dentre as quais destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), atualmente em sua segunda etapa, que notadamente defende o turismo como um meio capaz de reverter os quadros de “subdesenvolvimento” social e econômico característicos da região Nordeste (Benevides, 1998).

³⁹ Parte essencial dessa orientação considera os efeitos diretos e indiretos gerados pelo turismo na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e prestadores de serviços turísticos (empreendimentos de hospedagem, agências de viagens, transportadoras etc.), já os efeitos indiretos são resultantes da despesa efetuada pelos mesmos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo (Barreto, 2002).

⁴⁰ Projetos urbano-turísticos como Rota do Sol-RN, Cabo Branco - PB, Costa Dourada-AL/PE e Linha Verde - BA/SE. Ver em CRUZ, R. de C. A. da. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2000.

Para tanto, cada localidade deve articular medidas que criem um ambiente propício para o desenvolvimento: formação profissional; intervenção em áreas de grande efeito multiplicador; incentivo a novas formas de organização da produção; articulação com atores e dinâmicas externas; aumento da produtividade social etc. (Bezerra, 2006). Como destaca Dowbor (1996), referência comum em alguns estudos da área, para a atuação eficaz do poder público local ou para responder aos “desafios colocados”, é preciso elaborar diagnósticos aprofundados, procurar por novas parcerias e comprometer-se com o “desenvolvimento local”.

Nesse sentido, entendemos que o compromisso com o desenvolvimento do tipo econômico é a característica central expressa pelo conceito do desenvolvimento gerado pelo turismo. Um compromisso calçado na concepção de que o desenvolvimento, tal qual o gerado por outros setores econômicos, é resultante de um processo de expansão e modernização produtiva, de ampliação de fluxos de demanda, de criação de políticas de regulação e incentivo à instalação de oferta etc. (Rabahy, 2003). Ou, para usar o jargão econômico, um compromisso que crê que o aumento da taxa de acumulação de capital proporcionado pelos negócios turísticos em relação ao produto municipal, estadual ou nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à “produção turística” são os reflexos que ilustram o desenvolvimento.

Diante dos argumentos destacados é possível observar que o discurso promovido pelo governo e pelos empresários não favorece a reflexão sobre os modos empregados para gerar o desenvolvimento ou até mesmo sobre o próprio conceito de desenvolvimento. Com efeito, a observação do discurso governamental e empresarial, como propusemos, revela a idéia dominante do desenvolvimento e igualmente revela que as propostas para desenvolver a sociedade atual estão sustentadas nos paradigmas de uma sociedade que acredita que o progresso material a guiará, frente a um tempo linear e acumulativo, a sucessivos estágios de desenvolvimento.

Da mesma forma, o exame das transformações que possibilitaram o surgimento e a difusão do turismo como prática social e sua determinação como setor produtivo, nos permite afirmar que o turismo não se transformou desde seu

surgimento. Se muito, adquiriu uma nova imagem quando incorporou a idéia do desenvolvimento a seu discurso. Em outras palavras, o turismo manteve-se como uma prática social decorrente da dialética do trabalho/lazer, que surge e se solidifica entre as transformações geradas pelo modo de produção capitalista e que mantém o trabalho como fonte de motivação do homem (Gorz, 1972), sem transformar seu cotidiano (Lefebvre, 1991).

O resultado desse consenso é a conversão do turismo em uma promessa do discurso do desenvolvimento econômico e da modernidade: em qualquer definição o crescimento da “indústria turística”, a geração de emprego e renda, a ampliação dos negócios e a criação de novos atrativos são, por um lado, os indicadores do desenvolvimento. Por outro, as férias, o lazer e o não-trabalho são os “combustíveis” que nos movimentam e nos convertem na demanda necessária para o desenvolvimento. Cabe, diante disso, questionar: quais são os resultados do desenvolvimento gerado pelo turismo? Quais são as conseqüências hoje observadas na sociedade que tem no ideal do progresso a indicação de sua evolução? As ações inspiradas na atual concepção de turismo e de desenvolvimento, conforme explicitamos ao longo do texto, nos permitem observar quais resultados?

Por essas perguntas nos guiaremos nos próximos capítulos, direcionando-as a Ilhéus (BA) — terceiro pólo receptivo do Estado da Bahia que há duas décadas tem o turismo como setor estratégico para o desenvolvimento — para verificarmos os resultados do desenvolvimento gerado pelo turismo e analisarmos o trabalho gerado pelo turismo nesse município.

Capítulo 2: Ilhéus: do cacau ao turismo



"E, de repente, o avião se desviou da rota para o sul, e a cidade apareceu ante os olhos dos viajantes. Agora não voavam mais sobre o mar verde. Primeiro foram os coqueiros e logo depois o morro da Conquista. O piloto inclinava o avião e os passageiros que iam do lado esquerdo podiam ver, como num postal, a cidade de Ilhéus se movimentando. Descia em ruas pobres e ziguezagueantes pelo morro proletário, se estendia rica entre o rio e o mar em avenidas novas, cortadas na praia, continuava na ilha do Pontal, em casas de jardins alegres, subia mais uma vez proletária pelo morro do Unhão, casas de zinco e de madeira. Um passageiro contou os oito navios do porto, fora os grandes veleiros e as inúmeras pequenas embarcações. O porto parecia maior que a própria cidade."

Jorge Amado (1968, p. 01).

A descrição feita por Jorge Amado nos mostra a Ilhéus das primeiras décadas do século XX. Uma cidade que distrai o olhar entre a beleza das “casas de jardins alegres” e o não tão belo “morro proletário”. Um lugar de ricos casarões que servem de ante-sala para apresentar a força do cacau. Um corpo que une cores limpas em bairros manchados pelo trabalho e pela esperança de não perder a esperança no desenvolvimento da capital da Região Cacaueira. Uma cidade exposta a sua própria história, hoje, rascunhada em folhetos promocionais que exaltam o passado do cacau para promover o turismo.

Assim, partiremos do olhar de Jorge Amado, da chegada narrada sob o desenho de uma cidade que se movimenta como “num postal”, para nos encontrarmos com a Ilhéus do século XX, o núcleo turístico que observa seu próprio desenvolvimento com a chegada de outras aeronaves, agora repletas de turistas. Nesse encontro nos guiaremos pelas perguntas: qual o percurso Ilhéus realizou antes de se tornar “turística”? Como a cidade de Ilhéus promove o turismo? Quais são os resultados alcançados com as políticas públicas direcionadas ao turismo e ao desenvolvimento de Ilhéus?

Partiremos desses questionamentos para verificarmos o atual quadro socioeconômico do município. Para tanto dividiremos nossas observações em três momentos. Inicialmente, apresentaremos a fase da produção cacaueira de Ilhéus, destacando as interferências da atividade nas características econômicas e sociais do município. Posteriormente, trataremos da fase de substituição da economia cacaueira pela economia turística, quando o turismo assume lugar de importância para a política local, dando início a um novo ciclo de expansão econômica.

No terceiro subtítulo, denominado Ilhéus: entre o passado e o futuro, caracterizaremos o atual quadro do turismo na cidade de Ilhéus e as transformações sociais, políticas e econômicas observadas após vinte anos de políticas de incentivo à atividade.

2.1 “Pobre região rica”?

A apresentação de Ilhéus exige, antes de qualquer exame, observar a relação da cidade com a expansão e o declínio da cultura cacaueteira, cujo resultado nos permitirá entender parte das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais do principal município da “Pobre Região Rica” (Asmar, 1983). Um processo que envolve a história de ascensão e de queda da, como descreve Jorge Amado, “nação grapiúna”, cercada por exóticas imagens que revelam a riqueza e a pobreza de Ilhéus.

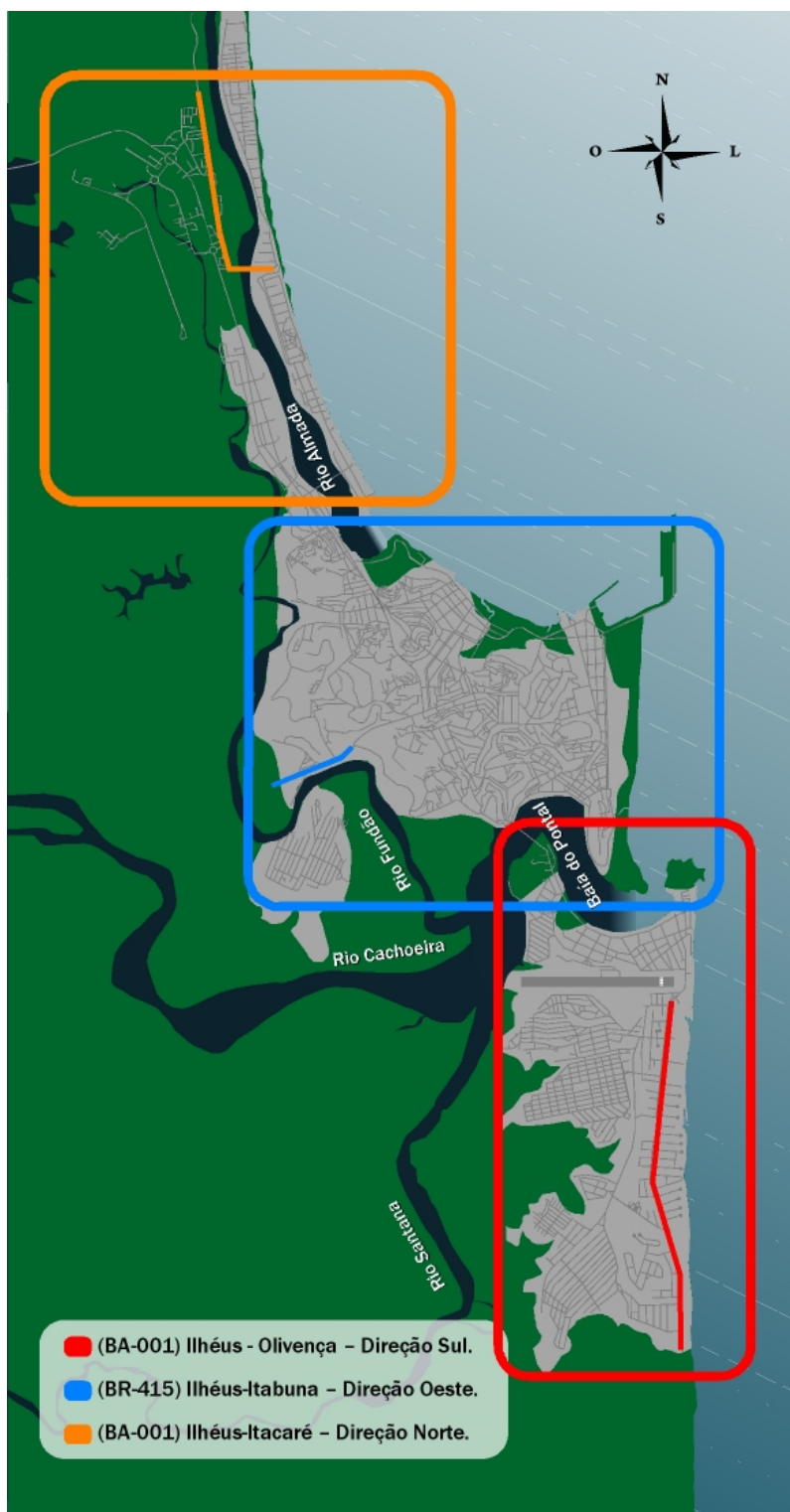
Localizada na região Sul da Bahia a 462 km de Salvador, mais precisamente na Microrregião Ilhéus – Itabuna⁴¹, como indica a Figura 01. A cidade possui uma população de 221 mil habitantes (IBGE, 2000) distribuídos em três zonas urbanas (Figura 02) sendo, juntamente com município de Itabuna (26 km de Ilhéus), o centro mais populoso da Região Cacaueteira composta por 28 cidades do sul baiano.

Figura 01: Localização geográfica do município de Ilhéus - Ba



⁴¹ O conjunto dos municípios constituídos pelas Microrregiões Geográficas do IBGE (MR) de Ilhéus e Itabuna. A mesma microrregião pertence à Mesorregião Sul da Bahia, também adotada pelo IBGE e empregada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Figura 02: Mapa geral de Ilhéus - Ba (Zonas urbanas)



Desde sua instalação como município, em 1881, Ilhéus é considerado o município sede da Região Cacaueira (Castro, 1981; Heine, 2002; Sales, 1981). Esta condição se consolida nas primeiras décadas do século XX, quando a expansão da lavoura cacaueira atrairia grandes contingentes populacionais para a região, sobretudo, devido à necessidade de mão-de-obra intensiva para a colheita e para o beneficiamento do cacau, que levaria a população de Ilhéus em 1920 a 64 mil habitantes, seguida por Itabuna que possuía 41 mil habitantes (IBGE, 1920 *apud* Asmar, 1983). Além de concentrar a maior parte da população regional, o eixo formado pelas duas cidades possuía as mais importantes instalações industriais para o beneficiamento do cacau e as principais vias de transporte para seu escoamento até o Porto de Ilhéus⁴². Esse quadro facilitou o crescimento populacional de Ilhéus e Itabuna que, no ano de 1940, atingem respectivamente 113 mil e 96 mil habitantes (IBGE, 1940 *apud* Asmar, 1983).

Como menciona Andrade (2003), o cacau, em sua “fase de organização econômica” (iniciada em 1930), transformou Ilhéus no principal centro urbano do Sul da Bahia, e mesmo diante da primeira crise do cacau, que nos meses finais de 1930 afetou seu preço no mercado internacional, continuou a expandir sua produção, a população ilheense e sua influência política e econômica da cidade na Região Cacaueira. Tendo a expansão do cacau como principal promessa de trabalho e riqueza, a cidade atraía não só os trabalhadores pobres (em sua maioria, migrantes de outros Estados brasileiros), mas também os ricos homens de negócios, em muitos casos estrangeiros enviados por grandes companhias de exportação de cacau. A riqueza da cidade aumentava a cada nova árvore de cacau e a cada chuva fazia florescer os frutos e os lucros, que progressivamente levavam a cidade a ampliar seus domínios sobre o campo. Assim, Ilhéus se abria para o progresso sustentado na expansão da lavoura cacaueira.

Nos primeiros anos da década de 1930, a produção e a exportação de cacau cresceram significativamente, passando de cerca de 200 mil toneladas na primeira década do século XX para mais de 1 milhão de toneladas em 1939. Um

⁴² Segundo Freitas (2001), o primeiro cargueiro a atracar no Porto de Ilhéus foi a embarcação sueca *Falco*, em Janeiro de 1926.

crescimento acompanhado por uma série de investimentos em infra-estrutura, dentre os quais se destaca “[...] a abertura de vias ligando os núcleos produtivos [...] estendendo-se para o interior. Era a necessidade de tornar a região mais fluida, estender a plantação para as áreas distantes do litoral [...] e, ao mesmo tempo, criar as facilidades de escoamento da produção cacaueteira para o porto de Ilhéus via Itabuna”. (Fundação Centro de Projetos e Estudos da Bahia (CPE), 1992, p. 13).

Na década de 1940, as transformações na área urbana da cidade, decorrentes dessa expansão, já eram marcantes. Novas ruas e casarões luxuosos tomavam a parte alta da cidade, enquanto na parte baixa, novos armazéns e escritórios de comércio eram instalados ao lado do porto (Albagli, 1999). A cidade do cacau era um cenário ostentatório da riqueza do cacau (Andrade, 2003; Vinhães, 2001; Macedo e Ribeiro, 1999; Soub, 2005; Barbosa, 2003) e sob o chão da “terra de ouro”, seus “monumentos” ganhavam espaço⁴³.

A expansão urbana de Ilhéus criaria um novo cenário para a região ainda acostumada com as lavouras, com os pequenos comércios e com as residências simples. As construções do poder civil, as igrejas, os casarões, os teatros, os restaurantes e as lojas tomavam a cena na parte alta da cidade que, servindo de espaço para os ricos do cacau, se tornaria o lugar dos “resultados do progresso”. A matéria-prima desse progresso era o cacau processado, ensacado e vendido na parte baixa da cidade. O fruto era transformado em riqueza nas fábricas e nos escritórios que ficavam junto ao porto e ao mercado. Desde a parte baixa, os que olhavam para cima enxergavam o progresso e a riqueza de uma cidade que vestia ternos de alfaiataria para transitar pelas ruas do centro conversando sobre o preço do cacau no mercado internacional. Uma riqueza que também se expressava nos hábitos de seus ricos moradores que, como descreve Jorge Amado em *São Jorge de Ilhéus*, despertavam comentários na capital:

⁴³ A construção do luxuoso Hotel Ilhéus, em 1930, localizado nas redondezas do porto e a inauguração do Aeroporto de Ilhéus em 1939, são importantes notas das transformações e da riqueza da cidade.

“Era comum se ouvir dizer que a cidade da Bahia não possuía nenhum teatro como o CINETEATRO ILHÉUS, de construção recente: [...] que a cidade tinha muito mais vida que a Bahia. Citavam-se cinco cinemas de Ilhéus, dois muito bons, o Ilhéus e o São Jorge, os outros três menos importantes, um dêles no morro da Vitória, outro em Pontal. Citavam-se também os cabarés, que então eram três, mas logo depois seriam cinco. Citava-se a Biblioteca da Associação dos Empregados no Comércio, dizendo-se que só a Biblioteca Pública da capital era superior.” (Amado, 1944, p. 68).

Igualmente, era um lugar onde a riqueza e a pobreza conviviam. Nos bares e cabarés homens ricos debatiam sobre o futuro do cacau, entrelaçando suas conversas com tragos e goles de ganância e esperança de que na próxima safra estivessem mais ricos. Negociantes e coronéis ricos dividiam suas esperanças com inúmeros “personagens” do cacau⁴⁴, que viviam nos bairros pobres e nas grandes ou pequenas lavouras. Todos esperançosos de que a chuva viria para recomeçar a safra e trazer mais progresso para Ilhéus. Tal qual o visgo do cacau que ficava nas mãos dos trabalhadores, a esperança do progresso e da riqueza estava “grudada” em cada um dos moradores de Ilhéus.

A cidade, como menciona Jorge Amado (2000), cheirava a dinheiro e a “cultura do cacau dominava todo o sul do Estado da Bahia”, não havia “lavoura

⁴⁴ Os “personagens” do cacau a que nos referimos são os típicos homens e mulheres que povoam os quatro romances de Jorge Amado sobre a temática do cacau (o ciclo do cacau), a saber: em *Cacau* (1933) nos apresenta José Cordeiro (o Sergipano), um trabalhador da roça de cacau que luta para manter-se na terra. Em *Terras do sem fim* (1942), fala das terras virgens conquistadas para a lavoura e da formação da sociedade do cacau, que transformaria o Sul da Bahia, até então econômica e culturalmente inexpressivo em uma Região rica e próspera. Nessa obra Jorge Amado apresenta o lavrador Antônio Vítor que sonhava com uma roça de cacau, o aventureiro João Magalhães, jogador de cartas e falso engenheiro, a prostituta Margot, que deixara Salvador para encontrar o amante, o advogado Dr. Virgílio que, na esperança de riqueza fácil, oferecia seu conhecimento de leis a serviço da ambição dos coronéis. Uma terra violenta e miserável para os trabalhadores, e rica e próspera para os “coronéis do cacau” que pelas mãos dos capatazes conquistavam as terras sujas de sangue e expandiam seu poder. Em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), uma continuação do romance anterior, o autor focaliza o período em que as vilas já se urbanizam, principalmente Ilhéus. Destaca o crescimento da produção e das atividades exportadoras que trariam novos personagens para a cidade, como Carlos Zude, o ganancioso chefe de uma firma local. Por fim, em *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), Jorge Amado relata o universo de coronéis, jagunços, prostitutas e trambiqueiros, que em meio à história de Nacib, o sírio dono do bar Vesúvio, e Gabriela, uma retirante, desenham o horizonte da sociedade cacauera.

mais lucrativa”, devido a ela, “a capital do cacau” crescia. Um perfume exalava nos escritórios de exportação, nas salas da associação do comércio e nos mercados de alimentos. Um lugar exótico, de praias quentes que serviam de ponto de encontro para os desencontros de uma cidade que desde então inspirava o futuro. A cada safra o centro recebia novos “monumentos” ao cacau, marcando pelo domínio da riqueza o espaço da prosperidade, enquanto à sua volta estendiam-se os bairros pobres, um sem número de pequenas propriedades que a cada temporada abriam mais espaço para o cacau e uma ampla e sustentada esperança de progredir. Assim, o cheiro do cacau se espalhava e em seu caminho a realidade dos exportadores, dos funcionários, dos trabalhadores, dos grandes e pequenos donos de terra se entrecruzava para formar a esperança no progresso.

Em 1957, o caminhar de Ilhéus seria afetado, pois uma nova queda dos preços internacionais do cacau geraria a segunda crise (Couto, 2000), com dois efeitos imediatos: a redução das áreas plantadas e a necessidade de reverter a baixa produtividade decorrente das formas de cultivo e extração do cacau adotadas na região. Dessa forma, para responder à crise, era preciso elevar a produtividade das lavouras, sob pena de não conseguir competir com os demais países produtores (Couto, 2000; Carzola, 1982). Nos anos que sucedem à crise, muitos trabalhadores migram da Região Cacaueira para outros locais que lhes propiciassem trabalho e renda. A redução populacional, como nos lembra Asmar (1983), resultava da queda da produção e da inserção de formas de cultivo e extração do cacau, sendo esta última geradora de impactos mais duradouros para Ilhéus, pois impulsionou, ao mesmo tempo, a saída dos trabalhadores da região e o crescimento de sua população urbana.

Esse quadro marca o início de um “novo ciclo produtivo do cacau”. Nesse ciclo, como destaca Andrade (2003), as novas formas de cultivo e de extração elevariam os índices de produtividade e reduziriam o número de trabalhadores e o total de áreas plantadas. Com efeito, a crise desencadearia um processo conflitante que, por um lado, auxiliaria a retomada da agricultura cacaueira e da esperança de riqueza e, por outro, geraria o aumento da população urbana de Ilhéus revelando a desesperança daqueles que perderam suas terras ou o

trabalho na lavoura. Assim, a população de Ilhéus retrocede de 135 mil em 1950 para 104 mil no primeiro ano da década 1960, em contrapartida, sua população urbana cresce (IBGE, 1950 *apud* Asmar, 1983) e seus bairros pobres se tornam ainda mais populosos.

Alguns anos depois, a cultura cacaujeira volta a prosperar apoiada na inserção de novas técnicas e tecnologias para plantio e colheita⁴⁵, bem como na alta do preço internacional do cacau. Concomitantemente, a área urbana de Ilhéus se expande na direção Sul do município. Após a construção da Ponte Lomato Júnior (1966), novos bairros são urbanizados e o bairro do Pontal (lado oposto à Baía do Pontal onde se localizava o porto e local do Aeroporto de Ilhéus) seria tomado por novas residências (figura 03). Novamente, Ilhéus voltava a enxergar o progresso, e este agora podia ser visto além dos domínios da cidade alta ou baixa, pois seu corpo urbano já chegava ao outro lado da baía.

Figura 03: Mapa parcial de Ilhéus – Bairro do Pontal e Centro



⁴⁵ Aqui nos referimos as inovações promovidas a partir de pesquisas realizadas pela Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaujeira (CEPLAC). Com as inovações técnicas de plantio e de colheita, a produção de cacau na região foi ampliada em até 310%, comparando-se os períodos de 1960/1965 a 1980/1985. Da mesma forma, houve um acréscimo na produtividade do cacau de 220 kg/ha., em 1962, para 740 kg/ha. na década de 80. (GASPARETTO, 1998; COUTO, 2000).

Em 1969, após o lançamento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Ilhéus (PRO-URB) (Ilhéus, 1969), novos conjuntos habitacionais e novos sistemas viários são construídos, bem como um novo zoneamento nas áreas ainda não urbanizadas do Pontal é criado, ampliando ainda mais o tecido urbano na direção Sul (Albagli, 1999). Em 1970, 61% dos 107 mil habitantes residiam na área urbana (IBGE, 2000) e devido aos impactos da nova fase de crescimento da produtividade do cacau essa situação aumentaria a “tendência de perda da população rural” (Asmar, 1983, p. 40).

Nesse contexto, a capital da Região Cacaueira voltava a combinar a expansão urbana e econômica com o crescimento da produção cacaueira, que nos primeiros anos da década de 1970 experimentaria um novo auge, “[...] quando uma alta dos preços coincidiu com safras recordes, [...] promovendo um surto de prosperidade em toda a região” (Couto, 2000, p. 40). Tal crescimento novamente impulsionaria mudanças na estrutura urbana da cidade, sendo a construção do Porto do Malhado, construído na orla marítima Norte da cidade para substituir o antigo porto (Foto 01), a mudança mais emblemática.

A construção do novo porto, por um lado facilitaria o escoamento do cacau, pois eliminava o problema das grandes embarcações que não conseguiam ancorar no antigo porto devido à pouca profundidade da Baía do Pontal (foz do Rio Cachoeira) (Freitas, 2001). Por outro lado tal construção, faria com que a parte baixa da cidade, antes repleta de fábricas, mercados e escritórios — “centro” dos negócios do cacau — fosse gradativamente abandonada, bem como faria que a região central e o Bairro do Pontal (Foto 02 e 03) perdessem valor diante da expansão da região Norte.

Foto 01
Antigo Porto de Ilhéus (Bahia do Pontal)



Roberto Sampaio

Foto 02
Vista aérea Centro e Ponte Lomato Júnior (Bahia do Pontal)



Roberto Sampaio

Foto 03
Vista aérea Bairro do Pontal



Roberto Sampaio

Nesse contexto, a cidade se expande até os últimos anos da década de 1970, mantendo o ciclo produtivo do cacau como o principal símbolo do avanço da região, que, no conjunto de seus municípios, aspirava a novos níveis de desenvolvimento para romper com o quadro histórico de dependência do Sudeste e do Sul brasileiro (Barbosa, 2003). Assim, apesar da pobreza associada à riqueza, o cacau e o crescimento econômico decorrente de sua expansão se mantinham como o caminho a ser seguido para o desenvolvimento de Ilhéus.

A expansão territorial na direção Norte teria em 1974 um novo estímulo, quando a prefeitura municipal de Ilhéus, impulsionada pelo novo ciclo de crescimento do cacau, criou o Distrito Industrial de Ilhéus (DII) para abrigar as fábricas que beneficiariam o “fruto de ouro” (Macedo e Ribeiro, 1999). Assim, a cidade se descentraliza, explode na direção Norte, principalmente na região próxima ao DII com os novos loteamentos populacionais e com o novo porto⁴⁶ (Foto 04), o que igualmente levaria à criação de novos bairros ao Norte (Foto 05) ao longo da BA-001 (direção a Itacaré), conforme ilustra a figura 04. Em contrapartida, a área central, sobretudo a parte baixa, experimenta o abandono, principalmente depois de 1977, quando o antigo porto foi desativado.

Foto 04
Vista parcial do Porto do Malhado



Ed Ferreira

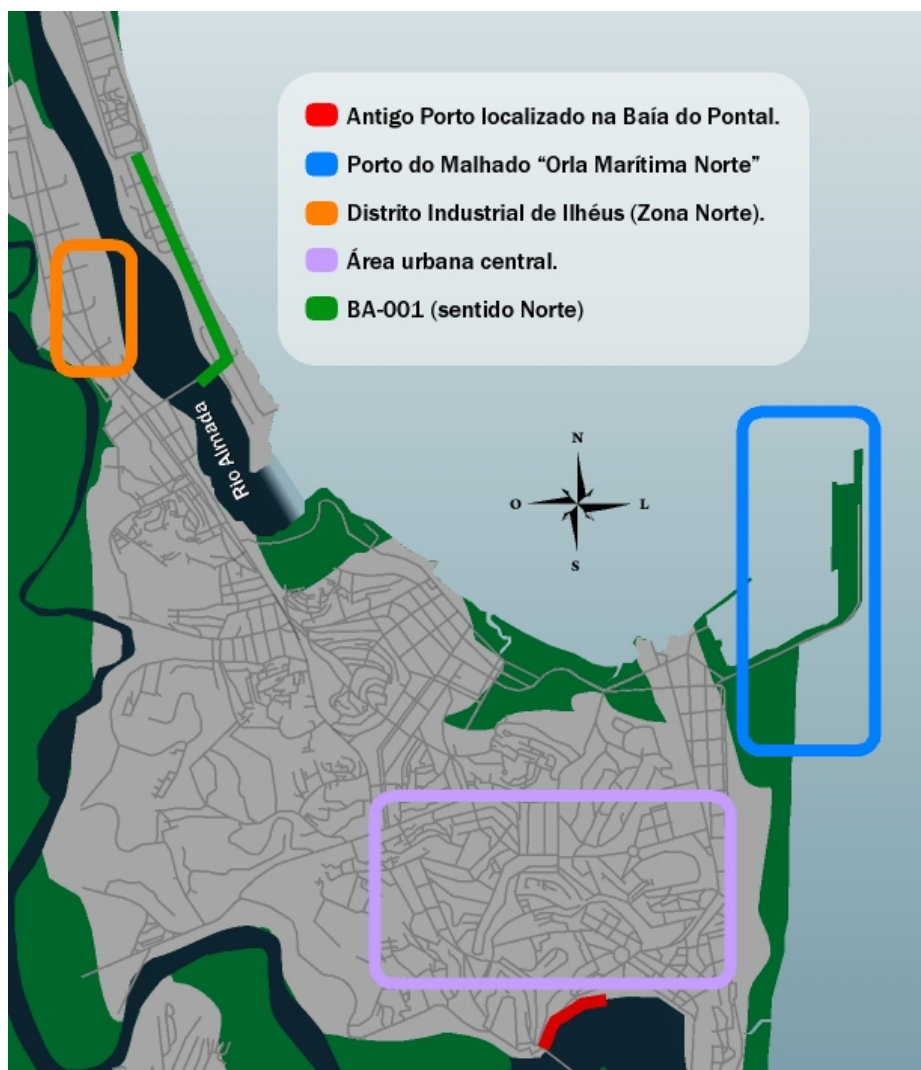
Foto 05
Vista área Região Norte



Ed Ferreira

⁴⁶ O porto foi construído em 1971 com recursos municipais e estaduais e em 1977 foi incorporado à Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA).

Figura 04: Mapa parcial de Ilhéus – Centro e Norte



Além da expansão urbana, o desenvolvimento era medido pela extensão das áreas plantadas, pelo cacau produzido e processado em suas fábricas (aproximadamente 25 indústrias de beneficiamento na década de 1970 e 1980) (Virgens, 1996), pelo novo porto, pelo aumento da população e pelos avanços da pesquisa agrícola promovidas pela CEPLAC. Havia também uma valorização da diversidade de recursos naturais; da produção literária, como os romances: *Gabriela, Cravo e Canela*, *Terras do sem fim* e *São Jorge de Ilhéus* de Jorge Amado; por solo fértil e pela força da população jovem que não mais queria

emigrar para São Paulo. Tais elementos se constituíam como o símbolo da riqueza gerada pelo cacau (Asmar, 1983).

Até o início da década de 1980, a riqueza de Ilhéus frutificava entre as ruas novas e antigas, dando ritmo ao crescimento urbano e à expansão dos domínios político e econômico na Região Cacaueira, contudo, em 1987, uma terceira crise afetaria de forma definitiva a fonte da riqueza e do desenvolvimento da cidade.

“Antes de eclodir a crise, verifica-se uma forte queda no preço das amêndoas, decorrente da maior participação de novos países produtores, com aumentos da área plantada e do rendimento físico, o que provoca uma superprodução. Logo em seguida, chega à Bahia a doença ‘vassoura-de-bruxa’, fazendo cair o rendimento físico dos cacaueiros e a produtividade do trabalho. Os baixos preços e a produtividade declinante formam um novo perfil de produtor, que mal consegue cobrir seus custos com a receita da sua produção. Como consequência, ele é levado a se desfazer de seu patrimônio e a reduzir os tratos culturais nas fazendas, causando o desemprego de mais da metade da mão-de-obra que trabalha com o cacau. Ocorre também o fechamento de muitas empresas, e tem início a importação de cacau africano para atender às necessidades da já consolidada indústria processadora de chocolate”. (Couto, 2000, p. 40).

A crise colocou em questionamento a estrutura construída para a produção cacaueira, bem como levou a Ilhéus rica e desenvolvida a se deparar, como nunca antes havia ocorrido, com a Ilhéus pobre. Sua riqueza — população, renda, educação, patrimônio, arte, natureza, transportes e força política — aos poucos empobrecia. A agonia e a desesperança dos homens do cacau — trabalhadores do campo e das indústrias, comerciantes, herdeiros e velhos coronéis — ganharia espaço na cidade, que pouco a pouco via sua riqueza se esvaír.

Para Asmar (1983), esse contraditório encontro entre a riqueza e a pobreza caracteriza a “Pobre Região Rica” da qual Ilhéus era o principal símbolo. Como o mesmo destaca: se Ilhéus é rica pela natureza que possui, também é pobre, pela degradação promovida em nome do progresso do cacau; se é rica pelo lucro do cacau, também é pobre porque a maior parte de sua população trabalha precariamente e recebe baixos rendimentos, quando não, mora, depois de deixar

o campo, em bairros distantes da riqueza gerada pelo cacau; se é rica pela literatura que inspirou e pelas escolas e fundações que criou, é igualmente pobre, pois muitos são analfabetos e não conquistam nenhum benefício com o avanço das técnicas de plantio, colheita e beneficiamento do cacau; se é rica pela quantidade de habitantes e de bairros que possui, é também pobre, pois poucos encontram trabalho e/ou moradia fora da lavoura de cacau; se é rica pela terra fértil, é igualmente pobre, pois nunca plantou o necessário para seu próprio consumo.

Diante dessa caracterização, pode-se questionar: o avanço das técnicas de plantio, colheita e processamento, o aumento da produtividade e o crescimento populacional e urbano promovidos pelo cacau transformaram Ilhéus em uma cidade rica e desenvolvida? A forma incentivada para enriquecer e desenvolver Ilhéus igualmente a tornou pobre?

Sem observar os reais resultados da “aventura” cacauzeira, Ilhéus somente estava atenta a considerar aquilo que julgava certo: o cacau não podia mais sustentar a riqueza que outrora inspirou e, para alguns, gerou. Restava à cidade e a cada um de seus moradores, envolvidos ou não com a atividade cacauzeira, criar alternativas econômicas para superar os efeitos da crise que já não podiam ser considerados passageiros. A queda na arrecadação municipal, a redução dos empregos, principalmente nas áreas rurais, o aumento da população urbana, a redução das vendas no comércio, entre outros indicadores, já não deixavam dúvida, o cacau era passado (Ribeiro, 1998; Gasparetto, 1998) e, como tal, deveria ser substituído.

A situação de Ilhéus, como menciona Vinhães (2001) era preocupante, com a crise houve um crescimento populacional exagerado. Já nos anos iniciais de 1980 inúmeras famílias de desempregados e de pequenos produtores chegavam à cidade que era “invadida por famintos”. Paralelamente, os que já moravam na área urbana igualmente sofriam os efeitos da crise. Os empregos antes concentrados nas fábricas de beneficiamento pouco a pouco eram eliminados. Como destaca o estudo da Fundação CPE (1992), a cada ano a participação do DI de Ilhéus era menor. Se comparado à proporção da arrecadação estadual, entre 1985 e 1986, o

total arrecadado declinou de 3,9% para 2,1% do recolhimento estadual, refletindo a contínua redução do número de empregos e de renda gerada na cadeia produtiva do cacau.

Nos anos seguintes, a despeito de qualquer reflexão sobre a forma de desenvolvimento escolhida e defendida por aqueles que direcionaram os caminhos de cada cidade, a “Pobre Região Rica” se voltaria para outras atividades econômicas na tentativa de não se tornar uma “Pobre Região Pobre”. Era preciso reverter a situação conjuntural gerada pela crise do cacau, sem, para isso, considerar a situação histórica jamais revertida, a saber, a lógica que sustenta a idéia do “subdesenvolvimento” e que empurra Ilhéus para o “desenvolvimento”. Em outras palavras, a “Pobre Região Rica” buscaria novas fontes de riqueza, sem observar as sombras que acompanharam a luz de sua esperança: a pobreza e os demais efeitos da riqueza econômica, dos avanços técnicos, da produtividade e do progresso defendido por cada uma das cidades da Região Cacaueira.

2.2 O novo destino da esperança: planos e ações de incentivo ao turismo

Como mencionamos, os anos da década de 1980 são marcados pela decadência da economia cacaueira em toda a “Pobre Região Rica” e Ilhéus, centro político e econômico da região, seria o primeiro município a buscar alternativas para superar os efeitos gerados pela mesma. Ainda dependente da declinante produção cacaueira, a cidade realizaria as primeiras ações de incentivo ao turismo nos anos iniciais da década de 1980, quando, amparada pelo governo estadual, passa a considerar a atividade turística como uma possível alternativa de desenvolvimento. Entretanto, somente no início dos anos de 1990, quando a crise do cacau demonstrava seus reais impactos sobre a economia local, Ilhéus mudaria sua base econômica voltando-a definitivamente para outras atividades, dentre as quais o turismo receberia maior destaque.

Com efeito, entende-se que o incentivo ao turismo em Ilhéus se realiza em duas etapas. Na primeira, compreendida entre os anos iniciais da década de 1970 e os anos iniciais da década de 1980, a promoção à atividade está vinculada às estratégias de desenvolvimento propostas pelo Estado da Bahia, sendo, portanto, um período em que Ilhéus reconhece a possibilidade de “explorar” a atividade, embora mantenha a produção cacaueteira como seu principal elemento de sustentação econômica. A segunda etapa, iniciada no final da década de 1980, após a crise do cacau, caracteriza o momento de substituição da produção cacaueteira pela atividade turística, ou seja, a fase de consolidação do turismo no município.

As primeiras ações de incentivo ao turismo realizadas em Ilhéus datam dos primeiros anos da década de 1980, mais precisamente, de 1981, quando a Rodovia Ilhéus - Olivença (BA-001) é ampliada até a cidade de Canavieiras (111 quilômetros ao sul de Ilhéus) com o objetivo de ligar o sul e extremo sul do estado (BA-001) a Salvador (BR-101), principal via para a entrada de turistas na Bahia, conforme previa o governo estadual no plano *Caminhos da Bahia*, cuja meta era:

“[...] expandir o turismo para o interior do Estado, com vistas ao incremento do fluxo nacional ou regional, na direção das cidades de grande potencial turístico, localizadas principalmente nas proximidades da BR-101, rodovia de maior circulação de turistas em viagens domésticas com destino à Bahia. Entre as cidades inicialmente incluídas nesse programa promocional encontravam-se Ilhéus, Valença, Porto Seguro, Cachoeira, Itaparica, Lençóis, Caldas do Jorro, Cipó, Juazeiro, Paulo Afonso, Ibotirama e Jacobina”.⁴⁷ (Suarez, 1990, p. 53).

Da mesma forma, o objetivo do governo estadual era instalar a infra-estrutura necessária para a abertura de empreendimentos hoteleiros no litoral baiano. Paralelamente à ampliação da BA-001, é construído, com investimentos de um

⁴⁷ Vale destacar que dentre as cidades mencionadas, Ilhéus, Valença e Porto Seguro representavam a expansão Sul; Cachoeira e Itaparica, a região central (proximidades de Salvador); Lençóis e Ibotirama, a região Centro-Oeste (interior do Estado); Caldas do Jorro, Cipó, Juazeiro, Paulo Afonso e Jacobina, a região Norte.

grupo empresarial suíço (Corvigia), o primeiro *resort* de Ilhéus (Fundação CPE, 1992; Andrade, 2003), que, conforme previa o plano do governo estadual, traria novas possibilidades de renda e de emprego para as cidades do litoral baiano. Com efeito, Ilhéus inicia sua política de incentivo ao turismo ainda apoiada na produção cacaujeira, sendo que somente modificaria sua matriz econômica a partir dos últimos anos da década de 1990 devido à crise de 1987.

Para melhor ilustrar tal situação, pode-se destacar o número de hotéis existentes na cidade. Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Ilhéus (1969), a cidade possuía em 1968 apenas 2 hotéis. Em 1987, (ano da crise) Ilhéus, conforme indica a Fundação CPE (1992), possuía 21 empreendimentos hoteleiros que recebiam, principalmente, turistas nacionais atraídos pelas narrativas de Jorge Amado, sobretudo após a vasta divulgação proporcionada em 1975 pela *novela Gabriela, Cravo e Canela*⁴⁸ (Vinhães, 2001). Em 1989, oito anos após a instalação do primeiro *resort* e 2 anos após a última crise do cacau, Ilhéus possuía 57 meios de hospedagem (Fundação CPE, 1992), o que revela a ascensão do turismo como substituto econômico do cacau e como alternativa para o desenvolvimento econômico da cidade.

Entre 1981 e 1987, período que marca a decadência paulatina do cacau, o turismo, embora considerado fonte econômica secundária, assume maior relevância na política municipal de Ilhéus. No plano *A Meta de Ilhéus*, o governo municipal “afirma a vocação turística da cidade” e aponta a necessidade de melhorar os acessos ao município, ampliar a rede hoteleira e, principalmente, profissionalizar a mão-de-obra atuante no turismo (Vinhães, 2001). Frente a esse objetivo, em 1986 é criada a ILHEUSTUR (Empresa Municipal de Turismo de Ilhéus) e à mesma são atribuídas as funções de captação de recursos e de planejamento para o crescimento do turismo na cidade (Fontes, 2001).

⁴⁸ A divulgação de outras obras de Jorge Amado também favoreceu esse processo, como exemplo, pode-se citar a novela da Rede Globo de Televisão adaptada do romance *Terras do sem fim* que em 1981 foi ao ar e o filme *Gabriela*, dirigido por Bruno Barreto com Sônia Braga no papel principal, lançado em 1985.

Nos anos de 1988 e 1989, em meio à crise do cacau e ao debate sobre as alternativas econômicas para o município⁴⁹, a ILHESTUR realiza, respectivamente, duas campanhas promocionais (*Ilhéus – Verão a uma hora* e *Ilhéus – Verão o ano inteiro*) oferecendo descontos em meios de hospedagem para atrair demanda residente em grandes centros emissivos do país (Vinhães, 2001). A partir dessa ação, o governo ilheense passa a determinar diversas medidas de incentivo ao turismo, dando início à já mencionada fase de consolidação do turismo no município, o que levaria à substituição da produção cacaujeira.

É importante ressaltar essa condição, pois a colocação do turismo como principal base econômica de Ilhéus não proporcionaria nenhuma mudança na idéia de desenvolvimento defendida pelo governo estadual que, desde a década de 1970, já via o turismo como uma alternativa econômica para desenvolver as cidades do interior e do litoral baiano (Queiroz, 2001). Dessa forma, compreendemos que a política de incentivo à atividade turística, tanto na esfera municipal quanto estadual, continuou a ser conduzida pela compreensão de que o turismo, a uma só vez, geraria o desenvolvimento do Estado e responderia aos problemas conjunturais enfrentados pelas cidades baianas, no caso de Ilhéus, a desestruturação da produção cacaujeira. Com efeito, o incentivo ao turismo no município, dado com maior ênfase após a crise da produção cacaujeira, estava diretamente atrelado às propostas de desenvolvimento fornecidas pelo *Sistema Estadual de Turismo* que via a atividade “[...] como um segmento do setor industrial [...] atrelado à indústria hoteleira” (Queiroz, 2005, p. 370), cujos resultados financeiros levariam ao desenvolvimento social e econômico dos municípios baianos.

Sendo assim, a segunda etapa de incentivo ao turismo em Ilhéus não se caracteriza por qualquer tipo de mudança no modelo de desenvolvimento, mas

⁴⁹ Vale ressaltar que no período citado, o governo municipal apontava a necessidade de incentivo a diversas atividades econômicas. Dessa forma, além do turismo, a pecuária, a indústria e a pesca eram igualmente consideradas para substituir o setor cacaujeiro, como ilustra Andrade (2003, p. 98) ao mencionar que a partir “[...] da crise provocada pela monocultura cacaujeira, Ilhéus direciona sua economia em busca de alternativas em outros setores como a pecuária, indústria, piscicultura e turismo”.

apenas pela mudança de posição do turismo na escala de prioridades do município, que assume, após a crise de 1987, o papel de protagonista na esperança de riqueza e de progresso de Ilhéus.

No ano de 1990, após as primeiras ações de incentivo à atividade, a Câmara Municipal de Ilhéus aprova na Lei Orgânica do Município as “diretrizes da Política de Turismo” para a cidade definindo, em consonância com as propostas de desenvolvimento fornecidas pelo *Sistema Estadual de Turismo*, que a atividade fosse incentivada com a implantação de infra-estrutura de acesso e com a construção de áreas de interesse turístico, tanto para ampliar o fluxo turístico, como para criar as condições necessárias à instalação de empreendimentos hoteleiros (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS - PMI, 1990). Nos últimos meses do mesmo ano, a prefeitura divulga um relato para enfatizar a importância do turismo para o desenvolvimento social e econômico do município e nele afirma que “[...] as agências de turismo cresceram na ordem de 350%, passando de duas para nove; os 1200 leitos disponíveis na rede hoteleira passaram para 5.270, com crescimento de 340%; a rede de hotéis cresceu 70% e as pousadas, 300%; os restaurantes, 166% e as locadoras de automóveis cresceram 300%” (Vinhães, 2001, p. 145).

Apoiado nesses dados e na idéia de que o crescimento do turismo traria um novo ciclo de progresso e riqueza, em 1992 o governo ilheense inicia a urbanização da zona litorânea (Sul) ⁵⁰ ao longo da Rodovia Ilhéus - Olivença (BA-001) para atrair novos empreendimentos turísticos (Soub, 2005). Como consequência, novas empresas chegam à cidade, consolidando o turismo de Ilhéus, poucos anos depois da crise do cacau, como o terceiro núcleo receptivo do Estado com a marca de 93 mil turistas recebidos (BAHIA, 2004), que sua maioria se hospedava em empreendimentos hoteleiros localizados as margens da

⁵⁰ A urbanização compreendeu três diferentes ocupações: os bairros Jardim Atlântico I e Sítio Paraíso, localizados à margem esquerda da Rodovia BA-001 (sentido Olivença) na orla das praias do litoral sul, destinados a residências de alto e médio padrão e a empreendimentos comerciais hoteleiros; os bairros Jardim Atlântico II e III e o loteamento Pérolas do Mar localizados à margem direita da Rodovia BA-001, destinados a residências de alto e médio padrão e a empreendimentos comerciais hoteleiros; e os bairros Nelson Costa e Nossa Senha da Vitória, localizados à direita dos bairros Jardim Atlântico II e III, destinados à construção de conjuntos habitacionais populares.

Rodovia Ilhéus - Olivença (BA-001), enquanto nas áreas distantes da orla, se instalava a população local em conjuntos habitacionais populares, como ilustra a figura 05.

Figura 05: Mapa parcial de Ilhéus – Expansão urbana da zona Litorânea Sul



Com o crescimento do turismo e com a abertura de novas oportunidades de trabalho e renda, Ilhéus se tornaria o destino de muitos dos desempregados que ainda residiam nas áreas rurais, elevando, no ano de 1991, sua população, a 226

mil habitantes (IBGE, 2000). Vinhães (2001, p. 144) ressalta que esse crescimento populacional “[...] fez realçar os problemas no setor de educação, saúde, saneamento básico e abastecimento de água [...]”. Se por um lado o crescimento do turismo renovaria as esperanças da “Pobre Região Rica”, por outro, esse mesmo crescimento impulsionaria o êxodo rural, tornando a zona urbana de Ilhéus mais densamente povoada.

A despeito desses efeitos, o governo municipal continuava a incentivar o turismo, afinal, seu crescimento era a solução para desenvolver a economia e sanar os problemas sociais que se apresentavam. Ademais, para o governo ilheense o crescimento populacional representava a retomada do desenvolvimento econômico de Ilhéus, que se tornara, poucos anos após a queda do cacau, um “promissor pólo turístico”. Em 1993, o fluxo de turistas para Ilhéus atinge o total de 145.540 turistas (BAHIA, 2004). Com a expectativa de ampliar esse resultado e promover mais crescimento, o governo municipal lança projetos para recuperar o centro histórico e ampliar a oferta de bares, restaurantes, equipamentos de lazer e atrativos histórico-culturais nas áreas próximas às Praias da Avenida e do Cristo. Nesses projetos destaca-se a necessidade de recuperar a parte baixa da cidade transformando “[...] os armazéns do antigo porto em centro de compras e lazer, tal como [...] em Buenos Aires, no Puerto Madero”. (Vinhães, 2001, p. 146)

Nos anos seguintes, as ações de incentivo ao turismo se aproximam ainda mais dos anseios do governo estadual que, em 1992, lança o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA). O objetivo era criar ou consolidar “[...] pólos turísticos, nos quais os investimentos públicos em infraestrutura [...] atuariam como propulsores das inversões privadas em equipamentos e serviços” (Queiroz, 2005, p. 408), conforme previa o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODERTUR-NE). Para a implantação do PRODETUR-BA, o Estado foi dividido em sete “zonas turísticas”⁵¹, para as quais foram definidas distintas estratégias de promoção, de planejamento para a instalação de infra-estrutura e de capacitação de recursos humanos. As “zonas

⁵¹ Baía de Todos os Santos, Costa do Descobrimento, Costa do Cacau, Chapada Diamantina, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê e Costa das Baleias.

turísticas” atuariam como “Centros Turísticos Integrados” atrelados a um “destino-âncora” que, por definição, reuniria meios de hospedagem, infra-estrutura de lazer, áreas de preservação e recursos naturais com capacidade de atração para o turismo internacional, sendo o Poder Público “responsável pela infra-estrutura básica nos Centros – rede viária, energia elétrica, sistema de abastecimento de água – em contrapartida à construção dos equipamentos turísticos pela iniciativa privada”. (Queiroz, 2005, p. 169)

Conforme as diretrizes do PRODETUR-BA, Ilhéus — “destino-âncora” da Costa do Cacau — passa a receber recursos para atrair investimentos privados e promover o desenvolvimento social e econômico da região. No plano, entre os anos de 1992 e 2005, a Costa do Cacau⁵² seria beneficiada com obras no valor de US\$ 201 milhões — 9,3% do total previsto para o Estado. Do total destinado à mesma, 75% dos investimentos seriam aplicados em obras de saneamento e de transportes e o restante na construção de equipamentos turísticos: áreas de lazer, compras e eventos, entre outros (BAHIA, 2004).

Seguindo as estratégias do PRODETUR-BA, em 1997, Ilhéus realiza uma nova campanha para atrair turistas — *Ilhéus, novo pólo turístico brasileiro*. No mesmo ano a cidade observa o crescimento do fluxo de turistas que chega a 197 mil (BAHIA, 2004). Ainda em 1997, a Câmara Municipal de Ilhéus aprova a Lei Municipal No. 2638/97, que concedia 2 anos de isenção de ISS (Imposto sobre Serviços) e de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para novos hotéis e pousadas (Fontes, 2001). Paralelamente, a atividade ganharia mais espaço nas decisões políticas locais, com destaque para as 41 medidas de incentivo ao turismo (05 leis; 15 decretos e 21 orçamentos) elaboradas pelo governo municipal entre os anos de 1998 e 2001 (Cintra, 2002).

Entre as medidas aprovadas pelo governo ilheense, destaca-se a divulgação e qualificação do turismo municipal, bem como a realização de diversas obras de recuperação de edificações consideradas de interesse histórico-cultural, dentre

⁵² A Costa do Cacau compreende os municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia e Canavieiras. Todos igualmente pertencentes à Região Cacaueira.

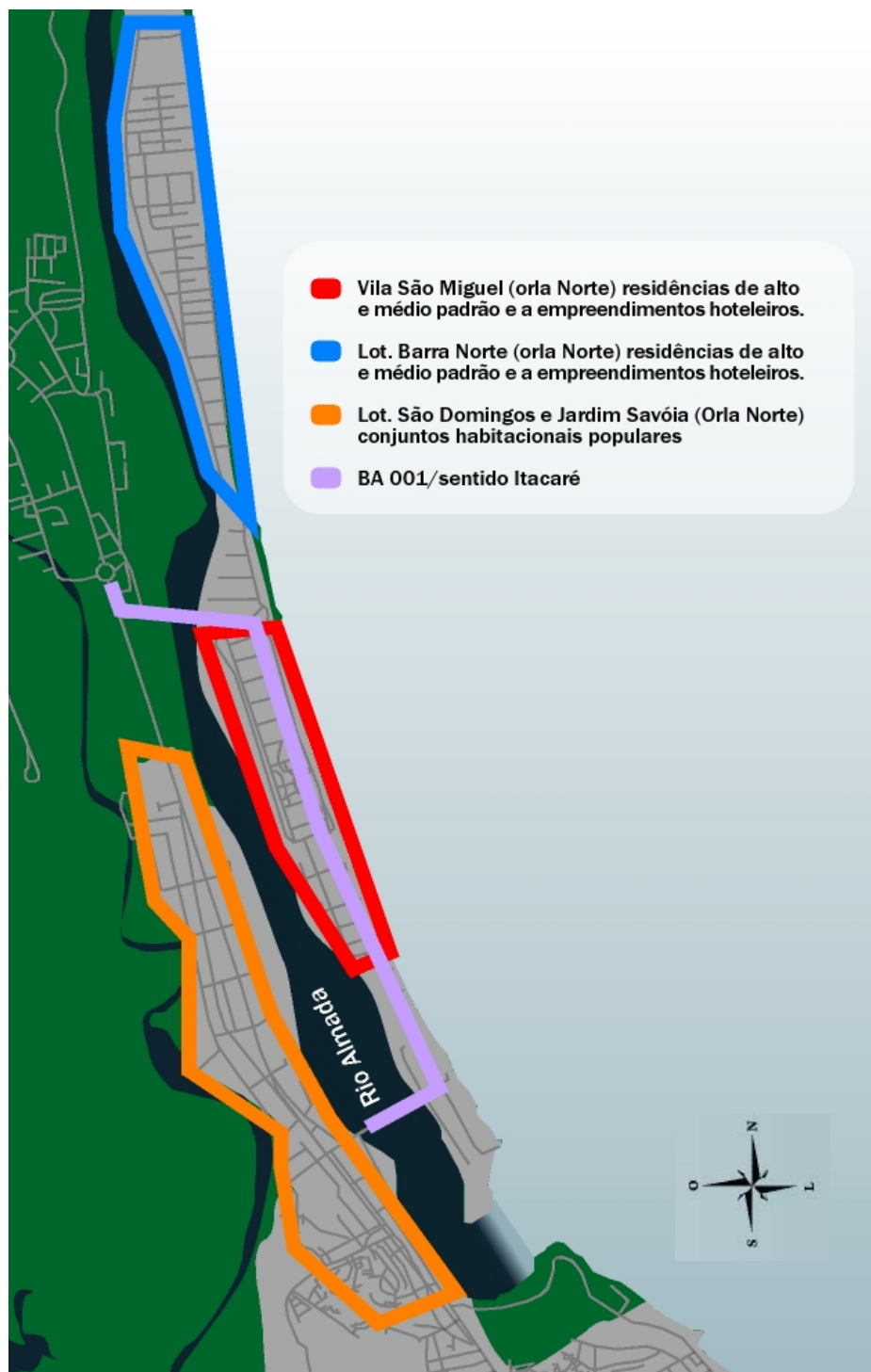
elas, o apoio para a recuperação do Bar Vesúvio e do Bataclan⁵³, as reformas do Teatro Municipal e da Casa Jorge Amado e a restauração do Palácio Paranaguá. A ampliação da pista do Aeroporto Jorge Amado, a construção, com apoio do PRODETUR-BA, do Centro de Convenções Luís Eduardo Magalhães (finalizado em 2000) e a recuperação das Praças Getúlio Vargas e São João. O montante de recursos liberados pelas 41 medidas de incentivo ao turismo soma R\$ 2.953.279.916,45 bilhões, sem incluir os recursos liberados pelo Estado por meio do PRODETUR-BA (Cintra, 2002). A partir de tais medidas, a cidade se consolidaria como um dos destinos turísticos mais visitados do Nordeste brasileiro. A expansão do fluxo turístico para Ilhéus expressa adequadamente esse cenário. Em 1998, a cidade recebeu 225 mil turistas, sua maioria procedente da região Sudeste, já no ano de 2000 a cidade chega a 249 mil visitantes (BAHIA, 2004). Tal fato justificaria os investimentos realizados e solidificaria o turismo como principal alvo da economia local, devidamente alinhada às estratégias do governo estadual.

Com efeito, a esperança do progresso e da riqueza voltava a se fortalecer na cidade. Novas pousadas, restaurantes, lojas de artesanatos e agências de viagens ocupariam os espaços deixados pelo cacau, que somente permaneceriam para ilustrar o imaginário e as fotos dos turistas que tomavam as ruas e as praias da cidade. Os relatórios do governo local exaltavam a renda derivada do turismo, apontavam os empregos gerados e proclamavam o desenvolvimento gerado pela atividade. Anunciando a “metrópole do futuro”, o informe da prefeitura (PMI, 2000) fazia referência aos benefícios gerados pelo turismo, sem deixar de mencionar que, se tomadas novas medidas para impulsionar o crescimento da oferta e da demanda turística, maior seria o benefício à população. Enquanto o discurso do governo ilheense desenhava a realidade do presente, o governo estadual corria o quadro do futuro prometendo ampliar ainda mais sua oferta com os novos aportes de recursos que, por sua vez, trariam mais turistas e mais benefícios para os moradores, distanciando-os do passado. A urbanização da orla Norte ilustra adequadamente esse quadro, pois a criação de dois novos bairros na Região

⁵³ O Bar Vesúvio ficou conhecido como reduto dos personagens Gabriela e Nacib no romance *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado. O Bataclan era o antigo prostíbulo da cidade de Ilhéus freqüentado pelos principais proprietários das lavouras de cacau.

Norte (Vila São Miguel e Loteamento Barra Norte) (Figura 06) consolidaria o turismo como o meio para a expansão da “metrópole do futuro”.

Figura 06: Mapa parcial de Ilhéus – Expansão urbana da zona Litorânea Norte



Nesse momento, um discurso comum seria incorporado à idéia do desenvolvimento. Cada morador e empresário deveria fazer sua parte e “aproveitar as oportunidades” geradas pelo turismo, ou seja, qualificar-se para competir. Assim, Ilhéus observava cada pouso de aeronave com olhos esperançosos, grupos de turistas sinalizavam que mais dinheiro chegaria, que mais trabalho surgiria e que o desenvolvimento estaria mais próximo. O turismo tornava-se um sinônimo de desenvolvimento e riqueza e para que esse futuro se tornasse ainda mais presente, era preciso manter o itinerário até então escolhido.

Entretanto, no ano seguinte, a esperança de Ilhéus seria afetada. Contrariando os indicadores apresentados pelo governo municipal e as expectativas de avanço contínuo do turismo local, os dados listados no Plano Estratégico de Turismo de Ilhéus (PET) ⁵⁴ apontariam para uma série de problemas relacionados ao turismo que deveriam ser solucionados pela prefeitura municipal e pela ILHEUSTUR (PET, 2001). Se, por um lado, existiam indicadores positivos, por outro, os resultados do turismo ilheense não eram suficientes para o crescimento das empresas locais.

Dentre os principais problemas, o PET destacava o baixo crescimento do fluxo turístico para Ilhéus que, ao contrário de outras cidades, a exemplo de Itacaré, estava estável⁵⁵; a falta de preparo da mão-de-obra local; a perda de empreendimentos, sobretudo hotéis que passaram a escolher Itacaré como destino (Fontes, 2001); a baixa permanência do turista na cidade⁵⁶; a redução da média de gastos por turista⁵⁷ e a mudança do perfil econômico dos turistas que

⁵⁴ Elaborado com base nas sugestões e problemas levantados no Fórum de Marketing de Turismo de Ilhéus, realizado no dia 22 de fevereiro de 2000 e com dados posteriormente coletados em pesquisas promovidas pela Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa) (Cintra, 2002; Fontes, 2001).

⁵⁵ Entre os anos de 2000 e 2001, o fluxo turístico recuou de 249 mil para 238 mil (BAHIA, 2004).

⁵⁶ A permanência média do turista em Ilhéus, entre os anos de 2000 e 2001, decresceu de 9,7 dias para 7,30 dias. (BAHIA, 2004).

⁵⁷ O Gasto médio diário individual era, em 1998, de R\$ 56,78; enquanto, em 2000, era de R\$ 27,49. (PET, 2001).

visitavam Ilhéus⁵⁸. Da mesma forma, foram listadas as “ameaças” ao turismo local: a falta de estrutura aeroportuária para vôos internacionais; a ausência de uma política para captação de turismo de negócios a fim de minimizar os efeitos da sazonalidade turística; a falta de estímulo para implantação e manutenção de negócios turísticos; a deficiência nos serviços públicos (iluminação, limpeza, entre outros) e a falta de apoio do governo estadual para divulgar a cidade, já que o mesmo promovia Salvador e Porto Seguro, em detrimento dos outros destinos (PET, 2001).

Com isso, o PET sugeria que, apesar do crescimento alcançado nos anos anteriores, o turismo de Ilhéus carecia de melhorias. Diante disso, é importante ressaltar que o PET não promoveria nenhuma reflexão a respeito da idéia de desenvolvimento perseguida por Ilhéus. Seu conteúdo, a despeito dos dados apresentados, limitou-se a indicar novos caminhos para chegar ao mesmo destino. Em outras palavras, expunha uma idéia conservadora e limitada, furtava-se ao conflito e à possibilidade de questionar o desenvolvimento visado por Ilhéus.

O caminho escolhido não se altera, ao contrário, os passos de Ilhéus continuam sobre o mesmo terreno, conservando a idéia de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. Ao apontar a queda do fluxo turístico como um problema, os elaboradores do PET não enxergam nada além da necessidade de expansão da demanda e da oferta. Ao listar a redução dos gastos gerados pelos turistas, os mesmos somente destacam a necessidade de atrair turistas com maior poder aquisitivo, sem ponderar sobre o paradigma de desenvolvimento que defendem. Por conseqüência, interpretam que os resultados que ilustram o baixo crescimento decorrem de fatores independentes das regras da competição mercadológica capitalista que, para manter os níveis de lucratividade, divulgam novos “destinos-produtos” e tiram os grifos que Ilhéus antes tinha, ao ser listado em suas planilhas de rentabilidade e lucratividade.

Assim, o PET não expressa nada mais que a limitada idéia de que o crescimento do turismo é capaz de gerar desenvolvimento econômico e social,

⁵⁸ A renda média mensal do turista em 1998 era de R\$ 4.073,28, já no ano 2000 era de R\$ 2.815,94 (PET, 2001).

pois recria estratégias para elevar os níveis de competição que, por sua vez, exigirão ações mais agudas para alavancar a produtividade das empresas locais que, finalmente, redundarão na maior dependência dos mercados consumidores, na adaptação contínua da cidade aos interesses dos distribuidores (agências de viagens emissivas, empresas de transportes etc.) e na redução dos “possíveis” benefícios para a população. Sem enxergar esse quadro, os elaboradores do PET criam uma oposição conservadora, negam sem de fato negar e tão só conservam a idéia de que o crescimento econômico levará ao desenvolvimento.

Em 2002, na tentativa de retomar o crescimento do turismo e acatar parte das solicitações apresentadas no PET, a prefeitura converteu a ILHEUSTUR em SETUR (Secretaria Municipal de Turismo), cuja responsabilidade era atrair investidores, planejar e executar projetos e atividades turísticas em Ilhéus (Cintra, 2002). Sugeriu que mais investimentos eram necessários e novas estratégias precisariam ser criadas para tornar o turismo de Ilhéus mais competitivo. Igualmente destacava que era preciso promover outros segmentos do turismo para reduzir os efeitos negativos da sazonalidade turística⁵⁹.

Portanto, os atrativos naturais, culturais e históricos, as rodovias que interligavam Ilhéus aos principais núcleos emissivos da região, os hotéis, *resorts* e pousadas, o Centro de Convenções e o aeroporto já não eram suficientes para promover o desenvolvimento de Ilhéus. Novamente amparada na política estadual, que a partir de 2002 passa a defender a formação de “*Clusters* de Cultura e Turismo”⁶⁰ conforme propunha o PRODETUR-NE II⁶¹ (Gottschall, 2001), o

⁵⁹ Burgos (2001) menciona que a rede hoteleira de Ilhéus observa uma queda média de 70% na ocupação durante a baixa temporada.

⁶⁰ A criação do “Cluster de Entretenimento da Bahia” foi de responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado (SECTUR) no ano de 2001, para estruturar um novo modelo de ação governamental para a Bahia, envolvendo, sobretudo, as áreas de turismo e cultura. Dentre os principais objetivos do plano destacou-se o incentivo para a integração dos setores cultura e turismo e para a inserção do turismo no interior baiano, bem como a realização de melhoria nos atrativos culturais e nos equipamentos e serviços turísticos para aumentar a atratividade de turistas de maior gasto médio diário. Para o plano, o “cluster de Entretenimento” incluía “[...] os setores de turismo, cultura, lazer, esportes, música, gastronomia e vários outros relacionados a esse negócio, numa miríade de empresas de pequeno, médio e grande porte” (Junior, 2001, p. 18).

governo municipal passa a incentivar a recepção de cruzeiros marítimos no Porto do Malhado⁶². Enfatizando o aumento do número de navios atracados e dos gastos dos turistas⁶³ vindos nos navios, a prefeitura passa a realizar atividades no porto para organizar a oferta de serviços (agências receptivas, transportadoras, guias locais, etc.) e distribuir informativos sobre os atrativos locais e preços de passeios pela região. As recepções promovidas pela prefeitura “[...] incluem baianas que distribuem fitas do Senhor do Bonfim e perfumam com água de cheiro esses visitantes. Desta forma, [...] as atividades turísticas movimentam culturalmente e socialmente tanto os [...] receptores quanto os geradores de turistas, interferindo nas dinâmicas identitárias, no meio ambiente e nas relações sociais e políticas”. (Souza *et al*, 2006, p. 27)

Com efeito, por ser uma ação que divulga os hábitos culturais locais e que movimenta “culturalmente e socialmente tanto os receptores quanto os geradores de turistas”, a prefeitura pretensamente responde aos objetivos da política estadual de turismo, cuja expectativa era diferenciar o “produto Bahia” (Conceição, 2006; BAHIA, 2005), demasiadamente associado ao turismo de “Sol e Praia”. Por consequência, mantêm o caminho ratificado no PET, auxiliando na busca por mais

⁶¹ Aprovado em setembro de 2002, o PRODETUR-NE II é considerado o programa de consolidação do turismo no Nordeste do Brasil. Seu principal objetivo é dar continuidade às atividades do PRODETUR-NE I. Os recursos previstos para o programa totalizam US\$ 400 milhões, sendo 60% dos investimentos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 20% dos Estados participantes e 20% do governo Federal. Esses recursos foram destinados a três ações: fortalecimento da capacidade municipal de planejamento e de gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal; planejamento Estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico e promoção de investimentos no setor privado. Diferentemente da primeira etapa, em que foram definidas sete “zonas turísticas” para o estado da Bahia, na segunda fase o governo estadual propôs um novo zoneamento turístico, sob a denominação de “pólos turísticos”. Outro aspecto que diferencia a segunda etapa é que para a aplicação dos recursos do programa o estado definiu quatro pólos turísticos prioritários: Pólo Salvador e entorno, Pólo Litoral Sul, Pólo do Descobrimento e Pólo Chapada Diamantina. E criou dois novos pólos: Vale do São Francisco e Caminhos do Oeste (Gonçalves, 2002; BAHIA; 2007; BRASIL, 2007).

⁶² Importa mencionar que desde 1991 Ilhéus já recebia navios de turismo, em 1996 atracaram 20 navios no Porto do Malhado (BAHIA, 2004), número que só seria superado em 2006 quando 26 navios chegaram à cidade (BAHIA, 2004).

⁶³ De acordo com os dados oferecidos pela prefeitura de Ilhéus, os turistas trazidos pelos navios de turismo gastam em média U\$ 35 por dia (BAHIA, 2004).

crescimento e competitividade, sem revelar os contraditórios efeitos decorrentes dessa mesma busca.

2.3 Ilhéus: entre o passado e o futuro

Conforme destacamos, nas duas últimas décadas as ações e as políticas de incentivo ao turismo do governo municipal de Ilhéus levaram à substituição da matriz econômica local, bem como à transformação de sua imagem, que nos primeiros anos de década de 1990 passa de centro econômico e político da Região Cacaueira a Pólo Turístico da Costa do Cacau. Diante disso, é possível retomar parte do caminho percorrido por Ilhéus a fim de verificar o atual cenário social e econômico do “destino âncora” da Costa do Cacau.

O atual cenário de Ilhéus nos permite inicialmente observar dois aspectos. Primeiramente, é inegável reconhecer que a transformação da cidade (a expansão física de seu espaço, a construção de inúmeros empreendimentos turísticos, etc.) expressa o crescimento da atividade turística, bem como demonstra como esse mesmo crescimento foi importante para a geração de empregos, para a recuperação de parte do patrimônio histórico-cultural deixado pelo cacau, dentre outros. O segundo aspecto a ser destacado é que devido a esse mesmo crescimento, o turismo se tornou o principal meio para a manutenção da esperança do desenvolvimento ainda presente nas casas ilheenses. Embora essa mesma situação possa ser encontrada em outros municípios que, após o declínio de atividades produtivas essenciais a sua economia, impuseram o turismo como alternativa econômica, em Ilhéus esse quadro apresenta outros matizes, pois a torna dependente, tanto de um passado que nega sem poder negar, como de um futuro que espera alcançar, ainda que o trajeto escolhido não lhe permita chegar a tal destino.

Devemos aprofundar tal análise a partir da verificação dos resultados proporcionados pelo crescimento da atividade turística. Ilhéus é atualmente um

importante pólo receptivo que conta com inúmeros atrativos turísticos naturais, culturais e históricos e com diversos eventos culturais, folclóricos e de negócios⁶⁴. Em outras palavras, uma oferta que possibilita à cidade atuar em variados “segmentos” do mercado turístico, conforme propõem diversos “especialistas” da área. Um centro turístico dotado de uma ampla infra-estrutura de transportes que permite o acesso de diferentes tipos de turistas, por via aérea, marítima e terrestre. Uma cidade interligada à Rodovia BR-101, principal meio de acesso a Salvador e às demais cidades do estado, a exemplo de Itabuna (BR-415), bem como ligada ao principal eixo de acesso às cidades do litoral sul da Bahia (BA-001). Portanto, um destino turístico atrativo para as grandes empresas de viagens e transportes, já que, além de possuir o principal aeroporto da Costa Sul do Estado, oferece a infra-estrutura necessária para as companhias marítimas que atracam seus navios no mais movimentado porto da Costa do Cacau.

Da mesma forma, Ilhéus possui uma vasta oferta de equipamentos e serviços turísticos, são 124 empreendimentos de hospedagem, cadastrados na EMBRATUR, dentre os quais estão dois dos maiores *resorts* da Costa do Cacau. Sua oferta de hospedagem conta com estabelecimentos de variadas classificações e tamanhos que somados totalizam a oferta de 7.700 leitos (BAHIA, 2004), a maior da Costa do Cacau. A oferta de bares, restaurantes e similares é também a maior da região: são 32 restaurantes turísticos (BAHIA, 2004) e outros diversos empreendimentos localizados nas orlas Sul e Norte da cidade. São 17 agências de viagens e turismo que oferecem serviços receptivos e passeios (BAHIA, 2004), muitas delas associadas às operadoras localizadas nos grandes centros emissores do país. A oferta de equipamentos e serviços contempla ainda 12 locadoras de veículos (BAHIA, 2004) e áreas comerciais destinadas ao consumo turístico, a exemplo do Mercado de Artesanato. Sem deixar de mencionar suas áreas para eventos, com destaque para o Centro de Convenções

⁶⁴ Conforme o inventário realizado em 2004 pelo governo estadual (BAHIA, 2004), Ilhéus possui cerca de 80 atrativos turísticos, com destaque para os atrativos histórico-culturais (construções e manifestações históricas, culturais, religiosas e populares) e atrativos naturais (praias e áreas para realização de atividades ligadas à natureza).

Luís Eduardo Magalhães e para a arena de eventos, sediada na Estância Hidromineral de Olivença.

Com esse conjunto de atrativos e equipamentos e com as contínuas políticas municipais e estaduais de incentivo ao turismo, o município é capaz de atender a uma demanda variada, atraindo investimentos, divisas e empregos. Um resultado que colocou o turismo como uma realidade para desenvolver a cidade após o fim do crescimento proporcionado pela produção cacauzeira. Sendo assim, pode-se concluir que Ilhéus oferece àqueles que pretendem investir no município (grupos hoteleiros, agências de viagens, transportadoras, entre outros) um “ambiente propício” e, igualmente, oferece aos seus visitantes uma oferta variada de atividades que contemplam a história, a natureza, a aventura e o exótico verão.

Diante disso, conclui-se que o cenário da “terra do cacau”, se analisado pelos “especialistas” do turismo, seria classificado como otimista, positivo ou desenvolvido. Palavras que revelam a imagem de um “sistema turístico” propício ao crescimento, pois conforme sustenta a teoria do equilíbrio sistêmico, conjuga adequadamente oferta e demanda, atende aos interesses dos distribuidores e possui um adequado aparato institucional e organizacional, que por meio de leis, medidas de incentivo e recursos, favorece o desenvolvimento. Sem esquecer da presença das entidades privadas locais, que atuam no turismo e auxiliam nesse processo⁶⁵. Diante desse quadro pode-se questionar: a “Pobre Região Rica” do cacau se transformou na “Rica Região Rica” do turismo?

Entendemos que o turismo, contrariamente às análises especializadas, não transformou a “Pobre Região Rica”, ao contrário, sedimentou tal condição. Após décadas de incentivo, o turismo não reverteu a dependência da demanda e dos investimentos externos (infra-estrutura de transportes, empresas, entre outros), como no período da produção cacauzeira. Apesar da presença de inúmeros atrativos e equipamentos, dos investimentos promovidos pelo governo estadual e municipal, Ilhéus apenas se converteu na “Pobre Região Rica” do turismo.

⁶⁵ Associação de Turismo de Ilhéus (Atil), Conselho Ilheense de Turismo (Citur) e *Convention Bureau de Ilhéus*.

Tal condição se deve à forma como o desenvolvimento da região é compreendido e promovido, pois continua a sustentar-se pelos mesmos valores que outrora indicavam a riqueza e o progresso gerado pela produção cacaueteira. Essa condição está diretamente atrelada às políticas estaduais de turismo que, como demonstramos, defendem que o desenvolvimento decorre do crescimento da demanda e da oferta, sendo os investimentos públicos em infra-estrutura determinantes para atrair as empresas, que, por sua vez, utilizarão os recursos e os atrativos da “zona turística” como diferencial competitivo para atender a demanda.

Com efeito, o incentivo ao turismo, como a produção cacaueteira, foi acompanhado pela idéia de que era preciso ampliar e qualificar a produção e a oferta para competir. Nesse caso, devemos lembrar que depois de alcançar um fluxo turístico de 249 mil turistas no ano 2000, Ilhéus observou pouca variação no crescimento da demanda. Em contrapartida, novos destinos, como Itacaré (localizado na mesma região de Ilhéus), ampliaram o fluxo receptivo, o que mostra que o crescimento do fluxo turístico depende das novas formas de conquistar a demanda, inclusive competindo com os destinos localizados na Costa do Cacau, como Itacaré, Canavieiras, entre outros. Nesse sentido, o desenvolvimento gerado pelo turismo é dependente “[...] do crescimento e do desenvolvimento econômico, isto é, do crescimento e das oportunidades de trabalho em outros setores” (Lazzareschi, 2001, p. 134), bem como da construção de infra-estrutura capaz de atrair empresas que controlam e incentivam os fluxos turísticos conforme as possibilidades de lucro.

Também é preciso lembrar que os investimentos privados para a abertura de novos negócios em Ilhéus foram substancialmente reduzidos. Depois de receber o maior número de investimentos da região, entre os anos de 1990 e 1999⁶⁶, a cidade observou a redução dos investimentos que foram aplicados em outros

⁶⁶ De acordo com os dados oferecidos no PDITS - Litoral Sul (BAHIA, 2004), no período de 1991 a 1994 as cidades da Costa do Cacau receberam US\$ 34 milhões em investimentos privados, sendo que para Ilhéus foram direcionados cerca de 70% desse montante. Entre os anos 1999 e 2001 os investimentos chegaram a US\$ 90 milhões e a participação de Ilhéus foi reduzida para cerca de 25% desse total.

destinos, dentre os quais Itacaré novamente se sobressai⁶⁷. Assim, não podemos deixar de destacar que a lógica que, juntamente com outros fatores, contribui para o declínio da produção cacaueteira, não foi modificada. Se, por um lado, a cidade espera se distanciar do passado da “Pobre Região Rica” do cacau, por outro, pela forma como conduz o jogo do mercado turístico, dele participa e nele acredita, não lhe é permitido que esse passado deixe de existir.

Assim, a “produção do turismo” e a “produção do cacau” se definem por um mesmo parâmetro, por conseqüência, entende-se que o desenvolvimento social e econômico deve ser buscado pelo crescimento da demanda e da oferta. Em outras palavras, o desenvolvimento resulta da competição ou da formulação de “vantagens competitivas” — conjunção de infra-estrutura e atrativos turísticos com empresas qualificadas capazes de atrair a demanda (Fontes, 2001; Junior, 2001). Para que o turismo cresça e gere desenvolvimento, é necessário elaborar “[...] ações estratégicas que partam de uma definição segmentada de mercado, para que se constitua o produto ‘Bahia’ em nichos especiais, ou seja, um mapeamento do ‘campo de guerra’ competitivo [...] numa visão de que o concorrente não é necessariamente o seu vizinho e sim outros destinos que ofereçam produtos similares” (Junior, 2001, p. 16).

A partir dessa leitura, entendemos que a cidade une o presente ao passado que outrora foi incapaz de sustentar as esperanças de progresso e riqueza. Assim, os resultados alcançados pelo turismo fortalecem a idéia de que o desenvolvimento virá no futuro, quando o turismo (devidamente planejado e abastecido de recursos) levará Ilhéus a um novo patamar evolutivo. Nesse contexto, solidifica-se a idéia de desenvolvimento do tipo econômico e com ela a negação do passado que não se pode negar. A regra é a mesma. Ainda que as palavras utilizadas no manual possam ser distintas, nele o crescimento da demanda e da oferta são os pré-requisitos para o desenvolvimento.

⁶⁷ Dentre os investimentos privados previstos a partir de 2003, Itacaré recebeu somente para a construção de um novo resort o montante de US\$ 335 milhões, o que representa 80% do total investido pela iniciativa privada no “Pólo Sul” (Costa do Cacau e Costa do Dendê) (BAHIA, 2004).

Como destaca Loiola, ao discutir o crescimento do turismo na Bahia, muitas das cidades turísticas, sem de fato analisarem o caminho escolhido, acreditam na idéia de que as “[...] regiões desenvolvidas favorecem a existência de empresas e *clusters* de produção competitivos, e empresas e *clusters* competitivos estão na base do desenvolvimento dessas regiões” (Loiola, 2001, p. 62). Se, para desenvolver Ilhéus pela produção cacaueteira, foi necessário implantar novas técnicas, promover o crescimento da oferta e dotar a cidade de infra-estrutura para competir; para o turismo, as mesmas condições são necessárias, ainda que as denominações sejam distintas.

Por essa razão, destacamos as ações e as políticas dos governos municipais e estaduais que incentivaram o turismo como um meio para o desenvolvimento, mantendo a idéia de que o crescimento da demanda, a ampliação e qualificação da oferta e a construção de infra-estrutura são condições necessárias para associar qualquer atividade econômica ao desenvolvimento. Em última análise, o passado de Ilhéus é justamente o seu presente, um passado que nega sem poder negar, um passado que falhou diante de suas próprias promessas e que, contraditoriamente, sustenta a esperança em um futuro.

Diante desse quadro podemos questionar: Ilhéus se desenvolveu? O crescimento do turismo é a causa das melhorias socioeconômicas? A cidade apresenta os mesmos problemas do período em que incentivava a produção cacaueteira? Essas perguntas podem ser respondidas quando observamos que os índices sociais e econômicos de Ilhéus indicam que diversas melhorias foram alcançadas, entretanto, os mesmos índices igualmente apontam uma série de problemas, muitos deles decorrentes do crescimento populacional e da expansão do turismo.

Segundo dados disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2000)⁶⁸, Ilhéus está entre os municípios considerados de “médio desenvolvimento humano”

⁶⁸ Os dados dos indicadores apresentados no Atlas foram apurados diretamente dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (questionário da amostra), do IBGE (PNUD, 2000).

(Índice de Desenvolvimento Humano - IDH entre 0,5 e 0,8). Entre os anos de 1991 e 2000 o IDH do município passou de 0,61 em 1991 para 0,703 em 2000⁶⁹.

“No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Ilhéus cresceu 15,25% [...] Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 23,8%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 16,4 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 8,3 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,805)”. (PNUD, Perfil Municipal Ilhéus-BA, 2000, p. 5).

O crescimento do IDH de Ilhéus se deve às melhorias recentes no sistema de saúde municipal, dentre os quais se destacam a melhoria nos índices de longevidade, mortalidade e fecundidade⁷⁰, bem como a melhoria dos indicadores educacionais, com destaque para a redução das taxas de analfabetismo, que entre a população adulta (25 anos ou mais) passou de 38,2% em 1991 para 24% em 2000⁷¹ e, finalmente, a ampliação na renda *per capita* que passou de R\$ 104,62 em 1991 para R\$ 170,22 em 2000, um crescimento de 62,70%, no período (PNUD, 2000).

Nesse sentido, Ilhéus obteve consideráveis melhorias nos três principais índices que formam o IDH-M, porém é importante lembrar que o aumento no índice geral está vinculado principalmente à progressão dos indicadores educacionais que passaram de 0,621 em 1991 para 0,795 em 2000,

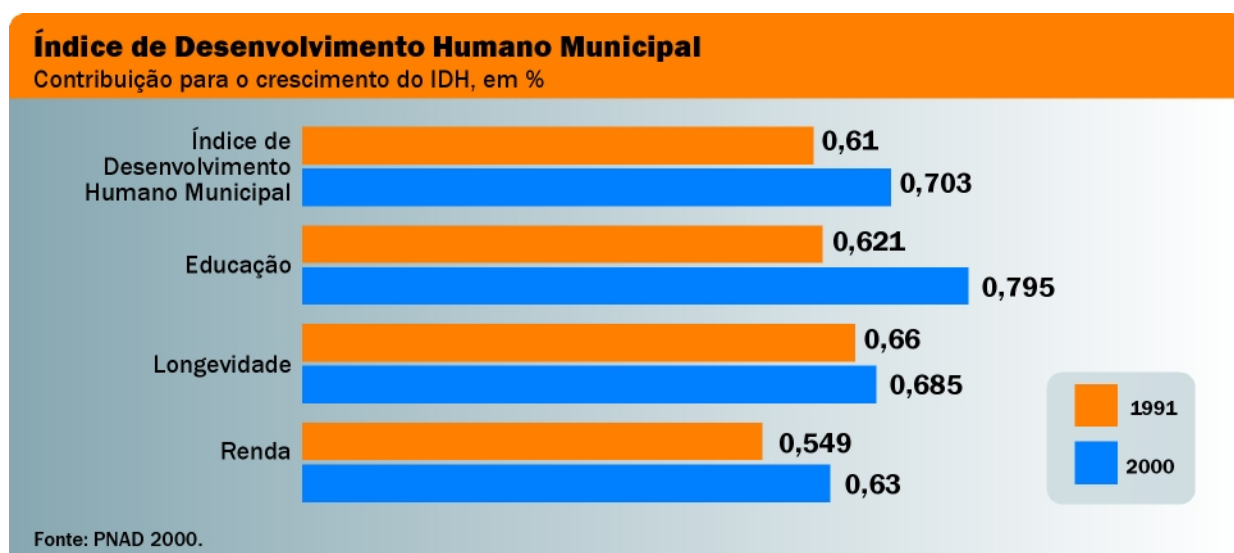
⁶⁹ “Em relação aos outros municípios do Brasil, Ilhéus [...] ocupa a 2935ª posição, sendo que 2934 municípios (53,3%) estão em situação melhor e 2572 municípios (46,7%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Ilhéus apresenta uma situação boa: ocupa a 22ª posição, sendo que 21 municípios (5,1%) estão em situação melhor e 393 municípios (94,9%) estão em situação pior ou igual”. (PNUD, Perfil Municipal Ilhéus-BA, 2000, p. 5).

⁷⁰ “No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 19,79%, passando de 48,01 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 38,51 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 1,54 anos, passando de 64,59 anos em 1991 para 66,13 anos em 2000”. (PNUD, Perfil Municipal Ilhéus - BA, 2000, p. 2)

⁷¹ As taxas de analfabetismo entre os jovens também decresceram no período. Entre os jovens de 18 a 24 anos passou de 29,4% em 1991 para 9,8% em 2000 (PNUD, 2000).

representando uma contribuição de aproximadamente 60% no atual IDH do município. Essa observação merece destaque, já que os demais índices que compõem o IDH-M (Renda e Longevidade) não apresentaram crescimento semelhante, como indica o gráfico 01. Da mesma forma, deve-se reconhecer que a melhoria dos indicadores educacionais não pode ser considerada como um fator relacionado à expansão do mercado turístico.

Gráfico 01: *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal — Contribuição para o crescimento do IDH*



No caso de Ilhéus, deve-se ainda observar que a melhoria da renda *per capita* está igualmente associada à redução da população do município que, em 1991, possuía 226 mil habitantes, enquanto em 2000 possuía 221 mil, uma taxa média de crescimento anual de -0,24% (IBGE, 2000), o que contribui para o aumento da renda *per capita* sem que haja um incremento na renda do trabalhador. Por fim, devemos ressaltar que no período de 1991-2000 o percentual de renda proveniente de transferências governamentais passou de 9,93% para 14,72%. Fato este relacionado à ampliação do percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais, que passou de 8,12% em 1991 para 12,63% em 2000.

Ademais, deve-se observar que o crescimento de 62,70% do PIB Municipal entre os anos de 1991 e 2000 foi acompanhado por uma significativa redução do percentual da renda proveniente do trabalho, que passou no mesmo período de 81,75% para 66,46%. Esse dado revela que o crescimento das atividades produtivas de Ilhéus, especialmente o turismo, não proporcionaram acréscimo de renda a população. Com efeito, o crescimento da renda *per capita* em Ilhéus não pode ser considerado um sinônimo de maior riqueza, tampouco pode indicar, como apontam corriqueiramente os estudos governamentais e parte das obras dedicadas ao turismo, uma relação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Frente a isso, é importante lembrar que o cálculo da renda *per capita* é uma simples generalização matemática obtida da divisão do PIB (Produto Interno Bruto) do município pela população, portanto não estabelece o percentual de quanto é recebido por cada um daqueles que possuem renda em Ilhéus. Desse modo, o crescimento na renda *per capita* pode ser proporcionado por distintos fatores, muitos dos quais, não estão relacionados ao crescimento de qualquer atividade produtiva e tampouco ilustram a redução da desigualdade social ou da concentração de renda, que, no caso de Ilhéus, ainda é significativa.

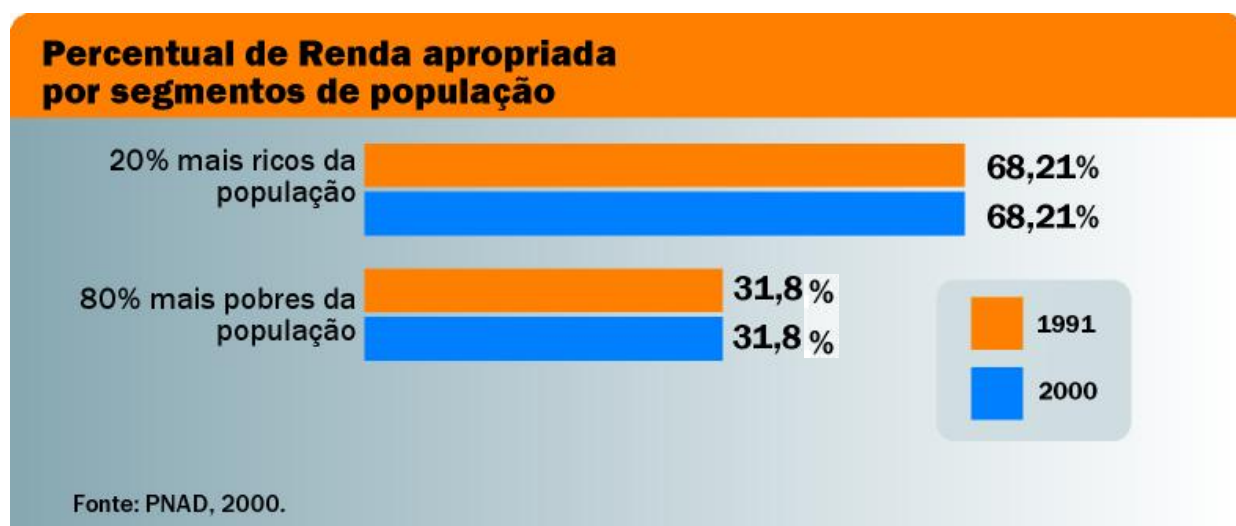
Segundo os dados oferecidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a desigualdade social cresceu no município, o Índice de Gini⁷² passou de 0,63 em 1991 para 0,64 em 2000, o que expressa, como havíamos mencionado no capítulo inicial, que o crescimento da renda e da produção de uma localidade não significa uma melhor distribuição de renda entre sua população. Assim, mesmo quando se constata que a “[...] pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75, 50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 23,14%, passando de 69,0% em 1991 para 53,0% em 2000” (PNUD, Perfil Municipal Ilhéus - BA, 2000, p. 3). Não se pode afirmar que a renda tenha sido distribuída de forma igualitária,

⁷² O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

fato que reforça a percepção das contradições presentes na realidade ilheense, pois, se por um lado o turismo cresceu e gerou efeitos positivos para a economia, ao menos no decorrer da década de 1990 (quando se observa a maior expansão da atividade), por outro, a população não obteve melhorias a partir de tal crescimento.

Essa percepção se torna evidente quando observamos que a concentração de renda em Ilhéus não sofreu alterações positivas entre os anos de 1991 e 2000. Como se pode observar no gráfico 02, a concentração de renda avaliada entre os anos de 1991 e 2000 manteve-se igual, sendo que os 80% mais pobres da população (ganho mensal abaixo de 5 salários mínimos) concentra 31,80% da renda e os 20% mais ricos (ganho mensal acima de 5 salários mínimos) 68,21% da renda. Com efeito, a cidade não modificou seu quadro socioeconômico, tampouco se pode atribuir ao turismo qualquer tipo de melhoria nesse mesmo quadro, a despeito da defesa que se possa fazer diante de tais resultados.

Gráfico 02: *Percentual de Renda apropriada por segmentos de população*



No que se refere à geração de emprego e renda — principal argumento do discurso que defende o desenvolvimento gerado pelo turismo ou por qualquer outro setor produtivo —, Ilhéus apresenta resultados contraditórios. O rendimento

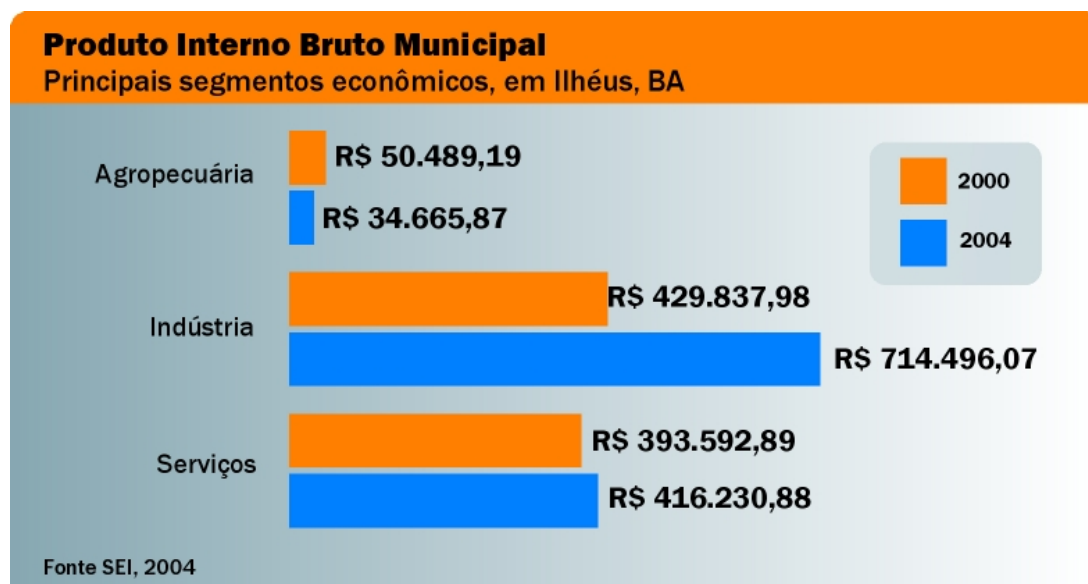
médio da população economicamente ativa (PEA) de Ilhéus é de R\$ 375,70 (2,4 salários mínimos) (IBGE, 2000), ou seja, abaixo da média baiana que é de R\$ 460,00 (3 salários mínimos) (IBGE, 2000), dos 93.040 habitantes economicamente ativos, 20.697 estão desocupados (IBGE, 2000), ou seja, 21,92% da PEA ilheense. Do total de ocupados, as atividades de serviços correspondem a 13.012 ocupações, aproximadamente 17% dos 72.343 ocupados no município, contrariando a idéia comumente defendida nos projetos governamentais e obras acadêmicas que apontam o turismo capaz de gerar um elevado número de empregos. Esse fato se torna mais marcante quando se constata que a seção de atividades de Alojamento e Alimentação representa apenas 5,9% do total de empregados (IBGE, 2000).

Cabe ressaltar que segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor de serviços de Ilhéus admitiu 6.204 funcionários entre janeiro de 2000 e abril de 2007, no mesmo período desligou 5.532, um saldo positivo de 672 postos de trabalho. Fato que se torna mais preocupante quando se constata que houve redução de postos de trabalho nos subgrupos de serviços considerados específicos do turismo: o subgrupo de hospedagem e alimentação — segmento que compreende o maior número de empresas e empregados do turismo ilheense — teve um saldo negativo de 128 postos de trabalho; o subgrupo agências de viagem e de atividades recreativas, culturais e desportivas reduziu 65 postos de trabalho e o subgrupo de atividades anexas e auxiliares do transporte reduziu em 33 o número de postos de trabalho.

A partir desses dados é possível afirmar que o crescimento da atividade turística não contribuiu para a geração de empregos em Ilhéus, por consequência, a condição econômica e social do município não se transformou, como sugeriam os diversos planos e ações promovidos pelos governos municipal e estadual. Igualmente, pode-se considerar que mesmo com o crescimento do fluxo e das empresas turísticas, o alto índice de desocupados, a baixa remuneração e a concentração de renda no município ainda são marcantes.

Outro fator a ser ressaltado, para ilustrar o atual quadro social e econômico de Ilhéus, é o PIB municipal, cujo crescimento é à semelhança da geração de postos de trabalho, constantemente citado nas obras acadêmicas e nos estudos governamentais que defendem o turismo como um meio de desenvolvimento. Em 2002, o PIB ilheense somou R\$ 1.368 milhões — o sexto maior entre cidades baianas —, representando 2,20% do agregado estadual, índice inferior ao observado em 1999, que representava 2,29% do PIB estadual (SEI, 2004). Ao compararmos o PIB de Ilhéus no período de 2000 a 2004, verificamos que a cidade obteve aumento na produção interna. Entretanto, um exame mais cuidadoso revela que o PIB sofreu modificações consideráveis que mais uma vez reforçam a idéia de que o turismo não é capaz de sustentar o desenvolvimento econômico da cidade. Como vemos no gráfico 03, entre 2000 e 2004 o PIB agrícola de Ilhéus sofreu constantes reduções que totalizaram aproximadamente R\$ 15 milhões, enquanto o setor de serviços cresceu por volta de R\$ 22 milhões, demonstrando que o segmento responsável pela expansão do PIB municipal foi do setor industrial, que ampliou em cerca de R\$ 284 o PIB local.

Gráfico 03: *Produto Interno Bruto Municipal — principais segmentos econômicos*



Com efeito, o crescimento do PIB ilheense ilustra a ampliação do setor industrial, devido aos investimentos direcionados ao Pólo de Informática⁷³ e não ao setor terciário, no qual o turismo tem sua maior representatividade. É válido ressaltar que, a despeito do aumento no PIB de serviços, houve redução da participação do setor de turismo, com destaque para o segmento de alojamento e alimentação (CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas 55) e para o segmento de atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem (CNAE 63), que tiveram uma redução de 41,95% em 2000 para 39,23% em 2004 (SEI, 2004), demonstrando que mesmo com os investimentos em infra-estrutura e os incentivos fiscais para instalação de empresas turísticas, realizados ao longo das duas últimas décadas, o setor de turismo tem reduzido sua participação na economia ilheense.

Além da baixa remuneração, do alto índice de desemprego e da queda da participação do turismo no PIB local, a cidade também enfrenta problemas relacionados à oferta de serviços públicos e coletivos à população, decorrentes do crescimento da taxa de urbanização do município que, no período de 1991-2000, passou de 63,57% para 72,99% (IBGE, 2000). Conforme mencionamos, a crise do cacau e a expansão do turismo, observados nos anos iniciais da década de 1990, geraram o crescimento populacional de Ilhéus, tendência esta que não se manteve nos anos seguintes, quando houve a inversão da taxa de crescimento populacional. Em contrapartida, a urbanização do município se manteve crescente e a densidade demográfica de Ilhéus chegou a 120,52 habitantes por quilômetro quadrado em 2000 (IBGE, 2000).

Dentre os principais problemas decorrentes do crescimento urbano de Ilhéus, pode-se destacar a falta de acesso a serviços básicos, que mesmo com as melhorias realizadas na última década (pavimentação, melhoria nas redes de saneamento básico, etc.), afeta a vida de grande parcela da população ilheense,

⁷³ Iniciado no ano 2000 a partir de uma série de incentivos do governo estadual e municipal, o Pólo de Informática de Ilhéus (PII) é apontado como o principal fator para a ampliação do PIB municipal (Ferreira Júnior, Santos, 2006), sobretudo pelos investimentos aplicados para a instalação das 44 empresas em funcionamento até o ano de 2004. Ainda é prevista, segundo o governo estadual, a instalação de 28 novas empresas com investimentos previstos de U\$ 39 milhões (França, 2004).

fundamentalmente, da residente nos bairros Teotônio Vilela, Nelson Costa e Jardim Nossa Senhora da Vitória, três dos bairros mais populosos e pobres da região Sul e no bairro de São Domingos, localizado na região Norte do município.

Dentre os problemas relacionados à urbanização, a falta de redes de abastecimento de água e de cobertura do sistema de esgotamento sanitário é significativa. Atualmente apenas 67,32% dos domicílios particulares permanentes (ou 36.373 domicílios) de Ilhéus estão ligados à rede geral de fornecimento de água (IBGE, 2000).⁷⁴ E apenas 46,29% dos domicílios particulares permanentes (ou 23.832 domicílios) de Ilhéus estão ligados à rede geral de esgoto ou pluvial (IBGE, 2000), sem atender integralmente a população residente dos bairros populares (Foto 06 e 07).

Foto 06
Bairro Teotônio Vilela



R.G. Lomando

Foto 07
Bairro de São Domingos



Ed Ferreira

Outro sério problema é o reduzido sistema de coleta de lixo que atende 64,15% dos domicílios particulares permanentes (ou 34.660 domicílios) de Ilhéus (IBGE, 2000). A cidade apresenta graves problemas, que ultrapassam a simples constatação da quantidade da população atendida pelo serviço, pois, mesmo após a instalação do Aterro Sanitário Ilhéus/Olivença, realizada com investimento do PRODETUR-BA (BAHIA, 2004), a mesma se ressentiu dos problemas gerados pelo acúmulo de lixo nas áreas urbanas. Esse fato é ainda mais grave nos dias chuvosos, quando a cidade enfrenta problemas de alagamento decorrentes do

⁷⁴ Para melhor ilustrar os problemas presentes em Ilhéus vale destacar que a cidade de Itabuna possui 91,05% dos domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de fornecimento de água e 78,64% dos domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de esgoto ou pluvial (IBGE, 2000).

acúmulo de lixo nas galerias pluviais (Fontes, 2001). A situação revela a precariedade da limpeza pública no município, tanto pelos problemas enfrentados pela população, como pelos danos causados ao meio ambiente, já que muitas praias da cidade estão impróprias para banho devido ao alto grau de contaminação e ao acúmulo de lixo (Foto 08).

Da mesma forma, o Bairro Nossa Senhora da Vitória (Foto 09), localizado em uma área de manguezais, é um exemplo desses problemas. Cerca de 70% das residências do bairro despejam os resíduos sólidos nos manguezais e, embora a prefeitura afirme recolher 96% do lixo do loteamento, o sistema de coleta ocorre de forma esporádica, causando o acúmulo de lixo nos manguezais (CRA - Centro de Recursos Ambientais, 1994) e nas ruas do bairro.

Foto 08
Praia dos Milionários
(Zona Sul de Ilhéus)



Ed Ferreira

Foto 09
Bairro Nossa Senhora da Vitória

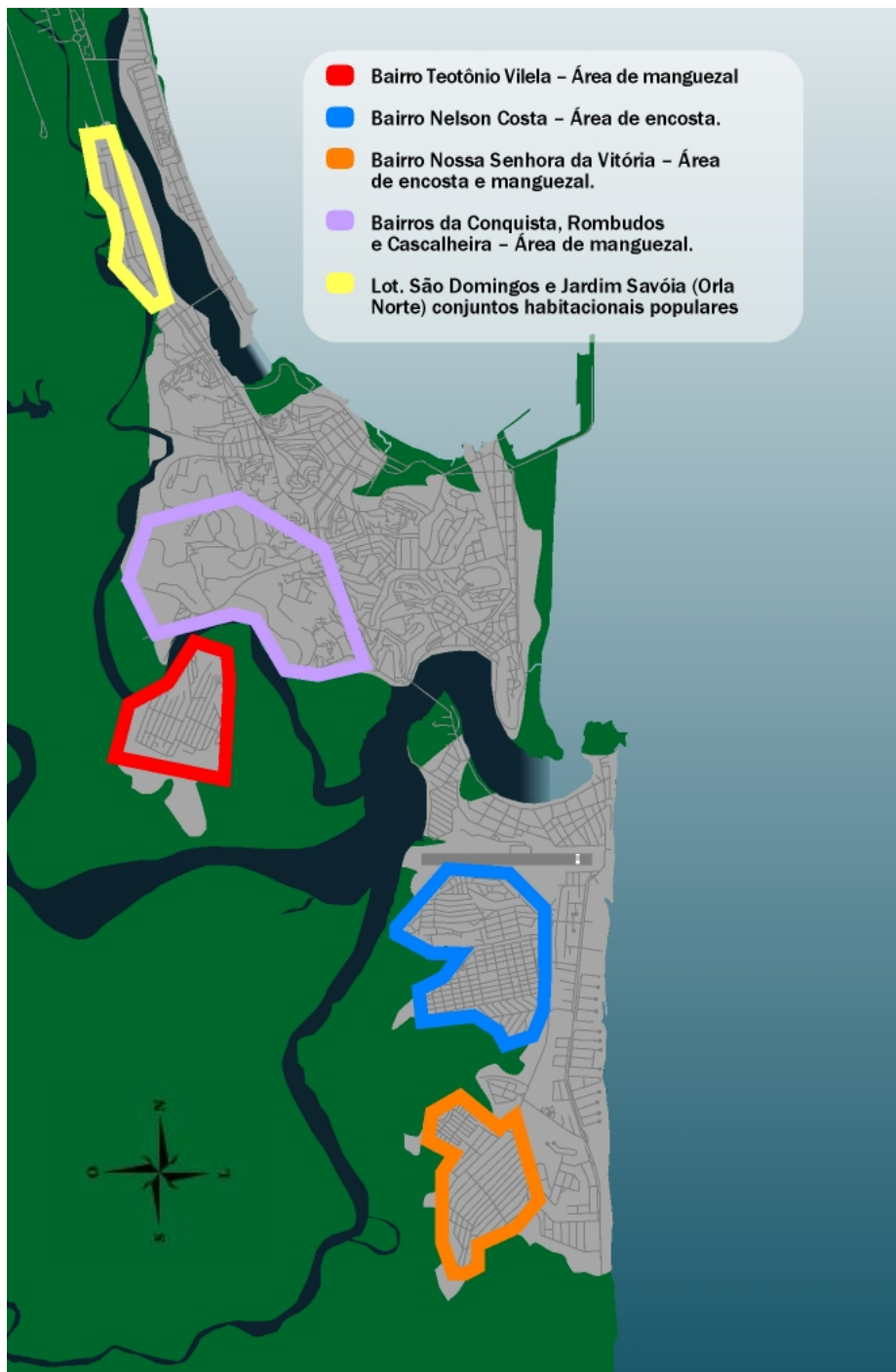


Ed Ferreira

O crescimento urbano de Ilhéus também gera problemas ambientais decorrentes das ocupações urbanas nas áreas de encostas de morros (remanescentes de Mata Atlântica, a exemplo do bairro Nelson Costa) e a poluição dos manguezais, rios e praias pelo esgoto e pelo lixo são casos que ilustram o atual quadro do município. Moreira (2003) menciona que o principal exemplo desse processo é a ocupação do bairro Teotônio Vilela, que se tornou mais populoso após as intervenções promovidas pela prefeitura e pelo baixo custo dos lotes (se comparado às demais regiões da cidade, sobretudo aquelas próximas às áreas de uso turístico). Atualmente, segundo a mesma autora, o bairro possui 21 mil habitantes, aproximadamente 10% da população de Ilhéus, que ocupa uma grande área de mangue às margens do rio Itaconoeira. A autora ainda ressalta a ocupação dos bairros da Conquista, Rombudos e Cascalheira,

localizados às margens do canal do Jacaré, e o bairro Nossa Senhora da Vitória como exemplos da ocupação urbana dos manguezais, agravados pelo aumento do custo das áreas turísticas de Ilhéus.

Figura 07: Mapa de Ilhéus – Principais ocupações residenciais populares em áreas de encosta e manguezais



Esse processo também está relacionado ao crescimento da “migração intra-urbana” (Moreira, 2003), ocorrida nos primeiros anos da década de 1990 quando o crescimento do turismo e a expansão urbana de Ilhéus geraram o aumento do custo da terra, levando muitos moradores, juntamente com os contingentes vindos das áreas rurais, a ocupar espaços distantes do centro e da orla ocupada pelos empreendimentos turísticos e pelas casas de veraneio.

É importante salientar que a ocupação das áreas distantes do centro e da orla marítima de Ilhéus é resultante da própria expansão territorial da cidade e do turismo. Atualmente, o território urbano ilheense é fortemente influenciado pela especulação imobiliária que, sobretudo nos anos de expansão do turismo, motivou a abertura de novas áreas destinadas à atividade, causando a degradação de áreas naturais, e intensificou o processo de “migração intra-urbana” no município. Hoje, à semelhança de outras “cidades turísticas” Ilhéus, tem parte de seu território “potencialmente turístico” — áreas naturais e históricas, ocupadas por hotéis, pousadas e restaurantes — deixando para a população local de baixa renda as áreas de baixo valor e de nenhum interesse para a atividade (Yazigi, 2001; Cruz, 2000) (Foto 10 e 11) ou de nenhum interesse para a população de alta renda que ocupa as áreas dotadas de maiores recursos (Foto 12).

Foto 10

Padrão de ocupação de baixa renda
(Bairro Teotônio Vilela)



Ed Ferreira

Foto 11

Padrão de ocupação de baixa renda
(Bairro São Domingos)



Ed Ferreira

Foto 12

Padrão de ocupação de alta renda
(Bairro do Malhado)



Roberto Sampaio.

Nesse contexto, os problemas decorrentes da ocupação urbana de Ilhéus estão igualmente relacionados às orientações defendidas pelas políticas estaduais e municipais de incentivo ao turismo que entendem a instalação de infra-estrutura

nas áreas de interesse turístico como uma forma de promover o crescimento da atividade turística e do desenvolvimento local. Com efeito, as próprias políticas de incentivo ao desenvolvimento geram, além dos impactos causados nos espaços turísticos⁷⁵, a exclusão territorial da população e a concentração da infra-estrutura (saneamento, coleta de lixo, abastecimento de água, entre outros) e dos serviços básicos (educação, saúde, segurança etc.) em áreas específicas da cidade⁷⁶.

Assim, como sugere Cruz (2000), os turistas, o mercado e as políticas governamentais se tornam as fontes da urbanização das cidades turísticas. Em outras palavras, o crescimento do turismo — motor para o desenvolvimento — deve contemplar, por parte das políticas locais, os interesses dos turistas e do mercado. Nesse sentido, o turismo promoverá o desenvolvimento (urbanização, a modernização, crescimento da atividade produtiva etc.), sem revelar os conflitos e as contradições representadas no espaço e nas relações sociais que ficam reduzidas à própria idéia de desenvolvimento (mais urbanização, mais modernização, mais produção etc.).

Diante desse breve cenário, é possível afirmar que Ilhéus está entre o passado e o futuro. Um passado representado pela manutenção da desigualdade social, da concentração de renda, da dependência da demanda externa etc. Iluminado pela tentativa de reverter os indicadores de desenvolvimento social e econômico que outrora não foram alcançados com a produção cacaueteira. Um futuro mantido pela idéia de que o crescimento do turismo reverterá o passado com o desenvolvimento gerado por ele.

⁷⁵ A homogeneização do território e a “turistificação” da paisagem local são exemplos dos impactos causados pela instalação de áreas de interesse turístico. Para Cruz (2000), essa condição caracteriza as intervenções promovidas pelo PRODETUR-NE que, para as cidades envolvidas no programa, “faz as vezes” da política urbana local.

⁷⁶ Vale lembrar que Ilhéus não é a única cidade em que se podem observar tais problemas. O estudo desenvolvido por Almeida Neto, Gottschall e Cypriano (1997) sobre Porto Seguro, aponta impactos semelhantes aos encontrados em Ilhéus: favelização; invasão de terras inadequadas para urbanização; superprodução de esgoto e lixo e conseqüente poluição; sobrecarga da infra-estrutura existente; entre outros. Da mesma forma Calvente (1996) aponta impactos similares ao investigar os efeitos do turismo sobre comunidades litorâneas de São Paulo, dentre os quais se destacam a violenta especulação imobiliária e a segregação espacial dos locais.

Entre o passado e o futuro de Ilhéus está o presente que apresenta em um só momento a riqueza/pobreza social e econômica da “produção” do turismo, a riqueza/pobreza social e econômica da “produção” do cacau e as causas/conseqüências da idéia de desenvolvimento que ilumina o turismo, tal qual iluminou o cacau: um abismo entre o frágil e fantasioso solo da “metrópole” do futuro e a derrotada e exótica “terra de ouro” do passado.

Capítulo 3: *Trajetórias de trabalho e vida: os descaminhos do turismo e do desenvolvimento*



"No presente flexível e fragmentado, talvez pareça possível criar narrativas apenas sobre o que foi, e não mais narrativas previsivas sobre o que será."

Richard Sennett (2005, p. 161).

Neste capítulo analisaremos as características do trabalho no turismo de Ilhéus, tema este, atualmente discutido em diferentes obras que definem a geração de empregos diretos e indiretos no turismo como um dos principais resultados gerados pelo crescimento da “cadeia produtiva do turismo”. Para tanto, empregaremos os dados coletados durante a pesquisa de campo no município quando realizamos diversas entrevistas com trabalhadores do turismo e levantamos, por meio da aplicação de formulários, as características do trabalho gerado nos empreendimentos de hospedagem de Ilhéus.

Nossas observações se direcionarão por três eixos interligados, dentre os quais destacaremos as características do trabalho turístico em Ilhéus, a saber: a insegurança no trabalho, a diferenciação do trabalho e a negação do passado de trabalho e o envolvimento e a individualização no trabalho. Para tanto, empregaremos as informações coletadas na pesquisa de campo realizada no município, quando aplicamos os questionários junto aos empreendimentos hoteleiros para verificar as características do trabalho gerado pelo setor e, igualmente realizamos as entrevistas com os trabalhadores atuantes no turismo ilheense.

Com isso, esperamos repor a discussão do trabalho gerado no turismo de Ilhéus — principal argumento para mensurar o desenvolvimento — com outro contexto, tendo como um dos objetivos a análise do trabalho além das comuns indicações que friamente apontam os aspectos quantitativos para argumentar a favor dos efeitos positivos gerados pelo turismo. Assim, buscaremos relacionar a história e a experiência de vida dos trabalhadores aos dados coletados junto aos empreendimentos hoteleiros e aos argumentos que apontam o turismo como um meio para o desenvolvimento.

3.1 A insegurança que o turista não vê

Nos últimos anos, diversos estudos da área têm apontado o turismo como um setor dotado de uma ampla capacidade geradora de renda e emprego⁷⁷ (Lage e Milone, 1991; Rabahy, 2003; dentre outros), muitos dos quais referenciam a geração de empregos diretos e indiretos como um dos principais resultados proporcionados pelo crescimento da “cadeia produtiva do turismo” no Brasil e no mundo. Entretanto, essa visão é parcialmente contraposta por estudos que sugerem que a atividade turística, principalmente devido à sazonalidade, não pode ser reconhecida como tal, pois apontam a sazonalidade como o principal obstáculo à geração de empregos nos núcleos receptivos, principalmente os dependentes do turismo de “sol e mar”, exemplos que melhor ilustram essa condição (Schluter, 2001).

Nesses casos, sugere-se que a variação dos fluxos de demanda dificulta a geração de emprego nos períodos de baixa temporada e promove a rotatividade dos trabalhadores contribuindo para a “precarização” do trabalho no turismo (Arbache, 2001). Essa mesma interpretação é enfatizada por Tribe (1999), que sugere que o crescimento do mercado de trabalho na atividade está diretamente vinculado à expansão dos fluxos sazonais de turistas, portanto, como relata Feijoo (2002, p. 329), é crescente somente “cuando hay una demanda de bienes o servicios”, o que expressa um crescimento volátil do mercado de trabalho que, em decorrência da sazonalidade, produz “dos mercados laborales; uno para los

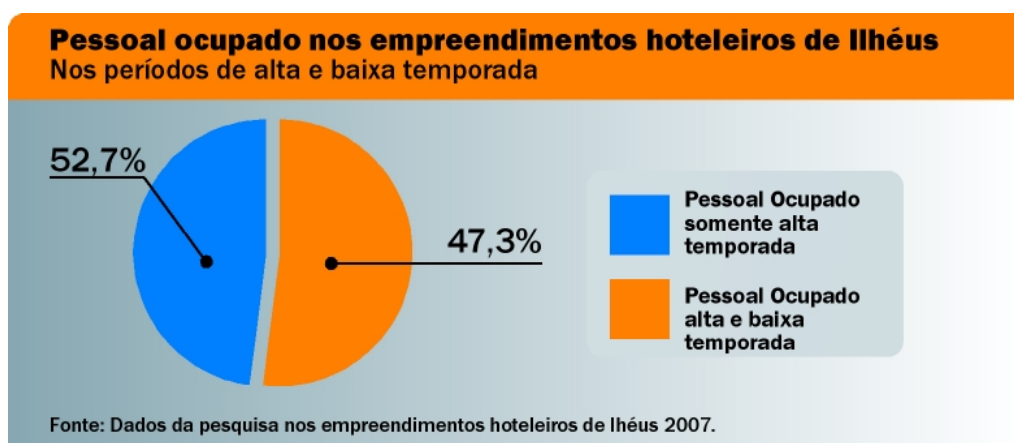
⁷⁷ Em 2006, segundo estudo elaborado pelo IBGE com base na Pesquisa Anual de Serviços – PAS do ano de 2003 constatou-se a existência de 352.224 empresas operando no Brasil com atividade principal nos segmentos definidos como Atividades Características do Turismo (ACT), setor composto por empresas como: hotéis e similares; restaurantes e similares; serviços de transporte rodoviário, marítimo, aéreo de passageiros; serviços auxiliares ao transporte de passageiros; agência de viagens e similares; aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros e serviços desportivos e de lazer. Tais empresas apresentaram um valor bruto de produção de R\$ 76,0 bilhões e geraram aproximadamente 5,4 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos, cujos salários e outras remunerações alcançaram cerca de R\$ 15,3 bilhões.

trabajadores fijos a lo largo del año, y un segundo de la temporada alta [...] que ocurre con el trabajo eventual” (Bull, 1994, p. 188).

Apesar da presença dos estudos que reconhecem os efeitos da sazonalidade sobre a geração de postos de trabalho, pouco se discute sobre a interferência da mesma na vida dos trabalhadores que atuam no turismo. A ausência de tal distinção pode ser notada em diversas análises sobre o trabalho no turismo, que centralizam seus olhares à constatação de que o trabalho assalariado e a renda dele proveniente são os principais efeitos a serem buscados. Quando não, direcionam a compreensão de que o trabalho não-assalariado deve ser encarado com normalidade, já que as atuais transformações da economia capitalista exigem maior flexibilidade das relações de produção e de trabalho (Panosso Netto e Trigo, 2003; Beni, 2003).

Partindo dessa constatação, verificou-se que, em Ilhéus, particularmente na hotelaria local, a sazonalidade afeta cerca de 47,3% dos trabalhadores, que depois de ocupados na alta temporada são desligados após o término da mesma caracterizando o alto nível de rotatividade no trabalho, como indica o gráfico 04.

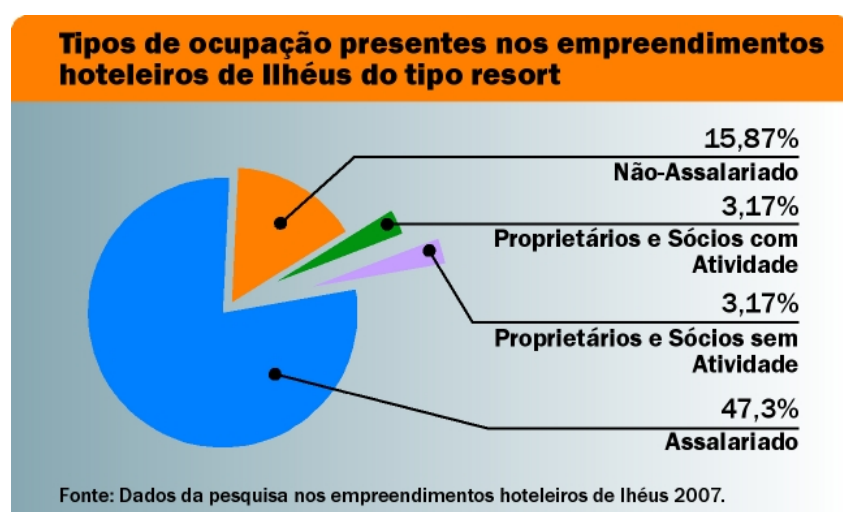
Gráfico 04: *Pessoal ocupado nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus nos períodos de alta e baixa temporada*



Essa constatação enfatiza as verificações realizadas pelos autores antes mencionados e, ao mesmo tempo, contrapõe-se, ainda que parcialmente, à idéia de que o turismo seja um setor com ampla capacidade geradora de renda e

emprego, matizando a imagem de um trabalhador temporário e dependente da quantidade de turistas que visita a cidade. Tal imagem é igualmente seguida pela constante flexibilização das relações de trabalho, destacadamente presenciada nos *resorts* e nos hotéis de grande porte de Ilhéus, que oferecem parte das ocupações por meio da contratação de serviços terceirizados. De acordo com os dados coletados em um dos *resorts* instalados em Ilhéus, 15,87% dos ocupados são trabalhadores não-assalariados: “prestadores de serviços” atuantes na locação de equipamentos de lazer, na venda de alimentos, entre outros (Gráfico 05).

Gráfico 05: *Tipos de ocupação presentes nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus do tipo resort*



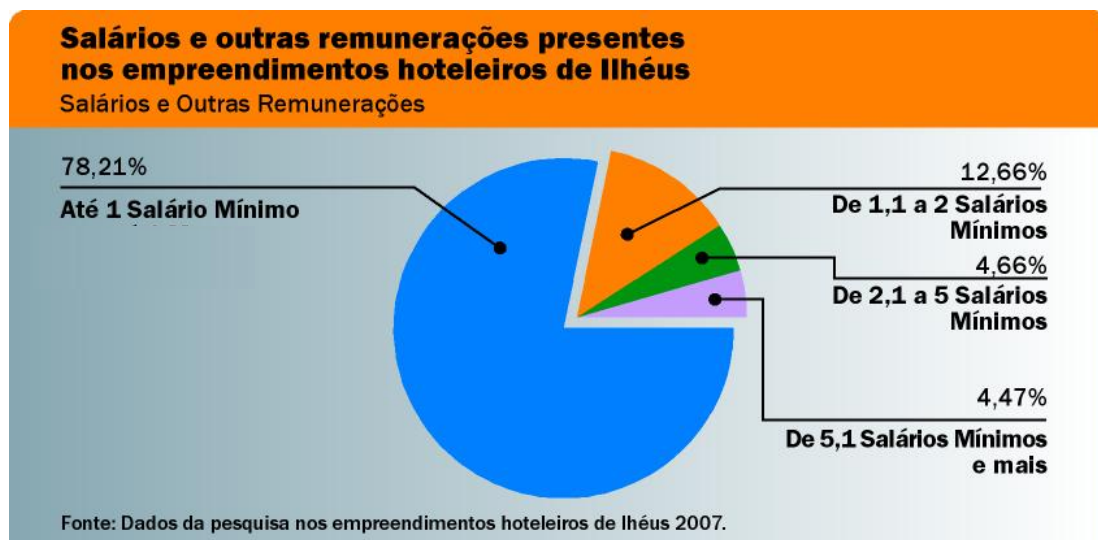
Embora essa proporção possa ser considerada baixa se comparada a outros setores econômicos⁷⁸, deve-se considerar que o percentual de trabalhadores não-assalariados é crescente na atividade hoteleira do Estado da Bahia. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Hospitalidade (IH) (2001), a porcentagem de

⁷⁸ Como exemplo, podemos citar os resultados da Pesquisa Anual de Comércio e da Pesquisa Anual de Serviços (IBGE, 2001), que indicam a participação do pessoal não-assalariado ocupado nas empresas do setor. Nas micro e pequenas empresas a participação do pessoal não-assalariado ocupado representa 40,5% da mão-de-obra ocupada, enquanto nas médias e grandes empresas, a mesma taxa é de 25,6%, valores acima dos encontrados no turismo de Ilhéus.

ocupados não-assalariados no setor passou de 15,57% em 1998 para 20,52% em 1999, o que retrata, a exemplo de outros estudos que investigam a mesma questão⁷⁹, a redução dos ocupados assalariados e a ampliação das ocupações consideradas temporárias.

Outro importante fator relacionado ao trabalho no turismo diz respeito à remuneração. A partir da pesquisa realizada nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus, constatou-se que 90,87% dos ocupados recebem de 1,1 a 2 salários mínimos, sendo que 78,21% recebem até 1 salário mínimo e apenas 4,47% recebem de 5,1 Salários Mínimos e mais, conforme indica o gráfico 06. Uma realidade semelhante à remuneração média paga aos trabalhadores do setor hoteleiro da Bahia que, segundo dados da pesquisa realizada pelo IH (2001), recebem em média 1,5 salários mínimos.

Gráfico 06: Salários e outras remunerações presentes nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus



⁷⁹ O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2003) a respeito do mercado de trabalho do setor de turismo no Brasil constata situação semelhante ao apontar que as ocupações não-assalariadas e temporárias no setor do turismo nacional passaram de 59,6% dos ocupados no setor em 1995 para 62,4% em 2001. Em termos absolutos, significa que das 173 mil novas ocupações/ano criadas no turismo, 129 mil correspondiam a ocupações não-assalariadas e temporárias. Vale destacar que o setor de hotelaria representa o terceiro maior índice de ocupações temporárias, que tem, respectivamente, os maiores índices ligados ao setor de alimentação e agências de viagens.

Ademais, vale destacar que nos últimos anos a remuneração dos trabalhadores atuantes no turismo de Ilhéus tem decrescido. Segundo os resultados oferecidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 1985-2005) (BRASIL, 2007), entre os anos de 1995 e 2005 o percentual de trabalhadores ocupados no setor de alojamento e alimentação (DIV CNAE 55) com remuneração média de 1,1 a 2 salários mínimos cresceu de 61,62% para 74,49% e o percentual de trabalhadores que recebem mais de 5,1 salários mínimos e mais decresceu de 1,62% para 0,70% do total de ocupados, indicando a redução contínua da renda obtida pelo trabalhador atuante no turismo ilheense. Diante disso, parece-nos oportuno perguntar: quais são as conseqüências da rotatividade, da baixa remuneração e do não-assalariamento para o trabalhador atuante no turismo de Ilhéus?

Como destacado, uma das características do trabalho no turismo é a rotatividade decorrente da sazonalidade e do processo de flexibilização das estruturas produtivas das empresas. A conseqüência inicial dessa situação é a interferência negativa gerada sobre a “segurança” do trabalhador. Constatamos, ao longo da pesquisa, que muitos trabalhadores atuantes no turismo de Ilhéus vivem um contínuo momento de insegurança, uma ameaça que não pode ser simplesmente apartada de sua vida: o mal-estar no trabalho, que Vassapollo (2005, p. 27) define como o “[...] medo de perder seu próprio posto, de não poder ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho”.

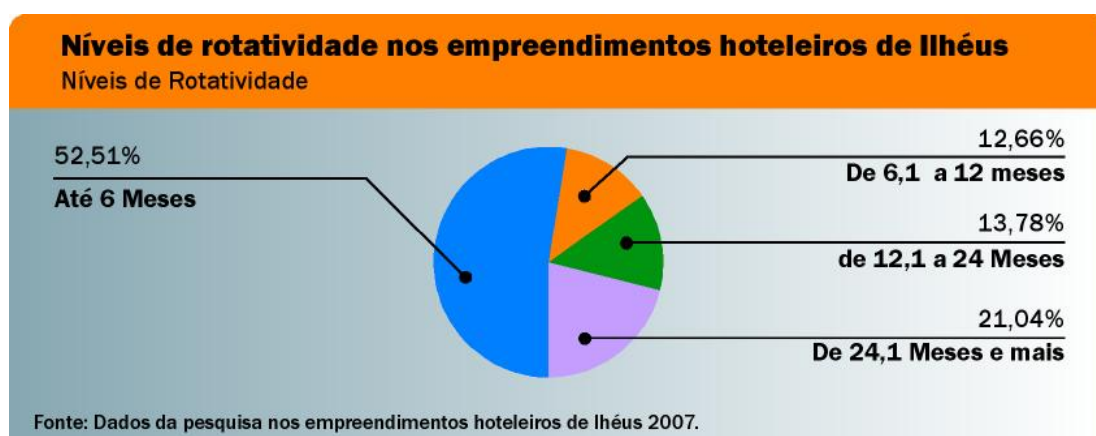
A ameaça contra a permanência no emprego se torna, diante desse quadro, um dos principais fatores de insegurança entre os trabalhadores, pois em uma sociedade em que as possibilidades de renda e de participação social estão vinculadas ao trabalho assalariado, os que não se mantêm de forma estável em seus empregos estão ameaçados “[...] com o estigma do fracassado, do descartável, e por isso prejudicados em suas condições de vida” (Offe, 1989, p.8). Dessa forma, quanto mais a rotatividade e a flexibilidade afetam a continuidade no emprego, mais inseguro se torna o trabalho e a vida do trabalhador. Em uma das entrevistas realizadas, nos deparamos com essa situação. O recepcionista de uma pousada local, que iniciara seu trabalho na área há 13 anos, falou sobre a

insegurança que sente ao final de cada temporada, comentando que por dois anos ficou sem trabalhar no local, já que a pousada havia fechado na baixa temporada.

A situação vivida pelo recepcionista se reproduz entre aqueles que trabalham na mesma pousada, que conta com 6 funcionários na alta estação, entretanto, quando permanece aberto na baixa estação, esse número é reduzido para 2 funcionários. Situação semelhante vive o garçom de um restaurante localizado na Rodovia Ilhéus – Olivença que comentou conosco: “em fevereiro ‘tô fora’, ‘aí’, é cada um por conta. Só o outro menino continua, ele ‘tá’ aqui, uns 5 anos, cresceu servindo as ‘mesa’, [...] se pudesse eu continuava, mas não fico não, nem eu, nem o outro que já tem 2 anos e ‘tá’ mais chegado do dono. (C; 12/jan.)

Se nos orientarmos pelos dados coletados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus, apresentados no gráfico 07, verificaremos como essa situação se estende a uma considerável parcela dos trabalhadores locais. Do total de ocupados 52,51% está na empresa há menos de 6 meses, sendo estes, provavelmente, os que serão desligados na baixa temporada. É possível observar igualmente que 26,44% dos trabalhadores estão ocupados entre 6,1 e 24 meses, o que caracteriza a representativa rotatividade presente no setor⁸⁰, pois os trabalhadores permanecem na empresa por curtos períodos, sem estabelecer relações duradouras com a ocupação que realizam.

Gráfico 7: Níveis de rotatividade nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus



⁸⁰ A partir dos dados fornecidos pela RAIS (1995, 2000 e 2005), verifica-se que, em média, 29,45% dos trabalhadores ocupados no setor de alojamento e alimentação (DIV CNAE 95) de Ilhéus são desligados de suas ocupações com menos de 6 meses.

Devemos ressaltar que essa situação vai além da constatação da interferência da sazonalidade na composição dos quadros funcionais das organizações turísticas. O tempo de permanência no trabalho exercido também expressa a instabilidade dos vínculos entre o trabalhador e as empresas, ilustrando a crescente flexibilidade nas relações de trabalho que se apresentam no turismo. Dessa forma, o turismo em Ilhéus não pode ser dissociado dos atuais ajustes promovidos pelas organizações que constantemente reduzem o tempo de permanência do trabalhador para ajustar o seu quadro de pessoal às exigências e às variações da demanda e da produção (Antunes, 2005; Vassapollo, 2005, Mattoso, 1995; Organista, 2006; Sennett, 2006; Bauman, 2005; Beck, 2006; Gorz, 2003, entre outros). Em outras palavras, o turismo ilheense não é capaz de oferecer um horizonte estável de atuação para os trabalhadores, pois está orientado a adaptar a composição de seus serviços conforme as variações da demanda e a organizar a entrada e saída dos trabalhadores conforme a quantidade de demanda atraída.

Para melhor ilustrar essa condição, podemos citar o caso comentado pelo proprietário de uma pousada que acabara de construir uma piscina e um bar ao lado da mesma. Enquanto falava orgulhoso da construção, reiterava que o funcionário do bar só ficaria se os hóspedes mantivessem o consumo, do contrário, retiraria o serviço e o demitiria. Esse fato demonstra como o ajustamento das empresas às variações externas levam o trabalhador a um processo de constante instabilidade. Portanto, permite-nos afirmar que a contínua “flexibilidade de adaptação externa” (Mattoso, 1995) transforma a mão-de-obra em componente variável do custo final dos serviços prestados (Oliveira, 2006). Converte o trabalhador em um componente que pode ser facilmente desligado frente às oscilações do mercado, demonstrando que “[...] a tendência moderna do capital é a de suprimir o adiantamento de capital: o pagamento dos trabalhadores não será um adiantamento do capital, mas dependerá dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias [...]” (Oliveira, 2006, p. 136).

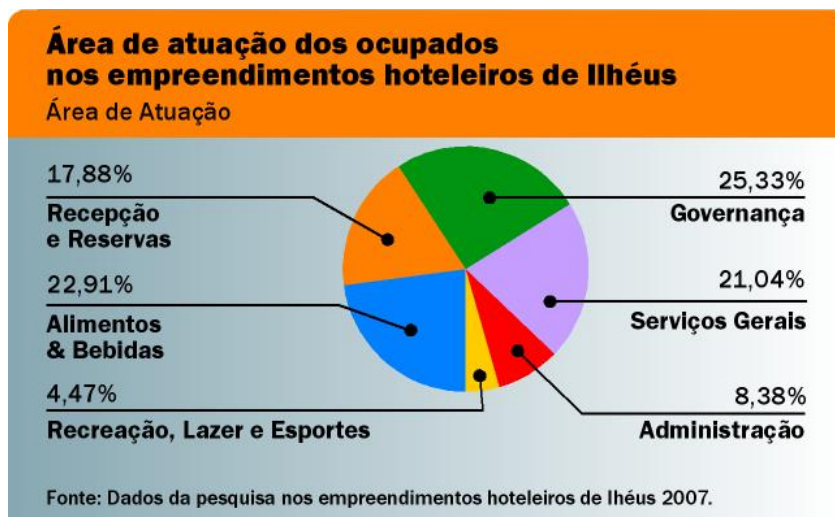
Com efeito, os rendimentos dos trabalhadores se tornam dependentes da lucratividade dos serviços e/ou da quantidade de vendas obtidas pelo

empreendimento, ressaltando a instabilidade nas ocupações e nas remunerações do trabalhador. Esse processo é denominado por Vassapollo (2005) como “flexibilização funcional (ou organizativa)” e significa que a empresa, quando a produção necessita (diminuição nas vendas, por exemplo), tem a liberdade de reduzir os horários de trabalho, desligar funcionários ou contratar trabalhadores não-assalariados em regime temporário nos períodos de alta produtividade, impactando sobre a capacidade de o trabalhador exercer sua função, ou seja, demonstrar-se “útil” para a empresa.

Ao verificarmos os resultados da pesquisa realizada nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus, notamos como esse aspecto favorece a insegurança do trabalhador. A análise dos quadros funcionais demonstra um número maior de empregados “operacionais” que exercem diversas funções e um baixo número daqueles enquadrados em cargos gerenciais, o que nos permite observar duas situações interligadas: a dificuldade para o trabalhador definir um tipo de qualificação pertinente à função exercida e a reduzida expectativa das empresas para que os trabalhadores se qualifiquem.

Assim, o que Sennett (2006) denomina de “fantasma da inutilidade” — a percepção de que o trabalhador, mesmo quando qualificado, não é útil para os empresários — pode ser encontrado entre os trabalhadores dos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus (Gráfico 08), onde 21,04% dos trabalhadores realizam funções de “Serviços Gerais” atuando em diversas tarefas fragmentadas e descontínuas, como jardinagem, segurança, manutenção, limpeza etc. Os trabalhadores atuantes na área de Alimentos & Bebidas e Governança (48,24%) igualmente ilustram essa situação: trabalhavam na cozinha e no serviço de café da manhã no primeiro período do dia e na limpeza e arrumação dos quartos no período posterior. Nota-se ainda que apenas 8,38% do total de ocupados atuam em áreas administrativas, o que vez mais enfatiza que no setor hoteleiro, a despeito da quantidade de postos de trabalho gerados, é mais comum encontrar trabalhos caracterizados pela polivalência e pelo baixo grau de qualificação.

Gráfico 8: Área de atuação dos ocupados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus



Com efeito, por não conseguirem definir a função que exercem e o tipo de qualificação que necessitam, os trabalhadores se sentem inseguros, bem como não se identificam com o trabalho que realizam e desconhecem a qualificação necessária para manter o emprego, ou, num caso mais extremo, para conquistá-lo. Essa condição pode ser ilustrada quando lembramos a resposta dada pelo funcionário de um tradicional hotel de Ilhéus ao ser questionado sobre a função que exercia: “Aqui alguns colegas brincam de ‘FTC’, ‘né’, ‘Faz Tudo Calado’, então a gente trabalha como mensageiro, manobrista, se faltar motorista também a gente ‘tá’ aí ‘pra’ fazer essa função também, atender o hóspede faz parte também do meu trabalho” (P; 13/jan.).

Conforme destacado, o trabalhador não consegue estabelecer sua função, o que igualmente o dificulta a definir a qualificação necessária para realizar suas diversas atividades. Ele não consegue utilizar suas experiências ou se vê dificultado a adquiri-las conforme o trabalho que pretende exercer. Para o “FTC”, ser mensageiro, manobrista, motorista e atendente é, provavelmente o caminho, e à sua frente se forma um destino confuso e inseguro que contraria a idéia de continuidade. “Fazer tudo calado” é, portanto, uma qualidade que deve ser cultivada e indica uma característica comum na utilização da força de trabalho do

turismo de Ilhéus, com conseqüências para a qualificação, pois com a eficácia da polivalência não é preciso possuir qualidade técnica, mas sim iniciativa, de preferência em silêncio.

É interessante observar como o mesmo mensageiro diz ter se preparado para trabalhar na área de turismo, um caminho que também retrata sua trajetória insegura. Após a formatura no Magistério e a realização de um “curso no SEBRAE de *Marketing de Si Mesmo*”, o funcionário optou por atuar em atividades que envolvessem público, iniciando sua busca em um *resort* de Ilhéus que “não deu muito certo”. Embora quisesse trabalhar como monitor infantil, conforme sua formação, foi dispensado, “[...] como ‘tinha’ duas meninas, eles pensaram que seria melhor se colocasse mulher ‘pra’ lidar com crianças do que um homem, então não deu muito certo”. (P; 13/jan.). A história narrada pelo mensageiro expressa a dificuldade para traçar uma trajetória segura atuando na área. Um caminho no qual a insegurança se funde à pouca importância dada à qualificação, à sazonalidade e à flexibilidade, fazendo com que o trabalhador, como Bauman (2001) nos lembra, estabeleça uma relação de pouca confiança com seu trabalho e com a qualificação, pois não identifica a função que exerce e tampouco sabe como se qualificar para realizá-la a contento. Isso talvez justifique porque, além do magistério, o hoje mensageiro tenha feito um curso para aprender a autopromover-se no mercado, mas ainda assim “não deu muito certo”.

Nesse contexto, a insegurança é acompanhada pelo esvaziamento da idéia de trabalho como vocação. Os compromissos entre os objetivos do trabalhador e as realizações de seu trabalho se divorciam e as possibilidades de trilhar um caminho devem necessariamente considerar que a qualquer momento uma nova rota deverá ser tomada (Bauman, 2005; Castel, 2004). Sem um verdadeiro compromisso com sua ocupação, o trabalhador não se sente seguro com nenhuma tarefa e tampouco se localiza nas relações de trabalho que o cercam. Com efeito, tomando novamente de empréstimo as palavras de Bauman (2005, p. 60), o trabalhador não pode se “enamorar del trabajo” que desempenha ou da habilidade que lhe é exigida, logo se “transforma en un rehén en manos del destino. [...] Para la mayoría de la gente, salvo para unos pocos elegidos [...]”

encarar el trabajo como una vocación implica riesgos enormes y puede terminar en graves desastres emocionales”.

Essa situação pode ser igualmente observada na fala da camareira de uma pousada. Funcionária do empreendimento há três anos, ela descreve sua função da seguinte forma: “Aqui eu sirvo café da manhã, e depois do café da manhã eu ainda ‘vô’ ‘fazê’ limpeza nos apartamentos, faxina, de tudo um pouco” (M; 18/jan.). O “de tudo um pouco” indica a polivalência da funcionária, que é arrumadeira, garçonne, ajudante de cozinha e faxineira na pousada, e doméstica na residência onde vivem os proprietários. Novamente entendemos que o trabalhador não está seguro, não consegue identificar a função que realiza e a qualificação necessária, tampouco reconhece um caminho possível frente às intenções que possui. Com efeito, as expectativas com relação ao trabalho são reduzidas à sua dimensão material: uma fonte de ganhos ou uma ocupação quase sempre provisória.

Podemos ainda ampliar parte das considerações realizadas quando observamos como o empregador enxerga a necessidade de qualificação dos funcionários. Quando questionado sobre o nível de qualificação necessário para os funcionários, o proprietário de um hotel de grande porte respondeu:

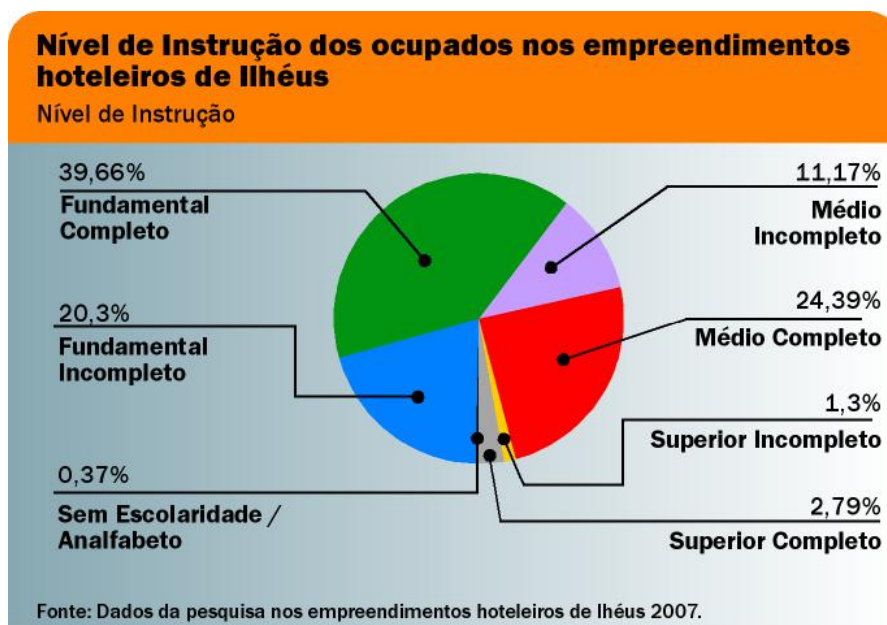
“A melhor qualidade que tem se chama iniciativa e, aliás, eu, como empresário e dono do hotel, é a qualidade hoje que eu considero a melhor [...] pra mim é mais importante um funcionário que tenha iniciativa do que um que tenha qualificação, seja ela formal, faculdade, etc., ou uma qualificação informal, uma experiência”. (N; 12/jan.).

A partir de suas palavras, percebemos que o “fantasma da inutilidade”, que Sennett (2006) apresenta para caracterizar a “nova cultura do capitalismo sobre o trabalho”, está presente na constante indefinição de funções, na dificuldade de preparar-se para o trabalho e na visão de que a preparação “formal ou informal” não representa maior peso do que a iniciativa do trabalhador. A qualificação e a continuidade do trabalhador não representam valor, pois o mesmo se afasta da possibilidade de se envolver com seu trabalho e com as ações que o cercam, ademais sua permanência no emprego passa a responder a critérios ligados à

iniciativa para executar suas funções no curto prazo, restringindo as chances de ascensão social por via educacional (Beck, 2006). Essa condição reflete, em parte, o baixo nível de qualificação dos funcionários dos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus, bem como a falta de perspectivas dos mesmos com relação à qualificação para o trabalho.

Do total de ocupados no setor, conforme ilustra o gráfico 09, 59,96% possuem ensino fundamental (completo e incompleto) e apenas 4,09% possuem nível superior (completo ou incompleto), indicando o baixo nível de qualificação dos mesmos. Esse fato pode ser explicado pela igual proporção de ocupações “operacionais” e “multifuncionais” nos empreendimentos hoteleiros da cidade, que exigem menor grau de qualificação dos trabalhadores, bem como pelo alto índice de rotatividade que igualmente desfavorece a busca por qualificação por parte dos empregados do setor.

Gráfico 9: *Nível de Instrução dos ocupados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus*



Dessa forma, as considerações do proprietário do hotel revelam que a qualificação formal, a via educacional destacada por Beck (2006) ou a “armadura

da qualificação” mencionada por Sennett (2006) já não são valores necessários para o trabalhador que, diante da flexibilidade e da fragmentação das funções, deve apenas ter iniciativa, como destacou o chefe de recepção de um *resort* da cidade:

“A escola e a faculdade sempre é importante, [...] mas ‘pra’ empresa em si não interfere, a gente tem mesmo é que trabalhar. Na verdade a empresa precisa de pessoas que façam as coisas [...]. Internamente na empresa eu só posso melhorar se construir mais apartamentos, pode ser que venha ainda a subir, uma etapa ou outra, mas a gente não tem essa previsão [...] ‘aí’ vamos mantendo, ‘né’?”. (W; 17/jan.).

De forma semelhante, um jovem “guia/agente de viagens” que trabalha em uma agência de viagens local demonstrou o reduzido valor da qualificação para os trabalhos que já realizou no turismo. Para ele, não é preciso estudar ou fazer cursos para atuar no turismo, toda e qualquer atividade deve ser aprendida na prática, pois na realidade a maioria das empresas exige “[...] um monte de coisa e não usa, pede língua e informática, mas você chega lá e não usa nada. O estudo veio mesmo de mim mesmo, não adianta fazer mais que a escola, o resto não tem praticamente valor nenhum” (R; 09/jan.).

Assim, o baixo nível de qualificação e a falta de perspectivas dos trabalhadores formam um único quadro de insegurança, muitas vezes não percebido pelo próprio trabalhador. Nele figura o trabalhador destituído de vocação, de identidade e de valor, que, quando possível, “vai mantendo” seu caminho e “vai pegando no vai e vem” sem se guiar pela tentativa de envolver sua atuação em um valor para si e sem pensar na qualificação como uma forma de mobilidade e de valorização de seu trabalho. Na visão de Beck (2006), essa situação caracteriza a nova insegurança a ser enfrentada pelo trabalhador que pode até arriscar-se pelo caminho da qualificação, mas que deve estar ciente que seu destino pode ser uma “estação fantasma”.

Dessa forma, a insegurança vai além da situação de ter ou não ter o emprego e atinge a condição de como manter o emprego. Portanto, não pode ser

analisada somente como uma condição correlata às características do mercado de trabalho no turismo — sazonalidade e flexibilização — mas também como uma condição que atinge a vida dos trabalhadores, exigindo a permanente adaptação que leva à insegurança, principalmente por induzi-los a aceitar as ocupações polivalentes, deixando em segundo plano as aspirações pessoais, inclusive a busca por qualificação. Em lugar de optar por um trabalho com o qual se identifique, o trabalhador escolhe o jogo da “empregabilidade”, no qual ser multifuncional e pró-ativo, ou, nas palavras de nossos interlocutores, fazer de “tudo calado”, “de tudo um pouco”, “ir mantendo” e “ir pegando no vai e vem” é uma necessidade. Portanto, a insegurança decorre do descrédito à função e à qualificação, caracteriza a perda do sentido de ocupação e afeta a percepção dos interesses e das habilidades do trabalhador, que poderiam ser aprimoradas pelo conhecimento adquirido ao longo de sua vida, mas se tornam irrelevantes.

Assim, o trabalho tido como o elemento consolidador de planos de longo prazo, de confiança e de previsibilidade, afasta-se da realidade presenciada no turismo de Ilhéus, que, ao expressar os valores da “modernidade líquida”, sociedade pós-reestruturação produtiva, da qual a especialização flexível é uma característica básica (Bauman, 2001), mantém o trabalho submisso ao capital. Por conseqüência, o subsume a uma mentalidade predominantemente de curto prazo, flexível e incerta, acreditando que por esse caminho seja possível melhorar a vida daqueles que atuam no turismo local.

Essa condição é ainda reforçada quando lembramos que muitos trabalhadores realizam funções duplas e flexíveis. Apresentaremos dois casos semelhantes para demonstrar essa condição. O primeiro envolve o “agente de viagens” que trabalha:

“[...] como guia de turismo, mas na realidade quando não tem passeios eu fico interno fazendo programações e cuidando das coisas aqui. Sou também um vendedor, [...] na baixa estação, eu praticamente fico desvinculado a hotéis, ‘né’. Aí eu começo a trabalhar na área de emissivo, com excursões escolares, ‘né’. Eu ‘tô’ até fazendo um projeto aqui para escolas para virem para cá, na baixa”. (R; 09/jan.)

Ao que nos parece, o funcionário encara a insegurança com normalidade, pois ser guia, agente e vendedor, permite-lhe permanecer empregado, do contrário, a agência não terá demanda nos meses de baixa temporada, o que acarretaria na sua demissão. Caso semelhante ocorre com um prestador de serviços de um *resort* de Ilhéus, que, por diversas vezes, comentou não gostar do “fixo”, “estar preso é ruim, prefiro fazer várias coisas”. O mesmo é responsável pela locação de equipamentos de lazer, mas, como ele mesmo afirma: “Na baixa estação eu faço um trabalho em Salvador [...] faço contato com escolas particulares, inclusive já trouxe duas. Em setembro, outubro também, até encher essa baixa ‘aí’, eu já faço esse trabalho também, ‘né’”. (E; 17/jan.)

Por que ser um locador de equipamentos de lazer/representante comercial? Pelo prazer de desenvolver várias funções ou pelo desprendimento ao “fixo”, como ele mesmo nos afirmou? Assim mantínhamos a conversa quando o “desatado” funcionário nos revelou o motivo de tal “flexibilidade”: como muitos outros trabalhadores, o funcionário do *resort* é portador de uma insegurança contínua e para se manter no emprego “banca” a baixa temporada: “Isso eu faço, ‘pra’ gente não ficar só esperando chegar a temporada [...]. Então se não correr atrás, a gente fica sem trabalho. A gente não tem uma seqüência, sabe? A gente tem que ‘bancar’ a baixa estação, entendeu?” (E; 17/jan.)

Dessa situação se desprendem dois efeitos para o trabalhador. Primeiramente, a insegurança passa a se relacionar com a percepção de estar ou não preparado ou simplesmente de não ter a iniciativa suficiente para realizar a função. Em segundo lugar, o emprego passa a ser uma condição mediada pela “fidelidade” do funcionário, que demonstra no estreito tempo de ocupação (no caso do turismo, a alta temporada) iniciativa para “bancar” as dificuldades. Com efeito, a dimensão concreta do trabalho se esvazia junto ao sentimento de participar de um processo que envolve objetivos maiores que uma ocupação “mercantilizada”, de ser útil e de se realizar pessoalmente. A organização do trabalho é então sentida como heterônoma, cujo tempo e segurança não lhe pertencem, e tende a ser reduzida à ocupação que não é percebida como uma realização (Gorz, 2007), mas sim como um cumprimento provisório de tarefas a

realizar (“faço de tudo um pouco”), bem como permanece indefinida e subordinada (“Faz tudo calado”). Assim, como destaca Gorz (2003, p. 63), o trabalhador se converte em um ocupado precário que:

“[...] ejerce de manera discontinua múltiples oficios, de los cuales ninguno es un oficio, no tiene profesión identificable y tiene como profesión el no tenerla; no puede por lo tanto identificarse con su trabajo y no se identifica, sino que considera como su ‘verdadera’ actividad aquella por el ejercicio de la cual se esfuerza en las intermitencias de su ‘trabajo’ remunerado”.

Nesse contexto, a insegurança leva à aceitação de trabalhos de “curto prazo”, “polivalentes” e “desqualificados”. Age como um “colaborador” invisível que mantém o trabalhador sob a ideia de que “tem que se ocupar”, quando não, tem que “banicar” seu emprego aceitando a insegurança e a polivalência necessárias ao crescimento das empresas turísticas — o motor do desenvolvimento de Ilhéus. Nesse movimento, como sugere Dupas (1998), os trabalhadores se transformam em uma classe de “excluídos” dentro do emprego, pois a possibilidade de mobilidade ascendente se perde na infinidade de funções, na insegurança gerada pela flexibilidade, pela adaptabilidade aos fluxos de demanda, pela dependência do crescimento do mercado consumidor e pela ampliação das vendas no núcleo emissor. Em última análise, o futuro do trabalhador se perde no jogo da competição que, entre os turnos de alta e baixa temporada, faz o turismo parecer um setor capaz de gerar desenvolvimento econômico e social para aqueles que se preparem para o jogo.

Essa mesma insegurança é igualmente observada entre os trabalhadores não-assalariados. Nesse caso, ela corrobora uma condição contraditória, pois o trabalho não-assalariado constitui um problema que, para os trabalhadores, seria resolvido com a conquista de um emprego. Quando questionado se trocaria o trabalho como ambulante por uma ocupação fixa, o vendedor de roupas e artesanatos para turistas nos respondeu que sim, pois estar empregado significa “[...] ‘tá’ com grana, ‘tá’ com bem-bom, já muda a história, é um negócio garantido. Quando não tem, você tem que se virar”. (E; 15/jan.). A segurança visada pelo

ambulante se expressa na garantia de renda que eliminaria a constante luta por um ganho mensal. Ao sugerir que estaria seguro quando possuísse um “fixo”, o trabalhador não considera que a segurança que busca é a insegurança que mencionamos quando nos referíamos à situação dos assalariados, cada vez mais submetidos às “regras” do flexível mercado de trabalho.

Semelhantemente aos trabalhadores assalariados, a história de vida dos não-assalariados está recortada pela necessidade constante de mudar, “de partir para outra” e de “buscar coisa melhor”, tornando a diversidade de funções e de atividades marcante. O caso do vendedor de roupas e artesanatos para turistas pode novamente ser tomado como exemplo. Quando perguntado sobre a sua trajetória de trabalho, sua resposta foi:

“Hoje meu trabalho é vender artesanato [...] Também sou garçom numa cabana na praia. Antes eu trabalhava de *office-boy* [...] Também já fui auxiliar de cozinha, empacotador, ajudante de lanchonete e de restaurante, [...] ajudante de pedreiro, de tudo um pouquinho. Se não ‘tá’ fazendo uma coisa, faz outra. Vai vendendo algumas coisas, relógio, polpa, quando aparece um trabalho fixo a gente ‘cai pra dentro” (E; 15/jan.).

De forma semelhante, um vendedor do mercado de artesanatos de Ilhéus respondeu:

“Sou comerciante, professor de capoeira, trabalho com desenho de arquitetura, faço prancha de surf, ‘tá’ entendendo, eu sou um cara de tudo um pouco. Trabalho com serigrafia, sou skatista também, [...] mas agora eu sou comerciante. Gosto mesmo da arquitetura, [...] mas como o ramo aqui não ‘tá’ bom, eu preferi ficar no turismo [...] é como eu lhe falei, sou professor de capoeira, gosto de turismo, trabalho com serigrafia, sou artesão também, ‘cê tá entendendo?’”. (C; 16/jan.)

Como os assalariados, os trabalhadores não-assalariados não possuem uma narrativa contínua de sua vida, entre as ocupações realizadas não há um fio que as conduza ou que as coloque em uma história coerente. Sua vida é intermediada por mudanças que revelam a ininterrupta substituição do lugar e da imagem do

trabalho, frente à qual não se pode estabelecer um sentido claro para as ocupações. A vida dos mesmos é recortada por breves períodos de trabalho, cujo sentido não está atrelado à realização, à vocação ou à decisão de atuar na área, mas sim à necessidade de obter renda. Como nos disse a funcionária “polivalente” da pousada, “eu tenho que me ocupar”.

Com efeito, a distinção entre os assalariados e os não-assalariados reside no fato de que a transição de ocupações mantém os não-assalariados em constante movimento fora do emprego, enquanto para os assalariados reflete tão somente a tentativa de manter-se no emprego, ainda que ambos se sintam inseguros. Se para os não-assalariados se torna comum transitar entre diferentes ocupações sem realizar nenhum tipo de mobilidade que lhes possibilite uma ocupação fixa, para os assalariados a insegurança provém do medo de perder o emprego. A constante ameaça e/ou necessidade de obter renda de outras formas leva ambos a viverem como desempregados em potencial (Gorz, 2003; Castel, 2004).

Distante do “trabalho fixo”, o trabalhador é igualmente afetado pela sazonalidade que dificulta a seqüência de suas ocupações. Isso nos comentou o jovem vendedor de roupas e artesanatos para turistas que também é garçom de uma cabana, quando perguntamos por que ele não se dedicava à função de garçom na baixa temporada. Ele nos respondeu que “não dá”, porque nessa época, devido ao baixo movimento, “o dono tem que ‘seleccioná’ dois ‘garçom’, um para cada fim de semana”. Sem poder atuar na área de sua preferência, o vendedor passa a trabalhar como ajudante de pedreiro, mas quando não consegue (pois não tem “profissão de pedreiro”) vende relógios, “[...] compro cem Reais de relógio, e aí ganho mais cento e cinqüenta, por aí. Não logo, “né”? Vou vendendo, guardando, no final dá o resultado, às vezes você precisa usar o dinheiro [...], mas depois recupera, tem sempre que ‘tá’ nesse jogo, sempre guardando um dinheirinho, vendendo aquela mercadoria” (E; 15/jan.).

Nesse jogo, a insegurança deixa de ser algo provisório e coloca-se como destino, o trabalho se torna uma fonte de ganhos dependente do consumo dos turistas. Uma incômoda situação que só pode ser revertida pela ocupação “fixa”, que, como vimos, não concederá a segurança esperada pelos trabalhadores. Um

jogo no qual o trabalhador se coloca em transição permanente, em trajetória de rotação que, em última análise, transforma-o em um nômade do trabalho, cujo perfil “[...] é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, [...] é cada vez mais um trabalhador em busca de trabalho” (Martins, 2003, p. 29).

Os argumentos até então apresentados matizam a imagem de um trabalhador inseguro, homens e mulheres que não conseguem traçar uma linha estável para o seu futuro e, principalmente, um conjunto de trabalhadores que sustenta suas esperanças em um processo que, pelos resultados que promove, destrói suas próprias esperanças. Um jogo que ilude e cria caminhos alternativos para um mesmo destino.

3.2 A diferenciação e a negação do passado do trabalho

Entendemos a diferenciação no *status* do trabalho como um movimento de polarização entre as diferentes ocupações tidas como positivas ou negativas para o trabalhador, diferenciação esta que se dá, primeiramente, pela subordinação do não-assalariado pelo assalariado. Essa primeira diferenciação pôde ser verificada em grande parte das entrevistas, seja nas palavras do vendedor de roupas e artesanatos para turistas que também é garçom, quando comentou: “Se ‘tá’ empregado, ‘tá’ com grana, ‘tá’ com bem-bom, já muda a história, já ‘tá’ com um negócio garantido”; seja nas palavras da camareira quando disse que trabalhar em uma pousada é melhor do que ser doméstica, pois “é carteira assinada, é uma empresa, é melhor”. Nessas frases a diferenciação no *status* do trabalho se divide em dois pólos.

De um lado, as ocupações “seguras” que explicitam um tom de confiança, de proteção material e social, “a carteira assinada”, de outro, a incerteza e a “outra história” do não-assalariado, que explicita um tom de insegurança. Como vimos anteriormente, ambas as ocupações são inseguras, porém, a diferenciação

estabelecida pelos trabalhadores oculta essa insegurança sob a idéia de que o trabalhador empregado “tá com um negócio garantido”.

A diferenciação também é percebida quando os trabalhadores fazem referência aos trabalhos braçais como ruins, em comparação com o “trabalho com pessoas”, seja como camareira, recepcionista, garçom ou guia. Para eles, essas ocupações são classificadas como um “trabalho limpo”, expressando a idéia de que atuar no turismo é “melhor” se comparado a outras atividades, inclusive o trabalho no campo. Com efeito, a diferenciação se estabelece de acordo com o tipo de atividade envolvida em cada ocupação, os trabalhos considerados “ruins” refletem a imagem de um trabalho socialmente inferior, conseqüentemente adquirem uma imagem negativa para os trabalhadores que durante a vida o realizaram. Opostamente, o trabalho no turismo é descrito como um trabalho “bom”, cuja imagem está vinculada a um profissional e não a um trabalhador comum, portanto, uma ocupação que lhes concede uma imagem social positiva e, em alguns casos, melhor remuneração.

Esse aspecto merece ser ressaltado, já que a maioria dos entrevistados afirmou não receber maiores salários ou remunerações quando comparadas com outras atividades realizadas fora do turismo. Ademais, é válido lembrar que a remuneração média dos trabalhadores dos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus é de um salário mínimo, o que refuta os argumentos apresentados em diversos estudos da área, que destacam a remuneração gerada pelo turismo. Quando perguntamos a um recepcionista de uma pousada local sobre os motivos que o haviam levado a trabalhar na área, essa diferenciação pôde ser percebida com maior clareza.

“Eu era servente de pedreiro e vim com meu tio fazer uma obra em Ilhéus [...]. Na outra pousada durante a obra mesmo, eu comecei de zelador, dormia lá e acabei ficando e comecei a atender o pessoal. Eu vinha tirar a folga do colega daqui, até que sai de lá e vim ‘pra’ cá. Aqui é melhor porque o trabalho é mais tranqüilo. De servente com meu tio eu ganhava até mais, [...] mas era pesado, era duro ‘né’, a ralação era brava” (N; 10/jan.).

O trabalho “pesado” representa para o recepcionista um trabalho de pouco valor social, já que ele mesmo afirma que, como servente, “ganhava até mais”. Essa diferenciação está igualmente associada à negação do passado vivido pelos trabalhadores, muitas vezes relacionado à vida fora da cidade e à imagem do trabalhador rural desqualificado. O mesmo recepcionista nos permite identificar essa diferenciação. Ao comentar os motivos que o levaram a trabalhar como servente de pedreiro, ele disse que teve que ser criado por seus tios “porque o trabalho dos meus pais não dava ‘pra’ todos”. Seus pais trabalhavam em uma fazenda de cacau, “mas o trabalho era ‘fraco’ e não levava além daquilo [...] na cidade é melhor. Meus ‘irmão’ também ‘saiu’, um trabalha aqui, outro é pedreiro, [...]. ‘Tá’ vindo mais dois, ‘tão’ em casa agora, também procurando trabalho melhor, ‘né’”. (N; 10/jan.).

A busca por um trabalho “melhor” se combina à busca por uma vida “melhor”, e reflete a diferenciação entre o trabalho “bom” e o trabalho “ruim”. O primeiro possibilita a ascensão material e social, permite que irmãos venham morar com irmãos e que aquele que trabalhe seja visto como alguém que pode ajudar; o trabalho “ruim” que “num levava além daquilo” é o que não permite que os filhos fiquem com os pais, nem que os irmãos vivam juntos. Para nosso interlocutor, a relação com o passado deve ser superada em nome de um futuro que tem no emprego sua via mais segura. O trabalho na cidade e no turismo constitui a imagem de um trabalhador em evolução, cujo benefício do trabalho atual só é possível pela “negação” do passado: do trabalho “duro” que “num levava além daquilo”, da referência que favorece a compreensão de agora está melhor.

Não pretendemos defender a idéia de que o trabalho no turismo traga uma conseqüência negativa para o trabalhador, mesmo porque o recepcionista nos falou com orgulho que o turismo lhe dera tudo o que tinha: “uma casa, um trabalho para poder cuidar da família”. Entretanto, não podemos deixar de destacar que o mesmo recepcionista nega o trabalho que seus pais faziam, sem perceber que os considera “atrasados”. Assim, a negação do passado decorrente da diferenciação do trabalho favorece a idéia de que o recepcionista está “bem”, pois está empregado em uma ocupação “boa”, por isso deve se acostumar com a

insegurança e com a impossibilidade de seguir onde antes vivia, o que mostra que a diferenciação e a negação agem na base da compreensão de que pode não estar bom, mas agora não é ruim como antes.

O trabalhador não enxerga além do passado que antes vivia, estar melhor, conforme as referências que ele mesmo nos oferece: ter “uma casa, um trabalho para poder cuidar da família” é uma condição que lhe permite negar o passado e aceitar o presente inseguro, pois não nos esqueçamos que esse mesmo recepcionista se diz inseguro por ter ficado, em duas ocasiões, sem trabalhar na baixa temporada devido ao fechamento da pousada.

Idéia semelhante foi oferecida pela dona de uma loja de artesanatos que constantemente reclamava da dificuldade de obter ganhos suficientes para sustentar sua família: “em Ilhéus, tem muita concorrência e as vendas estão cada vez mais ‘baixa” (M; 08/jan.). Pedimos para que ela nos falasse sobre sua história, pois antes havia comentado que nascera em Icarai, uma cidade vizinha a Ilhéus, e que seus pais eram donos de uma pequena propriedade rural:

“Minha irmã morava aqui e eu vim morar com ela. Ela falava: ‘Vem ‘pra’ ‘cá’ que aqui tem trabalho melhor’. Meu pai trabalhava na roça de cacau [...] e aquela vida assim ‘de fazenda’, já não dava mais ‘pra’ mim. Eu queria um trabalho na cidade, e não ‘fica’ lá. Quando cheguei fiquei 12 anos trabalhando de vendedora na loja, aqui, até que a dona quis vender e eu comprei, com a ajuda do meu marido. O que eu posso dizer hoje da roça é que eu estaria uma mulher cheia de filhos, como antigamente, ‘né’? Seria bem pior. Minha vida é muito melhor hoje” (M; 08/jan.).

Novamente podemos perceber que o trabalho “melhor” é o trabalho na cidade, o trabalho que possibilita sair da vida sem perspectivas. Podemos, inclusive, ouvir entre as palavras da dona da loja de artesanato parte das histórias descritas por Jorge Amado, pois o “suor deixado na lavoura do cacau” é o passado a ser negado, já o sorriso do turismo é o presente a ser aceito e a cidade do turismo é o espaço do trabalho “melhor”. Nesse sentido, sair da roça simboliza a ruptura com a pobreza e com a submissão ao atraso que hoje caracteriza todo e qualquer trabalhador rural da antiga capital do cacau. Ademais, evidencia a

imagem negativa do trabalhador do campo, cujos costumes e práticas sociais são incompatíveis com os movimentos da cidade e do progresso. Com efeito, o trabalhador rural e, de forma mais ampla, a vida dos homens e mulheres da roça são imagens do passado a ser negado, são camadas de história a serem descartadas em nome do futuro, quando o tempo do turismo e das características que expressa — competitividade, flexibilidade, adaptabilidade, entre outras — não permitem a presença do passado do cacau.

Para melhor ilustrar essa condição, devemos retomar parte dos argumentos apresentados no capítulo anterior, quando destacamos a idéia de progresso que impulsionou a transformação de Ilhéus em um pólo turístico, deixando no passado as imagens de pobreza da “Pobre Região Rica” do cacau. Assim, tudo que corresponde a esse passado — o trabalho nas fazendas, a submissão aos coronéis, o desconforto das casas da roça, o reduzido acesso aos bens de consumo, etc. — deve ser negado. Em outras palavras, o novo pressupõe o desligamento do passado, mesmo que, para existir, o novo careça do passado que a cada ação tenta destruir.

Nesse sentido, a dona da loja de artesanatos e o recepcionista da pousada, a exemplo de outros trabalhadores, se valem da idéia de que, a despeito de qualquer insegurança, a condição atual é melhor do que a vivida na roça. Como lembra Bauman (2001), nesse sentido, o trabalho permanece ancorado no presente instável e flexível e as expectativas para o futuro, quando existem, são igualmente inseguras. Para mantê-las os trabalhadores se desligam do passado e das relações a ele associadas e se desvinculam de qualquer valor que por sua rigidez possa se opor à pressa moderna e ao progresso. Dessa forma, o trabalhador do turismo de Ilhéus não difere do trabalhador “moderno”: vê sua atual condição sob o signo do “melhor” pelo simples fato de não estar associada ao passado. Essa diferenciação nos aproxima das considerações de Martins (2000) sobre o sentido da modernidade, pois os trabalhadores se valem da idéia de que o moderno se opõe ao tradicional. O moderno é melhor e o passado é uma oposição à modernidade.

A negação do passado configura a perigosa aceitação do presente e da insegurança decorrente da flexibilização, da sazonalidade e das novas relações de trabalho. Como comentamos na etapa inicial deste capítulo, as características do trabalho atual passam a ser percebidas como algo natural, talvez até mesmo como um momento “melhor”, afinal, desprende os trabalhadores do passado de trabalho que não querem mais encontrar, fazendo-os acreditar que não estarão mais presos à pobreza, à falta de oportunidades, à submissão aos donos das terras, etc. Entretanto, o presente moderno que os mesmo vivem não os leva a uma nova condição, os mantêm submissos às mesmas forças que antes conduziam sua vida. Sem esquecer que esse mesmo presente fragmenta as relações de convivência, reduz as possibilidades de solidariedade e dilui as identidades antes válidas na vida do campo. Por fim, comprime em narrativas líquidas a esperança de um futuro no qual um pai não precise se separar dos filhos ou um filho não precise negar a vida dos pais.

Frente a isso, entendemos que a diferenciação realizada pelos trabalhadores conduz a permanência do transitório e da incerteza, empurra os homens e mulheres do passado, com malas lotadas de esperança, para o futuro que cria novas possibilidades, que “[...] anuncia o possível, embora não o realize” (Martins, 2000, p. 20). A idéia do moderno, a negação do passado e a diferenciação do melhor e do pior expressadas nas palavras da dona da loja de artesanatos e do recepcionista revelam os mesmos valores que Ilhéus buscou ao oferecer-se ao turismo, sem revelar as contradições dessa busca.

Assim, as infinitas possibilidades do trabalho moderno se assemelham às incontáveis possibilidades do desenvolvimento econômico e social, do avanço tecnológico, da expansão produtiva, etc. São reflexos das incalculáveis possibilidades da cidade, do trabalho distante das relações e das identidades do campo e da “liberdade” do consumo possibilitado pela “liberdade” do trabalho “melhor”. Em última análise, a negação, a diferenciação e a aceitação se imbricam na idéia de modernidade: um tempo de oposição aos símbolos do passado que, novamente tomando de empréstimo as palavras de Martins (2000, p. 20), anuncia “[...] que coisas são possíveis de um mundo possível, mas não contém nenhum

item no seu mercado imenso que diga como conseguir tais recursos, que faça o milagre simples de transformar o possível em real”.

Sem anteciparmos nossas considerações, devemos destacar que essa condição também favorece o distanciamento das práticas tradicionais de trabalho (Gettino, 2002; Krippendorf, 2000) que antes compunham a vida dos trabalhadores ocupados na atividade turística. Assim, a agricultura e a pesca, dentre outras atividades tradicionais do município, perdem valor e o trabalhador passa a dedicar maior atenção ao que, em sua diferenciação, corresponde a um trabalho “melhor”. Isso coloca o trabalho do turismo como moderno, um trabalho oposto ao passado, que afasta a possibilidade de enxergar o passado como algo que pode melhorar e, não menos importante, leva a aceitar o presente como algo melhor, a despeito das contradições que mantém e em alguns casos aprofunda⁸¹. Essa diferenciação desqualifica o homem e o espaço rural, pois sair da “roça” para trabalhar na cidade constitui uma possibilidade para ascender socialmente e progredir.

Esse mesmo quadro contribui para a ampliação da mobilidade ocupacional — movimento dos trabalhadores entre setores econômicos — e da migração campo-cidade. Embora não pretendamos atribuir ao turismo o ônus por tal situação, é preciso lembrar que a idéia de que o trabalho no turismo pertence a uma categoria superior, se comparada ao trabalho no campo, pode gerar conseqüências perigosas para os próprios trabalhadores. Assim, a inserção no

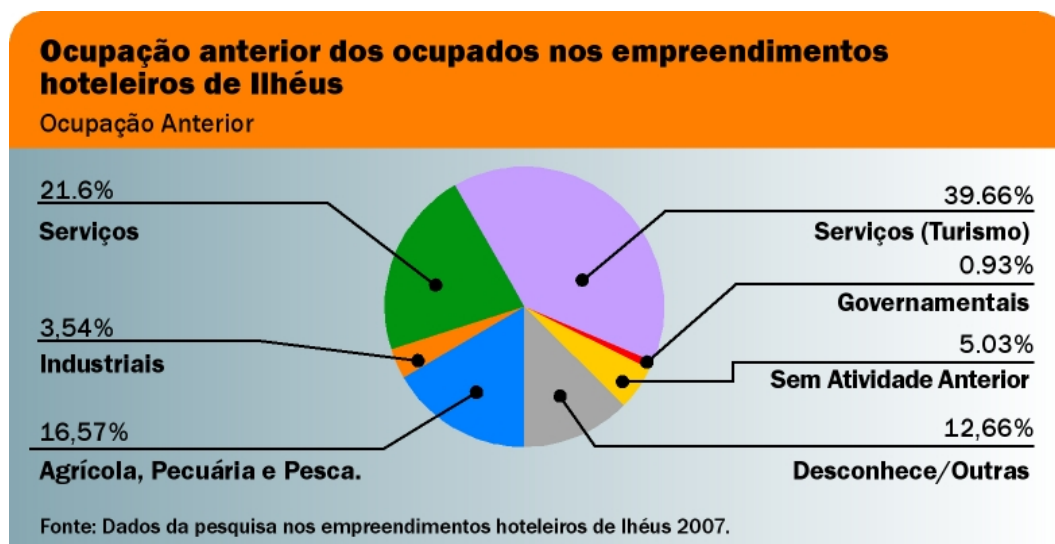
⁸¹ Gettino (2002) destaca situação semelhante ao observar o caso dos trabalhadores do turismo nas Ilhas Bahamas, apontando a tendência de diminuição da dedicação às atividades tradicionais como a pesca e a construção de barcos. Para o autor, esse processo não só reflete a perda da identidade desses trabalhos especializados, mas também a falsa noção de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores que, após “convertidos” em trabalhadores do turismo, não experimentam ganhos de renda e se deparam com dificuldades que antes não vivenciavam: a dependência dos fluxos sazonais, a busca por ocupações de baixa remuneração, as dificuldades de moradia, entre outros. Schlüter (2001) oferece visão semelhante ao analisar o caso da Bahia de Huatulco (Costa sul do México). No local os trabalhadores de atividades tradicionais, ao migrarem para cidades próximas às áreas de visitação, não só favoreceram diversas transformações espaciais, como também abandonaram as atividades tradicionais para compor o conjunto de mão-de-obra pobre e desqualificada atuante no setor turístico que, em contrapartida, exigia deles domínio de línguas e de conhecimentos operacionais para atuar na atividade.

“mercado de trabalho do turismo” passa a ser vista como uma possibilidade de segurança e de ascensão social e material para os trabalhadores. Evidentemente, não nos opomos a essa busca, mas sabemos que a mesma não representa a segurança e ascensão que os trabalhadores pretendem, basta lembrarmos dos argumentos anteriormente apresentados, quando demonstramos que o turismo não oferece perspectivas seguras se levada em conta a remuneração, a rotatividade e os tipos de ocupação oferecidas em Ilhéus.

Nesse contexto, a diferenciação do trabalho gera o desinteresse dos trabalhadores por outras atividades e se desdobra em duas conseqüências. A primeira é que o setor produtivo do turismo passa a ter a seu alcance parte dos trabalhadores antes ocupados em outras áreas, agora desprestigiadas. Em outras palavras, forma-se em torno da atividade um contingente de trabalhadores que certamente se submeterá às ocupações e remunerações oferecidas. Os que “entram”, por estarem empregados ou por entenderem sua ocupação como “melhor”, não querem sair a não ser para ser seu próprio patrão (questão a que daremos atenção mais à frente); e quem está “fora” deseja entrar, ainda que uma parte dos trabalhadores se mantenha insegura devido aos movimentos de entrada e saída no turismo: na alta temporada estão ocupados nos hotéis, na baixa passam a atuar em outras funções (seja por conta própria, seja como empregados no setor de serviços).

Essa condição pode ser analisada a partir da pesquisa aplicada nos empreendimentos hoteleiros do município. Por ela, constatamos que 16,57% dos trabalhadores ocupados nos hotéis, pousadas e *resorts* da cidade atuavam em atividades agrícolas, pecuárias ou pesqueiras. Portanto, parte dos ocupados no turismo migrou de atividades do setor primário da economia, reforçando a idéia de que a diferenciação antes exposta contribui em grande parte para o afastamento das práticas tradicionais de trabalho. Os dados revelam ainda que 21,60% dos trabalhadores estavam ocupados no setor de serviços e 39,66% no próprio turismo, conforme indica o gráfico 10.

Gráfico 10: *Ocupação anterior dos ocupados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus*



Disso podemos depreender que muitos trabalhadores estão em constante movimento no próprio setor, o que reafirma a presença de um grupo de trabalhadores que, ao final de cada temporada, é desligado de sua função, para no início da alta temporada retornar ao trabalho nos empreendimentos de hospedagem. Principalmente as camareiras e faxineiras que na baixa temporada atuam como domésticas e os mensageiros e ajudantes de recepção que buscam ocupação no comércio local.

A segunda consequência é que a migração campo-cidade passa a ser igualmente influenciada pela diferenciação realizada pelos trabalhadores. Como vimos anteriormente, tanto a dona da loja de artesanatos como o recepcionista da pousada migraram de áreas rurais motivados pela busca de um trabalho e de uma vida “melhor”. Não podemos afirmar que o turismo seja a principal causa desse movimento, pois argumentos não nos faltam para ilustrar o constante esvaziamento das opções de trabalho no campo, principalmente a partir da década de 1990, com a redução da produção cacaueteira de Ilhéus, como observamos com destaque no segundo capítulo. Contudo, na idéia de um trabalho e de uma vida “melhores” longe do campo está envolvida a decisão de migrar para

a cidade. Nesse aspecto, a diferenciação do trabalho e a negação do passado colaboram para a decisão de migrar, pois o trabalhador, em muitos casos, não tem somente o anseio de sair do campo, mas também de prosperar, tendo o turismo como um “incentivo”.

Realizadas tais análises, podemos, nesse momento, tratar de um outro tipo de diferenciação no *status* do trabalho: o trabalho por conta própria e o trabalho assalariado. Uma diferenciação mediada pela dualidade do trabalho “dependente” e “não dependente”, explicitando a noção de que o trabalhador por conta própria é capaz de tomar as decisões por sua iniciativa sem depender de um empregador. Ademais, constatou-se a partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores que compõem esse grupo, que eles idealizam a figura do “empreendedor” capaz de ser mais que um funcionário ou subalterno, pois é “dono” de seu próprio negócio. Em outras palavras, um “trabalhador” que é capaz de responder à insegurança do mercado de trabalho com seu próprio empenho. O depoimento do vendedor ambulante de bebidas que há 12 anos trabalha na praça central em frente ao Bar Vesúvio indica essa diferenciação:

“Antes eu trabalhava em hotel. ‘Aí’ eu larguei, aqui é melhor. Lá eu era empregado, aqui eu sou o meu patrão [...]. Antes disso eu trabalhava na fazenda de cacau, era tipo empregado de fazenda. Fazia tudo um pouco, mas lá era meio triste, era, vamos supor como empregado, é mais difícil, ‘né’. Deixei a fazenda e fui ‘pro’ hotel, aí hoje ‘tô’ aqui no meu comércio, é bem melhor, bem melhor mesmo”.
(A; 12/jan.)

Ser “o patrão” enfatiza que de um lado estão os empregados dependentes, seguidores de horários — com o trabalho “ruim”, enquanto, de outro, estão aqueles que tomam suas próprias decisões — com o trabalho “bom”. Como o mesmo nos diz: “No hotel eu trabalhava praticamente ‘oito hora’ [...] No cacau, eu trabalhava ‘dez, doze hora’ e aqui meu horário, quem faz, sou eu mesmo”. De forma semelhante, outros trabalhadores têm a expectativa de serem “patrões de si mesmos” como um meio para driblar as dificuldades encontradas no mercado de trabalho. “Mais ‘pra’ frente quero botar um negócio meu”, disse o recepcionista da

pousada; “Eu tenho interesse de ter a minha agência, eu penso nessa possibilidade, ‘pra’ trabalha ‘pra’ mim mesmo” disse o guia/agente de viagens.

Desse modo, o trabalhador revela uma expectativa que entrelaça a busca por segurança e a busca por liberdade, definindo o trabalho atual como uma situação transitória, uma etapa que precede um futuro que lhe assegure um *status* social condizente com suas expectativas e uma auto-realização através de uma atividade independente (“trabalhar ‘pra’ mim mesmo”). Diante disso, cabe perguntar: A segurança e a liberdade que buscam no “empreendedorismo” não estão igualmente suscetíveis à falta de segurança e à dependência?

Essa questão assume importância quando lembramos que o vendedor ambulante de bebidas diz sentir-se inseguro frente às oscilações da demanda. Exemplo disso é que na baixa estação sua renda cai “[...] para a faixa de um salário e meio, quinhentos contos, mais ou menos” obrigando-o a “[...] ir agüentando ‘a baixa passar’” (A; 12/jan.). Ou quando lembramos que a dona da loja de artesanatos afirmou que seus ganhos são insuficientes para sustentar a família, pois as vendas são cada vez menores. Não estariam estes “empreendedores” suscetíveis às variações do mercado que, como já mencionamos anteriormente, interferem na vida dos trabalhadores?

Entendemos que a segurança e a liberdade alcançadas por ambos continuam acompanhadas pela insegurança e pela dependência, porém, por serem “patrões de si mesmos” crêem que não estão suscetíveis a esses aspectos e, inclusive aceitam e defendem a insegurança, como o orgulhoso “empreendedor” que vende bebidas na praça: “Hoje eu tenho dois funcionários na rua, antigamente eu era empregado, hoje eu sou empregador [...] agora na baixa estação aí também não ‘dá’. ‘Fica’ só eu [...] porque não tem como segurar, sem turista não vende, não é isso?” (A; 12/jan.).

Assim, a condição do empreendedor se iguala à do assalariado. Embora a diferenciação entre “ser o patrão” e “ser o empregado” permaneça, a dependência e a insegurança são mantidas, desencadeando efeitos sobre os “funcionários” — os “dois” que na baixa temporada voltam a não ter ocupação. Nesse contexto, a precariedade, a insegurança e a dependência da vinda dos turistas e do

crescimento dos negócios que atraem a demanda continuam a constituir o universo do trabalhador. Um jogo que leva à ruptura, à fragmentação e à desarticulação que impedem a formação de uma relação estável com o trabalho, mesmo quando o trabalhador é “patrão de si mesmo”.

Assim sendo, quando se orgulha de ser “patrão de si mesmo”, o ambulante está exaltando a renda e a suposta estabilidade que alcançou fora do emprego e não a incerteza decorrente da variação nas vendas. Portanto, não é um trabalhador que valoriza o inseguro como um caminho para se libertar do emprego característico da modernidade pesada (Bauman, 2001), mas sim um trabalhador que, frente à insegurança, encontrou a possibilidade de atuar e hoje entende ter um trabalho “melhor”. Oculta sob o trabalho “melhor”, repousa a trajetória episódica do vendedor que antes era empregado de uma fazenda de cacau e de um antigo hotel da cidade. Um caminho de mudanças e constantes tentativas de encontrar um trabalho “melhor”. Um percurso que, ao fim, revela que a diferenciação entre o antes e o agora decorre de sua descontínua história de trabalho e da falsa idéia de que hoje não depende de ninguém. Desse modo, apesar de diferenciar o “melhor” ressaltando a dimensão expressiva (realizar-se pessoalmente) e material (ter uma renda) do trabalho, o “patrão de si mesmo” não compreende porque não pôde continuar em seu emprego e tampouco enxerga o presente que vive em uma condição precária, dependente e insegura.

3.3 O envolvimento e a experiência individual no trabalho

A partir dos argumentos destacados, apresentaremos como o trabalhador atuante no turismo de Ilhéus é (des) envolvido de seu próprio trabalho, tornando-o uma ação individualizada. Vale ressaltar que entendemos que essa condição como uma situação em que o trabalho é percebido pelo trabalhador como um ato de conseqüências exclusivamente individuais, cujo sentido não promove qualquer a integração de interesses, hábitos ou idéias dos trabalhadores. Situação esta

que, como destaca Sennett (2006) converte o trabalho em uma ação individualizada: um processo que reduz o trabalho a uma ação centrada no próprio trabalhador que impulsionado pela competição (busca da empregabilidade) passa a entender suas frustrações e/ou sucessos como conseqüências individuais, vivenciadas em si mesmo e, portanto, distantes de uma realidade social. Assim, entendemos que a individualização caracteriza o isolamento do trabalho a própria incompetência ou competência do trabalhador, cujo valor esta, prioritariamente, na importância do trabalho para o próprio trabalhador (satisfação material, por exemplo) sem que nenhuma referência social (identidade, pertencimento, etc.) possa se materializar.

Nesse contexto, o trabalhador, influenciado tanto pelas transformações geradas no atual estágio da economia capitalista, como pela aceitação do trabalho abstrato como modelo dominante em nossa sociedade, que atualmente lhe concede novos contornos sem modificar seu conteúdo⁸², acaba por transformar sua ocupação em uma ação que promove a contínua individualização do trabalho. Assim, a percepção e a discussão da individualização não podem ser separadas das demais análises que realizamos e decorre de um mesmo processo e dos diversos conflitos que se apresentam à sua volta.

Ao longo das entrevistas realizadas com os trabalhadores, verificamos que as conseqüências relacionadas à rotatividade e à flexibilidade eram maiores do que o simples fato de sentir-se inseguro frente ao trabalho. Assim, a cada depoimento sentíamos que nossos interlocutores não viam o trabalho que realizavam como um meio de aproximação social, de identidade ou de construção de objetivos distintos à esfera pessoal e material. Embora afirmassem que o turismo lhes proporcionara uma vida melhor ou que ao menos lhes possibilitava renda durante a temporada, eles se mostravam distantes de se sentirem envolvidos em seu trabalho e da

⁸² Tal aspecto deve ser ressaltado, pois entendemos que o trabalho abstrato sedimentado na forma assalariada distancia o trabalhador da dimensão concreta do trabalho e o subsume a lógica do capitalismo. Assim, entendemos que o atual estágio do capitalismo modifica as formas de realização do trabalho (temporário, parcial, entre outros), mas não seu conteúdo, a não ser no que diz respeito à interdependência hoje reduzida entre o capital e o trabalho que gera a insegurança frente aos horizontes do próprio trabalho e mesmo da vida.

percepção do mesmo como uma realização além da dimensão pessoal. Essa percepção nos foi possível quando verificamos que os trabalhadores realizavam suas funções frente a um horizonte inseguro, porém nos faltava perceber que essa mesma insegurança abria espaço para outras conseqüências.

O primeiro efeito explicita a individualização como um reflexo do frágil envolvimento que caracteriza as relações de trabalho presenciadas no turismo de Ilhéus. Diante da insegurança, os trabalhadores não se envolvem com as funções que realizam. A descrição das funções nos mostrou essa condição: o fazer “de tudo um pouco”, juntamente com a rotatividade que impõe ao trabalhador a constante ruptura no trabalho e nas relações que dele provêm é uma característica importante para ilustrar a falta de envolvimento e a individualização a que nos referimos. Nesse sentido, o trabalhador é obrigado a redesenhar suas rotinas, planos e formas de se relacionar com o trabalho, não porque assim deseja, mas porque não pode desejar o contrário.

Como vimos na parte inicial do capítulo, o caráter episódico do trabalho é uma característica comum entre os trabalhadores que, por vezes, comentaram: “antes eu era” e “agora eu sou”, os mesmos não conseguem indicar o que são, unindo o antes e o agora em um jogo de participantes polivalentes, flexíveis, individualizados e (des) envolvidos.

“Eu era representante de vendas no Espírito Santo e depois fui a Porto Seguro, o turismo ‘tava’ forte e trabalhei com ‘hortelaria’ três anos [...], depois tive a possibilidade de entrar aqui como guia de turismo, trabalhei em várias agências, dois anos numa, um ano e meio em outra” (R; 09/jan.).

Como vemos, desprender-se da função se torna uma virtude, pois, para permanecer ocupado, deve-se fazer “de tudo calado” ou “de tudo um pouco”, ser capaz de não se envolver com uma escolha ou com um interesse e caminhar entre as ocupações defendendo-a como um ponto conquistado no tabuleiro do jogo. Em outras palavras, o trabalhador deve assumir o risco das oscilações do mercado e seguir sem se envolver ou se envolver sabendo que pode não seguir. Indica, portanto, a existência de uma “faixa de incluídos excluídos”, ou seja, de

trabalhadores que permanecem imóveis frente à condição que os cerca e, ainda que visualizem uma melhor posição, fazer o seu próprio caminho parece ser a ação que permanentemente os move.

Essa condição também decorre do frágil envolvimento entre o empregado e o empregador. Como destacamos, os empregados nos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus exercem, em grande parte, funções variadas, portanto, o envolvimento com a empresa é, por um lado, ampliado, pois atende diversas ocupações, por outro, é fragilizado e pode ser facilmente rompido, já que não está envolvido em uma relação de longo prazo, podendo ser facilmente substituído ou trocado (como uma peça isolada). Como destacou a proprietária de um hotel de Ilhéus: “Um edifício tem as pilastras, que são os alicerces, depois tem os tijolos, os funcionários mais simples. [...] O tijolo é importante, é, mas se sai um, eu ponho outro. Alicerce é que é mais difícil repor” (D; 12/jan.).

Não se trata de defender o trabalho por uma via segura que coloque todos em funções permanentes e fragmentadas, como o capitalismo social (Sennett, 2006; Castel, 2004) proporcionou. Mas sim de compreender que o trabalho não encontra sentido quando o trabalhador não pode se envolver em uma função ou quando age individualmente sem visualizar as relações que o cercam. Assim, o trabalho não supera a “execução do trabalho” e não destitui o homem da condição de um executor de algo com o qual não se envolve e não se identifica. Essa razão em parte explica porque os trabalhadores consideram sua ocupação como uma realização predominantemente material, entendendo-a como um meio, necessariamente flexível e temporário para ganhar a vida.

Nesse processo “rotativo”, o trabalhador assume uma posição individualizada com relação ao trabalho. Para lograr uma posição nesse processo, age em causa própria (por defesa, por convivência ou por ambas) reduzindo as possibilidades de construção de uma solidariedade social ou até mesmo de uma identidade com aqueles que com ele compartilhem espaços e funções comuns. Nas palavras de Sennett (2005, p. 175-176): “Esse é o problema do caráter no capitalismo moderno. Há história, mas não a narrativa partilhada de dificuldade, e, portanto, tampouco destino partilhado. Nessas condições, o caráter se corrói; a pergunta:

Quem precisa de mim? Não tem resposta imediata”. Com efeito, o medo de perder o emprego, de não conseguir a renda para manter a família ou de não estar “incluído” na sociedade de consumidores que Bauman (2007b) detidamente nos apresenta, produz a “naturalização” da competição individual entre os trabalhadores, sobretudo entre aqueles que, frente à sazonalidade, encontram pouco tempo para colher os frutos de sua provisória posição no tabuleiro.

Nesse contexto, a alta temporada — tempo fugaz que escapa pelos meses — transforma o trabalho inseguro em um momento de comprometimento individual, afinal, em alguns meses, as ruas estarão novamente vazias, sem *flashes* e sem bonés coloridos. Um tempo provisório para o ambulante/garçom vender, para o guia/*office-boy* despertar olhares e compras pela cidade, para o recepcionista, para a camareira e para o “faz tudo calado” garantirem seu emprego multifuncional, um espaço para dar emprego sem ter emprego, tal qual o senhor que vende bebidas na frente do bar Vesúvio. Todos comprometidos com objetivos de “curto prazo” e pessoais.

Esse tempo dificulta a relação do trabalhador com o trabalho, mas também com aqueles que dividem as mesmas incertezas. Gera uma nova e curta forma de competir pelo hoje e não pelo amanhã, contrariando a esperança no progresso de todos e reduzindo-a a uma luta pela renda da temporada que floresce com a chegada de turistas nos hotéis, nos restaurantes e nos mercados de artesanatos. Nesse momento, se preciso (e preciso é), o trabalhador competirá contra quem está próximo.

É a “lei do turismo”, como comentou conosco o guia que na baixa temporada é *office-boy*, “cada um defende o seu”. Ao descrever sua rotina de trabalho, dizia ir diariamente ao centro na alta temporada, lá, lado a lado com os guias-mirins (de que outrora fez parte, hoje é “veterano”) disputa os ônibus e *vans* que chegam sem guia, mesmo quando tem alguém acompanhando “a gente vê se os turistas não ‘quer’ um passeio pela cidade”. Uma “lei” que naturaliza os acordos feitos com os donos de restaurantes, com os proprietários de lojas e com os taxistas. Assim, entre cada “negócio” se forma uma rede informal que garante a renda na alta temporada. “Os guias passam nos pontos que têm acordo de comissão, eles falam

'pessoal ali tem artesanato, na loja tal, não vai não, que é caro', é por isso que o passeio não passa lá". (R; 08/jan.)

O envolvimento, nesse caso, depende de cada um fazer a sua parte. E se a dona da loja de artesanatos que reclama das baixas vendas; o vendedor de roupas e artesanatos para turistas (que também é garçom, vendedor de relógios e ajudante de pedreiro) e o comerciante (que também é professor de capoeira, técnico em Arquitetura e serigrafista) não tiverem um acordo?

Essa individualização, em muitos casos, ocorre no mesmo espaço trabalho. Quando o garçom do pequeno empreendimento localizado na Rodovia Ilhéus - Olivença comentava conosco sobre sua rotina disse que "[...] na hora de 'atendê', cada um tem as suas 'mesa'. Aqui a gente divide, 'dez mesa aqui é sua, essas dez mesa aqui é minha'. Aí você só pode atender naquela área. Quando o cliente desce, você vai conquistar ele 'pra' sua praça [...] mas tem vezes que outro atende na sua praça, o cliente é dele, porque os 'dez por cento' é o salário. Quando o cliente gosta do seu atendimento dá um 'negocinho' por fora" (C; 12/jan.).

A construção de uma relação com os trabalhadores que dividem o mesmo espaço fica em segundo plano, encher a "sua praça" é o que vale. Assim, o trabalho se coloca em uma condição precária, tanto porque o envolvimento com a função exercida é mediado por uma remuneração incerta e temporária, (des) envolvida de qualquer propósito futuro ("dez por cento é o salário"), como porque essa remuneração provém de uma ação individualizada, "do seu atendimento" realizado na "sua praça".

Nesse contexto, a individualização das trajetórias de trabalho e a precariedade das diferentes funções realizadas fazem a experiência de trabalho ser vivida para si, vencer no jogo da competição é plenamente assumido como necessário e não há espaço para o trabalho como uma ação que permita o envolvimento além do plano material e individual de curto prazo. Por um lado, os interesses são os da empresa, por outro, dos trabalhadores, individualmente. Por conseqüência, à medida que a "conquista" no mundo do trabalho se torna individualizada, o risco e a insegurança de não "conquistar" o que se deseja

também se individualizam e se afastam de uma referência coletiva que permita visualizar outro caminho para o trabalho. Como menciona Castel (2004, p. 83):

“Si los riesgos se multiplican hasta el infinito y si el individuo está solo para hacerles frente, es al individuo privado, privatizado, al que le corresponde *asegurarse a sí mismo*, si puede. El manejo de los riesgos no es ya, consecuentemente, una empresa colectiva, sino una estrategia individual [...]”.

Esse trabalho — de curto prazo e individualizado — corrói, para novamente usar as palavras de Sennett (2005) a autoconfiança e o compromisso mútuo, até mesmo o individual, em um horizonte mais extenso e potencializa o tom único e ensurdecido da competição sem constituir o trabalho como uma ação que vai além do ganho material que permite ao trabalhador. E, talvez pior, faz acreditar que, conforme o turismo e a demanda cresçam, haverá mais trabalho e mais ganhos para todos.

Outra consequência a ser observada diz respeito ao distanciamento entre o trabalhador e as decisões relacionadas ao turismo oferecido na cidade. Não houve por parte de nossos interlocutores nenhum tipo de indicação que nos permitisse reconhecer o envolvimento do trabalhador com o turismo. Condição essa que nos permite considerar algumas consequências. Primeiramente, torna inexistente a mediação entre os interesses dos trabalhadores e as decisões correspondentes à condução do turismo no município. Para melhor ilustrarmos essa consequência, é preciso mencionar que a maioria dos trabalhadores do turismo de Ilhéus atua como guias, garçons e mensageiros, portanto, trabalham com o que os intermediários constroem e vendem (Krippendorf, 2000). Com efeito, esses trabalhadores, ainda que importantes para a realização dos objetivos planejados (pelo mercado e pelo governo), não se envolvem nas decisões pertinentes ao turismo, tampouco naquelas que influenciam em suas atividades, sejam elas sindicalizadas ou não. Sendo assim, são, concomitantemente, importantes e (des) envolvidos.

Com efeito, os trabalhadores não se envolvem com os “interesses” que o turismo possa validar e o trabalho que realizam se aproxima da imagem do que

podemos denominar de “hospitalidade flexível”, pois reforça o interesse individual e episódico do trabalhador sobre a reinante idéia de que o turismo na cidade, desde que adaptado às flutuações da demanda e aos requisitos do mercado, beneficiará a todos. Dessa forma, ser um trabalhador do turismo é uma ação participativa sem participação que deixa no “centro” do processo de produção do turismo (o núcleo receptivo) um conjunto de trabalhadores que não se envolvem, a ponto de indicar uma inquietante contradição, pois os trabalhadores do “centro” estão à margem.

A falta de envolvimento também interfere na formação do “capital social”, que Putnam (2000) define como um conjunto de características da organização social - confiança, normas e sistemas - que tornam possíveis ações coordenadas a partir do envolvimento voluntário das pessoas nas organizações sociais e civis. Assim, quando o envolvimento é reduzido ao individual ou aos interesses dos “produtores” do turismo, ele é igualmente distanciado da possibilidade de proporcionar decisões locais e coletivas, deteriorando o capital social. Nesse contexto, o trabalhador se fecha na dimensão do trabalho abstrato, agora mais individualizado que, ao fim, afasta-o da possibilidade de participar das decisões e de debater sobre as formas, os meios e as possibilidades do trabalho que exerce. Portanto, reduz as possibilidades de mudanças a partir do conflito, do debate e da exposição de valores, que se esvaziam na liquidez do trabalho que prende o trabalhador em um modelo sem “libertar” outras formas de desenvolvimento, como propõe Sen (2000).

Frente a isso, é oportuno lembrar as considerações de Martins (2003) sobre a percepção da “exclusão” e da “inclusão” social dos trabalhadores que, cada vez mais individualizados e distantes da possibilidade de intervir sobre a realidade social, afastam-se do conflito, consentindo que o trabalho abstrato, na forma assalariada, é um meio de “inclusão” na sociedade. Com efeito, os trabalhadores, independentemente de estarem ou não “trabalhando”, deixam de ser sujeitos históricos capazes de intervir ativamente na dinâmica social que os cerca.

“Eles não protagonizam nem realizam uma contradição *no interior* do processo produtivo, que ao mesmo tempo produz coisas e produz, ou reproduz, relações sociais, as relações fundamentais à produção e a realização de mais-valia e, sobretudo, fundamentais às novas formas, especulativas e rentistas, de acumulação de capital. [...] São descartáveis. Esse é o extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação”. (Martins, 2003, p. 35)

Também é possível visualizar, a partir das análises até então apresentadas, que a falta de envolvimento do trabalhador está igualmente atrelada à própria compreensão que ele tem de sua situação. A falta de envolvimento, à semelhança da insegurança e da precariedade no trabalho, são problemas que, para os trabalhadores, não decorrem de suas atitudes e tampouco dependem de suas atitudes para melhorar. Essa situação explicita a orientação conservadora do trabalhador, que não toca nas contradições de suas ações e de sua própria forma de intervir em seu trabalho e em sua vida, apenas aceita o quadro atual, e, na pior das hipóteses, entende-o como transitório, pois logo se resolverá com o crescimento do turismo e com a intervenção do governo.

Assim, a “solução” do trabalho não passa por si — envolvimento, busca de formas diferenciadas de atuação, defesa de interesses comuns diante da individualização, entre outros — pois o problema é o governo ou do governo, que não promove o desenvolvimento. Como nos disse o guia – mirim: “Para melhorar meu trabalho, o governo precisa ajudar a gente. Precisa oferecer mais opção de lazer na cidade, ‘né’, ‘pro’ visitante, ‘pro’ turista” (L; 08/jan.). Ou, como falou a governanta de um grande hotel: “O governo tem que ‘trabalhá’ ‘pra’ nós, tem que ajudar trazendo turista. O poder público, a prefeitura tem que fazer de tudo pra atrair o turista ‘pra’ cá” (G; 17/jan.).

Temos assim um processo preocupante, pois primeiramente, as ações requisitadas pelos trabalhadores não consideram que a necessidade de aumentar o fluxo de turistas e até mesmo os empregos na cidade, conduz justamente às características até agora apresentadas: flexibilização, precarização e individualização, dentre outras situações entendidas como necessárias para o crescimento que os trabalhadores esperam que leve ao desenvolvimento como uma solução para o seu mal-estar. Num segundo momento, devemos lembrar

que, quanto mais as políticas municipais dizem interagir com os interesses e necessidades locais atraindo mais turistas (mudança requisitada pelos trabalhadores), mais suas ações se rendem ao “curto prazo” e ao estabelecimento de metas que enxergam o trabalhador como um executor de atos de hospitalidade (gentil ao quadro vigente). Por sua vez, o trabalhador direciona ao poder público a responsabilidade pelas dificuldades que enfrenta e ambos não percebem que colaboram para a manutenção da situação quando aceitam o “curto prazo”, a individualização e a flexibilização no trabalho. Dessa forma, torna-se inquietante perceber como o trabalhador não reconhece seu próprio papel, pois o reflexo que tem de si é de alguém que faz a sua parte.

Frente a isso, as estatísticas de emprego e renda continuam a ser as fontes para a análise do trabalho no turismo, que associadas à idéia de que o aumento quantitativo do emprego é o sustentáculo do desenvolvimento transformam o trabalhador, com sua própria colaboração, em um espectador ativo/passivo de seu próprio mal-estar.

Essa condição nos leva a entender que a “realidade” apresentada nos estudos direcionados à investigação do trabalho turístico está fortemente apoiada na observação dos efeitos econômicos e mercadológicos do turismo, sem observar os contraditórios impactos que compõe o universo dos trabalhadores. Como Archer e Copper (2001, p. 90) destacam: uma condição que favorece “[...] a reivindicação de desenvolvimento turístico nos destinos, omitindo considerações de outros custos”⁸³.

Da mesma forma, apoiados na compreensão fornecida por Offe (1989), percebemos como a reivindicação do desenvolvimento, defendida nas obras da área e representada no discurso dos trabalhadores, leva à aceitação da “capacidade alocativa” do mercado de trabalho turístico, de modo que reconhecem

⁸³ É importante ressaltar que, além da reduzida discussão do que Archer e Copper denominam de “considerações de outros custos”, alguns estudos apontam que diversos resultados econômicos ligados ao turismo, dentre eles a geração de empregos, estão superestimados ou ocultam equívocos metodológicos. Um exemplo dessa interpretação é oferecido no do Ipea (2003), que contesta o entendimento da OMT do que sejam as Atividades Características do Turismo (ACT) utilizadas para indicar o desenvolvimento gerado pelo turismo (número de postos de trabalho, renda média, entre outros).

que a inserção da força de trabalho no mercado é o principal objetivo a ser perseguido para alcançar o desenvolvimento. Dessa forma, a reivindicação do desenvolvimento parte do consenso de que o princípio distributivo do mercado de trabalho capitalista e a “monetarização da capacidade de trabalho” (Offe, 1989) são, *a priori*, elementos inseparáveis do mundo do trabalho. Por consequência, solidificam a idéia de que o trabalho assalariado é a via que levará os trabalhadores aos benefícios econômicos, pois a distribuição dos “frutos” gerados nos processos produtivos do turismo promoverá o progresso econômico e social. Nesse contexto, enxergar o mercado de trabalho como o princípio dominante de alocação (Offe, 1989), não só concede maior valor à geração de empregos, determinando-a como indicador positivo do turismo, como também ofusca outros efeitos, à semelhança dos que antes observamos.

Compreendemos que, além dessa condição, o consenso a favor do mercado de trabalho e do assalariamento, obscurece também a distinção das dimensões do trabalho abstrato (que expressa as realizações cotidianas e possui valor de troca) e do trabalho concreto (que transcende a vida cotidiana e produz bens socialmente úteis), como defende Marx (1983). A ausência de tal distinção pode ser notada na fala dos trabalhadores entrevistados. Eles centralizam seus olhares à idéia de que o trabalho assalariado e a renda dele proveniente são os principais efeitos a serem buscados. Quando não, como demonstramos ao comentar o caso do vendedor de bebidas, compreendem que o trabalho não-assalariado deve ser encarado com normalidade. Dessa forma, aqueles atuantes no turismo (trabalhadores, governantes, empresários, moradores, estudiosos etc.) deixam de se envolver e debater com as contradições do trabalho. Assim, distanciam-se da discussão de como ocorre o trabalho no turismo e quais são as consequências para as relações sociais, favorecendo a idéia de que o trabalho concreto deve subordinar-se ao trabalho abstrato, se possível na forma assalariada.

Por consequência, a indistinção entre a dimensão abstrata e concreta do trabalho igualmente colabora para a aceitação das atuais transformações no modelo de trabalho e de empresa até então dominantes (Antunes, 2005; Vassapollo, 2005; Bauman, 2005; Rifkin, 1995; Gorz, 2003; Mattoso, 1995,

Sennett, 2006) — desregulamentação, flexibilização, precarização, entre outros — mantendo o mesmo consenso inquietante: a geração de empregos nos locais turísticos é, por si só, um caminho para o desenvolvimento. Assim, a reivindicação do desenvolvimento despreza os efeitos dessa transformação e, contraditoriamente, colabora para a insegurança, a rotatividade, a individualização, a negação do passado e o (des) envolvimento do trabalhador, que se fortalecem como características do trabalho no turismo.

Diante disso, entendemos que o trabalhador do turismo de Ilhéus tende a se envolver cada vez menos com os resultados de seu trabalho, tornando-se uma peça individual necessária para o crescimento, sem dele se beneficiar. Um executor isolado, precário, temporário e (des) envolvido, cujo trabalho não age como uma ação consolidada por planos de longo prazo, pela confiança ou pela previsibilidade, pois, na “modernidade líquida”, sociedade pós-reestruturação produtiva, na qual a especialização flexível é uma característica básica (Bauman, 2001), o trabalhador se mantém submisso ao capital. Ainda que o capital (o turismo e o desenvolvimento ao qual o mesmo se associa em Ilhéus) não tenha modificado as formas de se relacionar com o trabalho.

Frente às considerações apresentadas, é possível entender por que o trabalhador do turismo encontra dificuldades para traçar uma narrativa contínua de sua vida de trabalho, já que a flexibilidade, a rotatividade, a negação do passado, a valorização da dimensão material e individual do trabalho tomam lugar nas linhas que, sublinhadas por fortes traços de precariedade (Antunes, 2005; Vassapollo, 2005, Mattoso, 1995) e de insegurança social (Gorz, 2003; Castel, 2004), descrevem a história de nossos interlocutores. Tal condição, a nosso ver, deve ser encarada como uma causa e como uma consequência da busca do desenvolvimento de Ilhéus. De um lado, a flexibilização, a precarização e a suplantação do trabalho concreto pelo trabalho abstrato, e o (des) envolvimento do trabalhador; de outro, as ações conduzidas pelo mercado, pelo governo e pelos próprios trabalhadores envolvidos no turismo.

Um caminho que entrelaça o conflito entre o trabalhador e o capital, bem como a esperança de homens e mulheres iguais (na insegurança, na polivalência

episódica, no trabalho sem envolvimento e na mobilidade rotativa que os mantém em um mesmo ponto) e distintos (na diferenciação, na negação e nas formas como trabalham). Uma trajetória feita de caminhos que ambigualmente geram descaminhos, que revela a simultaneidade do seguro/inseguro, uma equação que enreda o passado e o futuro e realimenta no presente a esperança de que logo os “frutos” do desenvolvimento gerado pelo turismo serão divididos.

Capítulo 4: *Ideologia e mito: o (des) envolvimento de Ilhéus*



“No presente flexível e fragmentado, talvez pareça possível criar narrativas apenas sobre o que foi, e não mais narrativas previsivas sobre o que será.”

Edgar Morin (2000, p. 59).

“Distantes” e “próximos” das terras do velho cacau que hoje exalam o cheiro da modernidade turística, refletiremos sobre o desenvolvimento gerado pelo turismo no município baiano. Olharemos para o abismo que nos propusemos interpretar como desenvolvimento e lançaremos o olhar em direção ao seu escuro — o vão opaco/transparente que, iluminado pelas luzes da modernidade se torna límpido — para identificar quem o ilumina e quem o vê, mais precisamente, quem diz que o ilumina e quem diz que o vê. Perseguiremos a trilha que leva ao abismo diante dele fazermos nossas perguntas. Assim, andaremos pela mesma trilha que guiou a ex-capital do cacau até o abismo, motivando-a a encontrá-lo e ignorá-lo, motivando-a a acreditar que nada, além do que já foi iluminado, nele se encontraria.

Nesse capítulo final, “iniciaremos” nosso estudo para ao fim deixá-lo, não sem perguntas, frente ao escuro do abismo. Recolheremos nossos argumentos e nos direcionaremos para o terreno inseguro de suas margens para observarmos o que nele está guardado e apontarmos para a ideologia e para o mito — os muros de contenção — que impedem que as erosões e as utopias enfraqueçam seu escuro revelador. Em outras palavras, apontaremos para a ideologia (“o discurso institucional”) e para o mito (“o discurso não-institucional”), como propõe Lefebvre (2004), que se fundem para formar o escuro iluminado do abismo: um lugar do qual é necessário distanciar-se para poder alcançá-lo.

4.1 O discurso institucional do desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus

Nos capítulos anteriores relacionamos os caminhos traçados e percorridos pela cidade de Ilhéus em busca do desenvolvimento. Um percurso que substituiu as formas de enriquecer e modificou os meios de progredir sem trocar a idéia de que o progresso da sociedade depende do avanço das atividades produtivas que

em seu espaço sejam incentivadas. Como vimos, no segundo capítulo, na busca desse objetivo a terra do cacau converteu-se na terra do turismo e seus espaços de esperança e riqueza pobre foram transformados em atrativos para visitantes que, com câmeras em punho, extraem cenas exóticas da terra dourada. Ilhéus é uma cidade que viu as ruas virarem corredores para grupos guiados, que fez seus bairros virarem hospedagens de pouco ou muito luxo e suas praias virarem praças de vendas e de sobrevivência. Um caminho que (de) compôs Ilhéus em um aeroporto movimentado, em um porto de cargas vivas, em um balneário recortado por infra-estrutura e atrativos capazes de fazer a antiga capital do cacau sobreviver como o principal pólo turístico do litoral sul da Bahia.

Da mesma forma, vimos, no terceiro capítulo, como os trabalhadores atuantes no turismo de Ilhéus enxergam o abismo do desenvolvimento, como o olham e desafiam, como o aceitam e o criticam. Um jogo dialético de negação/aceitação, de certeza/incerteza e de insegurança/segurança que, contidos em um mesmo espaço, impulsionam os filhos dos antigos lavradores para o progresso, para o urbano, para o turismo e para o futuro. Um jogo que, ao contrário do que insistem os especialistas do desenvolvimento, não é conduzido pela simples sucessão de fatos — etapas interligadas de crescimento e desenvolvimento —, mas sim pela ruptura e pela renovação contínua das possibilidades de materializar esperanças antes plantadas entre os discursos que prometiam que o turismo traria um novo progresso para a ex-capital do cacau.

Nos capítulos anteriores, apresentamos o trajeto que levou Ilhéus ao abismo, caminho este que posteriormente a fez seguir em frente sem olhar para o mesmo abismo que tanto desejou. Demonstramos como Ilhéus se tornou uma cidade enjaulada entre o passado do cacau (presente nas construções históricas, nos personagens de Jorge Amado, nas fotos suadas das fazendas e dos lavradores, bem como no modelo de desenvolvimento escolhido) e o futuro do turismo (presente nas construções para entreter, hospedar, alimentar e transportar turistas; nos atrativos que vêm do passado e na atração pelo moderno). Uma cidade de pessoas que vivem sem presente, iluminando suas esperanças e contrapondo o passado que falhou e não virou futuro. Um espaço colorido de

homens e mulheres diferentes e iguais que entre as temporadas intercalam novos desejos para superar o atraso e fazem o futuro parecer uma oposição natural ao passado sem perceber que o futuro que esperam contém o passado que negam.

Devemos insistir nessa leitura. Após nossas observações, ora direcionadas às transformações de Ilhéus, ora concentradas na vida dos trabalhadores do turismo, encontramos uma cidade cujo presente nos permite questionar: Ilhéus se desenvolveu? Se a resposta for sim, os critérios para fundamentar tal afirmação são justamente aqueles que apresentamos no capítulo inicial e tenderemos a perguntar novamente: Ilhéus se desenvolveu? Se a resposta for não, será necessário transferir a pergunta para o futuro (Ilhéus se desenvolverá?) e a ela acrescentar outras: o que precisa ser feito para que se alcance esse estágio? Como o turismo auxiliará nesse processo?

O abismo novamente aparecerá em nossa frente e pela lateral, provavelmente, desviaremos em busca de um novo terreno. Entretanto, as perguntas se repetirão e não ficarão sem respostas, pois os poucos que olharam para o abismo estarão prontos para apontar e justificar as oportunidades e ameaças, os pontos fortes e fracos de Ilhéus. Com respostas prontas, a cidade (seus governantes, trabalhadores e habitantes) prontamente planejará o futuro para escapar do passado. Nesse caso, a pergunta deixa de ser se Ilhéus se desenvolveu ou se desenvolverá e passa a ser: qual a idéia de desenvolvimento que Ilhéus manteve e manterá? Em que se sustenta? Qual ou quais lados e fissuras do abismo foram iluminados para que a cidade se convencesse que o desenvolvimento foi ou pode ser alcançado?

Frente a essas questões defendemos que o desenvolvimento gerado pelo turismo de Ilhéus é um mito sustentado por uma ideologia. Por prudência, devemos dizer: um mito de várias faces sustentado por uma ideologia de múltiplas vozes. Mas não basta mencionar, é preciso entender esse mito e essa ideologia e apontar como os mesmos se perfazem para a construção da idéia do desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus. Destacaremos inicialmente o que entendemos ser o elemento inicial de sustentação do mito: a ideologia do desenvolvimento, cuja linguagem chega ao turismo (a idéia incorporada ao

discurso), considerando-o um meio para o progresso da sociedade. Essa percepção foi inicialmente apresentada no primeiro capítulo, quando observamos como a idéia de desenvolvimento, solidificada na idéia de progresso contínuo, racional, acumulativo e material, tornou-se comum no discurso sobre o turismo. Idéia essa que, pelas mãos dos economistas, se tornaria um sinônimo de “desenvolvimento para a sociedade”.

Posteriormente, já no segundo capítulo, apresentamos como Ilhéus encontraria no turismo, apoiado pelas políticas estaduais, uma alternativa para superar as sucessivas crises do cacau. Nesse momento a cidade passaria ao lado do abismo e deixaria em seu escuro a possibilidade de enxergar outro caminho que não fosse aquele que antes prometera o desenvolvimento. O destino de Ilhéus seria o desenvolvimento gerado pelo turismo, o que pressupunha estratégias semelhantes às que fizeram o cacau ser, depois da última crise, um sinônimo de decadência e atraso.

O caminho escolhido por Ilhéus foi, desde as primeiras crises do cacau, modernizar-se: progredir com a inserção de novas técnicas de plantio e colheita, avançar com a melhoria da produtividade por hectare e enriquecer com os lucros do cacau. Aeroporto, porto, estradas, armazéns, associações, casas e ruas, tudo que era construído inspirava o progresso contínuo que, a partir do tecido urbano, espalhava seu domínio sobre o campo. Nesse caminho Ilhéus foi derrotada. A começar pelos exportadores e pelos donos de terra, toda a população perdeu seus sonhos e suas esperanças no jogo que decidiu jogar, a competição e o avanço que propuseram fez ceder o terreno da riqueza expondo o que estava abaixo dele: aqueles que dos avanços do cacau não se beneficiaram.

Como lembra Asmar (1983), o declínio da “civilização do cacau” não ilustra apenas um desfecho econômico negativo, pois Ilhéus, a principal cidade da Região Cacaueira, sofreu também com a perda da esperança social depositada na venda de cada saca de cacau. O ato final do cacau entrelaçava a desesperança e a esperança social e econômica que, desde meados da década de 1980, já dava sinais de declínio, quando as sucessivas reduções no preço do cacau e o surgimento de novos concorrentes internacionais atingiam a riqueza e a pobreza

de Ilhéus. Paulatinamente, a cidade e seus moradores próximos e diferentes, iguais e distantes, perdiam a esperança:

“[...] no aparecimento de novos pacotes tecnológicos opcionais, mais em acordo com a agricultura em crise” “Esperança que surjam novos planos habitacionais para os sem-casa-própria” “Esperança que os jovens, também aqueles diplomados encontrem trabalho” “Esperança que o trabalho encontrado forneça salário que permita satisfazer às necessidades básicas do cidadão” (Asmar, 1983, p. 114).

Como o próprio Asmar define, entre os anos de 1985 e 1990, Ilhéus “adubou a esperança no cacau” e no progresso por ele gerado. Os últimos anos da década de 1980 levariam Ilhéus até o escuro do abismo e era preciso superá-lo. O futuro se descortinava, justamente quando a porta aberta no passado parecia se fechar e a “Pobre região Rica” se valeria dessa “oportunidade”.

Nesse contexto, a pergunta foi: como se desenvolver sem o cacau? Ao invés de parar frente ao abismo e questionar sobre os resultados do desenvolvimento, Ilhéus respondeu que o turismo era o futuro: a moderna alternativa para superar o passado que não pôde virar futuro. A renovação da cidade e de seus moradores seria evidentemente custosa, não nos esqueçamos do êxodo de trabalhadores rurais que se amontoavam para sobreviver na próspera cidade do turismo, naquele momento, ainda vista como a desiludida cidade do cacau. Da mesma forma, o impacto na renda local seria fortemente sentido, dos trabalhadores aos exportadores, dos comerciantes aos carregadores do porto, todos seriam afetados pela crise.

Entretanto, o símbolo do novo faria a imagem dos hotéis e dos aviões se tornarem mais favoráveis do que podiam parecer. Ampliar o fluxo, a renda e o emprego, expandir a oferta de atrativos e de empresas. Qualificar a mão-de-obra, treinar os guias e “conscientizar” a população que uma nova era se abria. O papel do governo, como ressaltado no segundo capítulo⁸⁴, era fornecer subsídios fiscais, planificar os espaços e atrair investimentos para “adubar a esperança” no turismo. De acordo com o que propunham os especialistas do desenvolvimento, Ilhéus

⁸⁴ Ver Capítulo 2.

transformou o turismo em uma alternativa que solucionasse os problemas deixados e/ou não superados pelo cacau e uniu seu desejo de progresso à voz daqueles que o apontavam como um caminho necessário para qualquer sociedade que pretenda tornar-se “moderna”.

Podemos entender que esse momento representou a segunda aproximação entre o desejo e as propostas de desenvolvimento. Em outras palavras, a segunda passagem pelo abismo. O crescimento do cacau foi a primeira aproximação a unir esses elementos: a volúpia da produtividade, da racionalidade científica e o amparo governamental de um lado; a esperança de obter benefícios derivados dessas ações, de outro. A explosão do cacau não só se valeria do desejo de cada trabalhador ou proprietário de terra, mas também da idéia de que o crescimento econômico conduziria ao progresso da localidade, desde então subsumido pela objetivação dos conceitos fornecidos pelos economistas.

Com efeito, podemos retomar os argumentos apresentados no capítulo inicial, quando demonstramos, apoiados pelas reflexões de Edgar Morin, Celso Furtado, Ignacy Sachs, Cristovam Buarque, Gilberto Dupas, entre outros, que o desenvolvimento, conforme o conhecemos, resulta da ideologia que delibera que os avanços do homem dependem dos avanços da produção e da racionalidade.

No caso de Ilhéus, com o fim da primeira aproximação entre o desejo de expansão do cacau e os caminhos ditados para essa requerida expansão, “a indústria” turística se tornou o personagem central da segunda aproximação. Igualmente acompanhada pela racionalidade e pela produtividade, sua expansão foi a plataforma para o desenvolvimento. Sustentado nas deliberações da ideologia, o substituto do cacau se tornou o meio para o desenvolvimento do município, mantendo os mesmos valores que antes iluminaram a expansão cacauceira. Em ambos os momentos, as ações de Ilhéus expressavam o paradigma de desenvolvimento formado no seio do avanço industrial: na concepção de que a expansão econômica garante a distribuição da renda e dos benefícios de toda sorte (educação, saúde, saneamento básico etc.) à população.

Nesses termos, como demonstramos no segundo capítulo, a ideologia estaria representada no discurso governamental, tanto estadual como municipal. O

desenvolvimento preterido por Ilhéus se assemelhava às propostas do governo federal que, a partir da década de 1990, com o apoio dado ao PRODETUR I (e a, partir de 2002, ao PRODETUR II) mantinha o progresso econômico como o principal objetivo do crescimento do turismo, justificando a preparação dos espaços para a instalação de empresas capazes de atrair crescentes fluxos turísticos (Benevides, 1998). Essa concepção está claramente condicionada pela idéia do “derrame” mencionado por Kliksberg (2002, p. 21), em torno dessa visão giram as idéias de que “[...] realizando enormes sacrifícios econômicos para alcançar as metas de caráter macroeconômico que impliquem equilíbrios econômicos e financeiros, haverá progresso [...] e, finalmente, este ‘derramará’ para o conjunto da população e chegará aos setores mais pobres”.

O discurso institucional — a ideologia que compreende que a resolução dos problemas de caráter social se dá pela expansão da economia — ditaria os caminhos a serem percorridos pelos municípios que preterissem o turismo como um meio para o desenvolvimento. Essa condição é claramente apresentada nos programas de incentivo ao turismo de Ilhéus. A abertura de loteamentos destinados à ocupação de segundas residências, a construção de praças de vendas (Mercado de Artesanatos, por exemplo), a reforma de monumentos histórico-culturais, a abertura de rodovias, a ampliação do aeroporto Jorge Amado e a melhoria da estrutura de recepção para turistas no Porto do Malhado ilustram tais programas. Da mesma forma, as ações de incentivo, a exemplo dos programas de isenção fiscal e da liberação de verbas para campanhas publicitárias em núcleos emissivos, comprovam como a idéia do desenvolvimento econômico é posta como pilar central para o desenvolvimento da cidade.

Um discurso envolvido por uma aura científica, um conhecimento positivo que decifra os desejos individuais e coletivos, capaz de indicar os caminhos necessários para a realização das idéias que defende. Nessa pretensa cientificidade — elemento primordial para o progresso instituído em nossa modernidade — repousa o conteúdo ideológico que insiste em reproduzir suas idéias em detrimento de qualquer outra interpretação, que de antemão é equivocada ou insuficiente. Como nos lembra Lefebvre (2004, p. 73), ao debater

as interferências da razão e da racionalidade sobre a interpretação do urbano, a ideologia é o discurso dos especialistas, “[...] os mais decididos a se proclamarem cientistas com todas as prerrogativas” que, para legitimar suas descobertas, “[...] não deixam de apelar à racionalidade”.

Por esse discurso lido e ouvido por Ilhéus, o desenvolvimento gerado pelo turismo decorre da expansão do mesmo. Sua finalidade e seu sentido só podem ser mensurados a partir da ciência, da razão e da técnica que, por sua vez, ditará os procedimentos necessários. Sendo assim, a ideologia é o pilar de sustentação que determina as ações para alcançar o desenvolvimento, bem como aponta por quais indicadores se pode mensurá-lo. Por um lado fornece a segurança para sua ação, os passos necessários para sua realização. Por outro, fornece os subsídios de análise, direciona o olhar a enxergar o crescimento do fluxo de turistas, a ampliação quantitativa das empresas e das receitas, entre outros.

A partir dessa interpretação, podemos considerar que o paradigma do desenvolvimento que antes sustentava a esperança do cacau é o que também alicerça a esperança do turismo. Nesses termos, novamente amparados pela análise proposta por Lefebvre (2004), o desenvolvimento é uma ideologia que se confunde com a ciência e com a racionalidade características de nossa modernidade. Um discurso institucional (científico e comprovado) das ciências fragmentárias que se dizem convergentes, integradoras, pragmáticas, superiores e, principalmente, exatas. Quando as utilizamos, convertemos o escuro do abismo em um escuro iluminado.

Podemos, nesse momento, retomar a pergunta: Ilhéus se desenvolveu? Se considerarmos a ideologia, sim. Atualmente, conforme indicam os especialistas capazes de analisar os quadros de *input* e *output* e as estatísticas sociais e econômicas, a cidade recebe maior fluxo de turistas do que recebia nos primeiros anos da década de 1990 (BAHIA, 2004); possui mais empreendimentos (mais mesas de restaurantes, leitos de hotel, lojas etc.), mais infra-estrutura de transportes, bairros e loteamentos destinados ao turismo, leis e projetos que incentivam a atividade etc. (Queiroz, 2002; Junior, 2001; Gottschall, 2001). O “mais” é o desenvolvimento e a ideologia assim o vê.

Com efeito, a ideologia assume a linguagem que explica, incentiva e mensura o desenvolvimento. É, como ressalta Lefebvre (1975, p. 89), um discurso institucional que procede por “extrapolação”, aumentando a importância do que defende, “trocando o relativo pelo absoluto, o acidental pelo essencial, o secundário pelo primordial, o fato pela norma e valor”. “Mais” cacau ou “mais” turistas, não importa por qual “indústria” se alcance o progresso, o que importa é que o incentivo racional à expansão da capacidade produtiva é o itinerário a ser escolhido. A partir da “extrapolação” dessa idéia, a organização e o planejamento se tornam conseqüências para o mesmo fim: o desenvolvimento do tipo econômico levará ao progresso da sociedade em todos os aspectos.

Desse modo, a ideologia comporta uma dupla função para Ilhéus: justifica a preocupação com o progresso, sinônimo de melhoria de vida dos habitantes e, ao mesmo tempo, converte essa preocupação em ação conforme as normas e os valores que defende. Essa dupla função é também contraditória, pois se, por um lado, posiciona Ilhéus frente ao abismo, justificando o desenvolvimento como um meio para a melhoria de vida de seus habitantes, por outro, promove ações que dificultam a reversão dos males que pretensamente seriam solucionados com o desenvolvimento, portanto se distancia do abismo sem sequer olhar seu escuro.

Para melhor compreendermos a dupla e contraditória função da ideologia, devemos considerar seu enredo. Por validar a idéia de que o desenvolvimento econômico é o motor para o progresso da sociedade, a ideologia restringe a compreensão do mesmo à idéia de crescimento econômico. Assim, a contradição a que nos referimos decorre dos resultados que a ideologia defende e, quando levada à frente, dos resultados que gera. Ao justificar a preocupação com o progresso, Ilhéus acaba por justificar as ações que convertam essa preocupação em ação. Em outras palavras, ao justificar a necessidade de desenvolvimento econômico, acaba por justificar as regras do jogo para aqueles que com ele se envolvam. Devemos explicitar essa condição a fim de direcionarmos a reflexão proposta. Para tanto, nos apoiaremos em uma das visões defendidas pelo discurso institucional, a saber: o desenvolvimento local.

Comumente defendido nos projetos governamentais e nas obras acadêmicas da área, o desenvolvimento local justifica a preocupação com o progresso valendo-se da percepção de que a organização do processo produtivo local do turismo e o envolvimento da população nas decisões pertinentes à atividade é um meio necessário para alcançá-lo. Essa percepção considera que o turismo proporciona mais benefícios àqueles que se encontram nos núcleos emissores, em detrimento da população local que obtém poucos benefícios, processo a ser revertido com o envolvimento da população local na condução do turismo.

O argumento dos defensores dessa idéia é que com o desenvolvimento local “[...] se poderia criar um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se, assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos”. (Oliveira, 2001, p. 21), superando a concentração econômica e espacial comum ao modo de produção capitalista, com a inserção dos habitantes no gerenciamento dos mercados do turismo (Coriolano, 2006). Nessa perspectiva, o objetivo do desenvolvimento continua a ser o econômico, de modo que, a despeito da origem da decisão e do controle, o crescimento da economia é mantido como fator central. Ou seja, atar-se à rede sem se desatar dos meios e das formas de produção do turismo.

Tal fato, como sublinha Oliveira (2001), elimina as possibilidades de construção de uma cidadania crítica e reflexiva, de paradigmas alternativos e de emergência de conflitos. Leva à aceitação de um modelo, diante do qual se consente que as cidades que adotarem uma postura empreendedora terão mais benefícios (Harvey, 2005). Diante disso, as cidades que, como Ilhéus, desejam o desenvolvimento gerado pelo turismo, expressam a ideologia, já que entendem que ele é o único meio, desde que as regras do jogo sejam aceitas, para reverter a concentração econômica e espacial correlata à desigualdade social. Em outras palavras, para reverter as contradições da economia capitalista, deve-se agir a favor delas: ampliar os fluxos de turistas, concentrar “vantagens” na forma de

infra-estrutura, de oferta de empresas e de atrativos, em suma, valorizar racionalmente o processo produtivo local para que seja mais competitivo⁸⁵.

Paralelamente a essa noção, o turismo assume a função de *salvador* e se torna o alvo do “empreendedorismo urbano” (Harvey, 2005). Nesse processo, dá-se, por um lado, a via da negociação e por outro, a via da competição: em um primeiro momento para atrair o investimento necessário, depois, para atrair o mercado e assim justificar o passo inicial que evidentemente levará a uma nova competição.

“[...] o empreendedorismo urbano envolve certo nível de concorrência urbana. Nesse caso, abordamos um motivo que impõe limites evidentes sobre a capacidade de projetos específicos mudarem a sorte de determinadas cidades. De fato, à medida que a concorrência interurbana se torna maior, quase certamente acionará um ‘poder coercitivo externo’ sobre certas cidades, aproximando-as mais da disciplina e da lógica do desenvolvimento capitalista. Talvez até force a reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento [...]”. (Harvey, 2005, p. 178-179).

Se recuperarmos alguns dos dados referentes ao atual cenário social e econômico de Ilhéus, analisados no segundo capítulo, perceberemos que as palavras apresentadas por Harvey se aplicam à cidade. Atualmente, ela apresenta as mesmas contradições que pretensamente teria resolvido com os “estágios de progresso” do cacau e do turismo. Como ocorreu com a produção cacaueteira, o turismo não tornou Ilhéus independente, pois a comercialização do destino — variável que define o fluxo de turistas — manteve-se condicionada aos canais de distribuição que, por exemplo, definem as estratégias de preços para os “produtos turísticos”, mantendo as decisões relativas ao turismo local sob seu domínio. A influência desses mesmos canais define igualmente qual segmento da oferta local (cultural, ambiental, entre outros) será comercializado, tornando tanto os empresários locais, como o governo e os trabalhadores, dependentes das decisões dos núcleos emissores.

⁸⁵ Como já havíamos abordado no segundo capítulo, essa idéia corresponde às políticas de *cluster*, largamente adotadas pelos diferentes municípios turísticos do Nordeste brasileiro.

O resultado dessa equação pode ser medido pela relação entre o volume de investimentos direcionados ao turismo de Ilhéus e alguns dos atuais resultados econômicos da cidade. Foram destinados ao turismo de Ilhéus aproximadamente R\$ 3 bilhões, conforme destacamos no segundo capítulo⁸⁶, o que resultou no crescimento expressivo de sua capacidade produtiva (hotéis, restaurantes, agências de viagens etc.). Entretanto, de acordo com os dados fornecidos pelos últimos relatórios do governo estadual e municipal⁸⁷, entre os anos de 2000 e 2001, o fluxo turístico recuou de 249 mil para 238 mil, a permanência média do turista decresceu de 9,7 dias para 7,3 dias e o gasto diário médio individual do turista, entre os anos de 1998 e 2000, caiu de R\$ 56,78 para R\$ 27,49.

Assim, os investimentos devem ser aplicados conforme os padrões requeridos pelos canais de distribuição sediados nos núcleos emissores que, coerentemente com seus interesses, criam novos destinos para atrair a demanda, deixando para trás os investimentos antes primordiais para a inserção do local receptivo no mercado turístico nacional e internacional. Quando não, tornam o destino turístico uma segunda opção de venda (mais barata e menos lucrativa), como parece ilustrar a queda do fluxo turístico, da permanência média e do gasto diário médio individual do turista que escolhe Ilhéus para passar suas férias.

Essa condição contraditória do crescimento do mercado turístico evidencia o que Harvey denomina de “poder coercitivo externo”, caracterizando um modelo “unilateral” de crescimento do turismo. Semelhante ao “neocolonialismo turístico” citado por Archer e Cooper (2001), a distinção do modelo “unilateral” reside no fato de que as decisões relativas ao padrão de desenvolvimento são transferidas às corporações nacionais e não internacionais. Em ambos os casos, as corporações externas centralizam as formas de desenvolvimento, as maiores rendas provenientes da atividade e a oferta de trabalho. Nesses casos, Ilhéus e outros núcleos receptivos, aventureiros do desenvolvimento econômico moderno, colhem

⁸⁶ Ver capítulo 2.

⁸⁷ Ver capítulo 2.

como resultado a geração de empregos precários⁸⁸ e a perda de controle sobre as decisões relativas ao turismo, distanciando-se ainda mais das soluções que outrora idealizaram⁸⁹.

Podemos ampliar tal análise com os dados referentes à geração de empregos no turismo de Ilhéus. Entre janeiro de 2000 e abril de 2007, o subgrupo de serviços de hospedagem e alimentação (principal empregador do turismo de Ilhéus) teve um saldo negativo de 128 postos de trabalho, os subgrupos de serviços de atividades anexas e auxiliares de transporte e agências de viagem e de atividades recreativas, culturais e desportivas tiveram, respectivamente, um saldo negativo de 65 e de 33 postos de trabalho⁹⁰. Isso sublinha que o crescimento do turismo não gerou os empregos que comprovariam o desenvolvimento social e econômico. No entanto, a defesa irrestrita à expansão do setor e ao aumento da competitividade se mantém no centro da esperança de Ilhéus.

A contradição não está no fato de considerar os valores que expressam a ideologia, mas sim no fato de considerá-los únicos, irreversíveis e verdadeiros. Assim, o escuro do abismo só pode ser iluminado por uma única fonte de luz que revela que para progredir é preciso competir, sem revelar que para tanto é necessário se conduzir pela produtividade (ampliar a produção com gastos

⁸⁸ Empregos de baixa remuneração e qualificação acompanhados pela constante insegurança e falta de envolvimento dos trabalhadores, conforme destacamos na análise realizada ao longo do terceiro capítulo.

⁸⁹ Para melhor ilustrar essa situação, pode-se comparar os dados referentes à geração de empregos e ao número de empresas turísticas da Região Sudeste (predominantemente emissora de turistas) e Nordeste (predominantemente receptiva). A Região Sudeste possui, segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) (2001), 89.637 estabelecimentos atuantes no turismo (Alojamento, Alimentação, Agências Viagens, Atividades Recreativas, Aluguel de Automóveis, Transporte Rodoviário Regular e Não-Regular) que geram 772.678 de empregos, já a região Nordeste apresenta 21.014 empresas turísticas e 184.400 empregos. Ao comparar os dados citados, a região Sudeste detém aproximadamente 52% das empresas turísticas e 58% dos empregos gerados, enquanto a região Nordeste possui aproximadamente 12% das empresas e 14% dos empregos, evidenciando o maior volume de empresas e empregos em pólos emissores.

⁹⁰ Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ver capítulo 2.

menores de recursos, dentre eles mão-de-obra). Pela aceitação dos padrões de consumo da demanda (modificar os hábitos locais para atender aos padrões de qualidade exigidos), pelas regras impostas pelos núcleos emissivos (pautar-se pelos padrões de desenvolvimento externos que empurram Ilhéus para a competitividade) etc. Frente a isso se torna imperativo perguntar: como proporcionar uma série de benefícios sociais e econômicos aos núcleos turísticos quando a competitividade exige processos de produção, trabalho e acumulação cada vez mais desiguais? O desenvolvimento visado por Ilhéus não levará, ainda que reconheçamos o crescimento alcançado nas duas últimas décadas, a um falso desenvolvimento?

Nesse sentido, a ideologia, coerentemente com o que defende, não pretende debater, mas sim enfatizar o modelo que ilumina. Oculta, como lembra Abramovay (2001, p. 165), que o crescimento econômico — a utilização eficiente dos recursos de um local — “supõe poupança [de recursos] e, portanto, uma certa concentração que sacrifica forçosamente a igualdade”. Nesse sentido, o crescimento não tolera, pela própria lógica que o conduz, excessos na distribuição dos ganhos obtidos pelos setores produtivos. A competitividade, por sua vez, tampouco aceita a divisão dos benefícios que pode ser trazido aos grupos (inclusive os locais), que competem pelos recursos de produção e pelo acesso às demandas os quais, quando obtidos sustentaram, por certo período, sua vitória.

Isso nos conduz a outras perguntas: antes de seguirmos pela lateral do abismo não é preciso parar e olhar seu escuro? Ao invés de ponderarmos se Ilhéus se desenvolveu ou se desenvolverá, ao invés de listarmos seus resultados econômicos positivos e negativos, não seria mais adequado perguntarmos qual é a idéia de desenvolvimento e quais são as conseqüências das ações derivadas dessa idéia tida como única e verdadeira? Se nos valermos dos argumentos antes apresentados, que indicam os problemas enfrentados por Ilhéus e os resultados econômicos decrescentes de sua aventura turística, concluiremos sobre a necessidade de parar e olhar o escuro do abismo, sem deixar que a ideologia se mantenha como a única fonte de luz.

4.2 A equação do mito: os resultados do turismo e a esperança de reversão dos resultados pelo turismo

Com dissemos, o desenvolvimento gerado pelo turismo de Ilhéus é um mito sustentado por uma ideologia. O mito — o discurso não-institucional — é a idéia do desenvolvimento que se mantém enraizada a uma esperança social do progresso (Buarque, 1993; Furtado 2000). Nesse mito se confundem e se entrelaçam as idéias de que o crescimento do turismo levará ao progresso social e econômico. Por ele, cada homem e mulher traçam os caminhos individuais e coletivos para se beneficiar do crescimento econômico acreditando que, no futuro, todos se beneficiaram do mesmo. O mito é a idéia de que se avançou, pois hoje é melhor que ontem e amanhã será melhor do que hoje. É, como destaca Lefebvre (2004, p. 101), um discurso “[...] não submetido às imposições das leis e instituições”, que extrai seus elementos do contexto para consentir com a ideologia que define o caminho e o significado do desenvolvimento.

O mito do desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus, em um primeiro momento, pode ser percebido na discussão realizada no terceiro capítulo, quando apresentamos o trabalho e a vida daqueles envolvidos no turismo local. Vimos que mesmo diante da insegurança do trabalho e da vida, o trabalhador do turismo ilheense não deixa de amparar-se na idéia de que logo colherá os benefícios. Mesmo quando reconhece os problemas e as dificuldades, aponta que o desenvolvimento — o crescimento do turismo na cidade — o beneficiará um dia.

Nesse sentido, o mito está interligado à ideologia sem subordinar-se a ela, pois reproduz, na ação cotidiana dos trabalhadores, os mesmos argumentos e justificativas que a salvaguardam, sustentando a idéia de que progresso material e a obtenção da renda decorrente do turismo é o principal benefício da atividade. Essa idéia está presente na forma como os trabalhadores vêem sua própria condição, pois entendem que, conforme o turismo cresça (mais turistas, mais empresas, mais investimentos e mais incentivos governamentais), as

oportunidades de trabalho e de renda para a população também crescerão, a exemplo do que pensa um guia de Ilhéus:

“Ilhéus vai melhorar. Hoje eu não tenho fixo e no inverno o movimento cai bastante, mas a gente faz outro serviço e dá para se virar. Mas se o turismo crescer tudo vai ‘ficá’ melhor e eu ‘vô’ ‘ficá’ de guia o ano inteiro e a cidade vai ‘crescê’” (R; data).

Dessa forma, como havíamos destacado no terceiro capítulo, o mito é a crença de que qualquer sociedade deve seguir o mesmo rumo, deve se orientar pelos mesmos princípios e, principalmente, deve se autoconduzir ao futuro, cuja referência é o presente das sociedades “avançadas”. O mito, ao contrário da segurança que caracteriza a ideologia e o *corpus* teórico e prático produzido pelos estudiosos racionais, forma-se com a nebulosa insegurança/segurança característica da modernidade: o mal-estar do trabalho e a “inserção” no consumo, o medo do desemprego e a esperança da renda e da posição social, entre outros. Uma narrativa de vários fins iguais, de várias esperanças semelhantes e de um otimismo cego de que tudo caminha para um futuro promissor.

Um otimismo que não se forma somente na crença de que o futuro será melhor, mas também na certeza de que é preciso agir para se alcançar esse futuro. “O problema não é a queda, mas sim a aterrissagem”⁹¹, o mito revela-se no fato de acreditarmos que “até aqui está tudo bem”, de que para aterrissar é preciso cair. Portanto, a condição necessária para sua existência é a crença de que a queda (quaisquer contradições ou antagonismos) é parte de um processo, cujo fim é a aterrissagem segura.

Em Ilhéus, como em outras cidades turísticas e não-turísticas, o mito se materializa na crença de que o desenvolvimento só pode ser definido pelo crescimento produtivo, habitacional e espacial, pela urbanização, pelo avanço da racionalidade, da tecnologia e do novo: o moderno sobre o antigo, que é atrasado. São ações, frases e reações do presente vestidas de futuro; são ocultações e

⁹¹ Frase citada na abertura do filme *O ódio* (La Haine). Direção de Mathieu Kassovitz. França: Vídeo, [1995]. 1 filme (96 min.), son, color, VHS.

revelações do hoje, muitas vezes vindas do passado, que iluminam o futuro. Ou ainda, são olhos que, em queda, enxergam o mal-estar, enquanto ouvem e às vezes dizem: “até aqui está tudo bem, até aqui está tudo bem; o problema não é a queda, mas sim aterrissagem”. Portanto, o mito é a voz que repete que “até aqui está tudo bem”, que prende o hoje ao futuro e faz ver sem revelar mais do que precisa ser visto. A ideologia, por sua vez, é a voz que repete em vários tons que “o problema não é a queda, mas sim aterrissagem”, ilumina a queda e remarca, a cada nova solução, o ponto de pouso tornando-a contínua, necessária e verdadeira.

Semelhantemente à ideologia, o mito cria um cenário duplo e contraditório. Nele, o trabalhador considera o desenvolvimento como um resultado do crescimento econômico. Entretanto, o mesmo não está atento às demais conseqüências do processo e acaba por reproduzir os valores que a ideologia defende. Isso demonstra que o trabalhador compreende seu trabalho, na maioria das vezes, como um meio para obtenção de renda que depende do crescimento da produção e do mercado de trabalho. Em outras palavras, o trabalhador se alimenta da esperança de que o crescimento da capacidade alocativa do mercado de trabalho é a solução para os problemas que enfrenta, sem visualizar que o desemprego, a insegurança e a desigualdade também são gerados pelos mesmos mecanismos que auxiliam o crescimento da produção e do mercado de trabalho.

Nesse sentido, o trabalhador consente com a ideologia e apóia as ações que pregam mais investimentos, mais empresas e mais crescimento, afirma com voz de esperança que “[...] vindo o investimento, vindo outras coisas, vindo empresas de fora, a tendência é ‘tá’ crescendo cada vez mais e ‘tá’ melhorando ‘pra’ todo mundo” (W; 17/jan.). Assim, o mito se envolve na defesa do desenvolvimento, mantendo-a segura no escuro que a define. Anda entre as ruas e casas, repousa nas conversas de fim de tarde e alimenta com frases prontas a ideologia que, em muitos casos, acredita negar.

Para compreender tal processo, é preciso enxergar o escuro do abismo que em um primeiro momento parece ser a simples ausência de luz. O trabalhador entende que Ilhéus já se desenvolveu: os hotéis, as avenidas, as praias “urbanas”

preenchidas por cabanas e mesas coloridas, o porto com navios repletos de turistas, as fachadas de casas antigas recuperadas, os aviões que sobrevoam diariamente suas antenas indicam que Ilhéus se modernizou e isso, em parte, é suficiente para comprovar que a cidade está desenvolvida ou, na pior das hipóteses, está se desenvolvendo.

“Na minha visão, antigamente não existia Itacaré, Canavieiras, Morro de São Paulo. Só existia Porto Seguro e Ilhéus [...] tudo isso divide nosso ganho. Por isso, se Ilhéus ‘melhorá’, ‘te’ investimento e ‘briga’ com esses ‘lugar’ pelo turista, ‘aí’ vai ‘melhora’. ‘Na minha opinião’, é só isso que precisa melhorá “pra” todos nós ‘ficá melhor”’. (G; 17/jan.)

Entretanto, como acima destacado, a cidade carece de mais prédios, mais ruas, empresas e empregos, de mais turistas, eventos, restaurantes etc. para aprimorar seu desenvolvimento. Um raciocínio que está oculto no escuro do abismo, impregnado pela idéia de que quanto mais crescimento Ilhéus for capaz de gerar, melhor será a vida de seus habitantes. O dialético escuro do abismo revela a contradição, pois para que Ilhéus cresça cada canto da cidade deve ser atrativo e cada empresa deve ser competitiva e “‘briga’ [...] pelo turista”. Assim, será capaz de beneficiar (com emprego e renda direta e indireta) seus moradores.

Essa perspectiva caracteriza o escuro iluminado do abismo, visível ao olho, perceptível à voz crítica do trabalhador do turismo que fala a favor de uma cidade mais competitiva sem refletir sobre os efeitos da competição em que a cidade já está envolvida. Do mesmo modo, expõe a desilusão frente aos problemas que enfrenta: o morar longe do centro, o medo de que os filhos não estudem e não tenham oportunidades, a falta de dinheiro, o jogo da empregabilidade temporária, entre outros. Assim, tudo que não contribui ou que não é feito para o desenvolvimento deve ser iluminado, deve tornar-se “claro” e “evidente” aos olhos e revelar-se necessário. O trabalhador, no entanto, não enxerga que sua defesa valoriza as ações que imagina criticar. Nesse jogo de claro e escuro, a flexibilização das relações de trabalho que possibilita o avanço produtivo das empresas e a ampliação do uso de mão-de-obra temporária sem qualificação (que

permite que as empresas se tornem mais competitivas, oferecendo preços mais baixos para a demanda) passam a ser compreendidas como necessárias.

Na competição vivida pelo trabalhador, a tarefa de encontrar soluções para seu futuro se torna individualizada. Não há por parte do mercado ou do governo (preocupado em desenvolver a cidade) compromisso com aqueles que nessa mesma competição depositam seus esforços para melhorar suas condições de vida. Diante disso, a flexibilidade: “a prontidão em mudar repentinamente, [...] abandonar compromissos e lealdades sem arrependimento e buscar oportunidades mais de acordo com sua disponibilidade atual do que com as próprias preferências” (Bauman, 2007a, p. 10) se converte no princípio central do desenvolvimento, que o trabalhador deve aceitar como natural.

Com efeito, o mito empurra o trabalhador para uma caça permanente, pois se para ele o progresso seria o fim da angústia do não poder “ter” e do não poder “ser”, agora a angústia é não poder parar de querer “ter” e “ser”, conforme o desenvolvimento se instala e exige. Sem parar diante do abismo, o trabalhador não observa que seu desejo (“ter” e “ser” no sentido moderno) só pode se realizar quando o mesmo se submeta aos valores requeridos pelo mercado (multifuncionalidade, flexibilidade, entre outros) que promovem a insegurança no emprego e na vida. Assim, colabora para suprimir seus próprios interesses que, diante do capital líquido-flexível, são corroídos, juntamente com os compromissos que antes o associavam ao capital que, diluído, passa a se valer do curto-prazo que media suas relações (Bauman, 2001; Sennett, 2005), devidamente justificadas pela necessidade de competitividade: pré-requisito do crescimento econômico.

Nesse caminho, as relações entre o capital e o trabalho se tornam “rarefeitas”. Quanto mais sólido se torna o mito, mais inconstante e flexível fica a matéria viva do corpo social permitindo que a empregabilidade e a funcionalidade servil, a competitividade e a adaptabilidade individual se tornem adjetivos do trabalhador moderno, que deve se moldar às novas técnicas e estratégias produtivo-competitivas e sujeitar-se às novas formas de relação do capital. Nesse contexto, o discurso do trabalhador não se estabelece para negar a condição

presente, mas sim para amenizar seu mal-estar, tutelando a busca por um lugar no futuro: um emprego, um reconhecimento ou uma valorização que faça o caráter corroído e líquido do trabalhador, para usar as palavras de Sennett e Bauman, adaptar-se à lógica que define o trabalho moderno, como comentou conosco o vendedor do mercado de artesanatos:

”No futuro o turismo vai melhorar e ‘aí’ eu ‘vô’ ‘trabalhá’ fixo ‘num’ hotel, num sei, quero ‘trabalhá’ fixo, ‘ficá’ mais firme, com salário. [...] mesmo que eu tivesse assim num imóvel grande, mesmo assim não ia ‘continuá’, porque ‘tê’ o fixo é melhor, tem mais tranqüilidade ‘pra’ ‘tocá as coisa’, ‘cê tá’ entendendo? [...]. A minha perspectiva de vida é de voltar ‘pro’ mercado de trabalho, ‘tê’ carteira assinada”. (C; 16/jan.)

Envolvido ao desejo e à crença do trabalhador, o mito se desmistifica, converte-se em um discurso que contribui para acentuar as contradições geradas no seio das relações de produção da sociedade capitalista. Desmistificado, revela-se justamente um mito que promove, em conjunto com a ideologia, o consenso no desenvolvimento. Se existem poucos empregos, se os trabalhadores não são valorizados, se os bairros onde vivem são distantes, perigosos e pobres é porque ainda não foram realizadas as ações (os investimentos) necessárias para o desenvolvimento e não porque o desenvolvimento é incapaz de alcançar suas promessas.

Dessa forma, para reverter o mal-estar, é preciso incentivar a produção (mais empresas que possam competir no mercado por mais turistas) e é preciso “[...] agradecer o visitante que vem de fora ‘pra’ Ilhéus, porque faz ganhar o hoteleiro, o bar, o vendedor ambulante. ‘Aí’ ganha o ‘taxiero’, [...] o barraqueiro de artesanato, o pessoal só vem a ganhar em cima disso” (A; 12/jan.). Entretanto, não se percebe que para isso as empresas deverão pautar-se pelas regras da competitividade, ou seja, deverão utilizar toda a sorte de técnicas necessárias para competir (flexibilização produtiva, apoio dos canais de distribuição sediados nos núcleos emissores, entre outros). Tal processo, conforme alertamos no terceiro capítulo, torna a relação entre o trabalho e o capital ainda mais distante e precária (Oliveira,

2006). Contudo, o crescimento é dado como necessário e indica o que o trabalhador deve fazer para participar do e ajudar no crescimento, sem revelar as contraditórias influências desse processo sobre sua própria vida.

Em outras palavras, o mito não ultrapassa a lógica que o forma e esconde o progresso sob o teto retrátil da modernidade, ora o descobre para deixar que a luz do futuro o ilumine, ora o fecha no escuro obrigando o trabalhador a confiar que logo se beneficiará por seu esforço. Assim, por sua própria contradição (a negação ao que vive e a busca pelo que quer viver), o mito se confunde com a ideologia. Com efeito, as reivindicações de desenvolvimento feitas pelos trabalhadores (geração de empregos, distribuição de renda, etc.) desembocam no mesmo destino da ideologia e o que poderia ser entendido como uma voz de emancipação que tenta se libertar para defender outros caminhos para o turismo e para os que nele estão envolvidos, transforma-se paradoxalmente em ação que ratifica e amplia as contradições do modo de produção capitalista.

Diante disso, podemos perguntar: quanto mais competitivo for o setor produtivo de Ilhéus, mais empregos e renda o mesmo gerará para a população local? Quanto mais desenvolvida Ilhéus for, mais desenvolvidos serão seus habitantes? Como vimos no segundo capítulo, Ilhéus não possui indicadores que permitam uma resposta afirmativa. O crescimento da capacidade alocativa do mercado de trabalho local não foi proporcional ao crescimento da oferta de empresas e, tampouco, aos investimentos direcionados à instalação de infraestrutura⁹². O mesmo se pode dizer da renda do trabalhador que, apesar do acréscimo, não tem o turismo como fator determinante. Sem esquecer que o turismo, mesmo após duas décadas de incentivo, oferece ocupações, em grande medida, temporárias e mal remuneradas, portanto, amplia a insegurança do trabalhador e mantém a desigualdade social, conforme destacamos ao longo do terceiro capítulo.

Tomemos alguns dados para melhor ilustrar esse quadro. O fluxo de turistas para Ilhéus de 1994 a 2001 teve uma taxa de crescimento de 6,6% ao ano, alcançando um crescimento acumulado de 66% (BAHIA, 2004). No mesmo

⁹² Ver capítulo II.

período, a receita turística cresceu a taxas de aproximadamente 12% ao ano, mantendo-se em um patamar médio de R\$ 450,00 por turista. Esse fato, como destaca o relatório do PDTIS (BAHIA, 2004, p. 81), permite concluir “[...] que a evolução da receita total vem acompanhando aproximadamente a evolução do fluxo turístico”. Segundo o mesmo relatório, a condição mencionada está intimamente ligada ao crescimento do número de empreendimentos de hospedagem que entre os anos de 1993 e 2001 alcançou um crescimento de 14% ao ano.

Diante disso, é possível afirmar que a expansão da capacidade produtiva de Ilhéus é real. Por conseguinte, pode-se considerar que a população de Ilhéus conquistou mais empregos e renda, o que demonstraria, a despeito da limitação que tal observação gera por centrar-se em indicadores econômicos, o desenvolvimento de Ilhéus. Na realidade, o quadro não é tão simples. Como vimos anteriormente, os três principais segmentos da oferta turística de Ilhéus⁹³ geraram, nos anos posteriores ao crescimento do turismo (2000 a 2007), um saldo negativo de 226 postos de trabalho. Isso revela que o crescimento da capacidade produtiva e do fluxo turístico não representa um acréscimo significativo na geração de empregos para os trabalhadores.

Voltamos à pergunta: Ilhéus se desenvolveu ou se desenvolverá? Enquanto o mito se sustentar sobre a idéia de que a expansão produtiva é o caminho, a resposta será, sem dúvida, afirmativa. Os trabalhadores continuarão a acreditar no crescimento, os empresários se lançarão ao mercado investindo na competitividade, cujos resultados, provavelmente, como indica o saldo de postos de trabalho após três quartos de década, será insuficiente para amparar o discurso do desenvolvimento, salvo se a crença no mesmo se mantiver. Portanto, o mito esconde a contradição do desenvolvimento do tipo econômico, oculta a passiva aceitação da idéia do progresso e nega que “mais” gera “menos”. Mais investimentos, mais turistas, mais racionalidade produtiva não são sinônimos de

⁹³ Serviços de hospedagem e alimentação; serviços de atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem e atividades recreativas, culturais e desportivas.

desenvolvimento ilimitado, tampouco de benefícios sociais e econômicos para todos.

Essa faceta do mito revela as contradições presenciadas na cidade: no *locus* do conflito entre o trabalhador e o capital, no espaço onde o desenvolvimento pode ser retratado e a voz do trabalhador pode ser ouvida: “o que falta em Ilhéus é a prefeitura fazer tudo ‘pra’ atrair o turista “pra” cá [...] precisa de investimento na cidade” (C; 12/jan.); “precisa cuidar mais dos hóspedes, porque ele traz emprego, traz renda ‘pra’ cidade, é só ‘melhora’ o aeroporto, o porto [...] e ‘divulga’ a cidade” (M; 18/jan.); “[...] precisa criar mais alguma ‘coisa’, criar um show, um programa, ‘pro’ turista ‘ficá’ mais (R; 08/jan.); “[...] oferecer mais opção de lazer aos turistas, construir um shopping, um cinema, coisas que tem que ter ‘pra’ oferecer aos turistas” (E; 17/jan.), “[...] ‘tá’ precisando de mais coisa ‘pra’ agradar ao turista [...] A minha expectativa, é que melhore [...] eu acredito bastante nessa cidade, no potencial que Ilhéus tem” (P; 12/jan.).

Investimentos e melhorias para receber, acomodar, alimentar e entreter o turista, essa frase se prolifera nas diferentes histórias narradas pelos trabalhadores de Ilhéus e nos distintos projetos governamentais. Os especialistas diriam que é preciso qualificar o espaço do turismo, recortá-lo em segmentos de oferta que, ao mesmo tempo, valorizem a história, a cultura e o meio ambiente local e atendam aos desejos da demanda “potencial”. Nesse cenário, a valorização das áreas litorâneas resulta na expulsão da população para a periferia de acordo com a lógica da produção de “lugares de consumo e consumo de lugares” (Lefebvre, 1991a, p.12) tão necessários para o crescimento do turismo e para o desenvolvimento que dele provém. Para tanto, a “nova” Ilhéus do turismo assume as feições de uma cidade moderna, principalmente nas áreas de interesse para o turismo. Sobrepõe-se à cidade do cacau, sem dela se desfazer para ter atrativos que, mesmo sem ter valor para os que lá vivem em busca do futuro, atraem os turistas. Cria uma atmosfera moderna com simulacros, signos e símbolos significantes para se transformar em um espaço fantasioso, em um empilhamento de imagens do passado que pretende superar. Um ambiente que resulta do futuro que pretende alcançar e da lógica que caracteriza o presente.

Um lugar que encobre os conflitos e tende a se mostrar, seja nas fotografias que vendem a cidade, seja nas fotografias mostradas pelos turistas quando voltam à rotina, como um espaço harmonioso e “turístico” (conforme o fator que motivou a viagem: descanso, alegria, história etc.). Nesse espaço, o trabalhador se orienta para o progresso, adaptando-se à lógica que molda o lugar. Nele, o mesmo se distancia dos iguais e se aproxima dos diferentes sem perceber que não se identifica e não se envolve com o espaço, salvo quando transita por ele vestido de trabalhador.

Novamente o mito se revela ambivalente, por um lado vê no escuro de acordo com a luz que ilumina o desenvolvimento, planificando, esquadrinhando e se apropriando dos espaços da cidade para alimentar a atividade turística. Por outro, gera o escuro do qual se alimenta, apaga a luz para não mostrar no que essa busca resultou. Com o apoio do mito e da ideologia, a cidade se oferece ao trabalhador, que driblará o destino e aceitará que seu lugar de viver é o mais distante possível do espaço em que sua alma temporariamente é convertida em trabalho no turismo. Além de apoiar a construção de bairros para turistas, de orlas urbanizadas para os hotéis e restaurantes, porque acredita que daí brotará o fruto do progresso, o trabalhador consente em não pertencer e a não se apropriar desses espaços, bem como aceita que os investimentos em saneamento básico, pavimentação, segurança, moradia etc., sejam prioritariamente direcionados ao turismo, ou seja, ao desenvolvimento.

Como nos disse a camareira de uma pousada localizada na zona Sul de Ilhéus, “[...] ‘pra’ ‘melhorá’ o lugar onde a gente vive tem que ‘apoiá’ o turismo, [...] tem que ‘pensá’: se cuidar da estrada aqui na frente da pousada, da iluminação, do lixo nas ‘praia’ e também dos outros ‘lugar’ onde o turista fica [...] melhora ‘pra’ todas pessoas, ‘daí’ melhora o lugar onde a gente vive porque com mais ‘dinheiro’ o bairro melhora. [...]”. (M; 18/jan.). Contraditoriamente, o desenvolvimento que defende não considera como prioridade os problemas que a fazem afirmar que seu bairro precisa melhorar: “Meu bairro [Nossa Senhora da Vitória] é de gente pobre [...], agora ‘tá’ uma parte asfaltada, tem luz e a prefeitura fez umas ‘obra’, já ‘tá’ ficando melhor, [...], não tem muita segurança, se deixa o material ‘pra’

reforma, no outro dia não encontra, mas ‘tá’ mais calmo [...] ‘Pra dizer a verdade, em qualquer lugar tem coisa ruim, ‘né’? Não tem muito ‘pra’ onde correr”. (M; 18/jan.)

Em realidade, o desenvolvimento que defende sequer pode priorizar outros espaços, afinal é preciso tornar a cidade competitiva, ainda que, para isso, o canteiro de obras não chegue até o bairro onde vive o trabalhador. Assim, a cidade — retrato vivo do desenvolvimento — se forma uma seqüência de fotos 3 x 4. Estilhaços de prosperidade econômica que necessitam de fragmentos de espaços planejados para valorizar a troca e não o uso.

Isso quer dizer, como sugere Morin (1980, p. 254) ao debater *El desarrollo de la crisis del desarrollo*, que é preciso reconhecer que as conseqüências do desenvolvimento econômico não podem ser unicamente medidas pelos efeitos econômicos. O mito do desenvolvimento gerado pelo turismo revela, por conseqüência, o próprio mito do desenvolvimento: “la idea del progreso indefinido, del crecimiento indefinido”, que assegura a cada homem e mulher os benefícios do progresso. Quanto mais competitivo e produtivo for o setor turístico e os espaços turísticos de Ilhéus, menos se sentirá a desigualdade, a pobreza e os problemas que caracterizam o “atraso” do promissor pólo turístico do litoral sul da Bahia. Amparado nessa idéia, que desconsidera os efeitos não medidos pela economia, o discurso do trabalhador acaba por sedimentar a crença de que seu bem-estar depende do quanto o turismo em Ilhéus cresça e, talvez ainda pior, reforça a idéia de que seu mal-estar não está associado ao crescimento que defendem.

Onde vivem e como vivem? Dos 21 entrevistados, 13 vivem em bairros afastados das áreas turísticas. Os mesmos afirmaram que tais bairros não possuem infra-estrutura de água, esgoto e de coleta de lixo suficiente, disseram sofrer com as inundações e desabamentos que, na época das chuvas, são constantes. Lembraram que as escolas e os centros médicos são distantes e que a segurança pública é um problema comum, já que o policiamento, sobretudo na alta temporada não existe nos bairros. Contudo, o trabalhador não deixa de acreditar que logo aterrissará no futuro de Ilhéus.

Essa crença também está atrelada à constante negação do passado vivido pelos mesmos que hoje, na maioria dos casos, atuam de maneira precária no turismo. Crentes na superação da pobreza e da falta de “oportunidades” que o campo lhes fornecia, os mesmos consideram o trabalho e a vida na cidade melhores, como ilustra a história do vendedor ambulante de 25 anos de idade:

“[...] na roça, meu pai e minha mãe ‘trabalhava’ ‘pra’ fazendeiro [...] eles não ‘tinha’ um fixo bom, e era difícil ‘pra’ estudá, ‘pra’ melhorá de vida [...] na cidade, meu pai arrumou um trabalho fixo, ‘comprô’ uma casa, depois ‘meus’ irmão foi se virando ‘pra’ ajudar em casa, foi ‘aí’ que começou a atividade, comecei a trabalhar, ia vender geladinho, ia vender coentro, ia vender pão, de tudo um pouquinho, e sempre tentando ‘estudá’ [...], aprendendo um pouquinho de cada coisa, se não a gente fica analfabeto. Agora eu ‘tô’ no primeiro ano, ‘tô’ um pouco atrasado, mas tem que ‘sonhá’ que a coisa vai mudar, ‘né’?” (E; 15/jan.).

O campo do cacau, a submissão à terra e, em muitos casos, aos donos da terra e ao suor da roça — obstáculos do passado que foram transpostos quando o trabalho e vida se estabeleceram na cidade do turismo — são os elementos de negação/aceitação do presente e de esperança no futuro. São peças do “mito do progresso”, do avanço no tempo linear, da progressão que aponta o futuro como um momento superior.

Diante disso, em concordância com Martins (2001), acreditamos que o trabalhador rural se distancia de suas próprias referências e valores. Primeiramente, em decorrência do enfraquecimento das relações sociais antes vividas no campo, observa a “demolição de sua cultura”, dada como atrasada: um conjunto de valores que não pode se adaptar ao moderno, pois não transita impacientemente pelas ruas do individualismo e da flexibilidade característicos da modernidade. Assim, sua busca conduz, contraditoriamente, à perda de valores sociais e culturais que nem sempre são substituídos por outros valores que permitam a emancipação, a liberdade e a inclusão que antes o motivaram a abandonar o campo e oferecer-se à cidade, a porta da modernidade.

O desenraizamento cultural seria apenas o primeiro resultado. Na cidade, o trabalhador se depara ainda com as dificuldades decorrentes da insegurança no trabalho, da separação entre o tempo e o espaço do trabalho e da vida, da submissão ao trabalho abstrato, entre outros, talvez mais intensos do que aqueles vividos no campo. Contudo, o escuro sedutor da modernidade e do desenvolvimento que dela se alimenta o mantém convicto de seu “avanço”, em outras palavras, apazigua os conflitos, fazendo-o crer que antes era pior. Para sustentar sua crença, o trabalhador, muitas vezes, se prende à esperança de uma vida melhor na cidade.

Assim, como destacamos no terceiro capítulo, os bens materiais conquistados passam a valer como contrapesos para a insegurança. São os alicerces da justificativa do avanço, de modo que o futuro a ser alcançado na cidade, mesmo que incerto e desigual, é mais valioso do que os valores que acompanhavam sua vida no campo. É importante ressaltar esse aspecto, pois tanto o mito como a ideologia derivam da idéia de que o avanço material é o principal indicador do avanço humano, demonstrando, como alerta Furtado (2000), que a idéia de desenvolvimento, expressa no mito e na ideologia, traduz mais o avanço material e técnico do homem do que qualquer outro aspecto que não conduza a essa validação.

Nesse caminho, o trabalhador passa a ver seus próprios códigos de conhecimento e concepção de destino como atrasados, piores e antigos, negando-os para aceitar os códigos e as concepções da sociedade moderna. Um discurso que, semelhantemente aos conceitos das ciências modernas, se prende à suposição, destacada por Martins (2001, p. 31), de que aqueles que no campo ficaram “são retardatários do desenvolvimento econômico e da história”. São trabalhadores isolados em “supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade”.

Com efeito, o mito valida a idéia de modernidade que, para estabelecer-se, precisa negar e romper com o passado. Como lembra Bauman (2007a), nesse processo, o desenvolvimento se faz mais como a crença em um tempo distinto ao passado do que como a crença na construção de outro futuro. Para os

trabalhadores, o passado é a referência para o futuro e dele se servem para acreditar na idéia de que o crescimento do turismo levará à superação do atraso. Portanto, a referência que utilizam para vislumbrar o futuro está no passado e não na construção de um outro futuro.

Como já havíamos mencionado, o mito se revela na idéia de que o campo se opõe ao moderno e, por conseqüência, transpor a condição vivida no passado significa desenvolver-se. Contudo, os trabalhadores não enxergam que o passado que negam está presente no moderno que aceitam. A desigualdade explicitada nos conflitos entre o capital e o trabalho foi modificada? A submissão do trabalho concreto ao trabalho abstrato foi revertida? As angústias decorrentes da dependência do “ser” frente ao “ter” não existem mais? A solidariedade, a igualdade, a liberdade e o bem comum são hoje mais importantes?

Dessa forma, o indivíduo não enxerga além do que vê como ruim em seu passado, pois o futuro que deseja nada mais é do que uma mudança de posição no mesmo tabuleiro de jogo que, na modernidade, já não tem fim. O desenvolvimento é tratado como a busca por reconicionados ideais, não se pode parar, nem descansar. Como nos disse a governanta de um grande hotel: “o importante é não ficar parado” (G; 17/jan.). Para o trabalhador, é uma busca ininterrupta pelo futuro e frente a ele, “[...] um momento de desatenção resulta na derrota irreversível e na exclusão irrevogável” (Bauman, 2007a, p. 17). O presente, na verdade, é mais perigoso que o passado. No entanto, o trabalhador vê com bons olhos o futuro que imagina sem modificar o tabuleiro de jogo.

Assim, o mito praticamente não precisa de estímulos exteriores para se alastrar. Necessita apenas das próprias respostas que cria, confiando por elas oferecer a solução para o medo, para a insegurança e para a desigualdade que o rondam. Limitado a essa percepção, o desenvolvimento não pode ser outro senão aquele que retira a negação do passado e a aceitação do futuro. Diante disso, as ações que expressam o mito dão corpo às palavras por ele também validadas, saturando o escuro do abismo com a luz que fornece toda a força necessária para sua auto-reprodução.

Devemos lembrar que o mito do desenvolvimento gerado pelo turismo também se conecta ao pouco envolvimento dos trabalhadores com as atividades que realizam. Distantes e (des) envolvidos das decisões, tanto aquelas diretamente vinculadas à sua vida (aptidão, prazer, realização etc.), como aquelas ligadas à condução do turismo em sua própria cidade, os trabalhadores encaram o trabalho no turismo apenas como um meio de realização material. Deste modo, o mito se protege atrás da ideia de “inserção” dos “excluídos”, sem que para isso os “inclua”. Amparados pela concepção apresentada por Sachs (2001, p. 157), vemos como essa percepção nos confronta com o “crescimento com des – envolvimento”. Um processo de distanciamento entre os interesses da população local e os resultados gerados pelo crescimento da atividade. Nele, tanto aqueles diretamente envolvidos com o turismo (os trabalhadores), como aqueles que cedem seus espaços, histórias e hábitos para serem “consumidos” pelos turistas (os moradores) estão apartados de qualquer decisão que esteja relacionada ao turismo.

Tal condição conduz à validação de um processo de transformação conservadora, já que o crescimento do setor produtivo do turismo não gera mudanças no quadro social e econômico local. Os investimentos, definidos conforme os critérios da competitividade e da produtividade encerram-se em si mesmos. Se por um lado não envolvem os interesses do conjunto da população, por outro não envolvem suas ideias, seus valores e suas formas de compreensão do próprio desenvolvimento. Assim, podemos entender que o “crescimento com des – envolvimento” é uma ação de negação do desenvolvimento, contrário a qualquer perspectiva que, diferentemente do mito e da ideologia pretenda usar outras luzes para iluminar o abismo, ou, na mais simples das hipóteses, pretenda tão somente se perguntar: o que é desenvolvimento e quais são as conseqüências das ações derivadas da ideologia e do mito que definem seu sentido como único e verdadeiro.

Novamente utilizando as palavras de Sachs (2001, p. 160), a validação do “crescimento com des – envolvimento” não envolve a população no assunto do desenvolvimento, fazendo com que sua condução seja mais um dos tantos outros

objetos do “[...] monopólio dos tecnocratas, burocratas e acadêmicos” que somente desejam “alcançar a praça do mercado” sem envolver aqueles que nela “vendem” as idéias por eles “reproduzidas”.

Com efeito, como enfatiza Domenach (1980, p. 21), a população passa a aceitar e a colaborar, devido ao discurso e às ações que reproduz, com a crescente atrofia do poder de atuar, não como atuam os “mercadores” do turismo (que nos conduzirá aos preceitos do “desenvolvimento local”), mas sim conforme sua própria forma de compreender o desenvolvimento. No plano coletivo, a imposição de um modelo único de progresso “[...] lejos de traducirse en un progreso hacia *ser más*, se convierte en una reproducción, un progreso hacia *ser cómo* que equivale necesariamente [...] a un *ser menos*”.

Portanto, tal imposição não conduz à autonomia de pensar e à inserção de valores que realmente ampliam a percepção do homem sobre suas próprias criações, pois não evoca a revisão e a exibição do que está oculto ou implícito. Seu resultado é a reprodução cega da idéia de crescimento econômico revestido por novas palavras. Um crescimento que afasta o debate sobre si, que esgota a vontade de envolvimento para a construção de alternativas. (Des) envolve a alma, a imaginação e a reflexão que diante da concretude da abstração econômica e mercadológica moderna se debilitam, aceitando as regras elaboradas pelo modelo industrial e pelo mecanismo geral da competência presente no mercado capitalista.

A partir desse exame, entendemos que o turismo e o desenvolvimento a ele relacionado representam uma opção que mantém Ilhéus diante do mesmo paradigma que guiou a expansão e a queda do cacau. Um paradigma industrial, uma busca que expressa a ideologia e o mito do desenvolvimento do tipo econômico. Assim, sustenta a idéia de que o turismo e o desenvolvimento por ele gerado podem se opor ao paradigma industrial e às contradições inerentes a ele: a concentração e a má distribuição de renda, a submissão do trabalhador aos modos de produção que tiram do homem a autonomia de pensar e agir, a degradação do homem e da natureza frente ao consumo descontrolado, ao peso das intervenções governamentais sobre o mercado, entre outros.

Nesse sentido, o desenvolvimento gerado pelo turismo é um mito industrial, pois se fundamenta na tentativa de resolver os antagonismos que se apresentavam como desafios para a sociedade industrial. É um mito industrial derivado da “fantasia do desenvolvimento” (Furtado, 1996) que utiliza a linguagem pós-industrial para fundar-se na idéia de que as sociedades que atinjam o estágio de desenvolvimento econômico reduzirão os antagonismos e os conflitos existentes (Morin, 1998). Um discurso que se reproduz em torno da idéia de que o encadeamento das formas de desenvolvimento (da produção, do consumo, do emprego, da técnica, da ciência, etc.) resultará no desenvolvimento do homem (Morin, 1998) e nos leva a substituir uma indústria por outra. Dito de outra forma, o mito do desenvolvimento relacionado ao turismo retoma o “mito fundador” do desenvolvimento concebido na sociedade industrial:

“[...] um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar outros meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (Chauí, 2000, p. 09).

Uma opção ao “postulado da industrialização” (Arighi, 1998) e aos seus modos de produzir e viver (Furtado, 1996, 2000; Morin, 1998) que antes invadiram as terras do cacau. Uma promessa “moderna” para nos emancipar do paradigma industrial, sem nos afastar da idéia de que “[...] a ciência, a razão, a técnica, a indústria, estão interassociadas, cada uma desenvolve a outra e todas asseguram o desenvolvimento do homem [...]” (Morin, 1998, p. 339). Assim observada, a defesa do desenvolvimento gerado pelo turismo solidifica os valores usados para rejeitar/validar o desenvolvimento industrial. Portanto, não representa um novo paradigma. A forma de entendê-lo e de promovê-lo (técnico, racional, funcional) apenas representa a tentativa de se opor ao industrial e a seus antagonismos, sem, de fato, transcendê-los.

4.3 O escuro iluminado do desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus

O que Ilhéus enxerga quando olha para o abismo? O que o abismo oferece à visão que procura no seu escuro um ponto iluminado para decifrar o que não vê? Ao longo do estudo, oferecemos argumentos parciais para essas questões, caminhamos entre possíveis respostas e navegamos, pelas rotas escolhidas por Ilhéus, para chegar ao desenvolvimento. Essas observações nos permitiram ver o que Ilhéus enxerga quando olha para o abismo. Entretanto, a mesma posição de espectador nos permite considerar que a resposta para essas questões se construirá pela análise do que Ilhéus não vê quando olha para o abismo. Assim, reformularemos nossas perguntas: o que Ilhéus (governantes, moradores, trabalhadores, especialistas, intelectuais, entre outros) não vê? O que não é real para Ilhéus? O que não tem significado ou o que é apenas “escuro” no abismo que enfrenta o olhar?

Acreditamos que o real visto por Ilhéus só pode ser revelado se olharmos o que escapa a seu campo de visão. Só pode ser revelado quando entendemos, conforme menciona Dupas (2006, p. 266), que a realidade “[...] é uma possibilidade entre muitas outras” e que o “*real* é derivado do *possível*, e encontra nele sua justificação”. Com efeito, a realidade deve ser vista a partir da pluralidade de situações a ela atreladas, um estado de coisas interligadas, contraditórias e possíveis que justifica a direção do olhar capaz de identificá-la. Entendemos que Ilhéus espreita a realidade iluminada pela luz que foge e se esconde no abismo. Entre muitas outras, essa luz direciona o olhar, dá vida às sombras e às ocultações, revela o sentido, o significante e o possível.

Contudo, como sugerimos, essa mesma luz nos faz ver que em torno de seu rastro ficam outros significantes (insignificantes para a realidade iluminada) e as outras possibilidades (impossíveis para quem só vê o que está na direção do feixe de luz). Por essa razão, acreditamos na importância de refletir sobre o que Ilhéus não vê quando olha para o abismo. Para sermos mais específicos, refletir sobre o que Ilhéus não vê quando olha para o turismo, para o desenvolvimento e para o

desenvolvimento gerado pelo turismo. Sendo assim, acreditamos ser importante observar a realidade que não se apresenta como possível para Ilhéus e para seus contemporâneos artífices da modernidade que, a despeito dos resultados produzidos, subsume o olhar a uma possibilidade e a uma realidade, expulsando de seu campo de visão aquilo que não foi revelado. A partir dessa consideração, entendemos que a realidade vista por Ilhéus está reduzida por um “campo cego” (Lefebvre, 2004).

O “campo cego”, como sugere Lefebvre (2004) ao analisar o “fenômeno urbano”, está associado a uma série de ideologias e mitos que mantêm a industrialização como o parâmetro para observar a evolução da sociedade capitalista atual e para propor caminhos que a enfatizem. Por esse conceito, demonstra como a produção, o trabalho, o cotidiano, as relações sociais e as “formas urbanas” são absorvidas, modificadas e incentivadas para a promoção da industrialização.

Para explicar tal condição, apresenta, em um “eixo histórico temporal”, as diferentes cidades observadas na história da humanidade e traça o processo de formação do urbano, destacando como as mudanças nas relações entre a cidade e o campo levam à incorporação da cidade ao campo e, posteriormente, à submissão do urbano ao industrial. Desse modo, salienta a fase de transição da “cidade comercial” para a “cidade industrial” como o momento em que as relações entre o campo e a cidade são modificadas com maior intensidade, pois nessa mesma transição se dá a “inflexão do agrário para o urbano” (Lefebvre, 2004, p. 27).

Para o mesmo, a industrialização induz a formação da “cidade industrial” e, com o crescimento da produção industrial, que se sobrepõe ao crescimento das trocas comerciais e as propaga, promove, ao mesmo tempo, a ampliação e o estilhaçamento da realidade urbana. Por um lado, o urbano explode e se estende, isto é, se submete à industrialização e se generaliza. Por outro, implode e se despedaça em fragmentos. Um movimento de “implosão-explosão” que gera a “enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana”.

Junto a ele, a explosão, “a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.)”. (Lefebvre, 2004, p. 26)

Nesse sentido, a “implosão-explosão” da realidade urbana, induzida e indutora da industrialização, faz com que o agrário seja subordinado ao urbano. Um movimento dialético pelo qual a cidade pré-industrial se converte em produto da industrialização e em meio necessário para que a mesma se sedimente como principal meio para o avanço do urbano. Um movimento que transforma a cidade no espaço industrial, mais precisamente, no produto das relações sociais que também são produtos da cidade. Uma forma de coexistência de modos e contradições, de reunião de redes (de troca, de comunicação) constituídas em função do território, da indústria ou de outros centros que não definem uma forma única.

A partir dessa consideração, Lefebvre aponta que a formação da “cidade industrial” precede e anuncia a “zona crítica” do fenômeno urbano, o ponto que não transcende o paradigma industrial, ou seja, o ponto em que os determinismos repõem o fenômeno urbano à condição industrial, pois o incentivam e o entendem pela ideologia do capital e da industrialização. Nessa perspectiva, a realidade urbana está reduzida à racionalidade industrial, bem como às necessidades e às imposições da industrialização e do crescimento econômico (indispensáveis para eliminar as contradições e os conflitos da sociedade urbana). Para Lefebvre, essa condição impede que a “problemática urbana” seja entendida ou até mesmo conhecida, pois mantém qualquer tentativa de compreensão restrita à racionalidade industrial e aos pensamentos limitados e moldados pelas práticas e pelas teorias direcionadas a manter o modo de produção capitalista.

Com efeito, o olhar que interpreta o urbano não escapa a essa racionalidade e a esses pensamentos. Como consequência, a ação, consentida pela teoria que estuda o urbano, não ultrapassa a realidade dominante sendo, igualmente, um meio para mantê-la. Para Lefebvre, essa condição pressupõe o “campo cego”: a cegueira imposta pela prática e pela teoria da industrialização, bem como pelo discurso institucional — a ideologia — e pelo discurso não-institucional — o mito — que defendem e promovem, em tempos e palavras distintas, o paradigma

industrial e capitalista. Nesse paradigma, a divisão social do trabalho, a racionalização da produção, a realização da “mais-valia”, o consumo, a planificação funcional do espaço, a constituição da propriedade privada, entre outras causas e conseqüências, caracterizam o conteúdo do escuro iluminado do abismo.

Dessa forma, Lefebvre demonstra que olhamos para o urbano com os olhos da sociedade industrial, portanto, não o enxergamos além do industrial. Assim, limitamos sua realidade a uma possibilidade que nos serve de justificação. Nesse sentido, a compreensão da realidade urbana está devotada à industrialização, que nos leva a promover o urbano para induzir o industrial e para resolver os conflitos do paradigma industrial. Essa condição apresenta em si uma contradição. Atualmente, nos vemos em um tempo distinto do industrial e da rigidez que caracterizava seus espaços, suas relações e seus personagens. Vivemos uma nova sociedade que, com o passar dos anos, foi capaz de desenvolver melhores técnicas de produção, de transporte, de moradia, de saúde etc. Um mundo novo, pleno de possibilidades e de justificativas que se acumulam e se atacam entre si, promovendo continuamente mais possibilidades, justificativas e inovações.

Esse mundo nasce justamente do descrédito ao paradigma industrial, do combate ao fordismo alienante e ao keynesianismo interventor, das reflexões e ataques contra os limites do crescimento do consumo e da produção em massa. Nesse ponto temporal, Lefebvre sustenta sua percepção. Sua busca se direciona pela tentativa de compreender a realidade social que, ao mesmo tempo, nasce da industrialização e a sucede com trajes de roupa nova e com discursos de emancipação, inovação e avanço. Sua questão é compreender o urbano além de um resultado que induz à industrialização, sem deixar de ser um resultado induzido por ela.

Assim, o urbano, como demonstra Lefebvre, representa o movimento ambíguo da aceitação e da negação que lhe é necessário para sua formação. Por um lado, representa o destino da sociedade moderna, o *locus* da racionalidade, da planificação febril e delirante que constrói espaços de troca e modifica as funções e alma dos lugares para torná-los mais funcionais, flexíveis e “globais”. Por outro,

promove, ouvindo a voz de sua própria realidade que foge do abismo em ecos ensurdecedores, a destruição da convivência, da integração e do uso. Faz a função do lugar ser a equação de sua falta de função para o homem, salvo quando seu uso se vale da produção e do consumo que o espaço pode promover.

Com isso, Lefebvre nos auxilia a entender o urbano como um movimento que rompe o industrial sem romper a idéia de que ele mesmo, o urbano, é um subproduto da industrialização. Sua realidade se submete à racionalidade industrial, à “realidade” do crescimento da produção, à “possibilidade” do futuro e à “justificativa” de que o futuro já está representado nas próprias cidades que o recebem. Assim, o autor nos ajuda a entender que a renovação de nossa busca está restrita ao mesmo ideal produtor de contradições, antagonismos e conflitos que com a renovação de nossa busca imaginamos resolver.

Portanto, o industrial está presente em nossas novas intenções. Repousa abaixo de nossa convicção inovadora, progressista e avançada, determinando os caminhos para criarmos uma rota de negação e aceitação do industrial. Nesse sentido, as palavras de Lefebvre nos permitem questionar em que sociedade vivemos (Lefebvre, 1991): industrial, do lazer, da abundância, do consumo, da técnica ou da razão econômica? Essas perguntas “possibilitam” a problematização dos valores empregados para decifrar o escuro do abismo, dos valores usados para não enxergar além do que a luz que ilumina e cega nos permite ver.

O paradigma industrial é o conjunto de valores que a partir da industrialização nascem, é o desejo gerido em sua “explosão-implosão” que promove a superação contínua daquilo que motivou sua origem, sem superar a idéia que impulsionou seu surgimento. O industrial não é só a imagem da fábrica e da chaminé poluidora, mas também daquilo que antes se sustentou a partir da valorização da fábrica, a saber: a técnica, a acumulação derivada do avanço da racionalidade e da produtividade, do progressivo domínio do tempo e do espaço. É o reinício contínuo da noção que acreditamos ter superado.

Nesse sentido, o industrial é o personagem, o cenário, o roteiro e a fala de uma peça cuja edição anterior deve servir de base para a próxima. É uma “possibilidade” que exclui as outras, a “realidade” apreendida por nosso olhar e a

“justificativa” que tranqüiliza nossa submissão. O industrial é a cidade (o urbano restrito à sua lógica) que modifica sua forma sem ser suficiente para transformar a forma de ver seu conteúdo.

A compreensão da “problemática urbana” apresentada por Lefebvre (2004, p. 38), revela-se na existência do “campo cego”: “Não somente obscuros, incertos, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão e, contudo, sua negação. Paradoxos. O olho não vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego”. Essa cegueira consiste no fato de olhar o “campo novo — o urbano — vendo-o, porém, com olhos, com conceitos, formados pela prática e pela teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, *reductor* da realidade em formação”.

A partir das palavras de Lefebvre, enxergamos o “campo cego” do desenvolvimento associado ao turismo que, amparado pela ideologia e pelo mito, considera o turismo (ou qualquer outra atividade que mantenha o mesmo paradigma de desenvolvimento) como um meio para o progresso, incentivando-o sem enxergar as contradições resultantes dos avanços de nossa civilização.

Por esse motivo apresentamos, no capítulo inicial, a constituição do conceito de turismo presente na formação da sociedade industrial. Uma prática decorrente da dialética do trabalho/lazer (da valorização do lazer a partir da solidificação do trabalho abstrato) que, sem ser problematizada, impulsionou os primeiros movimentos de viagem na sociedade. Uma ação que mais tarde se alimentaria da suposta liberdade concedida pelos direito às férias, um alimento para as almas trabalhadoras que se viam desfrutar da liberdade, mas não se viam presas ao trabalho que se sedimentava como uma motivação abstrata e alienante. Como destacamos no primeiro capítulo, o próprio surgimento do turismo deriva do industrial, mais precisamente das ações necessárias para sua sustentação: a mecanização do tempo, a racionalização do trabalho, entre outras ações que culminariam na “interdependência” (que pressupõe separação e depois conjugação) do espaço e do tempo de trabalho e de lazer.

O crescimento do turismo não se daria por outro caminho, o valor do lazer (decorrente do trabalho) e a apreciação do consumo andariam de mãos dadas com a visão de que o turismo emergia como uma “indústria”. O turismo, desde sempre, é um reflexo do industrial, tanto por necessitar das motivações criadas por ele, quanto por ser ele mesmo um setor produtivo que, semelhantemente à indústria, permitia o avanço do homem. Desse ponto em diante, “o discurso incorpora a idéia” do progresso que, devidamente amparado pelo paradigma industrial, se valeria do turismo para sustentar-se em uma nova indústria. Associados, o meio e o fim se tornariam reflexos de um mesmo espelho, imagens de um mesmo olhar, palavras a serem inseridas em um mesmo discurso.

Nos anos seguintes à superação do fordismo-keynesianismo, a aliança entre o turismo e o desenvolvimento se torna ainda mais forte. O turismo passa a representar uma nova “possibilidade” para um mesmo caminho “possível”. A realidade que se revelava o considerava uma “indústria” moderna, um contraponto às falhas do fordismo-keynesianismo, uma esperança frente aos insucessos do progresso humano. Os que não se beneficiaram da expansão industrial, principalmente as cidades e países “não avançados” industrialmente, renovariam suas esperanças com o crescente turismo.

Nesse processo, a ideologia assumiria papel central, suas orientações permitiram a formulação de verdadeiras cartilhas para o desenvolvimento. Estudos, projetos e modelos passam a se acumular nas prateleiras governamentais e acadêmicas. O desenvolvimento estava sistematizado por leituras racionais, as medidas, delimitadas, e o olhar, treinado para observar a “realidade”. Em outras palavras, o turismo já podia se orgulhar de ser um aliado do desenvolvimento.

Ao observarmos o percurso realizado por Ilhéus, essa mesma imagem se forma. Na terra do cacau, os matizes da ideologia se aproximaram do mito e reforçaram, pelas ações governamentais, a idéia de que o futuro se abriria a partir da expansão econômica e produtiva. Como o cacau já não era capaz de levar os viajantes a seu destino, restaria ao turismo assumir essa função. O abismo

deveria ser vencido, sem que fosse necessário olhar para o que normalmente não se olha quando se para diante dele.

O que Ilhéus (governantes, moradores, trabalhadores, especialistas, intelectuais, entre outros) não vê quando olha para o abismo? O que não é real para Ilhéus? O que não tem significado ou o que é apenas escuro no abismo que enfrenta o olhar? Como já havíamos destacado, o real visto por Ilhéus revela o que escapa a seu campo de visão. Expõe o “campo cego” do desenvolvimento associado ao turismo.

Um “campo cegante” (Lefebvre, 2004), reproduzidor da ideologia que subsume o turismo e o desenvolvimento aos paradigmas e às orientações fundadas na sociedade capitalista industrial; um “campo cegado” (Lefebvre, 2004), reproduzidor do mito, submetido às imposições da ideologia e às esperanças de desenvolvimento associado ao turismo. Também cegado por crer que o caminho que defende está além dos paradigmas e das orientações fundadas na sociedade capitalista industrial. Essa condição nos permite reconhecer o que Ilhéus não vê, o que seu olhar não consegue enxergar, pois está em um “campo cego”.

O que existe nesse campo é o “insignificante” (Lefebvre, 2004), aquilo que não é visto, a noção que se oferece à exploração, à análise e à pesquisa. Valores que extrapolam a racionalidade econômica, o discurso do desenvolvimento material e a pressa inovadora e destruidora da modernidade. O insignificante é o escuro não iluminado, é aquilo que, devido ao excesso de luz, não pode ser visto. No caso de Ilhéus é o mal-estar dos trabalhadores inseguros com o bem-estar que temporariamente conquistaram; o (des) envolvimento da “inclusão”; o distanciamento da proximidade turística; a participação na competitividade subordinadora do mercado; o afastamento das possibilidades decorrentes da aproximação a um caminho dado como “possível”.

Como dissemos, o insignificante é a substância do campo que o olhar não vê. Mais precisamente, é a substância não iluminada pela ideologia e pelo mito do desenvolvimento gerado pelo turismo. Portanto, não se trata de uma matéria desconhecida, mas sim ofuscada pelo excesso de luz. O “campo cego” emerge

por um olhar iluminado pela ideologia e pelo mito, por um olhar que, ao mesmo tempo, afasta e aproxima Ilhéus das contradições que pretende superar.

Assim, quanto mais Ilhéus enxerga a emancipação e a superação do passado do cacau, menos vê a subordinação ao mercado e à lógica do capital. Quanto mais Ilhéus vê os novos bairros cravados de hotéis e os novos “pontos de atração” repletos de turistas, menos vê que depende daqueles que vendem a cidade e que seus moradores deverão se sacrificar em nome dessa realidade. A possibilidade de superar o cacau e o modelo industrial que o transformou em um fantasma da esperança da riqueza e do medo da pobreza, leva Ilhéus de volta ao abismo. Nesse contexto, o insignificante se apresenta como a simples oposição ao significativo sem revelar sua real identidade, a saber: uma oposição conservadora do significativo — mais produção, investimentos, turistas, atrativos, mais quantidade etc.

O que está à sua volta, incluindo os resultados não medidos pelo crescimento econômico, não deve ser considerado. O olhar está saturado pela realidade, pela possibilidade e pela justificação do que é realmente significativo. A má distribuição de renda, o saldo negativo de postos de trabalho, a geração de empregos precários, a negação do passado, etc. não fornecem nenhum significado para o desenvolvimento. A vida decomposta do professor de capoeira/“técnico em Arquitetura”/serigrafista que vende artesanato e faz pranchas de surfe, a narrativa descontínua do trabalhador que “faz tudo calado” e “de tudo um pouco”, a desqualificação necessária para a “inclusão”, entre outros, não têm significado para o olhar. Se muito, significam que é preciso rever algumas estratégias de condução, o que em nenhum momento quer dizer que o caminho deva ser outro.

Esse mesmo processo se repete quando observamos o olhar do trabalhador envolvido no turismo de Ilhéus. Quanto mais crê libertar-se do fardo do passado, mais se prende às relações de dominação e aos interesses do capital, e mais frágil se torna diante da insegurança que sente. A individualização da competição, a dissolução da idéia de solidariedade, o afastamento dos interesses, dos anseios e dos valores do trabalhador, a submissão ao devir do mercado, o desuso das

práticas tradicionais, entre outros, não têm significado para o olhar. Com efeito, quanto mais Ilhéus crê desenvolver-se, mais se (des) envolve, quanto mais moderna e mais forte caminha para o futuro, mais amarra seus pés ao passado. Assim, reduz o olhar que vê o desenvolvimento gerado pelo turismo a partir do paradigma industrial que, por sua vez, dá significado real ao turismo e ao desenvolvimento. Iluminada pela ideologia e pelo mito (o facho de luz que ilumina, ofusca e obscurece) reduz essa possibilidade aos significados projetados pelo facho de luz que ilumina o abismo.

O olhar de Ilhéus só pode captar o desenvolvimento gerado pelo turismo de acordo com a precisão do discurso da ideologia e do mito que o definem, o promovem e, conseqüentemente, reiteram os paradigmas da sociedade industrial. Campos do “cegado” e do “cegante” que “[...] instalam-se na *re-presentação*. Há, de início, a apresentação dos fatos e dos conjuntos de fatos, o modo de percebê-los e de agrupá-los. Em seguida, há a *re-presentação*, a interpretação dos fatos”. (Lefebvre, 2004, p. 39).

Acreditamos que o desenvolvimento gerado pelo turismo deve ser problematizado para evitar que seu significado seja reduzido à “*re-presentação*” dominante que o promove como uma alternativa não-industrial. Uma “*re-presentação*” “pós-industrial” que acredita ser capaz de reduzir as contradições do desenvolvimento industrial com as ferramentas e valores derivados desse mesmo desenvolvimento.

Restrito à “*re-presentação*” dominante, o turismo não se revela e se distancia da problematização da dialética do trabalho/lazer, sem enxergar os resultados insignificantes (para o mito e para a ideologia) do trabalho sobre a vida, continua a ver o lazer como um acessório do trabalho ou como tempo do consumo do tempo livre que gera o desenvolvimento. A partir “da visão que não se vê”, o turismo continua sendo uma “indústria” produtora de bens e serviços para a demanda que consome a oferta e gera empregos e divisas.

Como já afirmamos, entendemos que o turismo está restrito a esse ciclo conceitual e prático. Por um lado, marcado pela ideologia do desenvolvimento: pelas propostas de crescimento da produção, da renda, do trabalho e da

competição, sem sequer problematizar os valores que cercam esse ideal. Por outro lado, marcado pela própria forma de entender o turismo: o deslocamento no período de não-trabalho para realizar e consumir o lazer fora do local de moradia, sem sequer problematizar o significado dessa percepção. Essas restrições limitam o turismo às propostas econômicas e às análises quantitativas, que, ao fim, retornam ao mesmo determinismo que as produziu. Um espaço obscurecido pela concentração de olhares em um mesmo e único valor. Diante da realidade que Ilhéus e seus homens e mulheres não conseguem ver, por não percebê-la como algo real, o desenvolvimento gerado pelo turismo se torna uma ideologia e um mito que obtém do escuro a clareza que necessita para proteger suas idéias.

Não é necessário retomar os argumentos apresentados ao longo do estudo para lembrarmos que o desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus não pode se sustentar diante das refutações e questionamentos direcionados aos seus próprios resultados. Dessa forma, por um lado, sua interpretação dominante sequer pode ser admitida como interpretação, pois seus resultados não lhe concedem força para defender-se. Por outro, tamanhas são as crenças e as certezas que revestem suas afirmações que elas se tornam irrecusáveis fontes de luz para aqueles que, no escuro (gerado pelo excesso de luz), esperam a solução. Essa concepção está no campo próprio das ideologias e dos mitos que tomam força social e se tornam dominantes. Produz convencimento e adesão às idéias que difundem, dando assim consistência ao escuro do abismo onde a visão não se vê.

O desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus não é outra coisa senão um mito e uma ideologia, um resultado que só pode ser traduzido pela aplicação racional dos indicadores significativos que comprovam sua existência. Uma idéia-força movediça como a modernidade que impulsiona a renovação dos medos e das felicidades sem permitir que sobre elas pousem as críticas que, antes de mais nada, apenas pretendem oferecer outras interpretações. Como sugere Bourdieu (2003, p. 50) ao “enfrentar” a idéia dominante de globalização, é “un discurso poderoso, [...] una idea que tiene fuerza social, que consigue que se crea en ella”.

O desenvolvimento é, portanto, uma ideologia e um mito sustentado por um conjunto de valores unidos e separados, frágeis o suficiente para serem substituídos por novas “versões” e fortes o suficiente para influenciarem as idéias que supostamente se sobrepõem a eles. Um mito e uma ideologia que prendem Ilhéus ao passado, embora seu olhar insista em se inspirar no futuro. Nesse jogo de espelhos que confunde o olhar e distorce a realidade, o turismo é o cacau e a cidade é o campo, a esperança é o medo, a riqueza é a pobreza. Tudo se encontra no espaço do possível que exclui o impossível e transforma o mito e a ideologia em um resultado do e para o progresso de Ilhéus, tudo fixa o olhar de Ilhéus no futuro e tudo impossibilita que Ilhéus de fato se encontre com seu presente e reconheça neles sua própria realidade.

Diante disso, o progresso nada mais é do que uma idéia moderna, “uma falsa idéia bastante especial”, pois, por ela, os males da civilização são resolvidos antes mesmo que se analisem os resultados, a idéia já é suficiente para iluminar o abismo. Por ela, “o que virá depois será necessariamente melhor do que o que veio antes”. Em última análise, é “um surto determinista de otimismo temporal destituído de qualquer fundamento” (Dupas, 2006, p. 270).

Não podemos deixar de reconhecer as limitações dessa análise, afinal, o mito e a ideologia do desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus não são partes escuras do abismo. Se assim fosse, bastaria iluminá-las. No entanto, uma nova luz traria outro escuro. Ao contrário disso, pretendemos que o turismo e o desenvolvimento se revelem como de fato são: contraditórios, conflituosos e antagônicos. Criações e interpretações incapazes de representar uma única realidade, uma única possibilidade e um único destino. Portanto, são perguntas e não respostas. São escuros destinados à exploração do olhar e não olhares destinados a enxergar o que está iluminado. Se assim for, o desenvolvimento gerado pelo turismo de Ilhéus é apenas um mito de várias faces sustentado por uma ideologia de múltiplas vozes.

Conclusão: *perguntas para traçar os itinerários e para evitar a conclusão*



"Pero, ¿Qué significa desarrollo? Es preciso hacer estallar el aparente sobreentendido de la noción, interrogar el fondo de la cuestión. La noción de desarrollo debe desarrollarse a su vez."

Edgar Morin (2002, p. 65).

São perguntas e não respostas. Com essa frase “terminamos” o “início” de nosso estudo para demonstramos que a idéia de desenvolvimento, ao contrário do que expressam a ideologia e o mito, deve ser acompanhada por um conjunto de perguntas, de questionamentos e de reflexões “imprecisas” que possam combater a precisão do consenso que a define.

Dessa forma, para evitar a conclusão, cabe-nos questionar por que por tão poucas vezes encontramos, entre os estudos e projetos que correlacionam o turismo e o desenvolvimento, expressões como a “ilusão do desenvolvimento” (Arrighi, 1998), o “mito do progresso” (Dupas, 2006) ou o “mito do desenvolvimento econômico” (Furtado, 1996)? Por que nem sempre nos deparamos com questionamentos sobre a “submissão do turismo à economia” ou sobre a construção da “maquinaria das férias”, como Krippendorf (2000) fez? Por que em tão poucas ocasiões lemos sobre a formação do “olhar do turista” realizada por Urry (1996) ou sobre degradação da “alma do lugar”, como Yázigi (2001) demonstra? Por que, ao contrário das análises realizadas por esses, dentre outros autores, a maior parte das obras dedicadas ao turismo o considera como uma atividade que promove o desenvolvimento sem ao menos confrontar as diferentes interpretações a respeito do turismo e do desenvolvimento? Por que, em tais obras, o abismo está tão iluminado a ponto de permitir que as sombras geradas não se convertam em dúvidas e questionamentos sobre o turismo e o desenvolvimento?

No decorrer de nosso estudo, procuramos essas perguntas, sem deixarmos de observar (e nos incomodar com) as respostas que corriqueiramente se apresentam ao nosso olhar. Questionamos o caminho (tido como único, racional e correto) escolhido por Ilhéus e espreitamos o presente da cidade, a vida dos trabalhadores atuantes no turismo e suas esperanças, que repousam entre as temporadas do “pólo turístico” preparado para viver o futuro. Da mesma forma, caminhamos entre o passado e o futuro da ex-capital da Região Cacaueira,

ouvimos os passos da “Pobre Região Rica” e transitamos entre as vozes, os olhares e os textos que celebram respostas sem fazer perguntas.

Em nosso caminho, fizemos a primeira paragem sobre o terreno que sustenta a idéia do progresso, nele colhemos as pistas para entender como o desenvolvimento se converteu em uma das principais esperanças da sociedade moderna e, quando ainda caminhávamos por esse chão, observamos o encontro entre o turismo e o desenvolvimento que, juntos, se tornariam induzidos e indutores da modernidade industrial. Nesse cenário, visualizamos o turismo como um subproduto gerado pelas transformações promovidas na sociedade industrial moderna: uma prática social resultante da solidificação do trabalho abstrato, da racionalização do tempo a favor da produção. Isso tudo, sem deixar de ser um meio para gerar essa mesma sociedade, convertendo o trabalhador em um viajante da modernidade, ávido por destruir e reconstruir seu cotidiano alienante, faminto para se alimentar de “não-lugares” arquitetados sobre os “lugares” da história ou de imagens que ilustram o futuro.

Por um lado, enxergamos o turismo que se tornava a ação da liberdade, um “sinônimo de cidadania”. Por outro, enxergamos o mesmo turismo, que igualmente se tornava o meio para a sedimentação da prática que subtraía a liberdade do homem: o trabalho abstrato. Em outras palavras, observamos como o turismo se tornaria o destino da fuga provisória do trabalho transformado pelo capital. Uma resposta incapaz de favorecer novas perguntas.

A partir desse quadro, verificamos como a superação da “condição fordista-keynesiana” (1945 – 1973) (Harvey, 1999) favoreceria a definição do turismo como um setor econômico, transformando-o em uma “fábrica” moderna que, conforme propunha a cartilha dos economistas, proporcionaria, quando planejado adequadamente, o progresso social e humano. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico se tornaria a segunda face do turismo. Enquanto a primeira lhe concedia acesso às esperanças de uma sociedade que queria provisoriamente sentir-se livre do trabalho, a segunda favoreceria seu acesso às esperanças de uma sociedade que via seu progresso associado ao crescimento econômico e ao avanço da modernidade.

Como conseqüência, qualquer pergunta voltada ao turismo se tornaria desnecessária, afinal: por que questionar os resultados do turismo se este expressa a “liberdade” dos que viajavam e ao mesmo tempo, o “desenvolvimento” aos que receberiam esses mesmos viajantes? Como questionar o trabalhador-consumidor-viajante que a cada ciclo de trabalho, por direito, esvazia temporariamente sua rotina e se recobre de novas imagens para depois reiniciar sua história? Como questionar a moderna “indústria do turismo” que tantos benefícios (empregos, divisas, etc.) gera aos núcleos receptivos? Como duvidar das quantias crescentes de renda, do aumento dos fluxos de viajantes e dos avanços das estatísticas que friamente demonstravam o “potencial” do turismo?

Diante disso, não restavam mais perguntas para aqueles que estavam frente a frente com o abismo. Ao contrário, sobravam respostas que, como vimos, foram empregadas por Ilhéus, mesmo quando o fim da era do cacau indicava que sua realidade estava distante do que as respostas do desenvolvimento haviam proposto. Seguimos para nosso próximo ponto de paragem: o terreno da “terra de ouro”, o chão semeado de respostas, o solo iluminado por convicções racionais que impulsionou Ilhéus para a nova esperança do turismo. Continuávamos formulando perguntas, mas as respostas, contrariamente à nossa vontade, vinham em nossa direção. Nesse caminho, encontramos Ilhéus entre o passado e o futuro, visitamos sua história e observamos o trajeto que a levou do cacau ao turismo.

O percurso escolhido por Ilhéus nos traria novas respostas. Novamente desacompanhadas de questionamentos e tão só seguidas pela certeza dos especialistas — das fontes de luz que iluminam o escuro do abismo. Assim, a cidade caminhou rumo ao “desenvolvimento” que jamais questionou. Traçou linhas, calculou distâncias, estipulou recursos a serem distribuídos em cada um dos compartimentos de sua bagagem e partiu. Sem perguntar, Ilhéus se tornou turista, viajou do passado do cacau para o futuro do turismo e desembarcou, depois de duas décadas, na mesma estação de que antes partira. Consigo levou seus moradores, guiou-os desde as “atrasadas” roças de cacau até as portas dos frondosos hotéis. Acompanhada pela precisão das respostas que tinha, Ilhéus

manteve-se no passado sem deixar de imaginar o futuro. Manteve-se presa à promessa de que o crescimento econômico a levaria a um estágio avançado de desenvolvimento.

Em nossa segunda paragem, instigados por nossas perguntas e incomodados pelas respostas que ininterruptamente nos seguiam, assumimos o papel de ouvintes, fazendo com que a história de vida dos trabalhadores atuantes no turismo se tornasse nosso principal atrativo. A cada resposta, novas perguntas surgiam: por que os trabalhadores acreditam no desenvolvimento, se, na verdade, afirmam que se sentem inseguros? Como acreditar no desenvolvimento que esperam quando percebemos que os trabalhadores não se envolvem com suas ocupações ou sequer permanecem ocupados? Se o turismo proporcionou desenvolvimento, por que tantos trabalhadores são mal remunerados; por que suas ocupações são precárias, por que não se identificam com suas atividades?

Por repetidas vezes encontraríamos na realidade dos trabalhadores ecos da idéia de progresso. Sons que se repetem, valores que se renovam e extrapolam o espaço do abismo, fontes de luz que iluminam as escolhas de Ilhéus e expressam a ideologia — o discurso institucional — e o mito — o discurso não-institucional — do desenvolvimento: propostas seguras, neutras e científicas e esperanças, fundadas nessas mesmas propostas, que vinculam a expansão da produção, da renda, dos postos de trabalho e da competição ao progresso.

Dessa forma, nos reencontraríamos com Ilhéus e com os trabalhadores do turismo que, mantidos em um mesmo lugar, continuavam a usar as mesmas respostas para as novas perguntas que surgiam. Assim, como sugerimos ao longo do estudo, o abismo do desenvolvimento continuava a ser iluminado pela mesma fonte de luz. A resposta para o desenvolvimento continuava a ser o crescimento econômico. A esperança dos trabalhadores continuava a se alimentar dessa mesma idéia. O olhar de Ilhéus continuava a ver o que a fonte de luz revelava em seu rastro: um lugar obscurecido pelas propostas econômicas e pelas análises quantitativas que não se cansam de responder quais são os caminhos (incluindo os desvios, os perigos e os custos inevitáveis) do progresso.

Nesse momento, já não carecíamos de novas perguntas para prosseguir, tampouco nos incomodávamos com as respostas prontas que nos seguiam. Estávamos diante da realidade que Ilhéus (seus homens e mulheres, seus trabalhadores esperançosos) não enxerga. Nessa realidade, o desenvolvimento gerado pelo turismo é uma ideologia e um mito, tão somente uma idéia que obtém da falta de perguntas e/ou do excesso de questionamentos direcionados ao mesmo ponto as respostas que necessita para se proteger. Nessa realidade, a opção é evitar a resposta que empregue os valores usados pela ideologia e pelo mito. É problematizar os valores que cercam o ideal do desenvolvimento, as formas de medi-lo, os modos de sustentá-lo, ou seja, é perguntar-se: o que é o desenvolvimento?

Frente a essa realidade que Ilhéus não vê e que o olhar de Ilhéus “não se vê”, nossa viagem chega ao seu “início”, chega ao abismo do desenvolvimento, ao lugar que reconhece o possível a partir do impossível, ao solo em que a “possibilidade” do pensar não se limita à “realidade” do responder. Um ponto de observação de onde é possível problematizar o turismo e o desenvolvimento, bem como questionar a maneira como se promove e se defende o desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus, que, como observamos, sustenta-se na falsa idéia de que o crescimento da atividade turística gera o bem-estar e o progresso daqueles que participam de seu jogo.

Nossas passagens pela transformação de Ilhéus, pelas narrativas de insegurança, de individualização, de (des) envolvimento e de precariedade, pelos dados da rotatividade, da multifuncionalidade, entre outras características dos funcionários dos empreendimentos hoteleiros de Ilhéus, permitem-nos dizer que a concepção de desenvolvimento gerado pelo turismo em Ilhéus é uma ideologia. Assim, o caminho que percorremos evita, ao apontar a ideologia e o mito do desenvolvimento, que nossa viagem seja vista como um meio de comparação entre o atual quadro de Ilhéus e as idéias fornecidas pelos estudos e projetos que expressam a ideologia e o mito do desenvolvimento. Um trajeto que nos levaria a recompor o paradigma do desenvolvimento que se enreda à versão comum do crescimento econômico, que se nega a discutir as possíveis formas de entender o

turismo e o desenvolvimento e a perguntar: quanto mais intensificamos a visão do turismo como um meio para competir no modo de produção capitalista, mais o tornamos um meio para a instauração das contradições intrínsecas a esse modo de produção? Quanto mais defendermos o desenvolvimento a partir das respostas (que subsumem perguntas contrárias) que expressam o mito e a ideologia, mais o aproximamos de um meio para aprofundar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista?

Apesar dessas perguntas — motivação para a busca de quaisquer respostas — continuaremos restritos às limitações que nos cercam, bem como suscetíveis a não ver as sombras que nossas luzes criaram. Entretanto, enxergaremos o desenvolvimento, inclusive aquele associado ao turismo, como um abismo a ser investigado, um lugar escuro/transparente tomado por diversos “significantes” que nos proporciona um exercício itinerante de perguntas, de questionamentos e de exposição de conflitos, ao invés de expressarmos o mito e a ideologia: a falsa idéia de progresso que motivou Ilhéus em sua moderna jornada.

Referências Bibliográficas



Livros, Artigos, Teses e Periódicos Científicos.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G; ZIBOVICIUS, M; ABRAMOVAY; R. (Orgs). *Razões e Ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 165-178.

ACERENZA, M. A. *Administração do turismo: conceituação e organização*. Bauru, SP: EDUSC, 1991.

ALBAGLI, G. Notas sobre a evolução urbana de Ilhéus. *Revista Especiaria*, Ilhéus: UESC, ano II, n. 03, p. 55-72. Jan./Jul. 1999.

ALMEIDA NETO, C., GOTTSCHALL, C. E CYPRIANO, C. A. de C. *A contextualização da Costa do Descobrimento*. Salvador: Secretária de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997.

AMADO, J. *Gabriela, Cravo e Canela*. 83ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AMADO, J. *São Jorge dos Ilhéus*. 17ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968.

AMADO, J. *Terras do sem fim*. 38ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

AMADO, J. *Cacau*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1976.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09 – 23.

ANDRADE; M. P. *Ilhéus: passado e presente*. 2 ed. Ilhéus: Editus, 2003.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. (org.). *A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARBACHE, J. S. *O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil*. Brasília: UNB, 2001.

ARBIX, G; ZIBOVICIUS, M. Por uma estratégia de civilização. In: ARBIX, G; ZIBOVICIUS, M; ABRAMOVAY; R. (Orgs). *Razões e Ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 55-70.

- ARCHER, B; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 200, p. 95-102.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- ASMAR, S. R. *Sociologia da microrregião cacauzeira*. Itabuna: Itagrafe, 1983.
- AZZONI, C.R. Desenvolvimento do Turismo ou Desenvolvimento Turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo. *Turismo e Análise*. São Paulo, v. 04, n. 02, p. 37-53. Nov. 1993.
- BAHIA. GOVERNO DO ESTADO/ Secretaria da Cultura e do Turismo (SCT). *Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020*. Salvador: SCT, 2005.
- BAHIA. GOVERNO DO ESTADO/ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (SEI). *Classificação dos municípios baianos: indicadores selecionados*. Salvador: SEI, 2004.
- BARBOSA, C. R. A. *Notícia histórica de Ilhéus*. 4ª ed. Ilhéus: Mesquita, 2003.
- BARBOSA, Y. M. *História das viagens e do turismo*. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2002.
- BARRETO, M. *Manual de Iniciação ao estudo o turismo*. 12ª ed. Campinas: Papirus, SP, 2002.
- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.
- BAUMAN, Z. *Vida de consumo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2007b.
- BAUMAN, Z. *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. 2ª ed. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 2006.
- BENEVIDES, I. P. *Turismo e Prodetur*. Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.
- BENI, M. C. *Globalização do turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 7ª ed. São Paulo: SENAC, 2002.

- BERMAN; M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BEZERRA, M. M. de O. Estratégias de desenvolvimento do turismo: em busca de uma tipologia. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 15, n. 02 (27), p. 347-374. Ago. 2006.
- BEZERRA, M. M. de O. *Turismo e financiamento: o caso brasileiro à luz das experiências internacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- BOULLÓN, R. C. *Planificación del espacio turístico*. México: Trilhas, 1985.
- BOURDIE, P. *Contrafuegos: reflexiones para servir a la resistencia contra la invasión neoliberal*. 3ª ed. Barcelona: Anagrama, 2003.
- BOYER, M. *História do turismo de massa*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). *Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)*. Brasília: Embratur, 1997.
- BUARQUE, C. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BULL, A. *La economía del sector turístico*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- BURGOS, F. Turismo baiano traça estratégias para ampliar fluxo e receita. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001, v. 11, n. 02, p. 29-40. Set. 2001.
- CALVENTE, M.C.M.H. O impacto do turismo sobre comunidades de Ilhabela (SP). In: LEMOS, A.I.G. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec. 1996, p.85-92.
- CARNEIRO, H. S. O múltiplo imaginário das viagens modernas: ciência, literatura e turismo. *História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR, n. 35, p. 227-247, 2001.
- CARZOLA, I. M. Cacao: trajetória declinante. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 01, n. 04, p. 93-101. Set. 1992.
- CASTEL, R. *La inseguridad social ¿Qué es estar protegido?* Buenos Aires: Manantial, 2004.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede (A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura; v. 1)*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CASTELLS, M; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.
- CASTRO, E. B. de. *Formação econômica e social de Ilhéus*. Ilhéus: Editora do Livro, 1981.
- CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 77-87.
- CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (CRA). Diagnóstico Ambiental da Cidade de Ilhéus. Ilhéus: CRA/SEPLANTEC, 1994.
- CHAUI, M. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CINTRA, L. A. V. *Políticas para o desenvolvimento da economia do turismo na cidade de Ilhéus: Período de 1998 a 2001*. 2002. 113 p. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Administração UFBA/UEFS/UESC) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CONCEIÇÃO, R. F. Análise do turismo baiano. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n. 146, p. 4-7. Jul. 2006.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. *O turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.
- COUTO, V. de A. O território do cacau no contexto da mundialização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 09 n. 04, p. 38-52. Mar. 2000.
- CRUZ, R. de C. A. da. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CUNHA, L. *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.
- DAVIDSON, T. L. O que são viagens e turismo: constituem de fato um setor? In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 45-52.
- DÍEZ, F. *Utilidad, deseo y virtud*. La formación de la idea moderna de trabajo. Barcelona: Península, 2001a.
- DÍEZ, F. El discurso del trabajo en Siglo de las Luces. *Sociología del trabajo*. Madrid, n. 42, p.119-144, 2001b.
- DOMENACH, J. Crisis del desarrollo, crisis de la racionalidad. In: MENDÈS, C. *El mito de desarrollo*. Barcelona: Editorial Cairós, 1980, p. 13-42.

- DOWBOR, L. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, S. C. (org.). *Desenvolvimento local. Geração de emprego e renda*. São Paulo: Polis, 1996, pp. 29-44.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.
- DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.
- DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, v. 12 (34), p. 121-159. 1998.
- FEIJOO, S. R. *Estadística aplicada a la toma de decisiones en la economía, la empresa, el turismo y las relaciones laborales*. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas, 2002.
- FERREIRA JUNIOR, H. de M; SANTOS, L. D. Sistemas e arranjos produtivos locais: o caso do pólo de informática de Ilhéus (BA). *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 10, n. 2, maio/ago. 2006.
- FLETCHER, J. E; ARCHER, B.H. The development and application of multiplier analysis. In: COOPER, C. P. (ed.) *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*. London: Belhaven, 1991, p. 28-47.
- FONTES, M. J. V. *Turismo de Ilhéus. Vantagem Comparativa Versus Vantagem Competitiva*. 2001. 165 p. Dissertação (Mestrado em administração). Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FORTUNA, C. Turismo, autenticidade e cultura urbana: Percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Turismo, Cultura e Lazer), Coimbra, n. 43, p. 11-46. Out. 1995.
- FRANÇA, M. S. Pólo de Informática de Ilhéus. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n.124, p.26-28. Set. 2004.
- FREITAS, A. F. G. *Caminhos ao Encontro do Mundo*. Ilhéus: Editus, 2001.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS DA BAHIA (FUNDAÇÃO CPE). *Ilhéus - Itabuna: Estratégia de desenvolvimento*. Salvador: Fundação CPE, 1992.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Contas Nacionais. *Economia do turismo: análise das atividades características do turismo 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

- FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento*. Enfoque histórico-estrutural. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GASPARETTO, A. *A região de atuação da UESC: caracterização demográfica e sócio-econômica*. Ilhéus: UESC, 1998.
- GETINO, O. *Turismo – Entre el ocio y el neg-ocio*. Identidad cultural y desarrollo económico en América Latina. Buenos Aires: Ciccus, 2002.
- GOELDNER, C. RITCHIE, B. MCINTOSH, R. *Turismo: princípios, práticas e filosofia*. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- GONÇALVES, A. L. S. A importância do planejamento governamental do turismo: o Prodetur na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 12, n. 02, p. 101-114, set. 2002.
- GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho*. Crítica da razão econômica. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- GORZ, A. *Misérias del presente, riqueza de lo posible*. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- GORZ, A. El socialismo difícil. In: *La sociedad industrial contemporánea*. 7ª ed. México DF: Siglo XXI, 1972, p. 172-167.
- GOTTSCHALL, C. O turismo como atividade promotora do desenvolvimento regional. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001, v. 11, n. 02, p. 105-111. Set. 2001.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- HEINE, M. L. *Passeio na Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Salvador: Secretária da Cultura e do Turismo, 2002.
- HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções*. Europa 1789-1848. 19ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HOBBSAWM, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

- HOBBSAWM, E. *A Era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). *Mão-de-obra empregada na atividade turística*. EMBRATUR: Brasília, 2001.
- INSTITUTO DA HOSPITALIDADE (IH). *Perfil dos profissionais no mercado de trabalho do setor de turismo no Brasil: pesquisa*. Salvador: Instituto de Hospitalidade, 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). *Sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo: uma leitura da evolução recente do mercado de trabalho do setor turismo no Brasil com base nos dados da PNAD e da RAIS*. Brasília: Ipea, 2003.
- JUNIOR, E. P. M. Estratégia de Desenvolvimento Turístico na Bahia. *Cadernos de Análise Regional*. Ano IV, n. 07, p. 11-24. Out. 2001.
- KLIKSBERG, B. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.
- LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. *Economia do turismo*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAZZARESCHI, N. Trabalho e lazer: o turismo em questão. *Margem*. São Paulo, n. 13, p. 127–134. Jun. 2001.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991a.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991b.
- LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. 3ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- LEMOS, L. de. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005.
- LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

- LOIOLA, E. Turismo e desenvolvimento. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001, v. 11 n. 02, p.56-80. Set. 2001.
- MACEDO, J. R. de; RIBEIRO, A. L. R. *Ilhéus: Tempo, espaço e cultura*. Itabuna: Agora, 1999.
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARTINS, J. de S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*. v.15, (43), p. 31-36. 2001.
- MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 2005. 178 p. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MELO, M. M. A. Da cidade Ideal à Cidade Intencional. Cidade ABC. A utopia colaboradora. 2001. 256 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.
- MOLINA, S. *O Pós-Turismo*. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2003.
- MONTIBERLLER FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável – Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2004.
- MOREIRA, G. L. *A degradação sócio-ambiental na produção do espaço urbano: um estudo de caso no sul da Bahia*. 2003. 301 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.
- MORIN, E. *Introducción a una política del hombre*. Barcelona: Gedisa, 2002.

- MORIN, E. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MORIN, E; KERN, A. B. *Terra-Pátria*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 1994.
- MORIN, E. *Sociologia — A sociologia do microsocial ao macroplanetário*. Sintra: Europa-América, 1984.
- MORIN, E. El desarrollo de la crisis del desarrollo. In: MENDÈS, C. *El mito de desarrollo*. Barcelona: Editorial Cairós, 1980, p. 223-256.
- MORIN, E; NAÏR, S. *Uma Política de Civilização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- NASCIMENTO, A. F. do. A Sustentabilidade das políticas e projetos para o fomento do turismo no município de Ribeirão Pires. 2007. 157 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.
- NISBET, R. *Historia da idéia de progresso*. Brasília, DF: UNB, 1985.
- OFFE, C. O futuro do mercado de trabalho. In: *Capitalismo desorganizado - Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 71 - 105.
- OLIVEIRA, F. de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista - o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ORGANISTA, J. H. C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Anuário Estatístico do Turismo*. Madrid: OMT, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Clasificación Internacional Uniforme de las Actividades Turísticas (CIUAT)*. Madrid: OMT, 2002.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Cuenta satélite del turismo: cuadro conceptual*. Madrid: OMT, 1999.
- OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. 2003. 235 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo.

- PANOSSO NETTO, A; TRIGO, L. G. G. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph, 2003.
- PAULANI, L. *Modernidade e o discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PEIXOTO, N. B. O Olhar do estrangeiro. IN: NOVAES, A. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 361-367.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS (PMI). IN: *Ilhéus*. Ano 2 – n. 2 – 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS (PMI). *Lei Orgânica do Município de Ilhéus*. Ilhéus: Agora, 1990.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS (PMI). *Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município de Ilhéus (PRO-URB)*. Ilhéus: Prefeitura Municipal de Ilhéus, 1969.
- PRIGOGINE, I. O reencantamento do mundo. IN: MORIN, E; PRIGOGINE, I *et al. A sociedade em busca de valores*. Para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo. Lisboa, Instituto Piaget, 1996, p. 229-237.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia*. A Experiência da Itália Moderna. 2ª ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.
- QUEIROZ, L. M. A. de. *A Gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador*. 2005. 624 p. Tese (Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional). Universidade de Barcelona.
- QUEIROZ, L. A. de. *Turismo na Bahia - estratégias para o desenvolvimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo (SCT), 2002.
- QUEIROZ, L. M. A. de. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001, v. 11 n. 02, p. 20-28. Set. 2001.
- QUEIROZ, L. Ilhéus – O pólo turístico da Região do Cacau. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001, v. 02 n. 04, p. 27-31. Mar. 1993.
- RABAHY, W. A. *Turismo e Desenvolvimento*. São Paulo: Manole, 2003.
- RABAHY, W. A. *Planejamento do Turismo*. Estudos econômicos e fundamentos econométricos. São Paulo: Loyola, 1990.
- RATTNER, H. *O resgate da utopia: cultura, política e sociedade*. São Paulo: Palas Athena, 2005.

- RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- RIVERO, O. de. *El mito del desarrollo – Los Estados inviables en el siglo XXI*. 3ª ed. Lima, Peru: Fondo de Cultura Economica de Perú, 2006.
- ROSSI, P. *Naufrágios sem espectador. A idéia de progresso*. São Paulo: UNESP, 2000.
- SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. IN: ARBIX, G; ZIBOVICIUS, M; ABRAMOVAY; R. (Orgs). *Razões e Ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 155-164.
- SALES, F. *Memória de Ilhéus*. São Paulo: GRD, 1981.
- SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002.
- SANCHO, A. *Introducción al turismo*. Madrid: OMT, 1998.
- SCHLUTER, R. G. Desenvolvimento do Turismo: as perspectivas na América Latina. IN: THEOBALD, W. F. (org.). *Turismo Global*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 231-244.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNETT, R. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SESSA, A. *Turismo e política de desenvolvimento*. Porto Alegre: Uniontur, 1983.
- SHELDRAKE, R. *A Presença do Passado. A ressonância mórfica & os hábitos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- SILVA, J. A. S. *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. 2004. 480 p. Vol. 01 e Vol. 02. Tese (Doutorado

em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo.

SOLHA, K. T. *Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil*. 2004. 367 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo.

SOUB, J. N. P. *Minha Ilhéus*. Fotografias do século XX e um pouco de nossa história. Itabuna: Agora, 2005.

SUAREZ, M. A. (Coord.). *Salvador: uma alternativa pós-industrial - cultura, turismo, alta tecnologia*. Salvador: UFBA, 1990.

TRIBE, J. *Economía del ocio y el turismo*. Madrid: Síntesis, 1999.

URRY, J. *O olhar do turista – Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VASSAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VINHAÉS, J. C. *São Jorge dos Ilhéus – da capitania ao fim do século XX*. Ilhéus: Editus, 2001.

VIRGENS, J.D. das. *Crise e situação agroeconômica da cacauicultura (Eixo Ilhéus - Itabuna)*. Ilhéus: UESC, 1996.

WRIGHT, R. *Uma breve história do progresso*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

YASOSHIMA, J. R. OLIVEIRA, N. da S. Antecedentes das viagens e do turismo. IN: REJOWSKI, M. (org.). *Turismo no percurso do tempo*. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2002, p. 17-42.

YÁZIGI, E. *A alma do lugar – Turismo, planejamento e cotidiano em litoral e montanhas*. 2ª ed. Contexto: São Paulo, 2001.

Artigos, Periódicos, Projetos e Documentos em meio eletrônico.

BAHIA. GOVERNO DO ESTADO/ Secretaria da Cultura e do Turismo (SCT)/ Superintendência de Investimentos Turísticos (SUINVEST)/ Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Litoral Sul*. 2004. Disponível em < <http://www.sct.ba.gov.br/prodetur3>. > Acesso: maio. 2007.

BAHIA. GOVERNO DO ESTADO/ Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR). Apresenta os parâmetros e características relacionadas à

aplicação dos recursos do PRODETUR-NE II no Estado da Bahia. Disponível em < <http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3.asp> >. Acesso: maio. 2007.

BRASIL. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A (BNB). Apresenta os parâmetros para uso dos recursos do PRODETUR-NE II. Disponível em < http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/visao/gerados/prodetur_visao_situacao2.asp>. Acesso em maio 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MET). Bases Estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 1985-2005) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED 1985-2005). Disponível em < <https://sgt.caged.gov.br/index.htm>> Acesso: ago. 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional do Turismo*. Diretrizes, Metas e Programas. 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em <<http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso: maio, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Apresenta dados Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: maio, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Apresenta Resultados da Pesquisa Anual de Serviços 2003. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: jul. 2007.

PLANO ESTRATÉGICO DE TURISMO DE ILHÉUS (PET). Disponível em: <http://www.costadocacau.com.br/pet/>. Acesso e: maio, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso: Out. 2007.

SOUZA, F. de P; RAMOS, K. V; FERREIRA, R. M; SILVA, T. A. Reflexões sobre os benefícios econômicos da temporada de transatlânticos no verão 2005/06 em Ilhéus, Bahia. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 06, n. 03, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net.>> Acesso em: abr. 2007.

Obras Cinematográficas.

O ódio (La Haine). Direção de Mathieu Kassovitz. França: Vídeo, [1995]. 1 filme (96 min.), son, color, VHS.

Anexo 01: *Modelo de formulário aplicado na pesquisa de campo*



1 IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO (Preenchimento do Pesquisador)					
Formulário Nº	Data de envio:	Data de devolução:	APRESENTAÇÃO		
Prezado (a) senhor (a):					
Esta pesquisa é realizada com o objetivo de coletar informações para a elaboração de uma dissertação de mestrado coordenada pelo próprio pesquisador e realizada junto ao Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cujos resultados serão destinados exclusivamente para os fins acadêmicos relacionados à composição da investigação mencionada. A pesquisa tem o objetivo de caracterizar da ocupação de mão-de-obra nos meios de hospedagem de Ilhéus e comorá, juntamente com outras fontes de dados, a análise do desenvolvimento turístico de Ilhéus para a elaboração da dissertação intitulada "Turismo e desenvolvimento em Ilhéus". Agradecemos antecipadamente a colaboração.					
Luís Augusto Severo Soares - Fone: (11) 6886-4758 - E-mail: lassoares@hotmail.com (para devolução do instrumento de pesquisa).					
2 INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO					
Favor preencher somente os campos marcados (em cinza) e indicar o número de ocupados conforme data de preenchimento.					
3 DADOS DO ESTABELECIMENTO					
Razão Social/Firma:	Nome Fantasia:				
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc):	Bairro:				
Nome do respondente:	E-mail:		Telefone:		
Nº de Unidades Habitacionais:	Nº Total de Pessoal Ocupado (Nov/Fev):		Nº Total de Pessoal Ocupado (Mar/Set):		
4 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (DADOS GERAIS)					
4.1 Pessoal Assalariado (Nov/Fev):		4.2 Pessoal Assalariado (Mar/Set):			
4.3 Pessoal Não-Assalariado (Nov/Fev):		4.4 Pessoal Não-Assalariado (Mar/Set):			
4.5 Proprietários e Sócios com atividade:		4.6 Proprietários e Sócios sem atividade:			
4.7 Membros da família com remuneração:		4.8 Membros da família sem remuneração:			
5 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (ÁREA DE ATUAÇÃO)					
5.1 Alimentos & Bebidas		5.2 Eventos			
5.3 Recepção e Reservas		5.4 Governança			
5.5 Recreação, Lazer e Esportes		5.6 Administração			
5.7 Especificar Outras:		5.8 Especificar Outras:			
6 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES)					
6.1 Pessoal remunerado com até 1 salário mínimo:		6.2 Pessoal remunerado de 1 a 2 salários mínimos:			
6.3 Pessoal remunerado de 2 a 5 salários mínimos:		6.4 Pessoal remunerado com mais de 5 salários mínimos:			
7 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (NÍVEIS DE ROTATIVIDADE - período contínuo)					
7.1 Pessoal ocupado com menos de 6 meses		7.2 Pessoal ocupado com menos de 12 meses			
7.3 Pessoal ocupado entre 12 e 24 meses		7.4 Pessoal ocupado com mais de 24 meses			

8 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (NÍVEL DE INSTRUÇÃO)					
8.1	Pessoal ocupado sem escolaridade/analfabeto:		8.2	Pessoal ocupado com ensino fundamental incompleto:	
8.3	Pessoal ocupado com ensino fundamental completo		8.4	Pessoal ocupado com ensino médio incompleto:	
8.5	Pessoal ocupado com ensino médio completo:		8.6	Pessoal ocupado com ensino superior incompleto:	
8.7	Pessoal ocupado com ensino superior completo:		8.8	Pessoal ocupado com mestrado ou doutorado	
9 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (ORIGEM OCUPACIONAL- ocupação anterior)					
9.1	Atividades agrícolas, pecuárias, pesqueira, outras:		9.2	Atividades industriais:	
9.3	Atividades de serviços:		9.4	Atividades de serviços (turismo):	
9.5	Atividades governamentais:		9.6	Sem atividade anterior:	
9.7	Desconhece:		9.8	Especificar Outras:	
10 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (LOCAL DE RESIDÊNCIA)					
10.1	Pessoal ocupado residente no município:		10.2	Desconhece:	
10.3	Pessoal ocupado residente em outros municípios		Especificar local -		
			Especificar local -		
			Especificar local -		
			Especificar local -		
			Especificar local -		
11 INFORMAÇÕES PESSOAL OCUPADO (LOCAL DE NASCIMENTO)					
11.1	Pessoal ocupado nascido no município:		11.2	Desconhece:	
11.3	Pessoal ocupado nascido em outros municípios		Especificar local -		
			Especificar local -		
			Especificar local -		
			Especificar local -		
			Especificar local -		

Anexo 02: *Lista dos empreendimentos hoteleiros componentes do universo de pesquisa*



- **Lista de empreendimento componentes do universo de pesquisa (Tipologia: Pousada)**

N.	Nome do estabelecimento	Endereço	N.	Nome do estabelecimento	Endereço
1	Back Door Village	Rod Ilhéus - Olivença km 13,5	36	Pousada da Praça	Rod Ilhéus - Olivença km 6
2	Christ's Pousada	Rod Ilhéus - Olivença km 02	37	Pousada das Mangueiras	Av. Lomato Junior 1306 (Pontal)
3	Pier do Pontal Pousada	Av. Lomato Junior 1650 (Pontal)	38	Pousada Delmar	Rua Castro Alves, 322 Pontal.
4	Pousada 13 de Maio	R 13 de Maio 202 (Pontal)	39	Pousada do Kalipha	Rod Ilhéus - Olivença km 02
5	Pousada Aconchego	Rod Ilhéus - Olivença km 0,7	40	Pousada do Mar	Rod Ilhéus - Olivença km 06.
6	Pousada Águas de Olivença	Av. Juracy Magalhães, s/n	41	Pousada do Sueco	Av. Lomato Junior, 700.
7	Pousada Aiocá Praia Hotel	Rodovia Ilhéus - Itacaré km 18	42	Pousada do Sol	Rod Ilhéus - Olivença km 01.
8	Pousada Albatroz	Rua Itália, 156 Pontal.	43	Pousada do Sul	R Hermínio Ramos, 396 (Pontal).
9	Pousada Aldeia Mar	Rod Ilhéus - Olivença km 01	44	Pousada Dom Eduardo	R Leite Mendes 14
10	Pousada Alta Estação	Rod. Ilhéus - Olivença, km 1,5.	45	Pousada dos Coronéis	Av. Bahia 413 (Cidade Nova)
11	Pousada Arco-íris	Rod Ilhéus - Olivença km 08	46	Pousada dos Hibisco	Rod Ilhéus - Olivença km 02
12	Pousada Areia Branca	Rod Ilhéus - Olivença km 04	47	Pousada e Albergue da Ilha	Rua General Câmara, 31.
13	Pousada Atlântico Norte	Rodovia Ilhéus - Itacaré km 13	48	Pousada e Restaurantes	Av. Central Lt. 15, Qd. 18
14	Pousada Bandeirantes	R Antonio Lavigne de Lemos 69	49	Pousada Ecológica	Rod Ilhéus - Olivença km 09
15	Pousada Barra Norte	Praia de São Miguel, s/n.	50	Pousada Encantos do Mar	Rod Ilhéus - Olivença km 0,8
16	Pousada Belavista	Av. Belmonte 761	51	Pousada Enseada do Cais	Av. Lomato Junior, 1442 Pontal.
17	Pousada Brilho do Mar	R Carneiro da Rocha 49	52	Pousada Encontro das Águas	Av. 2 de Julho 393
18	Pousada Brisa do Mar	Av. 2 de Julho 136	53	Pousada Estância das Águas	Rod Ilhéus - Olivença km 10
19	Pousada Brisa Mar	Rod Ilhéus - Una km 19	54	Pousada Girassol	Praça Florêncio Gomes 206
20	Pousada Cacau Brasil	Av. Itabuna, 01.	55	Pousada Golfo Paradiso	Rod Ilhéus - Olivença km 04
21	Pousada Cacau D'Ouro	R Adolfo Viera 33	56	Pousada Graça e Paz	Rod Ilhéus - Olivença km 22
22	Pousada Cai Nágua	Rod Ilhéus - Olivença km 20	57	Pousada Ilha dos Desejos	Rod. Ilhéus/Una, km 31 Acuípe.
23	Pousada Calla Frio	R Osmundo Marques 250 Pontal	58	Pousada Ilhéus	R 13 de Maio, 271 (Pontal).
24	Pousada Canto do Koki	Rod Ilhéus - Olivença km 10,5	59	Pousada Jardim do Éden	Av. Santa Luiza 1300 São Miguel
25	Pousada Canto dos Pardais	Ladeira do Gameleiro 67	60	Pousada Kaiambá	Rod. Ilhéus/Olivença, km 8,5.
26	Pousada Capitães de Areia	Av. Major Homem Del Rey 113	61	Pousada La Dolce Vita	Rod Ilhéus - Olivença km 02
27	Pousada Casa Branca de	Av. Bahia, 291 (Cidade Nova).	62	Pousada Lua e Mar	Av. Lomato Junior 630 (Pontal)
28	Pousada Casa de Praia	Rod Ilhéus - Olivença km 04	63	Pousada Lua Nova	Av. Canavieiras, 170.
29	Pousada Casa de Praia Água	Rua B Jardim Atlântico, 148.	64	Pousada Luar do Pontal	Av. Lomato Junior 630 (Pontal)
30	Pousada Casarão	Praça Coronel Pessoa 38	65	Pousada Magia do Mar	Rod Ilhéus - Olivença km 3
31	Pousada Céu e Mar	Av. Litorânea Norte 329	66	Pousada Maia Mares	Rod. Ilhéus/Itacaré 14
33	Pousada Costa do Sol	Rod Ilhéus - Olivença km 14	67	Pousada Malibu	Rod Ilhéus - Olivença km 3
34	Pousada Cururupe	Rod. Ilhéus/Olivença, km 08.	68	Pousada Mar Del Prata	Rua Ant. Lavigne de Lemos, 03.
35	Pousada da Barra	Praia do Norte, 6 Km.	69	Pousada Mares do Sul	Rod Ilhéus - Olivença km 01

N.	Nome do estabelecimento	Endereço	N.	Nome do estabelecimento	Endereço
70	Pousada Marinas	Rod Ilhéus - Olivença km 02	95	Pousada Rio Mar	Av. Lomato Junior 349 (Pontal)
71	Pousada Mississippi	Rod Ilhéus - Olivença km 02	96	Pousada Risos de Ouros	Av. 2 de Julho 1041
72	Pousada Morada Praia do	Av. Dois de Julho, 179.	97	Pousada Santa Cruz	R Chile 183 (Pontal)
73	Pousada Morena do Sul	Rod Ilhéus - Olivença km 0,5	98	Pousada São Jorge	R Bento Berilo 69
74	Pousada Morro dos	Rod Pontal - Olivença km 06	99	Pousada Sol de Ilhéus	Rod Ilhéus - Olivença km 1
75	Pousada Olivença	Praça Cláudio Magalhães, 3.	100	Pousada Sol do Atlântico	Av. Lomato Junior, 1450 Pontal.
76	Pousada Paraíso do Atlântico	Rod. Ilhéus - Itacaré, km 13.	101	Pousada Sol e Mar	Rod Ilhéus - Olivença km 13
77	Pousada Parque dos Orixás	Rod Ilhéus - Olivença km 12	102	Pousada Solar das Oliveiras	R 5 40
78	Pousada Pérola do Mar	Rod Ilhéus - Olivença km 04	103	Pousada Solar de Ilhéus	Rua General Câmara, 50.
79	Pousada Pomar	Av. Ant Carlos Mag 533 (Malhado)	104	Pousada Sonho Meu	Rod Ilhéus - Olivença km 09
80	Pousada Pontal	R Cel. Pessoa 59 (Pontal).	105	Pousada Stela Vila Mar	Rodovia Ilhéus - Itacaré km 22
81	Pousada Porto da Lancha	Rod. Ilhéus/Olivença, km 12.	106	Pousada Sthefani	Rod Ilhéus - Olivença km 10
82	Pousada Porto de Minas	Rod Ilhéus - Olivença km 1,5	107	Pousada Terras do sem fim	Rod Ilhéus - Olivença km 11,5
83	Pousada Porto do Sol	Rod. Ilhéus - Serra Grande, Km.	108	Pousada Terrazul	Rod Ilhéus - Olivença km 2
84	Pousada Praia Bela	Rod Ilhéus - Olivença km 2,5	109	Pousada Timoneiro	Rod Ilhéus - Olivença km 0,5
85	Pousada Praia de Areia Branca	Rod. Ilhéus - Olivença, km 3,2.	110	Pousada Tom da Terra	Rua Lauro Farani, 11.
86	Pousada Praia do Canto	Av. Medeiros Neto 70 (Malhado)	111	Pousada Tôu de Férias	Rod. Ilhéus - Una km 28.
87	Pousada Praia dos Coqueiros	Rod. Ilhéus - Una km 23	112	Pousada Tropical Vivamar	Rod. Ilhéus - Una km 23.
88	Pousada Praia dos Milagres	Av. Lomato Junior, s/n (Pontal).	113	Pousada Veneza	Rod Ilhéus - Olivença km 2
89	Pousada Praia e Sol	Av. Litorânea, 70 (Malhado).	114	Pousada Vereda Tropical	Rod. Ilhéus - Olivença, km 0,5.
90	Pousada Praia Mar	Rod Ilhéus - Olivença km 9	115	Pousada Vila Verde	R Lucio A. Soub 192.
91	Pousada Praia Pontal	Rua Coronel Pessoa, 70.	116	Pousada Vitória	Rod Ilhéus - Olivença km 01
92	Pousada Raio do Sol	Av. Lomato Junior 1408 (Pontal)	117	Stelamares Village	Rodovia Ilhéus - Itacaré km 9
93	Pousada Recanto da Gabriela	Rua Rodolfo Vieira, 31 A.	118	Vilagge Vaca Profana	Rod Ilhéus - Olivença km 23
94	Pousada Repousada	Rod. Ilhéus - Olivença, km 0,5.			

- **Lista de empreendimento componentes do universo de pesquisa (Tipologia: Resorts)**

N.	Nome do estabelecimento	Endereço
1	Cana Brava Resort	Rod. Ilhéus - Canavieiras km 24.
2	Ecoresort Tororomba	Rod. Ilhéus - Canavieiras km 21.
3	Transamérica Ilha de Comandatuba	Ilha de Comandatuba s/nº - Una

- **Lista de empreendimento componentes do universo de pesquisa (Tipologia: Hotéis)**

N.	Nome do estabelecimento	Endereço	N.	Nome do estabelecimento	Endereço
1	Aiocá Praia Hotel	Rod Ilhéus - Itacaré km 10	13	Hotel Mamoan	Rod. Ilhéus - Itacaré km 22
2	Britânia Hotel	R Jorge Amado 16	14	Hotel Maré Cândia	Rod Ilhéus - Una km 29
3	Éden Village	Rodovia Ilhéus - Itacaré km 9	15	Hotel Pontal da Praia	Av. Lomato Júnior, 1358.
4	Golden Beach Hotel	Rodovia Ilhéus - Itacaré km 8	16	Hotel Praia do Sol	Rod Ilhéus - Olivença km 0,6
5	Hotel Aldeia da Praia	Rod Ilhéus - Olivença km 0,5	17	Ilhéus North Hotel	Rod. Ilhéus - Itacaré km 31,2
6	Hotel Barravento Praia	Rua N Sra. das Graças 276	18	Ilhéus Hotel	Rua Eustáquio Bastos 144 Centro
7	Hotel Costa do Acuípe	Rod Ilhéus - Una km 28	19	Ilhéus Praia Hotel	Praça Dom Eduardo, s/nº.
8	Hotel Farol Village	Rod Ilhéus - Una km 21	20	Ilhéus Tropical Hotel	Rod Ilhéus - Olivença km 2
9	Hotel Fazenda Costa do Cacau	Rod Itabuna - Ilhéus km 19	21	Manaká Hotel	Rod Ilhéus - Olivença km 0,7
10	Hotel Fazenda da Lagoa	Rod Ilhéus - Una km 25	22	Opaba Praia Hotel	Av. Nossa Sra. do São Franc. 1
11	Hotel Jardim Atlântico	Rod Ilhéus - Olivença km 2	23	Village Indaiá Ilhéus	Rod Ilhéus - Una km 27
12	Hotel Jubiabá Praia	Rod Ilhéus - Una km 14			

Anexo 03: Roteiro de entrevistas



- I) **História de trabalho dos trabalhadores** (Origem ocupacional: trabalhos realizados antes da ocupação no turismo, rotinas, características, entre outras);
- II) **Inserção no turismo** (atividades realizadas, exigências, qualificações, entre outras);
- III) **Avaliação da mudança** (percepções relacionadas à renda, as rotinas de trabalho, entre outras);
- IV) **Expectativas do trabalhador** frente ao turismo e ao desenvolvimento;
- V) **Caracterização sócio-econômica do trabalhador** (escolaridade, renda média, idade, sexo, atividade profissional, local de moradia, entre outros).